

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA – UEM/UEL

MARCO ANTONIO LIMA RIZZO

**VOZES DE SENSEIS DO JUDÔ EM MARINGÁ,
NAS DÉCADAS DE 1960 A 1970: NARRATIVAS
ORAIS DE JUDOCAS PIONEIROS DA
MODALIDADE**

Maringá

2018

MARCO ANTONIO LIMA RIZZO

**VOZES DE SENSEIS DO JUDÔ EM MARINGÁ, NAS
DÉCADAS DE 1960 A 1970: NARRATIVAS ORAIS DE
JUDOCAS PIONEIROS DA MODALIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
Associado em Educação Física –
UEM/UEL, para obtenção do título de
Doutor em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Michelle Lara

Maringá
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R627v Rizzo, Marco Antonio Lima
Vozes de senseis do judô em Maringá, nas décadas de 1960 a 1970: narrativas orais de judocas pioneiros da modalidade / Marco Antonio Lima Rizzo. -- Maringá, 2018.
192 f. : il. color., figs., tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Larissa Michelle Lara.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL, 2018.

1. Judô - Maringá (PR) - História. 2. História oral - Memória. 3. Judô - Maringá (PR) - Pioneiros. 4. Sensei. I. Lara, Larissa Michelle, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL. III. Título.

CDD 23.ed. 796.8152

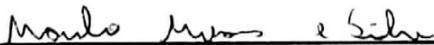
Síntique Raquel de C. Eleuterio - CRB 9/1641

MARCO ANTONIO LIMA RIZZO

**VOZES DE *SENSEIS* DO JUDÔ EM
MARINGÁ, NAS DÉCADAS DE 1960 A
1970: NARRATIVAS ORAIS DE JUDOCAS
PIONEIROS DA MODALIDADE**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, na área de concentração Práticas Sociais em Educação Física, para obtenção do título de Doutor(a).

APROVADA em 05 de novembro de 2018.



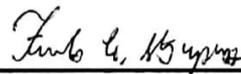
Prof. Dr. **Marcelo Moraes e Silva**



Prof. Dr. **Ivan Marcelo Gomes**



Prof. Dr. **Carlos Herold Junior**



Prof. Dr. **Fernando Augusto Starepravo**



Prof. Dra. **Larissa Michelle Lara**
(Orientadora)

Dedicatória

Dedico esta pesquisa à Rosana Bacicheti Gonçalves Rizzo, que se manteve dias e noites comigo nessa jornada, e à Sara Gonçalves Rizzo, que, ao final da jornada, apareceu para me acompanhar nas madrugadas e me concedeu o título de pai.

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, Antonio Constante Rizzo, por educar-me sempre firme, forte, guerreiro e generoso. À minha mãe, Isete Marina Lima Rizzo, por ser a representação de uma mulher visionária (e muito “à frente de seu tempo”), dedicada, carinhosa e perseverante. Eles, os meus pais, sempre me incentivaram nos meus estudos e me motivaram a sempre buscar o meu melhor em tudo, ensinando-me que a vida é única em todos os momentos e que nada vem de graça.

Aos meus irmãos e irmã e às suas cônjuges e cônjuge, que se mostraram solidários, compreensivos, dialógicos e companheiros em diversos momentos de minha vida.

Aos meus parentes que, mesmo sentindo o meu afastamento pessoal para me empenhar à formação, preocupavam-se comigo e me convidavam para criar momentos de nostalgia.

Aos familiares da minha esposa, em especial, ao meu sogro Julio Gonçalves, que sempre foi cordial e prestativo, e à minha sogra Maria de Lourdes Bacicheti Gonçalves, que se dispôs a realizar a correção ortográfica final da tese, sendo sempre carinhosa comigo. À família Gonçalves Tomaszewski, que compartilhou conosco momentos de alegria. Às famílias Gonçalves e Bacicheti, que foram sempre receptivas e sinceras comigo.

Agradeço de maneira especial, e imensurável, aos senseis que me concederam as entrevistas, pois confiaram a mim o registro e a escrita monumental de suas memórias. Essas lembranças são um grande elo que os judocas maringaenses possuirão com o passado, auxiliando-os a construir o futuro. Deixar de gravar as recordações desses personagens históricos seria perder uma importante parte do passado, pois outros não puderam compartilhar suas bagagens históricas por terem completado o ciclo da vida.

Agradeço à Larissa Michelle Lara, minha orientadora, por me possibilitar a oportunidade de aprofundar meus estudos científico-filosóficos no Curso de Doutorado em Educação Física do PEF-UEM-UEL, por me incluir no Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade e por me envolver em um universo simbólico da Educação Física em diversos países da América latina, pelo acompanhamento na construção da redação da tese e por proporcionar aproximação com autores clássicos da filosofia e da Educação Física.

Ao Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade, com quem investiguei realidades distintas das nacionais e construí conhecimentos a partir de interlocutores latino-americanos no decorrer do doutoramento.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM-UEL, os quais se “aventuram” a fazer ciência em um cenário turbulento e a desbravar novos estudos em um momento de precarização da ciência brasileira e, ainda assim, não desistirem de seus sonhos.

À Guisela, secretária do PEF, pela paciência, seriedade, compromisso e organização impecáveis nos procedimentos administrativos. E, não menos importante, pela sua simpatia, delicadeza e prestatividade.

Aos professores que compõem a Banca Examinadora desta tese, que assumiram o compromisso de compartilhar seus pareceres, suas perspectivas e concepções teóricas para a estruturação e reestruturação desse estudo.

À Alice, que me acompanhou na dor, na alegria, na ansiedade, na fúria, na angústia e no alívio durante quase todo o doutoramento.

À equipe de servidores do IFPR-Ivaiporã, pelos momentos em que participamos juntos na construção de um campus de educação federal, às vezes, em condições precárias e/ou inovadoras. Em especial ao professor Anderson Gerim Rowiecki, e sua esposa Julia Gabriela Dias, pelo apoio, solidariedade e amizade durante o doutoramento, compartilhando conhecimentos e regências do componente curricular Educação Física. Ao Thiago Vinicius Moreira Guimarães, e sua companheira Rúbia, pela camaradagem, solidariedade e companhia no meu dia a dia. E ao Adriano José Ortiz, e sua esposa Vanessa Almeida, pelas conversas, piadas, festas

e outros momentos de alegria. Aos professores de História do campus Paulo Roberto Krüger e Charles Hokiti Fukushigue Chiba, por alguns esclarecimentos, pareceres e dicas na investigação na História.

Aos membros da seção do Sinasefe-IFPR, que travam embates a favor dos servidores federais, realizam críticas a imposições governamentais precarizantes na Educação Federal e organizam ações (individuais ou coletivas) contra a repressão nos campi do IFPR. A todos vocês meus sinceros agradecimentos e contem sempre com o meu apoio.

A Natureza Humana é constituída de vários atributos, muitas vezes conflitantes entre si. O equilíbrio é a meta final e precisa ser alcançado todos os dias. O guerreiro é também um homem de paz, assim como um pacífico é um homem de guerra – um não vive sem o outro. Aquele que segura o kimono também empunha a caneta. Não apenas derruba seus adversários, mas lhes entrega mão para que se reergam, e erige, com palavras, edifícios de conhecimento. Uruwashi era o termo que os samurais usavam para definir esse estado de espírito, de equilíbrio interior entre o guerreiro e o artista que vivem dentro de cada um de nós. (HILÁRIO, 2013)

RIZZO, Marco Antonio Lima. Vozes de *Senseis* do Judô em Maringá, nas décadas de 1960 a 1970: narrativas orais de judocas pioneiros da modalidade. 2018. 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

RESUMO

A pesquisa em questão assume como objeto de estudo as memórias de um *sensei* pioneiro no Judô de Maringá e de cinco judocas *kohais* pioneiros na cidade. O enfoque dado às memórias se deu no processo de implementação e consolidação do Judô maringaense. As recordações foram coletadas com base na metodologia da História Oral, que apresenta diretrizes para o registro de memórias de sujeitos, proporciona uma (re)leitura de acontecimentos do passado e possibilita a construção de narrativas compartilhadas. As lembranças dos entrevistados são resquícios históricos que resistiram ao tempo e, contemporaneamente, apresentam-se como dados que necessitam ser contextualizados para elucidar os fenômenos de implementação e consolidação de uma prática sociocorporal em Maringá. Assim, os relatos dos interlocutores selecionados foram assumidos como o eixo articulador entre o passado e o tempo presente. O recorte temporal proposto situou-se entre as décadas de 1960 e 1970, período de surgimento e efetivação dessa luta no município. Investigar o Judô em Maringá por meio de narrativas orais é destacar a importância da preservação da memória de sujeitos que vivenciaram a implementação e a consolidação de uma prática corporal relevante à cidade. O processo analisado no presente estudo possui múltiplas dimensões, sendo uma delas a percepção de personagens históricos sobre o passado para a construção de narrativas escritas da modalidade. Partindo dessas ideias, essa pesquisa orienta-se pelo seguinte problema: como se deu a implementação do Judô em Maringá e como ocorreu a consolidação dessa luta na cidade? Assumindo como norteadora essa pergunta, a temática investigada possui como objetivo geral: analisar as narrativas orais de pioneiros do judô em Maringá no sentido de entender como essa memória contribui para a compreensão do processo de implementação e consolidação da modalidade, nas décadas de 1960 a 1970. De forma específica, buscou-se compreender historicamente os fatos e fenômenos memorados por interlocutores do Judô maringaense, com base na metodologia da História Oral; associar e contextualizar historicamente as memórias dos entrevistados, referentes ao processo de implementação e consolidação da modalidade em Maringá; e constatar os principais fenômenos que permearam o processo de implementação e consolidação do Judô na cidade, a partir de suas narrativas orais. Os dados da pesquisa revelam que os clubes sociais e associações culturais foram imprescindíveis para a implantação do Judô em Maringá, haja vista ser essa luta caracterizada como um elemento de integração entre culturas que se instalam localmente, permeado por um fenômeno nacional de hibridização cultural entre nipônicos e brasileiros. Constata-se, ainda, a influência do fenômeno de padronização de regras e técnicas, a ausência da participação de judocas femininas na implantação do Judô maringaense e a estruturação dos treinamentos com base em uma concepção tradicionalista japonesa de treino. Conclui-se que o Judô, em Maringá, origina-se e desenvolve-se como forma do empenho dos *senseis* em racionalizar essa prática corporal tradicional no contexto da cidade, o que coincide com a intensificação da esportivização dessa luta no mundo e com a expansão comercial do terceiro setor na cidade.

Palavras-Chave: História Oral. Judô. Maringá. Sensei. Pioneiro.

RIZZO, Marco Antonio Lima. Voices of Judo's Senseis in Maringá on the Decades of 1960 to 1970: oral narratives of judo pioneers of the modality. 2018. 192f. Thesis (Doctoral Degree in Physical Education) – Health Sciences Center. University State Estadual of Maringá, Maringá, 2018.

ABSTRACT

The research in question assumes as object of study the memories of a sensei pioneer in Judo of Maringá and five kohais judoka pioneers in the city. The focus given to the memories occurred in the process of implementation and consolidation of the Jonah Maringa. The recollections were collected based on Oral History methodology, which provides guidelines for the recording of subject memories, provides a (re) reading of past events and enables the construction of shared narratives. The memories of the interviewees are historical remnants that have stood the test of time and, at the same time, present themselves as data that need to be contextualized to elucidate the phenomena of implementation and consolidation of a sociocorporal practice in Maringá. Thus, the reports of the selected interlocutors were assumed as the articulating axis between the past and present time. The proposed temporal cut was between the 1960s and 1970s, the period of emergence and effectiveness of this struggle in the municipality. Investigating Judo in Maringá through oral narratives is to highlight the importance of preserving the memory of subjects who have experienced the implementation and consolidation of a body practice relevant to the city. The process analyzed in the present study has multiple dimensions, one of them being the perception of historical characters about the past for the construction of written narratives of the modality. Based on these ideas, this research is guided by the following problem: how did the implementation of Judo in Maringá took place and how did the consolidation of this struggle take place in the city? Assuming as a guideline this question, the subject investigated has as general objective: to analyze the oral narratives of judo pioneers in Maringá in order to understand how this memory contributes to the understanding of the process of implementation and consolidation of the modality, in the decades of 1960s to 1970s. Specifically, we sought to understand historically the facts and phenomena memorized by interlocutors of the Maringá judo, based on Oral History methodology; to associate and contextualize historically the memories of the interviewees, referring to the process of implementation and consolidation of the modality in Maringá; and to verify the main phenomena that permeated the process of implementation and consolidation of Judo in the city, based on their oral narratives. The research data reveal that social clubs and cultural associations were essential for the implementation of Judo in Maringá, given that this struggle is characterized as an element of integration between locally installed cultures, permeated by a national phenomenon of cultural hybridization between Japanese and Brazilians. The influence of the phenomenon of standardization of rules and techniques, the absence of the participation of female judokas in the implantation of the Maringa Judo, and the structuring of the training based on a traditionalist conception of Japanese training. It is concluded that Judo, in Maringá, originates and develops as a form of the commitment of the senseis to rationalize this traditional corporal practice in the context of the city, which coincides with the intensification of the sportivization of this struggle in the world and with the expansion of the third sector in the city.

Keywords: Oral History. Judo. Maringá. Sensei. Pioneer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Judo Terms. Glossary of Judo Waza (Techniques) Terms: Uchikomi (Repetition Training).....	120
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População Total, Urbana e Rural de Maringá, de 1960 a 2009.....140

Quadro 2 – Número de Lotes de Terras Agrícolas,
vendidos pela CTNP/CMNP entre 1930 e 1970.....142

Quadro 3 – Vendas de Lotes de Terras Agrícolas
pela CTNP/CMNP para Brasileiros e Estrangeiros.....142

Quadro 4 – Venda de Lotes Urbanos no período de 1946 a 1960.....144

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	Descrição
ACEMA	Associação Cultural e Esportiva de Maringá
AER	Associação Esportiva Reflexo
AJAM	Associação de Judô dos Atletas de Maringá
AMCF	Associação Maringaense de Cultura Física
AMJ	Associação Maringaense de Judô
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte Paraná
FAFIJAN	Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Jandaia do Sul
FCJ	Federação Catarinense de Judô
FIJ	Federação Internacional de Judô
FPJ	Federação Paulista de Judô
FPRJ	Federação Paranaense de Judô
GMCF	Ginásio Maringaense de Cultura Física
IBC	Instituto Brasileiro do Café
SESC	Serviço Social do Comércio
SOCEMA	Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNIFAMMA	União das Faculdades Metropolitanas de Maringá
UNICESUMAR	Centro Universitário Superior de Maringá
UNINGÁ	Centro Universitário Ingá

SIGNIFICADOS DE PALAVRAS JAPONESAS E TERMOS DO JUDÔ

Palavra	Significado em Português
Bushi	Uma casta social de guerreiros do antigo Japão, possuindo um código de ética específico.
Bushidô	O código de ética que os Samurais seguiam.
Chugi	Palavra japonesa que pode ser traduzida como lealdade
Chuy	Antiga penalidade do Judô que era equivalente a pontuação Yoko.
Dan	Palavra usada no Judô que significa grau ou graduação. O grau é do 1° ao 10° nível. Do 1° ao 5° Dan a coloração da faixa é preta, do 6° ao 8° é permitido o uso de uma faixa rajada de branco e vermelho e do 9° ao 10° a coloração da faixa é vermelha. Essas colorações são apenas simbólicas na condição de Dan, pois todos são faixas-pretas e apenas estão em estágios diferentes na aprendizagem do Judô.
Dojô	Palavra japonesa que pode ser traduzida como local de treinamento ou espaço para aprendizagem.
Gaijin Gaigoku-Jin	ou Palavra japonesa que pode ser traduzida como estrangeiro. No Brasil é utilizado para designar brasileiros sem ascendência japonesa.
Gii ou Gil	Palavra japonesa que pode ser traduzida como justiça
Go-kyo	Palavra usada no Judô que significa Cinco Princípios de Ensinamentos.
Godan	Terminologia específica para alcunhar o grau de “faixa-preta 5° Dan”.
Gueiko ou Geiko	Palavra usada no Judô que significa treinamento ou treino.
Hajime	Palavra japonesa que pode ser traduzida como começar ou iniciar.
Hansokumake	Penalidade aplicada pelo árbitro ao judoca. O judoca penalizado é desclassificação do combate ou competição.
Hei	Palavra japonesa que pode ser traduzida como cortesia. A palavra “hei” possui o mesmo significado do “rei” em japonês, entretanto, usou-se a diferenciação de ambos, um escrito com a letra R e outro com a letra H, para destacar que o Rei é relativo a procedimentos no treinamento e o outro referente ao termo literal.
Ippon ou Ipon	Pontuação do Judô que significa ponto completo. Quando algum judoca cumpre os critérios estabelecidos de projeção, de finalização ou de imobilização para essa pontuação encerra-se a luta.
Ippon-Shobu	Palavra usada no Judô que pode ser traduzida como ponto perfeito.
Isseis	Essa palavra pode ser traduzida como primeira geração. No contexto brasileiro significa pessoa de origem japonesa que imigrou para o Brasil.

Jin	Palavra japonesa que pode ser traduzida como benevolência
Jita-Kyoei	Essa frase pode ser traduzida para: “respeito mútuo” ou “prosperidade e benefícios mútuos”.
Judogi ou Judogui	Palavra japonesa que pode ser traduzida como vestimenta própria para prática de Judô.
Kakê	Palavra usada no Judô que significa projeção.
Kanibassami	É um golpe proibido no Judô, por ocasionar altos índices de lesões. Sua aplicação consiste em usar uma das pernas para empurrar o tronco do oponente para trás e com outra perna rasteirar por trás empurrando os pés do oponente. O movimento das pernas se assemelha a uma “tesoura” e, por isso, também é chamado no Brasil como tesoura voadora.
Kansetsu-waza	Palavra usada no Judô que pode ser traduzida como técnicas de chave-de-braço.
Kappô ou Capô	Palavra usada no Judô que pode ser traduzida como técnicas para reanimação e recuperação do judoca quando este sofre uma lesão ou perde a consciência no decorrer dos treinos ou das competições.
Kata	Palavra japonesa que pode ser traduzida como sendo forma. No contexto do Judô é um treinamento com movimentos e deslocamentos padronizados, que exercitam os princípios técnicos de todos os grupos de golpes. Os katas se assemelham a uma apresentação com movimentos combinados entre os atletas que o executam.
Keikoko	Antiga penalidade do Judô que era equivalente a pontuação Wazari.
Kimê	Palavra usada no Judô que significa finalização ou proteção.
Kimono	Palavra japonesa que pode ser traduzida como vestimenta. No contexto da pesquisa e do Judô brasileiro entende-se como sinônimo da palavra judogi.
Kodansha	Palavra usada no Judô que significa grupo de alta graduação, criado pelo Kodokan. Os judocas que pertencem a esse grupo são os faixas-pretas do 6° ao 10° Dan. Esse título só deve ser outorgado àqueles que se empenharam no aprendizado, na prática contínua, na demonstração da sua eficiência técnica em competição, e a devida dedicação no ensino, no estudo e na pesquisa do Judô. Portanto, é depositário e responsável pela difusão dos princípios filosóficos e educacionais do Judô, preconizados pelo Jigoro Kano.
Kohai	Palavra japonesa que pode ser traduzida como aprendiz, aluno ou aquele que sabe menos.
Koka	Antiga pontuação do Judô que significa sentado. Quando um judoca projetava o outro e este caía na posição sentada era atribuída essa pontuação.
Kumikata	Palavra usada no Judô que significa empunhadura, pegada ou agarre.
Kuzushi	Palavra usada no Judô que significa desequilíbrio
Kyu	Palavra japonesa que pode ser traduzida como grau ou graduação. No Judô há uma subdivisão hierárquica por níveis

	de aprendizado, que independem da idade de vida do participante. Os Kyus são do 8º (faixa branca) ao 1º (faixa marrom).
Makoto	Palavra japonesa que pode ser traduzida como sinceridade
Matê ou Mattê	Palavra japonesa que pode ser traduzida como parar.
Meiyô	Palavra japonesa que pode ser traduzida como honra
Menkyo	Palavra usada no Judô que pode ser traduzida como licença ou autorização para lecionar artes marciais e conhecer técnicas secretas.
Mudansha	Palavra usada no Judô que significa grupo sem graduação. Os judocas que pertencem a esse grupo são os faixas "coloridas" do 8º (faixa branca) ao 1º (faixa marrom) kyu.
Nague-waza	Palavra usada no Judô que significa técnicas de projeção.
Nidan	Terminologia específica para alcunhar o grau de "faixa-preta 2º Dan".
Nihon	Palavra japonesa que significa japonês.
Nissei	Essa palavra pode ser traduzida como segunda geração. No dado contexto da pesquisa significa pessoa brasileira descendente de japoneses na condição de filho.
Nikkeis	Essa palavra pode ser traduzida como descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou japoneses que vivem regularmente no exterior.
Obi	Palavra usada no Judô que significa faixa.
Ossaekomi-waza	Palavra usada no Judô que significa técnicas de imobilização.
Randori	Palavra usada no Judô que significa treinamento livre ou luta em treino.
Rei ou Rey	Palavra usada no Judô que significa cumprimento ou saudação. A palavra "hei" possui o mesmo significado do "rei" em japonês, entretanto, usou-se a diferenciação de ambos, um escrito com a letra R e outro com a letra H, para destacar que o Rei é relativo a procedimentos no treinamento e o Hei referente ao termo literal.
Sakê	Bebida alcoólica típica japonesa, sendo feita por fermentação de arroz.
Sama	Essa palavra japonesa e é um pronome de tratamento, que pode ser traduzido como senhor.
Samurai	É um ofício do Japão antigo, as atribuições incluíam desde coletar impostos até funções militares em guerras.
Sansei	Essa palavra pode ser traduzida como terceira geração. No dado contexto da pesquisa significa pessoa brasileira descendente de japoneses na condição de neto.
Sandan	Terminologia específica para alcunhar o grau de "faixa- preta 3º Dan".
Sensei	Palavra usada no Judô que significa professor ou aquele que ensina.
Seryoku-Zenyô	Essa frase pode ser traduzida como: "melhor uso da energia".
Shiai	Palavra usada no Judô que significa luta em competição ou competição.

Shiai-jô	Palavra usada no Judô que significa local de competição.
Shidô	Palavra usada no Judô que significa penalidade. O acúmulo de penalidades pode ser convertido para o Hansokumakê (desclassificação).
Shihan ou Shihan	Palavra usada no Judô que pode ser traduzida como mestre ou modelo.
Shime-waza	Palavra usada no Judô que significa técnicas de estrangulamento.
Shin-gi-tai	O conceito dessa tríade de palavras remete ao desenvolvimento do artista marcial no sentido unitário do espírito (shin), da técnica (gi) e do corpo (tai).
Shodan ou Ichidan	Terminologia específica para alinhar o grau de “faixa-preta 1º Dan”.
Soromadê	Palavra usada no Judô que significa terminar ou encerrar.
Taissô	Palavra japonesa que pode ser traduzida como ginástica de aquecimento ou exercícios físicos preparatórios.
Tatame ou Tatami	Palavra japonesa que pode ser traduzida como tabuleiro típico japonês. No contexto do Judô, significa esteira acolchoada para amortecimento de quedas dos judocas.
Tokui-waza	Palavra usada no Judô que significa técnica ou golpe de preferência.
Tori	Palavra usada no Judô que significa judoca que ataca.
Tsukuri	Palavra usada no Judô que significa preparo.
Uchikomi	A palavra japonesa que pode ser traduzida no Judô como repetição da técnica ou treinamento do golpe por repetição. Consiste em um treino repetitivo para o aperfeiçoamento técnico do praticante, levando-o a automatização do movimento.
Ukê	Palavra usada no Judô que significa judoca que sofre o ataque e/ou realiza o ukemi para se proteger da queda.
Ukemi	Movimento de amortecimento de queda utilizado pelo judoca. Utilizam-se as mãos, braços, pés e pernas para proteger o restante do corpo do impacto contra o solo.
Wazari	Pontuação do Judô que significa meio-ponto.
Yoko	Antiga pontuação do Judô que significa lado. Quando um judoca projetava o outro e este caía na posição lateral era atribuída essa pontuação.
Yondan	Terminologia específica para alinhar o grau de “faixa-preta 4º Dan”.
Yonsei	Essa palavra pode ser traduzida como quarta geração. No dado contexto da pesquisa significa pessoa brasileira descendente de japoneses na condição de bisneto radicados em território brasileiro.
Yosh	Palavra usada no Judô que significa continuar.
Yudansha	Palavra usada no Judô que significa grupo de graduados. Os judocas que pertencem a esse grupo são os faixas- pretas do 1º ao 5º Dan.
Yuu	Palavra japonesa que pode ser traduzida como coragem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DAS LUTAS CORPORAIS PELA DIMENSÃO DA HISTÓRIA ORAL	32
2.1 Pelos escritos da História e da História Oral: um breve panorama da metodologia	33
2.2 Da tradição oral ao registro histórico	36
3 DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	41
3.1 A Escolha da História Oral como Método da Pesquisa	41
3.2 Da Escolha dos <i>senseis</i>	44
3.3 Da coleta de dados propriamente dita	47
3.4 Da análise de dados pelo método da História Oral	51
4 O JUDÔ EM MARINGÁ NAS DÉCADAS DE 1960 A 1970: NARRATIVAS DE JUDOCAS PIONEIROS	56
4.1 Um breve perfil dos personagens históricos entrevistados e o contato deles com o Judô em Maringá	59
4.2 A trajetória de judocas que fizeram do Judô uma atividade para toda a vida: a implementação da luta em Maringá e o envolvimento dos seus primeiros praticantes	65
4.3 Das recordações dos treinos, dos eventos e dos <i>senseis</i> do Judô em Maringá nas décadas de 1960 e 1970: passado que reside na memória dos personagens históricos	75
4.3.1 Os primeiros passos do Judô na Cidade Canção: a alvorada dos centros de treinamentos e os seus <i>senseis</i>	78
4.3.2 A participação do Judô maringaense no Estado do Paraná: as disputas e as competições	90
4.3.3 O Judô em Maringá: os primeiros treinos e as progressões de faixas	113
4.4 O (re)inventar o Judô para si e na cidade de Maringá: as conquistas da faixa-preta e o tornar-se <i>sensei</i>	128
5 CONCLUSÕES	151
6 FONTES DE PESQUISA	160
7 REFERÊNCIAS	161
8 APÊNDICES	184
9 ANEXOS	188

INTRODUÇÃO

O ser humano, em sua constituição histórico-social, tem sua existência condicionada pela contradição da necessidade de criar e recriar continuamente a realidade em que vive, tanto em termos materiais quanto espirituais. Isso ocorre, inclusive, no âmbito das diferentes práticas corporais, sendo necessário adaptá-las às diversas circunstâncias que a sociedade impõe, mantendo-as significativas para os sujeitos que a praticam. O Judô – prática corporal que integra parte da construção histórico-social de muitas pessoas – possui um conjunto de significados relacionados a um modo de agir próprio frente a questões cotidianas humanas, carecendo, portanto, de constantes atualizações e ressignificações para existir em diferentes sociedades.

Os treinos de Judô, realizados em *dojôs*¹ espalhados pelo mundo inteiro, agregam pessoas interessadas por essa luta com os mais diversos interesses (DELIBERADOR, 1996). Os significados são apropriados pelos judocas, os quais assumem, cada um a sua maneira, os signos ensinados a eles por seus *senseis*². A metodologia de transmissão diferencia-se de *dojôs* para *dojôs*, entretanto o método de ensino utilizado é, prioritariamente, pautado pela linguagem oral e por demonstrações práticas. Entretanto, como afirma Pereira (2015), o Judô não deixa de acompanhar as mudanças tecnológicas ocorridas, haja vista que os fomentadores dessa luta não abdicam de meios inovadores para continuar aperfeiçoando e estruturando a modalidade³.

Le Goff (1990) e Bosi (1994) afirmam que as formas de linguagem escritas ganharam espaço em relação às formas orais, nos últimos anos, com a valorização de uma cultura letrada e alfabetizada. Le Goff (1990), corroborando com Henri Atlan, referencia a linguagem como uma extensão da memória para compartilhar aquilo que convém aos sujeitos, sendo manifestada de maneira falada ou escrita. O autor entende que, por meio da linguagem, transpõem-se os limites corpóreos dos sujeitos e se estende esse

¹ Palavra japonesa que pode ser traduzida como local de treinamento ou espaço para aprendizagem.

² Palavra japonesa que pode ser traduzida como professor, mestre ou aquele que ensina.

³ Apresenta-se, como exemplo, as divulgações de boletins e modificações de regras de combate pela Federação Internacional de Judô (FIJ), que ocorrem não só por meio escrito, mas disponibilizando imagens ou filmagens para fins didáticos. Outro exemplo é a oficialização do uso de gravações de vídeos para auxiliar a arbitragem durante os confrontos entre judocas nos campeonatos, conforme o documento intitulado *Refereeing Rules 2013 – 2016* (FIJ, 2014).

armazenamento de informações do passado a outros indivíduos ou às bibliotecas, fazendo com que a linguagem escrita tenha se manifestado com mais frequência no cotidiano⁴.

A pesquisa em questão não se dispõe a assumir como objeto de estudo a linguagem propriamente dita, mas tomar as memórias de judocas pioneiros de Maringá, relatadas por intermédio de narrativas orais, como um meio de compreender o processo de implementação e consolidação dessa luta no município. A oralidade, explanada pelos sujeitos que compõem o estudo, foi considerada como um eixo articulador entre o passado e o tempo presente, pois os relatos orais de pioneiros dessa modalidade, na referida cidade, expressam um duplo caráter: o que eles recordam de como foi a sua participação na implementação e consolidação do Judô e o sentido-significado que atribuem a essa luta, no tempo presente.

Fujita (20096) e DaCosta (2006) entendem que o Judô é uma das modalidades mais praticadas no país, ocorrendo divergências quanto a sua posição nessa classificação: alguns o apontam como a modalidade que integra as dez práticas corporais mais presentes na população brasileira; outros o indicam como uma entre as cinco modalidades esportivas mais praticadas no Brasil. Contudo, independente da posição ocupada ou dos critérios adotados para entender sua posição nesses *rankings*, torna-se necessário reconhecer sua trajetória no interior da sociedade e, aqui, de modo específico, sua configuração a partir da memória de *senseis*.

O Judô, na referida cidade, constitui-se como uma prática corporal que é ofertada em academias especializadas, centros de treinamentos de lutas ou por associações de praticantes (FPRJ, 2016). Atletas da modalidade trouxeram medalhas de eventos organizados pelo Estado, como no caso de Jogos Abertos, Escolares, Juventude e Universitários, além de torneios sediados na cidade, promovidos pela própria Federação Paranaense de Judô e entidades privadas (MARINGÁ, 2006, 2009 e 2010). Em acréscimo, o Judô aparece como componente curricular em cursos de Educação Física em ensinos superiores de Maringá. O município já teve nomeado, para assumir o cargo

⁴ Um dos fatores que influenciam na frequência da linguagem escrita no cotidiano é a internet, surgida em 1968 e popularizada em 1993, o que possibilitou convívios virtuais e informatizou serviços (BRIGGS, BURKE, 2006). Esse fenômeno promoveu troca de diálogos escritos em “tempo real” entre pessoas situadas em locais distintos do globo terrestre. O aperfeiçoamento dessa rede virtual não ficou somente restrito à dimensão escrita, mas também se deu na circulação de informações de imagens, de áudios e de vídeos (imagem e áudio). O hábito de escrever, compartilhar imagens e reproduzir sons é algo existente desde os tempos antigos nas civilizações humanas, como, por exemplo, o ato de trocar cartas e correspondências, de pintar e desenhar imagens ou ideias. A partir do século XIX, o uso de telefones contribuiu na comunicação oral entre pessoas e as fotografias e gravadores de sons são usados para os registros de imagens e áudios de maneira reproduzível.

de secretário de esportes, um judoca (MARINGÁ, 2007). Possuiu atletas em destaque competitivo em nível nacional e até nível mundial (KOTSAN, 2006 e KAYSER, 2013). A cidade já foi sede de campeonatos e festivais de magnitude estadual e internacional, entre outros feitos ocorridos no município (MARINGÁ, 2006b).

Os aspectos anteriormente mencionados demonstram que essa modalidade ocupa uma posição em eventos sociais na cidade de Maringá⁵. Além disso, nesta última década, o Judô maringaense teve duas associações: a Associação Maringaense de Judô (AMJ) e a Associação de Judô e Atletas de Maringá (AJAM), alterando a sua estrutura organizacional e os membros que as geram. Tais mudanças mostram que essa luta é uma prática corporal sustentada por um conjunto de relações sociais e instituições, as quais se encontram em contínuo movimento de maneira análoga ao momento histórico. Percebe-se que essa luta encontra-se nas relações sociais da Cidade Canção, sendo acessível a diversos maringaenses e a pessoas radicadas no município.

O intento não é, de forma alguma, acirrar a competitividade entre as práticas corporais de combate para saber qual é a mais hegemônica, popular ou importante no município. Também não é objetivo demonstrar ou fomentar comercialmente a atuação do Judô na sociedade maringaense. O desenvolvimento das lutas em uma localidade ocorre por motivos variados e de formas distintas, o qual, muitas vezes, independe do desejo exclusivo de um grupo social em proliferar o conhecimento contido na prática corporal. Assim, o comparativo entre lutas só seria válido se todas elas fossem elevadas a um mesmo patamar comum e, ainda assim, correr-se-ia o risco de desconsiderar aspectos particulares das modalidades ou dos sujeitos que a reproduziram.

A dinâmica de implantação do Judô em Maringá, até hoje, representa seu processo histórico, não ocorrendo de maneira puramente casual ou isenta dos interesses dos sujeitos que presenciaram o fenômeno. A interação dos seres humanos nessas relações sociais do passado, ou no presente, condicionou uma dimensão subjetiva nas modificações do mundo e na sociedade. Uma possibilidade de manter a continuidade de uma percepção tida em tempos anteriores é transmitir as informações a outros indivíduos que não participaram de um dado episódio; pode-se compartilhar a lembrança e mantê-la viva em outros momentos. Todavia, o sujeito que escuta as histórias contadas o faz a

⁵ A cidade de Maringá possui diversas alcunhas utilizadas para referenciá-la, tais como: Cidade Verde, em virtude da arborização nas ruas e parques e Cidade Canção, pois o nome do município é decorrente de uma canção escrita por Joubert de Carvalho (MARINGÁ, 2002 e BOVO & AMORIM, 2012).

partir dos dados emitidos pelo outro e, ainda, o conto é permeado pela própria percepção do ouvinte.

A memória não é a mesma de quem vivenciou o passado, mas ela pode ser ressignificada em outros seres humanos. Bosi (1994), Ferreira (2002) e Le Goff (1990) afirmam que a memória de um indivíduo nunca é puramente individual, pois ele carrega consigo a memória coletiva. Portanto, a memória do ser humano é um constructo social e o que conhecemos do passado é uma reinterpretação dos acontecimentos históricos a partir de resquícios que resistiram ao tempo. A subjetividade dos indivíduos é sempre uma incógnita, mas é possível captar a manifestação dos elementos intrapessoais⁶ que, muitas vezes, não são registrados de maneira documental ou sistemática. Dessa forma, quando é necessário saber os sentidos que as pessoas atribuíram a sua vida e aos acontecimentos do passado, muitas vezes deparamo-nos com a carência de registros formalizados e com poucos esclarecimentos acerca daquela realidade investigada.

As impressões coletadas podem ser indiferentes para a documentação e os acordos institucionais, mas não são dispensáveis para pesquisadores que buscam uma compreensão sistemática, polissêmica e racional dos processos, das relações e das determinações sociais de uma prática corporal. Ao entender cientificamente um fenômeno oriundo de uma luta, permite-se desmistificar e redirecionar o desenvolvimento da modalidade de combate de maneira mais concreta e intencional. Pesquisadores, cientistas e acadêmicos podem se utilizar de tais dados empíricos para compreender múltiplos aspectos da realidade humana. O uso compilado dos dados possibilita estabelecer elos entre as informações de maneira a compará-las, medi-las e significá-las de forma objetiva e precisa. Assim, são peças sistematizadas e estruturadas que permitem o entrelaçamento com outras investigações, constituindo parâmetros e análises assertivas sobre um determinado assunto, período ou fenômeno. Diante disso, as impressões deste pesquisador sobre sua inserção no Judô são apresentadas a seguir.

A exemplo de minha participação nessa modalidade, percebo modificações em alguns aspectos dessa luta. A situação atual do Judô não é a mesma de quando comecei essa “jornada” de aprendizados e estudos em torno dele. Iniciei essa prática corporal aos

⁶ Intrapessoal (ou intrapsíquico) é entendido por Vygotsky (1995) e Vigotskii, Luria e Leontiev (2010) como uma característica própria do ser humano, que é constituída por meio da internalização dos significados sociais existentes nas relações humanas. Este é um processo complexo, que transforma a estrutura e a função das capacidades psíquicas do ser social reordenando a sua ação no mundo. A apropriação dos signos culturais contidos nas relações sociais (interpsíquico) não é uma reprodução idêntica do meio social no plano individual, mas uma nova ressignificação dos signos culturais que o indivíduo a reconstruiu idiossincraticamente.

meus oito anos de idade, após meu irmão mais velho aderir à modalidade. Ingressei aproximadamente no mês de setembro de 1993 e ele, em julho ou agosto do mesmo ano, ambos sob a tutela do *sensei* Celso Takeshi Ogawa, em Maringá. Lembro-me de que meu irmão já havia participado de uma aula experimental de Tae-Kwon-Do no começo daquele ano, mas não se interessou por essa luta. Avalio que esse episódio motivou meus pais a matricularem meu irmão antes mesmo de mim, por haver algum receio do impacto que uma modalidade de luta poderia ocasionar em nossas vidas. Como ele possui dois anos a mais do que eu, tinha uma condição perceptiva melhor organizada para avaliar eventuais riscos e benfeitorias dessa prática. Assim, com a manifestação de interesse positiva de meu irmão pela segunda luta, o treino foi estendido para mim e para o meu irmão mais novo.

Outro fator que levou meus pais a colocarem os seus filhos nessa luta foi o convite de uma colega de trabalho de minha mãe, que já tinha os seus filhos matriculados na academia de Ogawa. Ambas eram professoras do curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e possuíam um aluno que ministrava aulas de Judô, o qual influenciou-nos em nossa iniciação na modalidade. O período específico do meu início no Judô ficou gravado em minha memória, pois o primogênito estava sempre um *Kyu*⁷ à minha frente. Por ingressar antes, ele teve a oportunidade de ser promovido a 7º *Kyu* (faixa cinza) no exame de faixas no final daquele ano; quanto a mim, só participei da promoção de faixa no primeiro semestre de 1994. Não foi possível que eu participasse do exame de faixas, em 1993, dada a exigência de cumprir uma carência mínima de tempo de treino para essa avaliação. Eu e meus irmãos mantivemo-nos firmes por longos anos em treinamento, sendo que alcancei a faixa-preta, 1º *Dan* (*shodan*)⁸ em 2007, e eles, a faixa marrom, 1º *Kyu*.

Durante a adolescência, busquei conhecer mais profundamente os aspectos filosóficos que norteavam a prática corporal de Kano *sama*⁹ e, quando cursei a graduação em Educação Física (entre os anos de 2003 e 2006), comecei a atuar como *sensei*. Por

⁷ Palavra japonesa que pode ser traduzida como grau ou graduação. No Judô, assim como em muitas outras lutas, há uma subdivisão hierárquica por níveis de aprendizado, que independem da idade de vida do participante. Na luta nipônica em questão, os *Kyus* são do 8º (faixa branca) ao 1º (faixa marrom). A partir da condecoração da faixa-preta a terminologia muda para *Dan*, que possui o mesmo significado e vai do 1º ao 10º nível. Do 1º ao 5º *Dan* a coloração da faixa é preta, do 6º ao 8º é permitido o uso de uma faixa rajada de branco e vermelho e do 9º ao 10º a coloração da faixa é vermelha. Esclareço que essas colorações são apenas simbólicas na condição de *Dan*, pois todos são faixas-pretas e apenas estão em estágios diferentes na aprendizagem do Judô.

⁸ Essa terminologia é específica do idioma japonês para alunar o grau de “faixa-preta 1º *Dan*”.

⁹ Essa palavra em japonês é um pronome de tratamento, que pode ser traduzido como senhor.

estar envolvido em um ambiente universitário dispus-me a investigar, por meio de pesquisas acadêmicas, alguns dos aspectos da luta, enfocando, principalmente, o pedagógico. Um fator que me levou para as pesquisas científicas e de docência na luta foi uma lesão que tive no joelho esquerdo pouco antes de iniciar a graduação, em outubro de 2002, o que inibiu, temporariamente, a minha atuação como atleta nos *tatames*¹⁰. Essa lesão não foi a única. Sofri do mesmo problema no joelho direito, em 2009, e novamente no esquerdo, em 2012. Notei que esses imprevistos provocaram condicionantes não esperados nos meus rumos no Judô, sendo decisivos em algumas de minhas escolhas na vida.

Esses fatores estimularam a minha passagem de *kohai*¹¹ para *sensei* e de praticante amador a pesquisador. Em todos os períodos ocorreram mudanças não só em mim, mas também no próprio Judô, a exemplo de regras de pontuações, especificações técnicas para a luta, exames de faixa, categorias de peso e idade, golpes autorizados e proibidos. Essas mudanças evidenciam parte do processo histórico do Judô em Maringá, processo esse já experienciado por outros alunos que o viveram antes de mim, o que me levou ao seguinte questionamento: quais acontecimentos da história do Judô não foram registrados?; pessoas que experienciaram o Judô em Maringá compartilharam das mesmas empolgações, frustrações e conhecimentos que os meus?; quem são os construtores do Judô na referida cidade?; o Judô sempre foi uma luta “tradicional” na cidade de Maringá?

Durante outras pesquisas que fiz sobre essa modalidade¹² e no decorrer de minha formação profissional, reparei que as histórias que eram contadas do Judô, tanto no que se refere ao seu surgimento no Japão quanto em sua vinda para o Brasil, possuíam uma grande similaridade e homogeneidade no conteúdo transmitido. Apesar de esses assuntos não serem unânimes entre todas as entidades brasileiras de Judô¹³ ou entre professores, em poucos casos eram expostas as fontes históricas ou documentais das alegações. Logo, deparei-me com outras dúvidas: será que há registros históricos sistematizados do Judô maringense?; o que pensam os primeiros participantes da modalidade sobre o seu início na cidade?; a identidade dessa luta considera a dimensão particular de sua localidade?;

¹⁰ Palavra japonesa que pode ser traduzida como tabulado típico japonês. No contexto do Judô é significa esteira acolchoada para amortecimento de quedas dos judocas.

¹¹ Palavra japonesa que pode ser traduzida como aprendiz, aluno ou aquele que sabe menos.

¹² Rizzo (2006), Rizzo (2011) e Rizzo & Gasparin (2011).

¹³ Segundo a AER-PE (2001), a chegada do Judô no Brasil ocorreu em 1912 e o principal disseminador da modalidade em território brasileiro foi Conde Koma, já a FPJ (2001) e a FCJ (2017) apontam que o Judô iniciou em 1920, tendo como principal fator de disseminação as imigrações japonesas ao Brasil.

por que não há uma história escrita do Judô maringaense que nos permita refletir sobre o que foi ou o que aconteceu com essa modalidade?

A história do início do Judô em Maringá é contada oralmente, não de maneira sistemática e nem programática, isto é, não há um evento próprio que zele por essa propagação e nem uma situação específica para que ela ocorra¹⁴. A sua transmissão ocorre casualmente e depende do desejo pessoal de quem a vivenciou ou a conheceu/conhece. Ela é “guardada” pelos *senseis* que estiveram no começo dessa luta na cidade e pelos discípulos que tiveram a oportunidade de escutar as suas lembranças e recordações. Os documentos contidos na Federação Paranaense de Judô (FPRJ)¹⁵ podem informar acerca de uma história “burocratizada”, fornecendo dados sobre rendimentos em competições, números de matriculados, registros de academias, quantidade de faixas-pretas, contratos e convênios estabelecidos com *senseis*, entre outras informações. Entretanto, a memória não é transmitida hegemonicamente por esse acervo, mas por quem a construiu e compartilhou as suas experiências nessa modalidade.

Os dados contidos em entidades oficiais balizam as necessidades operacionais e funcionais da própria existência da instituição e, por isso, correspondem a exigências e interesses administrativos. Já os contos e os relatos de personagens que vivenciaram a história nos fazem contemplar um universo simbólico que foi zelado por eles, algo que contribui para a construção não apenas de sua identidade, mas também da própria história do Judô em Maringá. As pessoas que se empenharam nessa modalidade, sobretudo em sua fase inicial, contribuíram para a disseminação dessa prática corporal nipônica em expansão no mundo. Um dos locais em que essa disseminação se deu foi Maringá. Assim, as memórias dos pioneiros não são peças mênadas e com significados desconectados de um contexto maior; elas possuem sentidos para os judocas do município e foram criadas em um momento de acordos diplomáticos entre os governos nipônico e brasileiro¹⁶.

Investigar o Judô em Maringá com um olhar histórico, por meio de narrativas orais, é destacar a importância da preservação da memória daqueles que o construíram e vivenciaram esse momento histórico. A implementação e a consolidação dessa

¹⁴ Drigo (2009, p.35) indica que, no Judô brasileiro: “[...], a oralidade é o ponto principal em que se baseia a transmissão de conhecimentos da modalidade, oriundo dos *senseis* mais antigos, que passam para os mais novos”. Portanto, o Judô maringaense não destoa do contexto mais amplo que está inserido; ele também preservou a sua identidade por meio da tradição oral.

¹⁵ Não apenas na FPRJ, mas também em associações ou empresas privadas que contribuíram com a luta e possuem reconhecimento público pelo Estado de sua existência institucionalizada.

¹⁶ Makino (2010) afirma que somente após a Segunda Guerra (1939-1945) é que os governos nipônico e brasileiro tomaram medidas efetivas para o intercâmbio de artistas, esportistas, estudiosos, eventos culturais, entre outros.

modalidade possuem múltiplas dimensões, pois a primeira geração de praticantes, que possuía ascendentes nipônicos¹⁷, escolheu a luta por motivos de identificação cultural, em um período de acordos políticos internacionais entre o Brasil e o Japão para estimular intercâmbios culturais entre os países (MAKINO, 2010 e CAVALCANTE, 2015). Entretanto, as escolhas desses primeiros judocas, residentes no município, foram permeadas por regionalismos e inter-relações com outros sujeitos com ascendências distintas, influenciando o desenvolvimento da luta nas dimensões culturais, sociais, econômicas, políticas, entre outras, da localidade.

Nessa direção, a temática investigada, deflagrada nessa tese de doutorado, buscou, na memória de *senseis*, fenômenos do passado do Judô em Maringá que permitissem constituir uma narrativa histórica dessa luta na cidade. Partindo dessas ideias, essa pesquisa orientou-se pelo seguinte problema norteador: como se deu a implementação do Judô em Maringá e como ocorreu a consolidação dessa luta na cidade?

A coleta de dados ocorreu por meio da História Oral, abordagem que se apresentou como a mais apropriada para investigar a temática, pois conforme Alberti (1996, p.02) alerta: “[...] só se deve recorrer à metodologia da história oral quando os resultados puderem efetivamente responder às nossas perguntas e quando não houver outro tipo de fonte disponível”. Mesmo que documentos escritos e iconográficos permitissem auxiliar na construção de uma narrativa sobre a implantação e consolidação dessa luta no município, a percepção dos seres humanos que vivenciaram esse processo, e (re)produzem os signos sociais do passado, estariam ausentes da resposta.

Nesse sentido, a abordagem selecionada possibilita: evidenciar memórias de sujeitos que vivenciaram um determinado período histórico; retomar, como fonte de dados, percepções e recordações de seres humanos que raramente são documentadas; e desmistificar os fatos históricos que as representações sociais dos judocas pioneiros permitem constatar. Diferentemente da abordagem histórica “clássica”, que parte de fontes documentais e iconográficas, para compreender os fatos históricos e propor representações do passado, a abordagem da História Oral busca, nas representações dos indivíduos, determinar quais fatos ou fenômenos históricos foram vivenciado pelos

¹⁷ Em Maringá, segundo o IBGE (2010), 3,19% da população são considerados orientais ou amarelos, 0,15% índios, 4,01% pretos, 22,23% pardos e 70,40% brancos. Para Previdelli (2009), só a ascendência nipônica em Maringá chega a 4,3%. No último estudo referido, não foi informado se são considerados amarelo, oriental e descendente nipônico filhos de miscigenações com os outros grupos étnicos.

interlocutores e produzem significados para eles, ou para um grupo social, no presente (ALBERTI, 1996 e ALBERTI, 2005a).

Com isso, pretendeu-se, de forma geral, analisar as narrativas orais de judocas pioneiros de Maringá no sentido de entender como essa memória contribui para a compreensão do processo de implementação e consolidação da modalidade no município, nas décadas de 1960 a 1970. De forma específica, buscou-se compreender historicamente os fatos e fenômenos memorados por interlocutores do Judô maringaense, com base na metodologia da História Oral; associar e contextualizar historicamente as memórias dos entrevistados, referente ao processo de implementação e consolidação da modalidade em Maringá; e constatar os principais fenômenos que permearam o processo de implementação e consolidação do Judô na cidade, a partir de suas narrativas orais. A pesquisa iniciou-se com uma escassez de dados empíricos, haja vista que foram poucos os documentos encontrados, as notícias em jornais e outros estudos aplicados a essa modalidade na região. Apesar disso, alguns registros documentais e iconográficos encontrados foram utilizados no sentido de auxiliar o pesquisador a organizar os caminhos da pesquisa, apesar de não terem sido, necessariamente, utilizados analiticamente na pesquisa.

Almeida (2009, p.125), ao refletir acerca da dicotomia presente-passado e memória-legado, esclarece a importância da preservação de patrimônios de qualquer espécie. A autora afirma que:

Considerado suporte da memória, fonte da história dos homens, portador de significado, o patrimônio – para se constituir como tal – pressupõe o reconhecimento de valor, a adoção de critérios de seleção, e, implicitamente, a importância da conservação. Sob esse aspecto, só a preservação possibilitará o usufruto do legado recebido do passado e a sua conseqüente transmissão às gerações futuras.

A narrativa oral é um fenômeno próprio do ser humano. Dado o caráter imediato da fala (se não for gravada), sua existência objetiva restringe-se à percepção subjetiva de quem a compartilhou. As memórias dos *senseis* que participaram da pesquisa, na condição de fonte de dados, foram zeladas no intuito de contribuir com o acervo histórico dessa luta na cidade de Maringá. Daí que as narrativas, coletadas por meio de técnica de entrevista própria à História Oral, foram analisadas no sentido de estruturação de uma

memória coletiva que, até então, estava apenas nas narrativas orais dos personagens¹⁸. Os pressupostos analíticos da interpretação dos dados dessa pesquisa tiveram amparo na proposta de Caldas (1999).

As contradições epistemológicas e a cientificidade da metodologia da História Oral, que usam de fontes orais para reivindicar uma concepção própria de ciência, foram explanadas mais detalhadamente no capítulo dois. Nele, discorreu-se sobre o uso de narrativas orais como dado científico para compreender a realidade humana, bem como os fundamentos da sua aplicabilidade com o assunto investigado nesse estudo, qual seja, as memórias de *senseis* de Judô em Maringá. Entende-se, portanto, que é possível integrar as narrativas orais ao universo escrito acadêmico sem abdicar da dimensão personalista e subjetivista dos depoentes, considerando a oralidade como um elemento universal para a construção da história das lutas.

A presente pesquisa encontra-se organizada em três capítulos. Após a introdução, apresentou-se um capítulo denominado “A Construção da Memória das Lutas Corporais Pela Dimensão da História Oral”, no qual se realizou uma revisão de literatura da metodologia que norteou o estudo, considerando a tradição oral como uma relação social necessária à propagação de conhecimentos entre as gerações e a sua utilização como fonte de dados. No segundo capítulo, denominado “Dos Caminhos Metodológicos da Pesquisa”, justificou-se a escolha da metodologia da pesquisa – a História Oral – apresentando-se os critérios de seleção dos entrevistados e como foram conduzidos os procedimentos metodológicos realizados na coleta de dados.

No terceiro capítulo, denominado “O Judô em Maringá nas décadas de 1960 a 1970”, que contém as análises de dados, há um breve perfil dos personagens históricos entrevistados e, na sequência, a análise de suas trajetórias nessa luta no município, buscando compreender a implementação da luta por meio das aproximações dos judocas com a modalidade. Dados foram retomados acerca de quem foram seus professores e quais eram os centros de treinamentos da cidade. As lembranças do período entre as décadas de 1960 e 1970, referentes às disputas e competições em que os judocas entrevistados participaram, aos seus treinos e progressões de faixa, também foram registrados. Por fim, o capítulo também explora o processo de consolidação do Judô

¹⁸ Le Goff (1990, p.425) alerta que: “[...] num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva”.

maringaense, quando os judocas adquirem a faixa-preta e assumem a responsabilidade de ministrar os treinamentos da modalidade na cidade.

É justamente no desenvolvimento do último capítulo que a tese da pesquisa se deflagra: o Judô, em Maringá, emerge como um elemento de integração cultural entre os *nikkeis*¹⁹ (nipo-brasileiros) e *gaijins*²⁰ (não nipônicos) e desenvolve-se com o empenho de judocas pioneiros em racionalizarem essa prática corporal no contexto da cidade. Tal tese é decorrente das análises que indicam o surgimento da modalidade, no município (década de 1960 até o início da década de 1970) como manifestação de interesse de grupos de *nikkeis* e *gaijins*, permeados pelo processo de hibridização cultural. A consolidação dessa luta em Maringá é considerada efetivada entre os anos de 1975 e 1979, quando os primeiros judocas *shodans* são formados pelo município e quando constituem um *dojo*²¹ para ministrar aulas. Essas decisões (de se graduarem e de lecionarem) asseguraram a continuidade dessa prática na cidade e levaram os judocas a se especializarem para a ocupação dessa função, constituindo o fenômeno de profissionalização. Ainda, a transferência dos *dojos* de associações recreativas e clubes para estabelecimentos comerciais incentivou o processo de mercadorização da modalidade na cidade, ampliando os mecanismos de racionalização da modalidade.

A metodologia da História Oral possibilitou retomar, por meio da memória de indivíduos, dados para a construção de uma narrativa histórica da implementação e consolidação do Judô maringáense. Por meio da metodologia, registrou-se o relato de quem vivenciou o passado, versando sobre as temáticas indagadas, de acordo com o recorte temporal selecionado. As narrativas destacaram detalhes que lembram e compartilharam percepções do passado, possibilitando o “diálogo” entre memórias e referencial teórico, em confrontos essenciais à fundamentação da tese. Como observa Melo (1998), a trajetória de um único indivíduo já permite uma imensidade de novas reflexões sobre uma temática, pois possibilita novas narrativas do passado e uma compreensão múltipla da história.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, deflagrou-se uma narrativa compartilhada, permitindo compreender os fenômenos históricos importantes na luta, as diferenças e semelhanças entre o passado e o presente no Judô em Maringá e, até mesmo,

¹⁹ Essa palavra pode ser traduzida como descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou japoneses que vivem regularmente no exterior.

²⁰ Palavra japonesa que pode ser traduzida como estrangeiro. No Brasil, é utilizada para designar brasileiros sem ascendência japonesa.

²¹ Palavra japonesa que pode ser traduzida como local de treinamento ou espaço para aprendizagem.

algumas modificações em âmbito mundial e local. A construção da narrativa escrita foi elaborada, articulando-se as falas dos interlocutores com a produção científica que tematiza o Judô, demonstrando o impacto que alguns fenômenos proporcionaram a essa luta, a influência cultural nipônica na construção de um ideário de Judô na cidade, a necessidade de transferência do Judô para estabelecimentos comerciais e entidades privadas e o interesse por legitimar, inicialmente, a luta de Kano *sama* em associações culturais ou clubes sociais.

Entende-se que a construção da escrita do passado do Judô em Maringá, possibilitada por meio das memórias e narrativas orais dos *senseis* participantes desta pesquisa, jamais ficará completa, pois outros judocas, outras abordagens, temáticas e recortes temporais podem e devem ser contemplados para uma construção coletiva e compartilhada da memória da prática corporal de Kano *sama* no município. Espera-se, também, que outras pesquisas possam ser realizadas nessa direção, envolvendo atores sociais que nos levem ao desenvolvimento de novas narrativas e/ou à exploração de narrativas anteriores, embora sob diferentes perspectivas.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DAS LUTAS CORPORAIS PELA DIMENSÃO DA HISTÓRIA ORAL

Esta seção apresenta a relação da História com a metodologia da História Oral e a sua legitimação como instrumento científico após a ruptura do antigo paradigma que guiava as ciências. Os paradigmas predominantes nas Ciências Humanas apontavam para a necessidade de uma construção científica da história pautada em documentos oficiais e direcionada para ser a verdadeira e a única narrativa do passado da sociedade. A História Oral contribuiu para a desconstrução dessa hegemonia nas Ciências Humanas, defendendo existência de múltiplas histórias e memórias narradas de diversas maneiras, fomentando uma identidade variada da sociedade e do passado. Assim, a necessidade de entender a tradição oral, na transmissão de tradições ou na construção de memórias no tempo presente, proporcionou uma dimensão diferente na leitura do passado e permitiu uma reflexão da realidade a partir do próprio sujeito que vivenciou o tema, período ou fato histórico.

Inicialmente, a História Oral não possuía *status* científico na comunidade acadêmica e era utilizada por diversos profissionais para os mais diferentes fins. Enfermeiros e médicos buscavam compreender como a doença e o tratamento afetavam os enfermos e os pacientes; antropólogos e sociólogos objetivavam analisar fatores sociais que motivavam pessoas a ingressarem em ativismos políticos e ideológicos; programadores e marqueteiros procuravam entender como as pessoas percebem as novas tecnologias. Conforme a metodologia foi incorporando os dilemas e as tensões da ciência História, sistematizou métodos e procedimentos para a coleta de dados, possibilitando um novo tipo de fonte histórica: a oralidade.

Atualmente, a metodologia da História Oral é reconhecida como um instrumento científico capaz de apreender dados da realidade, de maneira a proporcionar análises históricas e construir narrativas. As análises permitem permear no universo simbólico propalado pelo sujeito sobre as mais diversas temáticas abordadas, constatando memórias que resistiram ao tempo e que proporcionam significado no presente. Apesar de a metodologia possuir potencialidades no Judô, assim como em outras artes marciais, ela ainda é pouco utilizada para compreender a história e a identidade das modalidades de

luta na sociedade brasileira. Alguns autores citados nesta seção usaram essa abordagem para documentar memórias de artistas marciais, construir historiografias e compreender tensões e conflitos históricos nas lutas.

2.1 Pelos escritos da História e da História Oral: um breve panorama da metodologia

Olhar para o passado, na busca de entender o processo histórico que determinado grupo social viveu, permite vislumbrar a importância dos indivíduos no desenvolvimento das atividades realizadas em sua comunidade; possibilita, ainda, perceber alguns traços da identidade histórica de uma cultura ao assumir certas formas particulares e fins específicos, haja vista que o trajeto construído é historicamente determinado e trilhado numa realidade dinâmica, na qual os indivíduos que a vivenciaram no passado romperam ou deram continuidade aos rumos que lhes eram possíveis naquele momento. Para Borges (1993, p. 48), “[...] o conhecimento histórico serve para nos fazer entender, junto com outras formas de conhecimento, as condições de nossa realidade, tendo em vista o delineamento de nossa atuação na história”. Corroborando com esses dizeres, o conhecimento histórico contribui para a compreensão da realidade presente e fortalece a noção de que o ser humano é um ser essencialmente histórico.

A autora propala que a ciência da História¹ não tem mais a perspectiva da procura por afirmações absolutas sobre o que ocorreu no passado, pois essa ciência representa um instrumento para contemplar o que outrora aconteceu. A ideia de que existe uma trajetória única e linear de um estágio de desenvolvimento a outro da humanidade (para as organizações sociais ou estruturas econômicas) não é bem vista pelos historiadores, que entendem que o papel da História não é afirmar o tempo presente como superior aos tempos passados; nem tampouco é possível afirmar que determinados grupos sociais são superiores a outros por terem uma identidade histórica materializada por investigações científicas ou registros oficiais. A função essencial da História é reconhecer as transformações do mundo e do ser humano; ela nos mostra o que era, o que é e aponta possíveis devires dos homens e da realidade (BORGES, 1993).

¹ Entende-se por ciência História aquela que abrange não só a comunidade científica ou os sujeitos que atuam e se utilizam dessa ramificação do conhecimento humano para investigar e intervir na realidade, mas também o conjunto de saberes legados em torno da área, a qual permite que o ser humano avance no desenvolvimento da humanidade e na compreensão de si.

O tempo presente é constituído por seres humanos vivos dotados de consciência, e a sociedade os condiciona conforme o que foi construído e legado a eles, tanto nos aspectos materiais quanto nos espirituais. Portanto, as suas decisões possuem um carácter histórico por estarem atreladas ao passado e influenciarem nas relações sociais vigentes, por reproduzirem ou criarem o que existe. Partindo do pressuposto de que a realidade é dinâmica, diversa e síntese de múltiplas determinações, a humanidade – expressão do conjunto de ser humanos, interligados por meio de relações sociais que caracterizam um tipo de sociedade – muda com o passar do tempo para se adaptar às novas exigências. Nenhum indivíduo age sem possuir ligação com o passado e sem criar ou reproduzir as relações sociais possíveis de seu tempo. Se a intervenção do sujeito reproduzir a mesma condição social que lhe foi legada, a transmissão dos conhecimentos mantém-se numa relação social similar às anteriores. Se criar uma nova condição social, a transmissão é modificada, adquirindo contornos distintos dos quais teria.

Bosi (1994), ao referir-se à decadência do hábito dos seres humanos contarem histórias uns aos outros em detrimento da criação de meios de comunicação em massa, afirma que a função das narrativas orais foi substituída pelas narrativas da imprensa. Le Goff (1990) corrobora com esse pensamento e acrescenta que, além da imprensa, o processo de alfabetização favorece a inibição da tradição oral² por estar ligado à memória escrita e, portanto, informativa. A sabedoria, transmitida por meio da via oral, permite que o receptor retire alguma lição do que lhe é dito, mas tem perdido espaço para a informação, que é focada na formação de opinião do sujeito. A informação de imprensa não é pesada e medida pelo bom senso do leitor. Uma notícia banal pode ocupar mais espaço na comunicação de um jornal do que uma ocorrência de maior abrangência e relevância social. Na divulgação da informação, são atribuídos foros de verdade; contudo, a informação é tão inverificável quanto a lenda, o mito ou o conto (BOSI, 1994).

A dificuldade de estabelecer o que é real e verdadeiro causa incerteza e instabilidade. Hobsbawm (1998) afirma que, nesses momentos dúbios, os mitos e as histórias inventadas do passado adquirem maior força e são utilizados para justificar uma ideia de sobreposição de um grupo social sobre o outro para, dessa forma, proporcionarem a um conjunto de pessoas alguma certeza nos rumos do mundo. A estratégia consiste em criar uma identidade política orientada por etnia, religião ou fronteiras nacionais que sustente uma paixão de pertencimento ou posse de algo. O risco torna-se concreto quando

² Cruikshank (2006, p. 155) define que: “Em termos gerais, a tradição oral (como a história ou a antropologia) pode ser vista como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimentos”.

o grupo se legitima socialmente e impõe as suas exigências sociais aos demais membros da sociedade, garantindo-lhes as certezas³. Assim, é importante o historiador isentar-se dessa ideologia pseudoidentitária, propalada, muitas vezes, por jornalistas, materiais didáticos, produtores de televisão, para que ele possa explicar, de forma coerente e científica, a condição social e cultural do atual momento (HOBSBAWM, 1998).

Não compete buscar nos idosos, e nem ao menos em apenas um indivíduo, a compreensão da totalidade social. Essa função cabe à ciência como um todo em sua empreitada de derrubar os discursos falaciosos, fictícios e de pseudoidentidade. Ao idoso compete ligar os mais jovens aos aprendizados do passado, que são, na verdade, os sentidos e significados que eles deixaram de legado no presente. À ciência cabe mediar os fatos constatáveis da realidade humana e instrumentalizar os sujeitos para a criação de novas relações sociais, as quais devem estar ligadas às tradições de seus antepassados. Hobsbawm (1998, p.39) elucida também que:

[...] a mera experiência histórica sem muita teoria sempre pode nos dizer muita coisa sobre a sociedade contemporânea. Isso em parte acontece porque os seres humanos são quase os mesmos, e as situações humanas são, de tempos em tempos, recorrentes. Da mesma forma que os mais velhos podem frequentemente dizer “já vi isto antes”, assim também os historiadores, com base no registro acumulado de muitas gerações.

Percebe-se que a condição humana é sempre relacionada ao passado, no qual os fenômenos ocorridos em tempos antigos podem se manifestar na atualidade com outras características e aparências diferenciadas. O autor ainda esclarece:

É evidente que o presente não é, nem pode ser, uma cópia-carbono do passado; tampouco pode tomá-lo como modelo em nenhum sentido operacional. [...] Entretanto, há ainda uma parte muito grande do mundo e dos assuntos humanos na qual o passado retém sua autoridade, e onde, portanto, a história ou a experiência, no genuíno sentido antiquado, opera do mesmo modo como operava no tempo de nossos antepassados (HOBSBAWM, 1998, p.34).

As narrativas orais possuem espaços na sociedade hodierna diferentes do que ocupou em tempos anteriores, pois a comunidade científica moderna nem sempre

³ O autor, após discorrer sobre a importância de o historiador conhecer de maneira satisfatória o passado de um grupo social ou local, para evitar que ideologias fundamentalistas, étnicas ou nacionalistas propalem valores ufanistas, alerta: “Eu costumava pensar que a profissão, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora, sei que pode” (HOBSBAWM, 1998, p.17).

reconheceu esse fenômeno como uma fonte capaz de constituir dados constatáveis para interpretar a realidade de maneira sistemática. Atualmente, a fonte oral é um dado empírico que pode ser construído, analisado e submetido a critérios científicos, entretanto, há diversas formas de sistematizar essa empiria. Apresenta-se, nesta seção, a forma que fundamenta a análise do presente estudo e, para isso, é importante destacar uma breve trajetória da tradição oral até o seu reconhecimento como registro histórico.

2.2 Da tradição oral ao registro histórico

Ao analisar as contribuições da História Oral e suas formas de registro histórico constata-se a necessidade de apresentá-la a partir do interesse em uma realidade específica, qual seja, a modalidade esportiva do Judô. A transmissão dos acontecimentos passados por meio verbal é herança da tradição dos antigos *samurais*⁴ japoneses. Carvalho (2007, p. 107), ao fazer uma análise da relação da filosofia judoísta com o código de ética dos *Bushi*⁵ (no qual Jigoro Kano se inspirou), afirma: “Empenhada a palavra, para um *Samurai*⁶ era intolerável a quebra da lealdade e da confiança. Sob o pacto não existia necessidade de uma garantia por escrito. O autocontrole e o estoicismo representavam o paroxismo da sua educação”.

A atuação do ser humano na realidade e as práticas corporais que ele cria nascem das condições de existência social dos indivíduos, haja vista que realidade e ser não se dissociam. O contexto sócio-histórico é formado em uma relação recíproca e contínua com os indivíduos que reproduzem e produzem o meio social, o qual, dentro das possibilidades objetivas da realidade e subjetivas do ser, permite aos seres humanos assumirem determinados princípios e valores em suas vidas.

Hegel (2001, p.76) assevera que:

Cada indivíduo também é o filho de um povo em uma fase de seu desenvolvimento. A pessoa não pode passar por cima do espírito de seu povo, assim como não pode passar por cima da terra. [...] Somente através de seu esforço ele poderá estar em harmonia com a sua substância, deve trazer a vontade exigida por seu povo para a sua própria consciência, para

⁴ *Samurai* é um ofício do Japão antigo, exercido pelos que faziam parte da casta social denominada *Bushi* (guerreiros). Suas atribuições incluíam desde o coletor de impostos até as funções militares em guerras (CARVALHO, 2007).

⁵ A casta dos *Bushi* era conhecida como uma casta de guerreiros, que se assemelhava aos cavaleiros na Europa no período feudal.

⁶ É um ofício do Japão antigo, as atribuições incluíam desde coletar impostos até funções militares em guerras.

articulação. O indivíduo não cria o seu conteúdo, ele é o que é, expressando tanto o conteúdo universal quanto o seu próprio conteúdo.

Tal entendimento orienta a ideia de que os pioneiros do Judô são a expressão do momento sócio-histórico em que viveram, ou seja, eles só existiram enquanto tais personagens dadas as possibilidades das relações sociais em suas localidades e condicionados ao momento histórico. Assim, o sujeito ao implementar uma luta corporal em uma localidade contribui tanto na história da região como para a história do Judô, pois o indivíduo faz parte da história do Judô. Assim, ao se deparar em uma cidade onde essa prática corporal inexistia, constrói parte da história do local. A cidade proporciona a condição objetiva para a concretização do pioneirismo desse indivíduo, proporcionando uma nova luta corporal em território maringense. O indivíduo assume o papel histórico como pioneiro para concretizar o seu desejo de contribuir para a existência do existir o Judô na história de Maringá, aliando ao interesse dos indivíduos da região, que constroem as relações sociais desse local.

As atividades físicas praticadas pelos seres humanos são frutos de processos históricos que, de acordo com as relações dos indivíduos com o mundo, atribuem funções, finalidades e características específicas para aquele exercício físico. A escolha por praticar uma modalidade esportiva em particular não é meramente fruto do acaso, mas uma necessidade do ser humano de exercitar-se sob a mediação de signos culturais que assume para si. Logo, a sua escolha é uma expressão em um dado contexto histórico e objetivamente determinada pelas relações sociais. A determinação da existência de uma dada prática corporal é produto da relação recíproca entre os seres sociais e o mundo, portanto toda prática corporal é também uma prática social ou, então, uma prática sociocorporal⁷.

Alberti (2005) afirma que o uso de histórias orais para escrever sobre acontecimentos de uma época não é recente, seu emprego ocorre desde a Antiguidade, com Heródoto, Tucídides e Políbio. Os precursores dessa metodologia, na modernidade, são poloneses radicados nos Estados Unidos junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, entre os anos de 1918 a 1920. Segundo Thomson (2000), o marco inicial da metodologia da História Oral dá-se em 1948, com Allan Nevins, que

⁷ Rizzo (2014, p. 580) conceitua as práticas corporais como: “[...] meios operacionais construídos sócio-historicamente para um determinado fim, encontram-se materializadas nas ações dos homens e nas mais diversas atividades humanas da sociedade, isto é, vão desde a constituição de um padrão ou comportamento social em um determinado ambiente e momento histórico, até a uma habilidade motora específica para a produção de uma mercadoria ou serviço”

gravou memórias de pessoas importantes dos Estados Unidos para documentação histórica. Destaca-se que, nesse momento, o registro oficial era tido como a transcrição escrita e não a gravação propriamente dita. Em outros países, e aproximadamente nesse mesmo período, experiências semelhantes à metodologia de História Oral aconteciam, como, por exemplo, no México, com o registro de recordações de líderes da Revolução Mexicana pelo Instituto Nacional de Antropologia Mexicana. Com a inovação do gravador portátil, na década de 1960, houve aumento no uso desse recurso para fins de registro de experiências de minorias ou de pessoas consideradas marginalizadas na sociedade. Tal período é chamado de História Oral “militante”⁸ (ALBERTI, 2005).

Com a expansão do uso de narrativas orais em investigações, conflitos foram surgindo a partir da concepção de ciência predominante naquele momento e que determinava o que era considerado ciência História e a sua abordagem científica. O pensamento hegemônico que fundamentava o conceito de História defendia o que era científico, pautando-se na unidade de identidade de uma nação ou sendo contada pelas elites “civilizadas”. Na perspectiva da História Oral, parte-se do oposto, haja vista que a história deve ser pautada na identidade local e comunitária (ALBERTI, 2005). Nesse momento, esse oposicionismo legitimava a nova metodologia como uma abordagem diferente, mas ainda lhe carecia de fundamento epistemológico para ser considerada científica. Thomson (2000, p. 55) afirma que, inicialmente, o objetivo da metodologia era: “[...] proporcionar evidências empíricas sobre experiências não documentadas e potencializar grupos sociais que haviam sido ocultos da história”. Contudo, outras dimensões foram sendo incorporadas a esse objetivo inicial, a exemplo da criação de ativismos políticos, de mobilizações sociais na promoção da saúde e da reunião de experiências satisfatórias com novas tecnologias.

Um problema destacado por Alberti (2005) em relação à História Oral diz respeito a sua vinculação como história “real” e “verdadeira”. Com o objetivo de legitimar essa nova forma de coletar dados, autores⁹ que defendiam o uso dessa nova metodologia contribuíram para o movimento contra-hegemônico que denominava o que se entendia por ciência. O foco do movimento foi transformar o entendimento de Ciências Humanas,

⁸ Hobsbawm (1998, p. 47-48), ao se referir também a movimentos sociais e à mobilização de causas, alerta: “A história como inspiração e ideologia tem uma tendência embutida a se tornar mito de autojustificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como o demonstra a história de nações e nacionalismos modernos”.

⁹ Conforme Thomson (2000) e Alberti (2005), em virtude de essa metodologia ser interdisciplinar, os autores que defendiam a História Oral como abordagem científica eram oriundos de diversas áreas.

partindo da ideia de que a sociedade é composta por múltiplas histórias, memórias e identidades, o que diverge do que era defendido anteriormente, que considerava a história oficial como verdadeira, a memória como única e a identidade como unidade geral.

Considera-se, portanto, decisiva essa nova proposta, pois ela modifica o *status* da História Oral frente à ciência. Antes, a metodologia zelava por proporcionar evidências empíricas sobre experiências que não foram documentadas, potencializando discursos de grupos sociais que haviam sido ocultos na história. Passe-se, agora, para a condição de uma metodologia científica que cria ou coleta dados empíricos, apurando-os com os rigores propostos pela nova concepção de Ciências Humanas. Com isso, nota-se que, nas décadas de 1980 e 1990, os debates em torno da sistematização da História Oral se intensificaram, ocorrendo eventos específicos em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. Daí resultar no seu reconhecimento como metodologia científica em departamentos de história, denominando os dados coletados de “fontes orais” e constituindo um novo campo da História, ou seja, a história do tempo presente.

Para Schaff (1995), a função do historiador é estudar os fatos objetivos ocorridos no passado, chamados de fatos “brutos” ou “vulgares”, aos quais o historiógrafo atribui um valor histórico de acordo com o contexto daquele momento. Em complemento, o autor alerta que quem escreve/pesquisa não o faz conforme seu desejo próprio (porque ele não cria o fato, mas apenas o estuda). É guiado pela teoria que defende por estar condicionado aos interesses de sua época e de sua classe. Na História Oral, o pesquisador não cria o fato histórico que os depoentes discorreram; ele promove o registro da percepção dos sujeitos das lembranças já existentes. Mesmo considerando a influência que o entrevistador pode exercer no momento da coleta, a autoria é sempre de quem depõe. A função de quem investiga é conduzir o diálogo de maneira esclarecida, para que se possa captar a percepção e as lembranças dos sujeitos que não foram materializadas nos documentos.

Atentando-se a outros aspectos de produção científica da História, Hobsbawm (1995, p. 284) anuncia que: “[...] os historiadores não podem continuar satisfeitos com imagens e historinhas, por mais significativas que sejam. Precisam **especificar e contar**” [grifos nossos]. É com esse propósito que o estudo proposto estrutura-se, visto que haja vista que a história do Judô em Maringá é contada em conversas pós-treinos, viagens aos torneios e até mesmo em confraternizações e condecorações, gerando aos participantes dessa prática uma imagem da trajetória do Judô na cidade, além de instigar os alunos a fazerem e darem continuidade à história da modalidade. Todavia, o crivo histórico é

necessário para que o passado no período selecionado no estudo não seja perdido, manipulado ou distorcido. Em outras palavras, para que a modalidade possa ser tratada, de maneira racional e consciente de seu valor ou função social no município, por quem for estudá-la, é necessário transcender o caráter meramente informacional da modalidade. Para isso, é preciso problematizar e contextualizar as narrativas orais decorrentes das memórias.

Ao se referir a estudos de ordem histórica no âmbito dos esportes e da Educação Física, Melo (1999, p. 29) aponta um fenômeno ocorrido no Brasil ao demonstrar que as práticas corporais sistematizadas ocupam um papel importante na constituição de uma nação:

Na historiografia brasileira ainda não são usuais os estudos que se dedicam a discutir profunda e especificamente as peculiaridades do Esporte e da Educação Física. Mais ainda, aparentemente esses dois objetos não têm sido considerados como relevantes para a compreensão de nossa sociedade; ao contrário de outros países, onde o Esporte já ocupa significativo espaço nos meios acadêmicos. Podemos perceber isto, por exemplo, na História Social Inglesa, onde tem sido considerado um importante objeto de estudo devido à grande dimensão que tem assumido na estrutura social e cultural. Este destacado papel tem inclusive há algum tempo atraído a atenção e conduzido a cuidadosas reflexões de renomados intelectuais, como Eric Hobsbawn, um dos mais importantes historiadores ingleses vivos.

No Brasil, contudo, ainda (ou já) estamos dando os primeiros passos no sentido de tornar mais estruturado um grupo de pesquisadores interessados nos estudos históricos ligados à Educação Física e ao Esporte.

O chamado de Melo (1999) para a expansão de investigações históricas na Educação Física do Brasil é, antes de tudo, um alerta da importância dos esportes na sociedade e a sua devida mediação pelos profissionais da área. Antes de engendrar um estudo de magnitude de uma área inteira, parte-se do ponto de que é necessário ter tais elementos históricos de práticas corporais sistematizadas, as quais possam ser pensadas em suas relações, como mecanismos de densas reflexões.

DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 A Escolha da História Oral como Método da Pesquisa

A referida pesquisa, ao tomar por objeto a história do Judô em Maringá, cria registros memoriais dessa modalidade a partir da História Oral¹ e dispõe relatos orais no tempo presente em relação ao passado. O conteúdo dos depoimentos, materializado pelas recordações dos participantes do estudo, permite compreender como eles percebem o processo de surgimento do Judô na referida cidade e quais os sentidos/significados² que atribuem a essa modalidade. As memórias dos sujeitos que integram a pesquisa expressam resquícios de um tempo vivido e nos possibilitam construir uma narrativa do surgimento e desenvolvimento do Judô maringaense.

O processo histórico vivido pelos *senseis* em relação à efetivação do Judô em Maringá é um desdobramento da disseminação dessa luta para além dos limites japoneses. Os personagens que participaram dessa prática corporal no município são essenciais ao entendimento dos motivos pelos quais essa modalidade foi disseminada e adquiriu sentido/significado na vida da cidade, perdurando até o tempo presente.

Leal (2011) salienta que os estudos sobre a história de Maringá, ao contemplar o passado do município, foram desenvolvidos pelo setor privado a partir de um olhar predominantemente economicista. Embora o autor destaque que o setor público, a política e os aspectos socioculturais também permearam de forma decisiva a constituição histórica do município, ele argumenta que, muitas vezes, esses aspectos são desprezados ou relegados a um segundo plano na narrativa da história maringaense. Desse modo, Leal (2011, p.43) alerta para problemas no uso do termo “pioneiro da cidade”, difundido na narrativa do setor privado que, concedido por meio da legitimidade do setor público, apagou as diferenças e particularidades históricas dos verdadeiros pioneiros:

¹ Para Castro (2007, p.14), a metodologia da História Oral documenta a percepção de sujeitos, mas essa metodologia não se limita a isso. Para ele, essa abordagem possui: “[...] ampla produção epistemológica e metodológica, sua utilização também é defendida como forma de publicização de histórias de vida e temas sócio-culturais [sic] em trabalhos que levam a propostas de políticas públicas”.

² O sentido que eles atribuem ao Judô possui um caráter mais personalista e perceptivo, pois relaciona-se às experiências vividas, íntimas ou compartilhadas, ao longo de suas vidas nessa luta. O significado do Judô é uma construção social que o sujeito assumiu para si e, quando eles exteriorizam essa luta, por meio de suas próprias palavras, manifestam socialmente a sua interpretação desse signo sociocultural apropriado.

Na verdade, ao criar em 1972 a lei e o diploma de pioneiro, o poder público municipal ocupava-se de formalizar um sentimento já existente, e que só aguardava a chancela oficial para completar o ciclo de consagração. A instituição governamental do *status* de pioneiro acarretará um efeito decisivo na história da construção desse título distintivo. Primeiramente, quem chegou depois de 1950 não tem direito ao mérito primaz, e a consequência mais importante é a homogeneização do agente pioneiro. A entidade pioneira não tem cor, sexo, etnia, religião, classe social e posição política. É uma tentativa de igualar a massa de indivíduos, sem atentar às peculiaridades inerentes dos migrantes em movimento.

Esse fenômeno faz com que a história maringaense seja percebida sem nuances e contradições, ofuscando sua real complexidade e suas particularidades. Entretanto, Leal (2011) destaca que não basta apenas tecer uma leitura sobre os aspectos não relevados ou relegados a um segundo plano, mas é preciso entender os pontos cegos existentes nessa história construída, captando as características e especificidades típicas da região³. Dessa forma, a leitura feita por aqueles que residiam no município e que se envolveram na vida cotidiana da cidade, praticando e disseminando uma prática corporal nipônica, demonstra alguns laços históricos que conectaram os primeiros praticantes do Judô maringaense com a cidade.

A percepção e a memória dos primeiros judocas de Maringá, relatadas oralmente, constituem dados empíricos de indivíduos que estiveram envolvidos com o surgimento da modalidade no município. O testemunho deles nos permite entender melhor o processo de implementação e consolidação dessa luta, a qual é abordada, nessa pesquisa, pela associação da tradição oral à tradição científica. O caráter dinâmico dessa manifestação corporal, algo considerado por Kano ao formular essa luta, legitima a existência de abordagens empíricas, filosóficas, educativas e científicas que possam agregar a sua compreensão e desenvolvimento. A carência de aperfeiçoamento nesses saberes específicos faz com que essa prática corporal nipônica mantenha sua contemporaneidade, necessitando de revisões e “manutenções”. Dessa forma, a oralidade, que permeia múltiplas relações no interior de práticas corporais de luta, constitui-se em um elemento indispensável para compreender o Judô, sem desconsiderar a dimensão da personalidade que há na relação do sujeito com essa produção sociocorporal.

³ Ao referir-se ao controle da memória coletiva, Le Goff (1990, p. 474) aponta para o surgimento de uma nova historiografia, denominada de “história da história”, a qual, segundo ele: “[...] é na maioria das vezes o estudo da manipulação pela memória coletiva de um fenômeno histórico que só a história tradicional tinha até então estudado”.

O sujeito de memórias ocupa uma posição específica em relação ao momento vivido. Sua percepção e lembranças são elementos importantes para uma interpretação coletiva da história, tanto quanto os demais objetos e resquícios históricos produzidos. A percepção do sujeito é valorosa, pois ele é o portador das recordações do passado que, no presente, manifestam-se como um vestígio dos signos sociais adquiridos em um determinado período. A dimensão personalista do personagem é trazida de forma explícita na construção de uma história, pois os homens, ao intervirem na realidade, não dispensam essa dimensão. Assim, ao rememorarem o passado e ao construírem suas narrativas históricas no tempo presente, mediados pela História Oral, os sujeitos constroem uma memória coletiva científico-filosófica.

O empenho dos primeiros judocas para a consolidação do Judô em Maringá parece ser um indicativo do desejo de que essa prática social fosse mantida até a atualidade. Logo, estimular a retomada dessas memórias entre os protagonistas e entender como eles vislumbram o passado constituem, em concordância com Leal (2011), elementos-chave para romper com a leitura exclusivamente economicista que guia a explicação da história do município.

O Judô é uma prática corporal sistematizada que se encontra em diversas graduações de licenciatura e de bacharelado em Educação Física, como componente curricular ou no conteúdo de Lutas⁴. Estuda-se essa prática corporal nipônica por meio da Cultura Corporal (ou nomenclatura similar), assim como por meio de saberes científicos, visando ao seu conhecimento e aperfeiçoamento. Assim, ao olhar para obras que narram o processo pelo qual esse curso constituiu sua trajetória no Brasil⁵, o Judô e outras diversas modalidades ocupam, nas leituras da história da Educação Física brasileira, um papel secundário ou omissó⁶.

⁴ Limitando-se a cursos presenciais em Maringá, seja de bacharelado ou licenciatura, o conteúdo Lutas, ou equivalente, é componente curricular na Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2017), no Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR, 2017), na União das Faculdade Metropolitanas de Maringá (UNIFAMMA, 2017) e na Faculdades Ingá (UNINGÁ, 2017).

⁵ Para informações complementares, cf. Bracht (2003), Castellani Filho (1988), Melo (1996) e Soares (1994).

⁶ As Lutas são apontadas como um conteúdo possível na Educação Física Escolar, desde 1937, por Fernando de Azevedo (1960). Na fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto (pelo Decreto-Lei nº 1212 de 02 de maio de 1939), a Cadeira XVII era a de Desportos de Ataque e Defesa, ocupada por Alberto Latorre de Faria que defendia a “pedagogização” das lutas pela Educação Física (MELO, 1998). A integração das Lutas aos currículos do ensino básico ocorreu a partir da década de 1980, sendo oficializada como conteúdo escolar pelos Parâmetros de Curriculares Nacionais de Educação Física (PCN Educação Física) em 1997 (SO e BETTI, 2017; NASCIMENTO, 2008).

Herold Júnior e Leonel (2010) apontam que, para averiguar as dificuldades da Educação Física na atualidade, é preciso entender o processo histórico no qual a disciplina se inseriu mediante a criação dos sistemas nacionais de ensino. Os autores propõem uma releitura da história da Educação Física, olhando-a no momento em que se apresentava como uma “prática social” e, posteriormente, como “prática escolar”. Metodologicamente, eles assumem os conceitos empregados como relacionados e não antagônicos, com considerações acerca de questões gerais, que os aproximam, e as específicas, que os diferenciam (HEROLD JÚNIOR e LEONEL, 2010). Herold Júnior e Leonel (2010, p.11-12) definem que “prática social” é:

[...] a criação e a reprodução cotidiana da vida social, que se assume como passível de ser realizada pelo trabalho de cada indivíduo na luta pela produção de sua existência. [...] Já ‘prática escolar’ é tida como componente fundamental desse processo maior e que, de acordo com as particularidades históricas de um contexto, coloca-se como base, como complemento ou como oposição aos valores elaborados e exercidos na ‘prática social’.

Entende-se, portanto, que estudar o passado das práticas corporais “excluídas” da história “oficial” muito nos diz do tempo presente, pois fornece dados sistematizados que colaboram para entender a relação da modalidade com a sociedade ou com o ensino superior que a leciona. Rufino e Darido (2015) defendem uma mudança na metodologia do ensino de lutas nos cursos superiores para viabilizar o melhor trato pedagógico do ensino desse conteúdo nas escolas. Todavia, essa mudança só se efetiva na medida em que se compreende o conteúdo de lutas em sua relação com a sociedade. Nesse sentido, estudar a história do Judô em Maringá proporciona um elemento a mais para pensar acerca dos conhecimentos que integram a Educação Física brasileira, dentro ou fora da escola, e do Judô no Brasil.

3.2 Da Escolha dos *Senseis*

A busca pelos judocas que poderiam participar da pesquisa deu-se inicialmente por meio de informações disponibilizadas no sítio eletrônico da Federação Paranaense de Judô (F.PR.J). Nesse sítio, apareceram os seguintes nomes como professores de Judô e/ou responsáveis por Centros de Treinamento dessa modalidade em Maringá: Roberto Nagahama, da Associação Maringaense de Cultura Física; Celso Takeshi Ogawa, da

Academia Hobby Sport; Rafael Pallone Júnior, da Associação de Judô e Atletas de Maringá; Pedro Dias, da Escola de Judô Pedro Dias; Takahiro Fujisaki, do Instituto Mirai Kodokan⁷. Após esse levantamento, essas pessoas foram procuradas, sendo a elas direcionada a seguinte pergunta: quem são os judocas que treinaram em Maringá, nas décadas de 1960 e 1970, e que ainda se encontram envolvidos com a modalidade?

A pergunta dirigida aos professores de Judô e/ou responsáveis por Centros de Treinamento em Maringá deu-se com a intenção de selecionar os sujeitos que comporiam o estudo. Assim, houve a preocupação em como proceder adequadamente para selecionar um número significativo de depoentes, respeitando-se, contudo, preocupações próprias da História Oral. Afinal, como observa Meihy (1996), a metodologia da História Oral aconselha explorar um número mais restrito de depoentes, dada a dificuldade de analisar com densidade um grande número de entrevistas.

Os nomes de judocas ligados às décadas de 1960 e 1970, em Maringá, conforme mencionado pelos *senseis* Roberto Nagahama, Celso Takeshi Ogawa e Rafael Pallone Júnior foram: Osvaldo Yoshio Umeda; Jorge Luis Meneguelli (Ploc); Roberto Nagahama; Walter Kazunori Babata; Celso Takeshi Ogawa; Márcia Noriko Yokoyama; Jorge Yokoyama e Alexandre Miyaky da Silveira. Tais nomes foram cruzados com os critérios inicialmente pensados para a seleção dos entrevistados, quais sejam: a) ter iniciado a prática de Judô entre as décadas de 1960 e 1970; b) ter participado como judoca (professor ou aluno) dos treinos da modalidade na cidade de Maringá no período proposto ao estudo; c) estar atuante até o presente momento na modalidade⁸.

Os participantes que foram citados pelos *senseis* Roberto Nagahama, Celso Takeshi Ogawa e Rafael Pallone Júnior e que atendiam aos critérios de seleção dos depoentes para a pesquisa foram: Osvaldo Yoshio Umeda, Jorge Luis Meneguelli, Roberto Nagahama e Walter Kazunori Babata. Os *senseis* Celso Takeshi Ogawa, Márcia Noriko Yokoyama, Jorge Yokoyama e Alexandre Miyaky da Silveira não compuseram a pesquisa pelo não atendimento ao recorte temporal, haja vista que passaram a fazer a modalidade somente ao final da década de 1970, ainda crianças.

⁷ No momento de visita aos Centros e Escolas de Judô em Maringá, como parte das ações de seleção dos sujeitos da pesquisa, não tivemos acesso ao professor Pedro Dias e nem ao *sensei* Fujisaki, que estavam, respectivamente, em viagem e em afastamento das atividades por motivos de saúde. Os demais *senseis* auxiliaram no processo da identificação dos nomes que iriam compor a pesquisa.

⁸ O critério estar envolvido com a modalidade na atualidade foi inicialmente pensado a partir de reflexões oriundas do estudo de Bosi (1994). A autora afirma que a memória é mutante e se modifica/ressignifica conforme as diferentes experiências dos sujeitos. Logo, entendemos que os judocas que ainda se encontravam atuantes na modalidade teriam mais oportunidades para externar essas memórias em sua prática profissional do que aqueles que se afastaram totalmente dessa luta.

A idade dos professores selecionados é relevante para o estudo pois, segundo Bosi (1994), as pessoas mais velhas ocupam a posição de “lembrar”, com condições de tornar presentes pessoas que já se encontram ausentes. Como esses ausentes estão impossibilitados de prestar seu testemunho, perdem, ao menos em parte, a condição de compor memória coletiva da luta no tempo presente⁹, embora estejam representados por aqueles que os lembram em suas memórias. Os que expõem, falam de um tempo que presenciaram e versam sobre si e sua história. As lembranças antigas não são apenas nostalgia, mas também peças que ajudam a compor e a interpretar uma parte do passado da luta, podendo ser acompanhadas ou acrescidas de outros elementos conhecidos.

Para além dos nomes já mencionados, outros também foram citados, embora os próprios *senseis* alertaram que eles não contemplavam o critério de envolvimento com a modalidade, a exemplo dos judocas: Wellington de Coelho Castillo, Marcelo Manilla, Antonio Andrade, Aldenor de Souza Castro, Mario Iwashii, Takeshi Saguti e Fabiano Miyaky da Silveira. Apesar de se considerar o critério de envolvimento com a modalidade nos dias atuais como importante, entendo que os demais nomes indicados não seriam necessariamente descartados; tampouco foram invalidadas suas chances de participação no estudo. Caso as entrevistas primárias não trouxessem narrativas significativas em termos de conteúdo para operacionalizar as análises, seria possível também recorrer a esses nomes, com a revisão dos critérios. Conforme explica Alberti (2005a), as narrativas na História Oral nem sempre se manifestam como suficientes ou satisfatórias, sendo necessárias ações de complementação dos dados.

Ao serem contatados, os quatro professores selecionados para comporem o estudo demonstraram pronta disponibilidade e interesse em participar das entrevistas, que foram marcadas posteriormente a esse contato e realizadas individualmente, em locais escolhidos por eles. As datas em que as entrevistas ocorreram e os respectivos entrevistados foram: 28 de setembro de 2017 (Roberto Nagahama), 10 de outubro de 2017 (Jorge Meneguelli), 26 de dezembro de 2017 (Walter Babata) e 16 de fevereiro de 2018 (Osvaldo Umeda). O aceite dos professores e a sua prontidão em colaborar com a pesquisa representam importante passo para a (re)construção de uma narrativa histórica coletiva sobre o passado do Judô em Maringá, segundo a memória dos depoentes.

⁹ Ferreira (2002, p. 327) afirma que: “[...] a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Isto porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós”.

A coleta e o tratamento dos dados levaram à necessidade de repensar um dos critérios da pesquisa, qual seja, o envolvimento atual com a modalidade. Tal critério deixou de ser considerado no desenvolvimento da pesquisa pelo entendimento de que alguns judocas poderiam contribuir com suas narrativas acerca do período investigado, a exemplo de Wellington de Coelho Castillo e Takeshi Saguti, mencionados por alguns depoentes como importantes para o recorte temporal estudado. Os nomes de Aldenor de Sousa Castro e Antonio Campos de Andrade também foram citados nas entrevistas, mas já estão falecidos. Logo, novos convites para compor a pesquisa foram desenvolvidos, incluindo os *senseis* Wellington Coelho de Castilho e Takeshi Saguti. Eles prontamente aceitaram participar da pesquisa, cujas entrevistas foram realizadas, respectivamente, no dia 30 de abril e 1º de maio de 2018. Com isso, a pesquisa contou, ao todo, com a colaboração de seis *senseis*, que trouxeram narrativas que nos auxiliam a compreender o período de implementação e consolidação dessa luta na cidade de Maringá.

3.3 Da coleta de dados propriamente dita

A escolha dos depoentes que participam da pesquisa não se dá desprovida de intencionalidade. Como argumenta Alberti (2005b, p.8): “[...] no caso da entrevista da História Oral, a intencionalidade do documento já é dada de saída, quando da própria escolha do entrevistado como pessoa importante a ser ouvida a respeito do assunto estudado”. Assim, considerando o fato de que o autor da pesquisa esteve envolvido com a modalidade desde a mais tenra idade até a atualidade, o processo de coleta de dados dificilmente deixa de considerar a pessoalidade do entrevistador na relação com os entrevistados. Daí ser necessário fazer uma breve alusão acerca de como ocorreu a aproximação com os personagens históricos selecionados para a pesquisa. Esse esclarecimento é importante pois, segundo Alberti (2005a), a História Oral assume que tanto o pesquisador quanto o pesquisado possuem elementos pessoais que interferem no processo de produção do dado científico¹⁰.

Ciente de que as lembranças, ao serem mencionadas, muitas vezes se confundem com o significado pessoal e íntimo de quem vivenciou o momento, ou até mesmo se confundem com o desejo do que deveria ter acontecido no passado, a entrevista foi

¹⁰ Apesar de apresentar diálogos estabelecidos com os sujeitos da pesquisa, não houve, nesse momento, registro de filmagem ou gravação, pois o intento era iniciar uma aproximação que pudesse contribuir significativamente com a fase de coleta de dados.

realizada com mais de uma pessoa. A participação de mais de um entrevistado demonstra-se importante, pois relatos diferenciados fornecem: percepções distintas da aproximação e envolvimento do sujeito com a modalidade; lembranças peculiares que marcam o passado para o depoente; e interpretações ou narrativas de como os fatos e fenômenos do passado ocorreram. Outro aspecto que balizou a busca por mais de um entrevistado é o fato de nos aproximarmos de um significado coletivo do passado do Judô em uma dada realidade. Assim, compreender as memórias dos sujeitos participantes do estudo torna-se imprescindível para desvendar o sentido/significado do início do Judô de Maringá, atribuído por quem presenciou o processo de implementação e consolidação dessa luta.

O primeiro contato com os professores participantes do estudo deu-se por telefone e/ou por encontros casuais no *dojo* em que treino. A conversa iniciava-se geralmente com procedimentos de etiqueta típicos de nossa região e país, no caso com cumprimentos de “boa tarde, *sensei*”, seguidos de uma aproximação de interesse sutil: “tudo bem com o senhor (ou você)?”. Após, mencionava-se acerca da necessidade de conversar pessoalmente em razão da realização da pesquisa de doutorado. A temática, sempre que mencionada, causava surpresa e, na sequência, comentários positivos. Havia também certa preocupação em relação ao recorte temporal a ser estudado. Ao explicitar o período das décadas de 1960 a 1970, alguns deles me incentivaram e falaram que possuíam interesse em escrever sobre o início do Judô maringaense, mas não o fizeram por eventualidades do dia a dia ou pela necessidade de um grande empenho.

Conforme o diálogo continuava, houve uma melhor explicação de como iria desenvolver a investigação, comunicando o uso da metodologia da História Oral e a importância da participação de cada um, tendo em vista que os registros de suas memórias iriam contribuir com a construção de uma narrativa coletiva do passado do Judô em Maringá. Assim, a partir da documentação memorial de suas lembranças e da compreensão do sentido/significado atribuído por eles a essa luta seria possível compreender parte do processo de implementação e consolidação dessa modalidade no município. Dessa forma, a visibilidade desses sujeitos como fonte de dados, conforme defende Bosi (1994), destaca a importância da pessoalidade dos sujeitos que vivenciaram processos históricos em tempos memoriais na construção do passado e a necessidade de compreender as narrativas dos senescentes em consonância com narrativas científicas.

O *sensei* Umeda, ao tomar conhecimento do projeto, lamentou uma decisão recente que foi ter jogado no lixo um conjunto de materiais, guardados durante anos, relativos ao passado do Judô maringaense. Foi indagado sobre o que havia sido descartado

e ele respondeu: “Tudo! Carteirinhas, reportagens, certificados, enfim, tudo”. Ao perguntar o porquê dessa decisão, ele respondeu: “estava precisando de espaço em casa e como nunca arrumava tempo pra organizar aquilo ou escrever algo sobre o passado, desisti e me liberei deles”. Nessa circunstância, foi possível observar como o aspecto corriqueiro e de ordem pessoal é decisivo para a construção de uma narrativa histórica, pois um simples dilema cotidiano destinou um material físico ao lixo (que poderia ter contribuído com o estudo), mas que agora resta apenas na memória subjetiva de quem um dia teve acesso a ele. Para não deixá-lo sentir-se culpado ou constrangido pela circunstância, foi informado que, no estudo, o mais importante era o depoimento dele.

O contato inicial com o *sensei* Nagahama ocorreu por telefone, assim como o agendamento de uma reunião para explicar melhor o projeto e verificar uma possível data para a entrevista. O local combinado foi em sua própria academia, a Associação Maringaense de Cultura Física (AMCF), onde aproveitou a oportunidade para mostrar as suas novas acomodações. A descrição do espaço, apresentada por ele, demonstrou a preocupação em manter o Judô como uma modalidade tradicional em seu centro de treinamento, além de ofertar outras atividades de treinamento. Nesse primeiro encontro, o *sensei* Nagahama mencionou alguns elementos que ainda estão fortemente vívidos em sua memória. Comentou sobre os diversos momentos em que a luta de Kano *sama* mostrou-se importante, afirmando que a modalidade o acompanha em todas as fases de sua vida.

O contato com o *sensei* Babata também foi por telefone. O contato foi dado por seu próprio filho, Lucas Babata, em um treino que fizemos juntos na academia do *sensei* Ogawa. O *sensei* Babata já tinha informações prévias do que eu iria ser proposto a ele; possivelmente seu filho tenha comunicado acerca do estudo. Ele foi muito solícito e se dispôs, de forma bastante interessada, a ser um dos entrevistados. Babata comunicou que atualmente ministra aulas na cidade de Campo Mourão e que se encontra presente em Maringá com muita frequência. Embora fosse possível realizar a entrevista em Campo Mourão, caso ele julgasse mais propício, optou por realizá-la na Cidade Caçador.

O *sensei* Babata passou-me o número telefônico do último entrevistado, o *sensei* Ploc, e mostrou-se interessado em saber se havia alguma notícia sobre como ele estava em termos de saúde. A preocupação não se limitou ao fato de o *sensei* Ploc ser um participante selecionado na pesquisa, mas sobretudo por sua atuação em conjunto como

árbitros de Judô em campeonatos¹¹. Ao contatá-lo, Ploc mencionou que estava se recuperando de uma cirurgia, mas que poderia, com orgulho, contribuir com a investigação. Assim, os detalhes da entrevista foram acertados.

Conforme descrito anteriormente, todos os *senseis* se prontificaram a participar de maneira interessada. Uma das preocupações que eles tiveram foi com o período em que iriam contribuir por meio de entrevista e se haveria um roteiro prévio ou uma temática específica. Suas inquietações foram respondidas e informado que o relato zelaria por aspectos individuais, tendo eles autonomia para versarem sobre suas memórias do passado. Aproveitou-se a circunstância para dizer que o papel do entrevistador seria acompanhá-los em suas narrativas, como ouvinte e interator, com vistas ao registro memorial de seu envolvimento com o Judô. Como observa Meihy (1996, p.55), a entrevista é uma parte da etapa do projeto, mas ela não é a História Oral. Assim, é preciso considerar que:

A entrevista possui degraus, a saber: *pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista*. [...] A *pré-entrevista* corresponde à etapa de preparação do encontro em que se dará a gravação. É importante que haja, sempre que possível, um entendimento preparatório para que as pessoas a ser entrevistadas tenham conhecimento do projeto e do âmbito de sua participação.

Caldas (1999, p.100) defende que as entrevistas não possuem uma fórmula infalível para a extração de um resultado, pois dependem da disposição, do interesse e da condição do entrevistado. Dessa forma, a entrevista constitui-se em um diálogo profundo que unifica, em uma única vivência, o entrevistado e entrevistador. “Mas o diálogo não é somente entre *peçoas*, mas entre *tempos, imaginários, idéias, corpos, experiências, vozes, imagens* diferentes. E deve ser nessa, como essa e para essa *diferença* que deve acontecer o diálogo” [itálico do autor]. Assim, houve preocupação para que a aproximação com os participantes do estudo se desse de forma amistosa, de modo que o depoimento não se assemelhasse a um inquérito judicativo ou ao “julgamento da história”. O primeiro contato, descrito anteriormente, deu-se de modo a valorizá-los e, de certa forma, levá-los a se sentirem importantes e homenageados pelo que fizeram no passado.

¹¹ Destaco que o *sensei* Ploc possui um nível de arbitragem elevado, possuindo o grau de Árbitro Internacional nível “B”.

Na entrevista com os *senseis*, foram seguidas as recomendações de Caldas (1999) em relação a formas de conduzir o diálogo acerca do passado. O formato adotado para as entrevistas com o primeiro grupo de entrevistados foi padronizado, ou seja, primeiro houve a exposição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a descrição sumária do projeto, seguido da primeira pergunta comum a todos eles: “Um das coisas que os Judocas de hoje em dia possuem são dúvidas de como tudo começou. Como foi esse começo e o seu envolvimento com a implementação dessa luta em Maringá?”¹². No segundo grupo de colaboradores, as gravações iniciaram-se após os primeiros relatos, pois os entrevistados já começaram a falar antes mesmo dos preparativos para o registro. Por motivo estratégico-didático, evitou-se a interrupção para impor os procedimentos formais da pesquisa, pois tal atitude poderia causar indisposição em relatar o passado ou serem induzidos a responder de maneira direta e pouco discursiva. O TCLE desse segundo grupo foi assinado ao término da entrevista¹³.

A estruturação das narrativas no presente estudo foi pautada nas fontes orais coletadas, expostas no capítulo quatro. Os subcapítulos foram organizados de acordo com as temáticas versadas pelos depoentes, não necessariamente respondidas de maneira igual por todos. A escolha desses participantes e do registro de suas narrativas é orientada pelo fato de o passado ter sido vivenciado coletivamente por eles. A narrativa escrita respeita as memórias de cada um deles e constitui uma visão histórica das lembranças, analisadas em diálogo com outras pesquisas.

3.4 Da análise de dados pelo método da História Oral

Como anunciado, a investigação terá como procedimento metodológico a História Oral. Alberti (2005a, p. 167), ao referir-se a essa abordagem, propala:

Ao mesmo tempo, o trabalho com a História Oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é

¹² A menção aos judocas na pergunta não foi casual, pois houve o interesse de motivar os participantes a versarem de maneira personalista sobre o seu passado.

¹³ Em todas as entrevistas realizadas, o roteiro proposto foi considerado. Não se sabia ainda se haveria acanhamento dos *senseis* em se pronunciarem livremente ou se desejariam, por qualquer motivo, responder apenas àquilo que lhes fora perguntado. Esse roteiro, bem como a explicação dada aos entrevistados, segue como parte da tese na seção de apêndices.

possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo ou a sociedade como um todo.

Com tal ferramenta, documentam-se cuidadosamente as narrativas de histórias de vida dos personagens históricos do Judô maringaense, buscando compreender seu envolvimento com a respectiva luta entre as décadas de 1960 a 1970, período em que ocorreu a implementação e a consolidação dessa modalidade na cidade. A consolidação da luta no município pode ser considerada sob diversos olhares e critérios como, por exemplo, a oficialização e o reconhecimento institucional dos centros de treinamentos maringaenses pela FPRJ e Confederação Brasileira de Judô (CBJ) ou a fundação oficial da primeira academia de Judô independente de outras instituições.

O estudo em questão coletou lembranças e recordações dos depoentes, assumindo-os como personagens centrais para a compreensão do passado. Por isso, considerou-se que o Judô em Maringá foi consolidado no momento em que os quatro pioneiros adquiriram suas faixas-pretas, titulação condicionante para ministrar aulas de Judô. A condição conquistada possibilitou que eles mantivessem a continuidade na modalidade na posição de *sensei* e, portanto, assumiram para si, consciente ou inconscientemente, a responsabilidade de preconizarem essa luta a outros cidadãos que residiam no município.

As entrevistas foram estruturadas para os depoentes versarem uma narrativa com um caráter mais espontâneo do que direcionado sobre o processo histórico de implementação e consolidação do Judô em Maringá. A escolha dessa estruturação da entrevista de caráter livre e aberta visou a uma coleta de dados que os estimulasse a revisitar o passado para a construção de uma narrativa coletiva da história do Judô maringaense. O direcionamento de perguntas específicas sobre o processo de implementação e consolidação dessa luta poderia originar certas restrições por parte dos entrevistados em responder, por receio de errar, por não conhecer/lembrar de fato o que ocorreu ou até mesmo inventar fatos, momentos e lembranças para suprir a pergunta direta. Destaca-se que, no período selecionado para a investigação, os entrevistados eram crianças ou menores de idade e tinham suas decisões estritamente condicionadas a interesses de outros adultos, tanto pais que autorizavam sua participação quanto os primeiros *senseis*.

No momento de surgimento do Judô em Maringá, os entrevistados participaram do processo na condição de alunos, sendo que as lembranças de como ocorreu a

implementação dessa luta não foram, necessariamente, idealizadas pelos personagens em questão, pois eles eram participantes. Conforme os entrevistados, ao tornarem-se maiores de idade, passaram a se apropriar dos signos e símbolos sociais, assumindo o Judô na condição de professores e propagadores da luta de Kano *sama*. Entende-se que os primeiros judocas de Maringá tornaram essa luta parte de suas existências sociais, assumindo a sua disseminação para os cidadãos que residiam em Maringá.

Especificar os personagens que fizeram parte da construção do Judô em Maringá e demonstrar o movimento histórico ocorrido nessa luta com o passar do tempo é, também, contribuir para o entendimento de parte da constituição da memória do município. Leal (2011) nos atenta que os pontos ofuscados precisam ser esclarecidos para que não haja a compreensão homogeneizante da cidade, e assim, evitar a sobreposição de uma classe ou grupo social em relação aos demais. O reconhecimento da complexidade dos sujeitos e da constatação das lembranças particulares dos seus passados possibilita-nos refletir acerca das causas que acarretaram a existência da luta na cidade, dos motivos de ela ainda existir e de seu papel social.

A particularidade regionalista do estudo e a escolha peculiar de uma prática corporal sistematizada não isolam a pesquisa de outras perspectivas mais gerais; pelo contrário, é na relação com a totalidade que uma particularidade é compreendida. Em outras palavras, a luta em questão, o grupo social, a localidade, os indivíduos envolvidos no recorte temporal selecionado são seres e coisas específicas e cada um deles possui características próprias. O conjunto de todos esses elementos citados, em um dado contexto, apresenta-se de uma forma determinada, que se pode chamar de particular. Coletar as recordações dos precursores do Judô maringaense nos períodos de 1960 e 1970, como dados a serem investigados, constitui um caminho para compreender como ocorreu a propagação dessa luta na localidade e como os personagens históricos apreendem esse passado. Essas informações permitem entender, ao menos em parte, narrativas oriundas das memórias¹⁴ dos judocas entrevistados e do Judô maringaense.

Joutard (2000) propõe dois princípios para a análise em História Oral. O primeiro é que o historiador oral não deva aceitar excomunhões recíprocas de relatores, isto é,

¹⁴ Caldas (1999, p.62) nos esclarece que: “Sem a *existência do passado*, é a memória um dos suportes das múltiplas formas de existência do presente, permitindo a continuação que reproduz as condições de vida, o equilíbrio e as referências grupais. Com isso, entendemos a memória não somente como criação pessoal, mas como construção polifônica da sociabilidade, criação coletiva que, por ser simbólica, cria as pontes que unificam e aproximam, num mesmo espaço vivido, as múltiplas dimensões da vida, as múltiplas experiências da experiência” [itálico do autor].

quando um relator afirma algo e o outro declara o oposto (aplica-se também a contradição que possa ocorrer entre relatos orais e documentos escritos), não compete ao pesquisador escolher em quem acreditar, mas analisar os dados, conforme anunciado. O segundo é a necessidade de explicitação dos pressupostos, objetivos e métodos da pesquisa, estando o pesquisador ciente de que não é o único capaz de chegar à verdade, pois os diferentes documentos, de outros pesquisadores ou de outros depoentes, devem possibilitar análises cruzadas entre os acervos orais. Como não foram encontrados outros registros orais dos pioneiros do Judô em Maringá, o cruzamento dos dados foi feito entre os próprios relatos coletados na investigação, para haver a constituição comunitária de uma memória coletiva do passado.

Os passos seguidos no estudo procuraram: a) construir um perfil dos professores entrevistados, de acordo com os dados coletados; b) contextualizar brevemente o município de Maringá a partir de seu início, em 1947, até o final do recorte temporal selecionado, final da década de 1970; c) elucidar o início do Judô maringaense, segundo os *senseis* entrevistados, buscando entender o que levou esses personagens a se envolverem com a luta e a assumirem para si a responsabilidade de preconizar o Judô na cidade; d) propor uma narrativa histórica do Judô em Maringá, associando relatos e destacando as particularidades individuais de cada lembrança; e) fundamentar as memórias e análises dos entrevistados com outros fenômenos que guiaram o surgimento e o desenvolvimento das lutas, dos esportes e das artes marciais no Brasil; f) reconhecer lacunas nas narrativas dos depoentes de forma a estimular reflexões sobre o tema e sobre o momento em que o Judô é considerado consolidado na cidade de Maringá. Os passos propostos não foram cumpridos consecutivamente na escrita, mas feito unitariamente na redação da tese. A síntese das análises é a proposta da narrativa escrita, a qual fundamentou-se nos relatos e nas recordações dos entrevistados.

A partir dos relatos dos personagens entrevistados e do entrelaçamento com conhecimentos histórico-objetivos advindos de incursões teóricas foi possível estruturar uma narrativa coletiva do Judô em Maringá. Tal narrativa objetiva refletir acerca do processo de implementação e consolidação no município, considerando a perspectiva de quem vivenciou esse processo. Pode-se também entender qual foi o papel dessa luta para os pioneiros da modalidade, desmistificando, assim, a percepção da luta de Kano Sama por meio da experiência de sujeitos residentes em um município brasileiro localizado no interior do Paraná. Destaca-se que a existência do Judô em Maringá não é firmada

unicamente segundo os interesses desses participantes, pois outros personagens participaram da construção dessa luta no passado.

A análise dos relatos dos entrevistados, no presente estudo, não pretende legitimar os discursos desses judocas como hegemônicos, absolutos ou como a verdadeira história do Judô maringaense. Tampouco pretende constatar os sincronismos-anacronismos ou veracidades-falsidades dos seus discursos pois, mesmo que possível, apenas verificaria divergências nas suas leituras do passado com a história conhecida ou da memória coletiva¹⁵. Busca-se uma análise mediada pelos relatos dos pioneiros do Judô maringaense para demonstrar o movimento contraditório dos sujeitos com essa prática sociocorporal. Com isso, será possível fomentar uma reflexão dessa modalidade na cidade que possa levar-nos a entender melhor alguns personagens do Judô maringaense e as particularidades regionais e específicas dessa luta.

Em quaisquer períodos da existência da humanidade, esses significados possuem particularidades distintas entre si, isto é, as significações dos judocas/*senseis* do tempo presente serão diferentes dos futuros judocas maringaenses. Todavia, independente de quais desses sujeitos se ocupam em conhecer ou fazer a história do Judô em Maringá, terão suportes objetivos para questionar o passado e produzir novos sentidos no presente. Reconhece-se que outras construções da história dessa modalidade são possíveis sob os mais diversos enfoques, a exemplo da fotografia, da literatura, da escrita, entre outras. Elas poderão produzir reflexões em outros sentidos, como o estético, o agonístico, o filosófico e o pedagógico. Entretanto, essas apreensões não serão feitas pelo estudo em questão, cabendo a outros interlocutores.

¹⁵ Lucáks (2012, p.295) alerta que: “A especificidade da relação entre essência e fenômeno no ser social chega até o agir interessado; e quando este, como é habitual, está baseado em interesses de grupos sociais, é fácil que a ciência abandone seu papel de controle e torne-se, ao contrário, o órgão com o qual se encobre a essência, com o qual se faz com que ela desapareça, exatamente no sentido já identificado por Hobbes”. Assim, não se pretende sobrepor a história comunitária à história “oficial”, pois não se entende que a veracidade se encontra no posicionamento entre os discursos do Estado ou da comunidade/sujeitos, mas na análise das narrativas orais dos sujeitos e no significado social que é possível construir no presente.

O JUDÔ EM MARINGÁ NAS DÉCADAS DE 1960 A 1970: A NARRATIVA DOS JUDOCAS PIONEIROS

O fundador do Judô, Jigoro Kano (1860-1938), datou o nascimento dessa modalidade no ano de 1882 com a fundação de sua academia Kodokan, em Tokio, no Japão. Em sua juventude, ele buscava no antigo Ju-Jutsu conhecimentos de ataque e defesa. Mas, uma vez que essa modalidade era muito vasta em quantidade de técnicas e aparatos bélicos, o aprendizado dos alunos não ocorria sem dificuldades. Após estudos e treinamentos do antigo Ju-Jutsu, Kano compreendeu um princípio importante para o desenvolvimento da modalidade: usar as energias do corpo de forma mais eficiente possível (KANO, 2008). A família de Kano *sama*, afirma Nunes (2011), era de origem nobre; eram produtores de uma marca de *sakê*¹ renomada e o pai foi funcionário do governo japonês. Esses fatores, segundo Carvalho (2007) e Mesquita (2014), colocam Jigoro Kano como pertencente a um grupo de elite japonês e, por isso, teve acesso a conhecimentos acadêmicos em universidades em seu tempo.

O período em que Kano viveu no Japão era conturbado e repleto de mudanças dramáticas. Por possuir uma estrutura física fragilizada², Kano procurou fortalecer-se no Ju-Jutsu (MESQUITA, 2014). Deliberador (1996) caracteriza Kano com uma estrutura baixa e franzina. Em virtude dessa condição, sofria constantes agressões de outras crianças na escola³. Ao narrar sua história, Kano (2008b) afirma ter tido três mestres (Hachinosuke Fukuda, Masatomo Isso de Ju-Jutsu e Tsunetoshi Iikubo de Kito-Ryu) e estudado em diversas escolas de lutas. Por perceber as mudanças ocorridas no Japão naquele momento, dispôs-se a criar um novo método de treinamento de luta que fosse compatível com os novos tempos que o Japão presenciava. Inicialmente, essa luta foi nomeada de Judô Kodokan e, com sua popularização, foi chamada simplesmente Judô.

¹ Bebida alcoólica típica japonesa, sendo feita por fermentação de arroz.

² A estrutura física de Jigoro Kano era de 1,55m de altura e pesava menos de 60 kg (MESQUITA, 2014).

³ Em nenhuma parte, nas obras traduzidas para o português e utilizadas na pesquisa (KANO, 2008 e KANO, 2008b), o fundador do Judô declara que a sua estatura física foi fator importante para iniciar os treinamentos de Ju-Jutsu ou criar o Judô. Apesar de esse ser um fator motivacional para aproximar sujeitos para uma arte marcial, no presente estudo, não se assume essa versão por ausência de fontes de dados que corroborem essa informação.

A precisão de datas, personagens e eventos que permitem narrar a chegada da luta de Kano *sama* no Brasil é conflitante para os estudiosos desse tema. Ishii (2015), fundamentado em uma biografia de Mitsuyo Maeda (vulgo Conde Koma), escrita por Norio Koyama, aponta esse personagem como referência para falar do pioneirismo do Judô brasileiro. O ano informado da chegada de Conde Koma ao país foi no início de 1915, na cidade de Belém. Mesquita (2014) e Virgílio (2002), no entanto, apontam esse personagem como sendo um judoca importante na disseminação do Judô no país, chegando a Porto Alegre, em novembro de 1914. Virgílio (2002) afirma que Conde Koma veio ao Brasil acompanhado de Soishiro Satake; ambos se instalaram na capital amazonense, no final de 1915 e, posterior a esse momento, Koma separa-se de Satake. Para esse autor, Koma retorna a Belém em 1917 e monta sua academia na cidade somente em 1922. Shinohara (1982) atribui data à implementação do Judô no Brasil com a chegada de imigrantes japoneses, no ano de 1908, os quais desembarcaram do navio *Kasato Maru*, no porto de Santos.

A teoria de que o Judô teve início em território nacional com a vinda dos imigrantes japoneses é possível; entretanto, ainda há poucos dados que demonstram essa tese. A teoria do surgimento do Judô por meio de imigrantes que vieram ao Brasil é possível, pois o regulamento da luta foi elaborado por Jigoro Kano no ano seguinte à criação do Kodokan, portanto, em 1883. A apresentação oficial dessas primeiras regras foi divulgada no ano de 1900, sendo consideradas estabelecidas somente em 1925. No ano de 1911, o Judô foi introduzido em todos os currículos das escolas japonesas⁴, difundindo-se pelo Japão (KANO, 2008b). Dessa forma, se o início do Judô no Brasil ocorreu com o início da imigração nipônica, em 1908, certamente essa prática ainda era rudimentar e limitada às condições materiais que possuíam as lavouras brasileiras.

Virgílio (2002 e 1994) afirma que atribuir o pioneirismo a alguém ou a algum grupo de judocas no Brasil é tarefa difícil, pois há carência de documentos e registros que datam o momento e o local de início dessa luta em solo brasileiro. Segundo Virgílio (2002), um dos primeiros registros existentes de um judoca em terras brasileiras é o do *sensei* Miura, que ensinou a luta a militares do Rio de Janeiro, em 1903, portanto antes das primeiras imigrações de *isseis*⁵. Mesquita (2014) reconhece que o desenvolvimento

⁴ Nesse momento, o Judô (ou Ju-Jutso Kano, como também era chamado) é reconhecido no Japão como método de Educação Física japonesa, sendo equivalente aos métodos de Ginásticas dos europeus.

⁵ Essa palavra pode ser traduzida como primeira geração; no contexto brasileiro significa pessoa de origem japonesa que imigrou para o Brasil.

do Judô brasileiro ocorreu a partir da chegada dos imigrantes faixas-pretas graduados pelo Kodokan, que, em sua maioria, não vieram para o país para ministrar treinos da modalidade, mas para trabalhar nas lavouras e no comércio. Assim, afirma-se que a vinda dos imigrantes japoneses é importante para o desenvolvimento do Judô no Brasil, mas não se dispensa a participação dos judocas do Kodokan, que se dispuseram exclusivamente a divulgar essa luta no país.

O começo do Judô, no Paraná, ocorre na década de 1930, pelos *isseis* radicados em diversos Estados do Brasil. A chegada deles deu-se no sentido noroeste do Estado de São Paulo para o norte paranaense. O Judô paranaense tem seu início datado em 1936, na cidade de Assaí, sofrendo uma interrupção na realização dos treinamentos no período da segunda Guerra Mundial (1939-1945). No período pós-Guerra, os professores buscaram espaços para ministrar novamente os treinos da luta, no Paraná, em escolas nipo-brasileiras e em salões de associações. É somente a partir de 1950 que os professores criaram departamentos de Judô em clubes sociais no estado paranaense (SUZUKI, 1994). Segundo Kimura (2006), o motivo da interrupção do Judô no país esteve relacionado ao fato dessa prática ser uma luta tradicional nipônica, o que poderia simbolizar um risco ao Estado Brasileiro que se envolveu na segunda Grande Guerra em uma aliança militar oposta aos japoneses.

O primeiro campeonato paranaense de Judô foi realizado, em 1955, nas dependências do Londrina Country Club, organizado pela Liga Norte-Paranaense de Judô, que reuniu os judocas das cidades de Londrina, Curitiba, Assaí e Rolândia. Nesse mesmo ano, ocorreu a promoção dos primeiros faixas-pretas graduados no Paraná, na cidade de Assaí, no dia 24 de julho. Foram condecorados à *shodan* Nishimori, Beppu, Ueda, Takinami, Hayashi, Ishii e Oka, de Assaí; Iwamoto, de Londrina; Yamanouti, de Rolândia. Fato curioso em relação a Akihiko Nishimori foi sua mudança para Maringá, em 1957, ano em que foi condecorado com a faixa-preta 2º *Dan* (SUZUKI, 1994). Os depoentes entrevistados não mencionaram esse personagem e, após as entrevistas, ao serem indagados sobre ele, afirmaram desconhecer a sua participação no Judô da cidade.

Embora haja uma história do Judô no mundo e estudos que buscam esclarecer a chegada dessa modalidade esportiva no Brasil, não há como traçar narrativas ausentes de conflitos, sobretudo pela falta de documentos e registros que contribuam para a leitura da realidade. O mesmo pode ser dito em relação à história do Judô na cidade de Maringá, o que trouxe incentivo para investigar como *senseis* que participaram do processo de surgimento do Judô na cidade narram suas histórias de envolvimento com essa prática

corporal. Nessa direção, esse tópico busca um perfil dos personagens históricos da história do Judô de Maringá esclarecendo suas trajetórias, que coincidem com a implementação e consolidação dessa luta no município. No decorrer das análises, aprofundaram-se, nas memórias dos entrevistados, as temáticas que trataram sobre os seus professores, os *dojôs*, os treinos, as competições, as disputas, os exames de faixa, a divulgação, a conquista da faixa-preta e o tornar-se *sensei*. As histórias relatadas pelos entrevistados permitiram constatar as similaridades e as peculiaridades de recordações em comum e compreender as mudanças percebidas na modalidade.

4.1 Um breve perfil dos personagens históricos entrevistados e o contato deles com o Judô em Maringá

A caracterização do perfil de cada *sensei* entrevistado constitui parte dos dados contextuais que contribuem para melhor visualizar seu papel como judoca pioneiro da modalidade em Maringá. Entende-se como pioneiros do Judô maringaense aqueles que fizeram parte dos primeiros treinos dessa luta, seja na condição de *sensei* (professor) ou de *kohai* (aluno). Acredita-se que ambas as situações podem ser consideradas, pois não há professores sem alunos, da mesma forma que não há alunos sem professores⁶. O que os diferencia são as funções que ocupam no momento do treinamento; uns são encarregados de propor atividades e gerenciar a aula e os outros de praticar as atividades e se apropriar dos conhecimentos desenvolvidos.

As narrativas da trajetória desses pioneiros na luta fornecem dados de como se deu a implementação e a consolidação da modalidade no município. Suas memórias constituem fragmentos de um momento em que a luta iniciava os primeiros passos na cidade; são recordações de tempos memoriais que não foram escritos. O narrador discrimina a sua experiência e a apresenta com base em seus sentidos, significados e simbologias⁷. Quem experimenta as histórias, ouvindo-as, atribui os seus próprios sentidos e significados, que podem ser similares ou destoantes de quem as narrou.

⁶ Hobsbawm (1998, p. 39) discorre acerca da transmissão de conhecimentos: “São necessárias duas pessoas para aprender as lições da história ou de qualquer outra coisa: uma para dar a informação e outra para ouvir”.

⁷ Le Goff (1995, p. 28-29) afirma que: “Escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, **documentos orais**, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são para a história nova, documentos de primeira ordem” [negrito nosso].

Para os judocas, essa narrativa é responsável por conectar uma geração à outra, bem como por manter e criar tradições, ou seja, “[...] a história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos” (BOSI, 1994, p. 90). Antes desses dizeres, Bosi (1994, p. 90) traz, de maneira poética, a seguinte metáfora: “[...] não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão”. Para uma metodologia científica pautada na ciência História, Hobsbawm (1998, p.8) defende que uma abordagem deve fazer progressos no entendimento de como o mundo passou a ser, como é hoje:

O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são. [...] O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão.

Ao se evocar o passado, não se lança luz somente nos sentidos existentes em sociedades anteriores, mas também nos sentidos atribuídos pelas sociedades do presente. Por isso, se a história é relatada por critérios científicos ou pela lembrança da memória das pessoas mais velhas, ela é feita sempre no presente, de modo a negar ou a afirmar acontecimentos passados. A história que os senescentes contam não é idêntica àquela percebida no momento em que eles a vivenciaram. É a sua consciência atual em relação ao passado que carrega um significado histórico peculiar, cuja exteriorização dá-se por meio das palavras que traduzem suas lembranças.

Não compete a busca, nos senescentes e, nem ao menos, em apenas um sujeito, para compreensão da totalidade social. Essa função cabe à ciência como um todo em sua empreitada de derrubar os discursos falaciosos, fictícios e de pseudoidentidade (HOBBSWAM, 1998). Aos idosos, compete transmitir aos mais jovens os aprendizados do passado, que são, na verdade, os sentidos e significados que eles deixaram de legado no presente. À ciência, cabe mediar os fatos constatáveis da realidade humana e instrumentalizar os sujeitos para criarem novas relações sociais (BOSI, 1994).

Alberti (2005, p.164) define essa abordagem da seguinte maneira:

A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a

formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado.

Um dos méritos da História Oral foi contribuir, em virtude da inovação tecnológica e intelectual, para a mudança da percepção que os seres humanos possuem de ciência. Isso se repercutiu na concepção de História, deslocando-a de uma fundamentação baseada, principalmente, nos materiais do passado que resistiram ao longo dos tempos, para outra que contempla o passado como fruto de múltiplas determinações, com diversidade e dinâmica próprias, as quais revelam sentidos no tempo presente. Como aborda Thomson (2000), um dos benefícios proporcionados pela História Oral é a possibilidade de explorar aspectos que raramente são registrados, como a sensação de casar, de estar em uma guerra ou representar um grupo social em um grande evento. Outro aspecto que o autor destaca, e também Alberti (2005), é a interdisciplinaridade, haja vista que pesquisadores de diversas áreas utilizam a História Oral para os mais diversos fins (acadêmicos, políticos, terapêuticos, entre outros). Portanto, pode-se dizer que, com essas mudanças, inclui-se a dimensão do ser humano na ciência sob um novo olhar.

A memória de quem esteve presente num dado acontecimento histórico diz respeito ao “como” ele recorda e o que foi percebido no momento em que o acontecimento é exteriorizado. Entretanto, ao registrar o que foi dito, tem-se a criação da própria fonte, o que leva à conclusão de que o registro do relato é a própria construção da fonte histórica. O perfil dos entrevistados e as análises de suas memórias são do tempo presente e foram pautados na coleta de dados do estudo. Essas recordações são percepções que expressam o pensamento deles sobre o passado, não havendo um significado exclusivamente racionalista ou personalista. Os significados são múltiplos e, no presente estudo, o foco das memórias recai no processo de surgimento e desenvolvimento do Judô no município.

Para os judocas que integram essa pesquisa, as recordações são valorosas por retomarem o seu tempo vivido, por reafirmarem suas experiências com a modalidade e por conectarem gerações distintas. Já para a metodologia da História Oral, conforme Thomson (2000), as memórias são tratadas como objeto de análise histórica para descobrir, explorar e avaliar a natureza do processo de memória histórica.

No sentido de buscar aproximações com os sujeitos da pesquisa, como ponto de partida, apresentam-se os dados relativos ao *sensei* Jorge Meneguelli “Ploc”. Nascido em

11 de maio de 1951, natural de Lucélia, estado de São Paulo, Ploc iniciou a prática de Judô no começo do ano de 1960, na referida cidade. A procedência de outro estado lhe possibilitou manter o diálogo com seus antigos professores no decorrer de sua vida judoística. Os seus treinos, em Maringá, foram iniciados em 1963⁸. Ploc adquiriu a faixa-preta no ano de 1978, possuindo atualmente a graduação de 7° *Dan* (faixa vermelha e branca). É membro da Comissão Estadual de Grau e vice-delegado de arbitragem da Região Oeste pela FPRJ. Graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Jandaia do Sul (FAFIJAN) e possui curso técnico em Turismo.

O *sensei* Osvaldo Yoshio Umeda é o único maringaense entrevistado. Nasceu no dia 28 de junho de 1952, iniciando a prática de Judô, na própria cidade, em 1967. A sua introdução na luta foi incentivada pelo seu irmão mais velho, sem a concordância plena de sua mãe. Foi condecorado com a faixa-preta no ano de 1971 e, atualmente, possui o 5° *Dan* (faixa-preta). Graduado em Educação Física (1983) pela Universidade Estadual de Maringá, atuou como professor nas Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na própria Universidade Estadual de Maringá (UEM), ministrando aulas no componente curricular de Judô. Atualmente é aposentado como professor da rede pública estadual do Paraná.

O *sensei* Walter Kazunori Babata nasceu em Narendiba, no estado de São Paulo, no dia 1° de janeiro de 1959⁹. Iniciou o treinamento de Judô em Maringá no ano de 1969. Foi condecorado com a faixa-preta no ano de 1979 e possui o 7° *Dan* (faixa vermelha e branca). Faz parte da Comissão de Exame de Grau e é delegado de arbitragem da Região Noroeste pela FPRJ. Graduou-se em três cursos superiores, quais sejam: Engenharia Civil (1987) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Educação Física (2006) pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (UNICESUMAR) e Fisioterapia (2010) pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), atuando, concomitantemente, nas três áreas. Em engenharia, Babata acompanha obras e realiza alguns projetos na construção civil; em Educação Física, atua como professor de Judô em Campo Mourão, gerenciando quatro

⁸ Bosi (1994) alerta que a veracidade do narrador não é algo a se preocupar, pois os erros e lapsos são menos graves que as omissões da história oficial. Thomson (2000, p.53), ao se referir à dubiedade da memória, esclarece que esse dado distorcido, equivocado ou até mesmo falso, constitui-se num elemento importante para se entender o verdadeiro significado do fato passado para o indivíduo, concluindo da seguinte maneira: “[...] o que realmente importa é que a memória não é um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados”.

⁹ O próprio *sensei* alerta que a data no documento é algo conflitante, pois seus parentes afirmam que ele nasceu em 10 de janeiro daquele ano. Isso demonstra, conforme Borges (1993), que, muitas vezes, o documento não expressa com exatidão as datas e a veracidade do passado, pois esses dados podem ter sido construídos de maneira errônea; podem não ter a suposta importância histórica creditada no presente ou não ter sido publicados e adquirido relevância naquelas relações sociais do passado.

turmas; na Fisioterapia, atua como instrutor de pilates e treinamento funcional para idosos em um centro de cultura física na cidade de Maringá.

O *sensei* Roberto Nagahama é natural de São Paulo e nasceu em 03 de fevereiro de 1959. O seu primeiro contato com o Judô foi na cidade de Curitiba, no ano de 1964. O início de seu treinamento ocorreu em contexto familiar, juntamente com seus primos e um tio, sendo esse último o ministrante. Sua vinda para Maringá ocorreu no ano de 1966. Em 1967, um parente reuniu um grupo de pessoas para dar início a atividades de Judô na cidade, em associação com a Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá (SOCEMA)¹⁰. Nagahama adquiriu a faixa-preta no ano de 1979 e, atualmente, possui a graduação de 7º *Dan* (faixa vermelha e branca). É proprietário da AMCF, na qual atua como administrador e faz avaliações antropométricas dos alunos da academia e do Judô. Graduou-se no curso superior de Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Os quatro entrevistados iniciaram o treinamento nos *tatames* ainda muito jovens: Umeda, aos 14 anos; Meneguelli, aos 9 anos; Babata, aos 10 anos; e Nagahama, aos 5 anos. A recordação deles sobre o seu ingresso no Judô em Maringá remete à década de 1960, momento em que os centros de treinamentos tiveram início no município. Em sua maioria, os entrevistados recordam que havia outro lugar além da SOCEMA e Clube Olímpico¹¹ em que a modalidade de Kano *sama* era ofertada na cidade no ano em que iniciaram o Judô. Umeda (2018) observa que quem atuava nesse local era o *sensei* Maeda, que ministrou treinos de Judô na SOCEMA.

Os entrevistados mencionaram outros dois personagens importantes – Takeshi Saguti e Wellington Coelho de Castilho – que teriam vivenciado o Judô em Maringá nos mesmos *dojôs* praticados por eles. Atualmente, esses dois personagens não estão mais envolvidos diretamente com a modalidade e, por isso, não foram previamente selecionados para compor o estudo. Todavia, por terem contribuído com a luta no recorte temporal selecionado, terem sido *senseis* na modalidade e serem referenciados pelos

¹⁰ Em 18 de junho de 1947, a comunidade nipônica radicada em Maringá organizou-se para constituir uma entidade representativa, denominada inicialmente de Maringá Nihonjinkai (Associação dos Japoneses de Maringá) e, concomitantemente a esse período, a geração jovem nipo-brasileira constituiu a Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá ou SOCEMA. Em dezembro de 1972, essas entidades fundem-se e constituem a Associação Cultural e Esportiva de Maringá ou ACEMA (ACEMA, 2018).

¹¹ O Clube Olímpico de Maringá foi fundado em 16 de março de 1963 para ser um clube social sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, promovendo eventos culturais, artísticos, sociais, esportivos e recreativos para os associados e seus dependentes. A sua fundação contou com o envolvimento de personagens célebres da política da cidade, o ex-prefeito João Paulino Vieira Filho e o diretor da Companhia Norte Melhoramentos Herman Moraes de Barros (COM, 2014).

demais entrevistados como sujeitos da história do Judô em Maringá, Saguti e Castilho passam a integrar a pesquisa como depoentes.

O *sensei* Wellington Coelho de Castilho é natural de Araçatuba, no estado de São Paulo, nascido em 24 de fevereiro de 1952. Ele iniciou seus treinamentos de Judô no ano de 1963, na cidade de Maringá. Ele é faixa-preta, 1º *Dan*, desde 1973, formado em Educação Física (1976) pela UEM e em Pedagogia (1979) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN). Possui mestrado em Didática da Educação Física (1985) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e dois doutorados: um em Motricidade Humana (1992) pela Universidade Técnica de Lisboa, o outro em Engenharia de Produção (2002) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é aposentado e possui uma fábrica, na qual realiza pesquisas e produtos na área de automação industrial.

O *sensei* Takeshi Saguti nasceu em Indiana, no estado de São Paulo, no dia 02 de janeiro de 1940. Iniciou-se no Judô na capital paulista, com os primeiros treinos no ano de 1952, juntamente com seus familiares e membros da colônia de japoneses radicados no Brasil. Sua vinda para Maringá foi aconselhada pelo Dr. Jaime Matsuo Kuwamoto¹², no período em que residia e treinava na cidade de Londrina, nos anos de 1966 e 1967. Saguti pertence à primeira geração de *senseis* da cidade e, assim como os outros professores que vivenciaram esse período na condição de *senseis*¹³, pode ser chamado de *sensei* dos *senseis* de Maringá. Saguti é faixa-preta desde 1956, chegando até o 5º *Dan* no Judô. Envolveu-se em diversas outras lutas em sua vida e, atualmente, é praticante de Gueitebol (ou Gateball). Atuou como técnico em contabilidade e aposentou-se. Atualmente é um dos diretores da Associação Cultura e Esportiva de Maringá (ACEMA) e vice-presidente de Federação de Gateball do Brasil.

Os locais de nascimento de quase todos os entrevistados transcendem os limites da cidade de Maringá e de seu Estado. Os entrevistados externos ao Paraná são oriundos de cidades do oeste paulista. Apenas um dos entrevistados é natural de Maringá e três, dos seis entrevistados, iniciaram o treinamento de Judô nessa cidade. Os anos de nascimento dos colaboradores da pesquisa indicam que os primeiros alunos nasceram na década de 1950. Um dos primeiros professores, Takeshi Saguti, nasceu no início de 1940.

¹² Jaime Matsuo Kuwamoto residia em Londrina quando foi presidente da FPRJ, entre 1967 a 1973 (FPRJ, 2013).

¹³ De acordo com os demais entrevistados, podem ser apontados como membros da primeira geração de *senseis* de Judô de Maringá os seguintes nomes: Hisayoshi Maeda, Antonio de Campos Andrade, Mario Iwamoto, João Munhoz, Ito e Aldenor de Souza Castro.

Os currículos dos primeiros alunos demonstram que eles buscaram uma formação acadêmica ao longo de suas vidas, sendo dois deles graduados exclusivamente em Educação Física, dois graduados em Educação Física e em outras formações e um graduado exclusivamente em Pedagogia. Dos seis entrevistados, quatro declaram-se aposentados, mas três, dos aposentados, afirmam realizar outras atividades associadas ou não ao Judô. Dois deles afirmam envolver-se de maneira direta em suas áreas de formações e não se assumem aposentados.

4.2 A trajetória de judocas que fizeram do Judô uma atividade para toda a vida: a implementação da luta em Maringá e o envolvimento dos seus primeiros praticantes

A intenção de estudar o Judô em Maringá requer a contextualização do momento histórico da cidade naquele período, influenciada pelo recebimento de imigrantes de diversas partes do Brasil e do mundo. Não se busca defender a ideia de que o Judô se consolidou no município por acaso ou por interesse exclusivo daqueles que o trouxeram, mas demonstrar que o fenômeno Judô reforça as teses de Lucena (2001) e Marta (2009) de que as práticas corporais, no interior da urbe, constituem-se como um elemento civilizador no capitalismo e de que o desenvolvimento de artes marciais de origem oriental, no Brasil, fora incentivado pela colonização nipônica, *chim*¹⁴ ou coreana. A implementação dessas lutas orientais não ocorreu em um processo linear e sem conflitos, mas foi permeada por diversas tensões e contradições. O fenômeno de hibridização cultural, estudado profundamente por Bhabha (1998) e Canclini (2013), é apontado neste estudo como um processo importante para a compressão de diversas práticas corporais no Brasil.

Esse breve contexto histórico visa esclarecer que o desenvolvimento urbano maringaense possibilitou a implementação e a consolidação do Judô. A cidade de Maringá tem sua fundação no dia 10 de maio de 1947, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná, rebatizada de Companhia Melhoramentos Norte Paraná, no ano de 1951, iniciou a venda de lotes no município (MARINGÁ, 2013); O Diário (2010); Mussalam, (1974). No decorrer de sua existência, diversos grupos chegaram de outras partes do Brasil e do

¹⁴ Segundo O Novo Dicionário Aurélio (2001), o termo “chim” é relativo à pessoa que nasceu na China ou que possui descendência chinesa.

mundo para colonizar a cidade, trazendo diferentes hábitos para o município¹⁵. Com a vinda de imigrantes de diferentes culturas para constituir a Cidade Verde, nela também se instauraram instituições que agregavam, disseminavam e fomentavam a cultura dos grupos sociais radicados no município¹⁶.

A história da cidade não ocorre sem a participação dos indivíduos, e eles não constituem a cidade sem uma organização social em torno de uma forma de viver na localidade, isto é, não vivem sem cultivar “práticas sociais”. As atividades corporais são um tipo de prática social, pois se encontram na vida cotidiana dos seres humanos, com sentidos e significados. As disseminações de práticas corporais de lutas orientais no Brasil ocorrem, de acordo com Lucena (2001) e Marta (2009), vinculadas a fatores imigratórios, políticos, de acessibilidade e identificação cultural. Portanto, a história do Judô em Maringá inter-relaciona-se com a própria história da cidade, por ser uma expressão sociocultural das pessoas que escolheram essa modalidade e assumiram para si, consciente ou inconscientemente, a responsabilidade de disseminá-la à população maringaense.

Para situar a modalidade no município de Maringá, a Federação Paranaense de Judô (FPRJ, 2016), no site oficial, informa que há pelo menos 06 (seis) locais para treinamento da modalidade, distribuídos pela cidade. No entanto, o site não inclui todos os locais que ofertam essa luta, porque muitos *dôjos* atuam de maneira vinculada aos grupos anteriormente citados e não foram informados no sítio eletrônico. Vê-se, com isso, que esses centros de treinamentos possuem “ramificações”, como se fossem escolas que seguem uma linha de compreensão e/ou estilo de Judô, as quais podem divergir ou se assemelhar na interpretação da filosofia judoística.

Em Maringá, o surgimento dos primeiros judocas traz indícios de como essa modalidade foi implementada no município. Suas lembranças, narradas oralmente por meio de histórias, são repletas de sentidos pessoais e de experiências de vida e, portanto, de fatos que marcaram a história de vida do depoente. Os nexos percebidos por quem escuta a história (ou conto) ficam por conta do ouvinte, que irá organizá-los em seu pensamento, de acordo com sua percepção e interesse (BOSI, 1994). Logo, não se trata

¹⁵ A região de Maringá, anterior aos empreendimentos imobiliários da Companhia de Terras Norte do Paraná, já possuía indivíduos residentes. Entretanto, há poucas investigações que trazem informações sobre a origem desses sujeitos, bem como acerca da forma como se organizavam e qual o vínculo que possuíam com o local.

¹⁶ Algumas delas, com caráter de cultivar antigos hábitos do país de onde seus ascendentes vieram, foram: Associação Cultural e Esportiva de Maringá (ACEMA), Centro Português e Teuto-Brasileiro.

de sobrepor a memória individual à ciência, a narrativa oral à narrativa histórica-científica ou a *doxa* à *episteme*, mas de reconhecer que a oralidade possui um papel específico na sociedade e nas lutas e que, a partir disso, pode-se compreender um dado fenômeno do passado.

Os caminhos trilhados internacionalmente por essa modalidade e os seus traços característicos arraigados em tradições milenares japonesas conservam a transmissão por narrativas orais como elemento indispensável para preconizar os ensinamentos da luta de Kano *sama* (CARVALHO, 2007). Todavia, em um período mais recente, “herdeiros” e judocas escreveram o que aprenderam e entendiam da luta e da sua filosofia. Virgílio (1994, p.39), todavia, faz um alerta em relação às publicações: “Alguns dos livros que há são realmente bons, outros servem apenas para alimentar a vaidade pessoal de pseudos escritores que em nada colaboram para melhorar o nível de nossos judocas ou o progresso do Judô no Brasil”.

Os entrevistados, em sua maioria, possuem notadamente sobrenomes de origem oriental e aproximaram-se do Judô por fatores familiares, culturais e pessoais. Apenas um deles, Wellington Castilho, relatou que o seu início na modalidade deu-se por casualidade. A primeira pergunta lançada aos entrevistados teve a intenção de compreender onde e como se deu o envolvimento deles com o Judô. As lembranças dos sentimentos e dos acontecimentos relacionados ao início na luta proporcionam evidências da implementação da modalidade na cidade e do envolvimento de moradores dessa localidade.

Nagahama (2017) afirma que o seu início no Judô foi motivado por um tio vindo da capital do estado, que se dispôs a ministrar aulas da modalidade. O ingresso na modalidade ocorreu em um local improvisado, como observa:

Eu vim para Maringá em 1966, de Curitiba. Em 1967, por incentivo de um tio que era judoca, ele reuniu um grupo de amigos na antiga SOCEMA, que era a Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá – hoje é ACEMA – e montaram o departamento de Judô nessa Associação. É nesse departamento de Judô, em 1967, é onde se iniciou tudo. Eu comecei o Judô em 1964, em Curitiba. Comecei com esse meu tio, que reuniu os quatro sobrinhos – eu e mais três primos – na garagem da indústria de meu pai (que ele tinha lá em Curitiba). Eles montaram o *tatame* de sapê, daquela vegetação, e começou a ensinar os sobrinhos e os funcionários da fábrica. Isso em 1964.

Ploc (2017) relata a influência recebida da imigração japonesa, no início de seus treinamentos, na cidade onde nasceu:

Não tenho a memória específica até os anos de 1950, mas eu comecei em São Paulo, onde eu fazia, em Lucélia, onde me formei e com a imigração japonesa, com quatro ou cinco anos. Eu treinava lá na imigração. Eu cheguei aqui em 1960 e não conhecia a academia. Em 1963, eu comecei no Clube Olímpico, com o professor Antonio Campos de Andrade, que era professor bom. Treinei um tempo com o *sensei* Ito. Tem também um grande amigo que eu fiz, o Wellington Coelho Castilho. E, nos anos 1968 e 1969, 1967 e 1968 mudou para rua Neo Alves Martins, atrás da Prosdócimo. Ele montou uma academia ali com as coisas do Clube Olímpico e continuou Associação de Judô Olímpico. E ali tinha um pessoal forte.

Jorge Meneguelli (2017) lembra o seu começo no Judô em Maringá após três anos na cidade de Maringá. O início na modalidade ocorreu no Clube Olímpico, com o *sensei* Antonio Campos de Andrade. Por sua vez, Babata (2017) recorda que seu pai o incentivava, assim como a seus irmãos, a praticar exercícios físicos como uma forma de educação. O interesse de seu pai era que ele fizesse Baseball, que segundo Sakurai (2014), é um esporte coletivo comum no Japão e nas primeiras comunidades nipônicas no Brasil. O interesse por uma prática corporal de Walter Babata não coincide com a modalidade praticada por seu pai e, contudo, ao contemplar o treino de Judô de um vizinho amigo, interessou-se pela prática da luta:

Bom, eu iniciei o Judô através de um vizinho, amigo meu, e ele iniciou primeiro. Aí ele falou: “comecei a fazer Judô”. Eu fui assistir, gostei e comecei a fazer naquela época. Meus dois irmãos, que faziam Judô, nem fazem mais. E isso foi em 1969, então, foi há muito tempo atrás. Até você falou do período de 1950 a 1960. E eu iniciei... no início de 1969 é que eu comecei o Judô. E então, antes disso, eu sabia que havia uma academia de Judô ali na Praça do Expedicionário.

Meu pai jogava Baseball e aí ele sempre falava: “tem que fazer um esporte”. E o Baseball, para mim, sabe... levantar domingo de manhã, treinar sábado... era uma coisa que eu não gostava na época. No fim, depois a gente treina sábado, domingo de manhã, feriado. Mas, não foi lá em que eu comecei; foi em uma outra academia aqui no centro.

Era aqui na Neo Alves Martins. Antigamente tinha a Hermes Macedo, a Prosdócimo perto do... Entre a Basílio Sautchuk e a Duque de Caxias, era a academia do Clube Olímpico. Quem dava aula lá era o professor Andrade.

Umeda (2018) anuncia que iniciou com idade avançada se comparado aos membros que compõem o primeiro grupo de entrevistados, comentando que as lutas sempre despertavam sua curiosidade. Seu primeiro treinamento na modalidade ocorreu

na antiga SOCEMA, com um professor que ministrava aula em outra academia. Em seu relato, percebem-se entrelaçamentos com as narrativas de Roberto Nagahama:

Eu sempre tive curiosidade na arte de luta, de artes marciais. Antes mesmo de praticar o Judô, eu passava em frente à academia que existia aqui em Maringá. Era de um professor que depois a gente teve aula com ele: Hysaioshi Maeda. E tinha uma academia na rua Piratininga, aqui perto da Escola Osvaldo Cruz. Eu passava sempre na frente lá e a curiosidade minha era de fazer aquilo, né? Mas não foi pra frente, né? Porque veio a encerrar. Depois é que surgiu, dessa mesma pessoa – Hysaioshi Maeda – após o encerramento ficou, como diz assim? Não tinha ninguém. Mas aí um outro grupo, inclusive meu irmão mais velho estava envolvido.

Tudo isso aí aconteceu antes da abertura dessa nossa, que deu todo procedimento. É onde evoluiu o Judô de Maringá. Então, um grupo se reuniu, um grupo da SOCEMA, que é a antiga ACEMA. Ficava lá onde hoje é a Escola Graham Bell. E lá eles reuniram um grupo, que era o tio do Roberto Nagahama.

É porque o Roberto Nagahama e eu – nós iniciamos, eu com 14 anos e ele, acho, que estava com seis anos.

Inclusive, quem me convidou era o meu irmão; ele fazia parte da diretoria. Ele perguntou para mim se queria fazer Judô e eu falei: “eu posso?” porque minha mãe nunca gostou de esporte, de nenhum esporte.

O incentivo do irmão e o receio da mãe, como relatou Umeda, foram explorados para saber quais tensões ocorriam na relação com os membros familiares sobre esse fato. Assim, foi indagado ao entrevistado se o receio ocorria por ser uma luta, um esporte ou por outro motivo. Sua resposta esclareceu esses pontos:

Por ser perigoso. Na cabeça dela, concepção de esporte era perigoso, porque ela já perdeu um parente que praticava Baseball; levou uma paulada e veio a falecer. Então, ela detestava esporte. Acho que por isso a gente levou à frente isso... pela negativa. Eu perguntei para ele: “mas eu posso?” ele me respondeu: “mas eu não estou perguntando se você pode, eu perguntei se você quer fazer”, aí eu falei: “opa, então estou dentro”. Aí nós começamos também no salão social da SOCEMA, isso em fevereiro de 1967 (UMEDA, 2018).

A mãe de Umeda receava que os esportes fossem perigosos por uma fatalidade ocorrida em sua família. Todavia, conforme memora Osvaldo, a proibição fortaleceu ainda mais a sua motivação para iniciar essa luta na SOCEMA, junto a seu irmão, em 1967. Castilho (2018) teve o seu primeiro contato com o Judô de maneira mais casual e espontânea. Ele a iniciou com Andrade, no Clube Olímpico, aproximadamente entre 15 e 17 anos. Assim ele relata:

Na minha vida foi na década de 60 e, ou entre a década de 60 e 70... eu era nadador do Clube Olímpico e o professor Antônio Campos de Andrade me viu nadando, e ele estava começando a montar um *shiai-jô*¹⁷ na parte de cima do Clube Olímpico, que ele teve apoio do clube para montar isso lá e começar o Judô. Aí eu disse: "aqui olha, eu ouvi falar, mas nem sei como é, e..." [ele me interrompeu e disse]: "não, então você vem fazer umas aulas e tal". Eu falei: "eu vou!". Jovem ainda, só tinha compromisso com a escola, não tinha compromisso com outras coisas; aí foi. O Judô começava, eu acho que na parte da tarde para a noite. Aí fomos. Meu primeiro *kimono*¹⁸, minha mãe costurou de saco de farinha, farinha de trigo, que eu não tinha dinheiro para comprar o quimono e mesmo porque aquilo era tão raro na época... os trançados. [Eu tinha uns] 15, 16, 17... eu não lembro ao certo. Eu tenho relatos históricos guardados, não é? Em 1969, eu acho que foram as competições que eu já comecei a competir e tal. (Adendo entre colchetes nossos)¹⁹

Após esse convite, Castilho (2018) esclarece o que lhe motivava a treinar Judô, algo que, segundo ele, carece em outros jovens:

Eu acho que o que mais me atraía era um princípio de organização, de respeito, de disciplina. Porque todo jovem tem dificuldade com isso. Então, ele me ajudou muito a superar dores musculares, a superar o revés dos golpes que nem sempre se projetavam, ou projetavam. Então, isso equacionou muito bem as coisas que eu deveria, acho, que seguir na vida, que me ajudaram na vida, assim. Mesmo cansado, ter que terminar o capítulo do livro que eu precisava ler, e assim por diante, e eu penso que o Judô deveria ter disciplina obrigatória em todas as escolas.

Em sua percepção, a modalidade de Kano *sama* deveria, assim como ocorreu no Japão, ser disseminada em todas as escolas, pois ela ensina princípios básicos para a formação de jovens e que contribuem com a sua vida adulta (KANO, 2008). O fato de sua família ter uma formação religiosa no protestantismo e de ter um pai que necessitou trabalhar muito fez com que ele não tivesse incentivos para a prática de esportes. Contudo, não teve restrições familiares envolvendo o treino do Judô. Assim ele afirma:

Meu pai trabalhava muito; ele era bastante ausente. Minha mãe tinha medo de eu me machucar. Um dia eu cheguei com o supercílio aberto em casa; foi um terror. [...] Mas a formação do Judô foi extremamente importante para a minha vida.

¹⁷ Palavra usada no Judô que significa local de competição.

¹⁸ Palavra japonesa que pode ser traduzida como vestimenta. No contexto da pesquisa e do Judô brasileiro entende-se como sinônimo da palavra *judogi*.

¹⁹ Todos os momentos em que se acrescentam partes escritas nas falas dos participantes, essas são discriminadas entre colchetes e anunciadas ao final da citação. Objetiva-se, assim, atribuir um sentido coerente com o que foi afirmado pelo entrevistado, pois se transcrito literalmente, perderia o sentido narrado oralmente. A ausência desses termos poderia proporcionar uma falsa impressão de silêncio longo, interrupção do entrevistador ou alguma outra interferência ocorrida no momento do relato.

O contexto de aproximação de Saguti (2018) com o Judô diferencia-se, ao menos em parte, dos demais entrevistados. Por ser filho de japoneses natos e residir em sítio, ele iniciou os treinamentos de luta primeiramente com a prática do Sumô²⁰. Depois é que ocorre a experiência com o Judô, dada em contexto familiar:

É o seguinte: em casa, nós somos quatro irmãos; tudo homem. Eu sempre, desde moleque, eu era meio gordo. Com 11, 12 anos, pesava 70, 80 quilos. Então, meus três irmãos jogavam Baseball; e Baseball tem esse negócio de correr – precisa ser rápido. – eu, já meio gordo, não corria. O meu pai, lá no Japão, lutava Sumô também – não sei se você conhece – então eu me dediquei a essa parte; lutava Sumô e Judô. Então, eu sou como *nissei*²¹ e os pais são do Japão e tudo, comecei a praticar isso. Como eu estava com oito, nove anos, nós morávamos no sítio, eu e meu pai fez aquele lugar de lutar Sumô. E nós somos em quatro homens. Então, à noite, dava para treinar. Bem nessa época, quando eu cheguei em São Paulo – na cidade – comecei a praticar o Judô, uma luta individual.

Takeshi Saguti vem de Londrina para Maringá já como faixa- preta. Ele recorda que o Judô já se encontrava instalado na Cidade Canção:

[...] quando estava em Londrina – porque eu fiquei lá em Londrina um ano, dando aula de Educação Física no Colégio Vicente Rijo – no lugar de Educação Física, eu dava aula de Judô. Mas depois em Maringá, eu vim em 1968, mas já em 1968 eu não estava dando aula, porque estava o professor Maeda. Naquele tempo era SOCEMA. E depois que ele deixou, mais para frente, que a ACEMA/SOCEMA veio pedir para eu dar continuidade de Judô.

Essas memórias do início do Judô maringaense evidenciam que a participação dos personagens com descendência oriental possui influência familiar. Dos entrevistados que compuseram o presente estudo, apenas dois possuíam parentes que já praticavam uma modalidade de luta. Um possuía pai que praticava outro tipo de esporte e motivava treinar alguma atividade física. Um tinha o aval negativo em participar de qualquer prática corporal, mas contou com o apoio do irmão. Dois não manifestaram a influência de parentes no contato inicial do Judô. Os participantes da pesquisa, com exceção do Saguti, constituem a primeira geração de *senseis* formados no município de Maringá, sendo personagens que contribuíram na disseminação da modalidade. Na cidade, percebe-se,

²⁰ Segundo Sakurai (2014), o Sumô é modalidade japonesa e muito popular no seu país de origem.

²¹ Essa palavra pode ser traduzida como segunda geração, algo que, no dado contexto propalado, significa pessoa brasileira descendente de japoneses radicados em terras tupiniquins.

pelos sobrenomes da maioria dos entrevistados, que o desenvolvimento do Judô maringense foi influenciado por descendentes nipônicos. Autores como Drigo (1998 e 2007), Marta (2009) e Nunes (2011) apontam que um dos principais fatores para a disseminação das lutas orientais no Brasil foi a imigração asiática para o país.

Os *nisseis* entrevistados, e também os demais entrevistados, dedicaram-se a essa modalidade tipicamente japonesa para o desenvolvimento dessa prática corporal enquanto um ofício na cidade. Nesse sentido, a colonização de nipônicos em Maringá corrobora com as afirmativas dos autores na localidade investigada, pois além do envolvimento desses descendentes nipônicos entrevistados houve outros praticantes com ascendência oriental que também contribuíram para o desenvolvimento da modalidade no município. Até o ano de 1964, a cidade maringense possuía, segundo a Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964), 5.522 pessoas imigrantes e descendentes de japoneses. Essa comissão esclarece que, desse total, 1.575 eram nipônicos e 3.947 eram descendentes de nipônicos, sendo que 3.318 indivíduos se encontravam na zona urbana e 2.204 indivíduos na zona rural. Assim, esses dados confirmam os apontamentos dos entrevistados ao afirmarem que Maringá sempre possuiu potencial para o desenvolvimento do Judô em virtude da existência de nipo-brasileiros radicados na cidade.

Outro elemento encontrado nos relatos dos entrevistados foi a influência de associações culturais e esportivas ou clubes sociais no acolhimento e disseminação dessa modalidade em Maringá. As associações destacadas foram a SOCEMA e o Clube Olímpico. Graças ao acolhimento dessas instituições, muitos puderam ter contato com a modalidade. Em que pese a importância das associações, outro local de treino também foi reconhecido pelos participantes da pesquisa, sendo independente dessas associações. Segundo Umeda (2018) e Saguti (2018), o professor que ministrava os treinos nesse local independente era o Hisayoshi Maeda que, após o início do Judô na SOCEMA, veio a participar de uma das associações na condição de *sensei*, embora por um curto período de tempo.

Cardoso (1959), ao analisar as associações juvenis de japoneses na cidade de São Paulo, destaca que o surgimento dessas associações foi importante para o processo de aculturação dos filhos de japoneses – os *nisseis* – com a sociedade brasileira. Esse processo foi uma necessidade imposta a esses jovens após o término da Segunda Guerra, pois, antes do conflito mundial, os *isseis* se encarregavam de manter o espírito de obediência e disciplina tipicamente preconizado no Japão. Com a derrota do grupo

político Eixo²², foi exigido, por parte dos próprios imigrantes nipônicos, que essa segunda geração fosse entrosada em um círculo de convivência com os outros membros da sociedade brasileira. Até então, esses sujeitos, em territórios brasileiros, eram localizados, prioritariamente, em zonas rurais e em colônias.

A autora destaca que os *isseis*, na busca de sucesso econômico e *status* social, valorizam as profissões liberais e as atividades de cunho intelectual, estimulando os seus filhos a se envolverem com a cultura local sem o abandono às “virtudes ocidentais”. Esse fenômeno contraditório, de aceitação e negação cultural entre as antigas gerações de imigrantes japonesas e as novas gerações de descendentes de japoneses, oportunizou a criação de associações juvenis de indivíduos radicados no Brasil. O intuito foi compartilhar conflitos culturais e necessidades históricas coletivas dos descendentes de japoneses, propiciando uma convivência entre os *nisseis* e os não-nipônicos (CARDOSO, 1959). A exemplo do que ocorreu no contexto paulistano:

Verificamos que existe um grande número de clubes recreativos e esportivos, organizados e freqüentados por jovens descendentes de japonêses [sic]. Academias de judô, grupos de pingue-pongue, times de baseball, congregações religiosas e associações culturais são formas que essas agremiações étnicas comumente assumem. (CARDOSO, 1959, p.108)

Umeda (2018) também referencia outro local em que se praticou Judô, no início da década de 1970:

Nesse período de evolução teve uma outra – como eu posso dizer? – academia, um outro local de prática de Judô que surgiu, na igreja Nishi Honganji, na Avenida Pedro Taques. É uma igreja japonesa. [O *sensei* dali foi] também faixa-preta, mas eu desconheço a origem dele... Ele passou um período efêmero e bem curto, mas fez parte com a gente. Ele não teve público e ali também era um local fechado, muito fechado também. Era uma associação ligada à cultura, muito mais ligada à cultura religiosa, e parecia muito mais fechada; então, a dificuldade que teve realmente de acesso. (Adendo entre colchetes nosso)

A justificativa para que esse espaço não tenha contribuído para proliferar *senseis* na cidade está relacionada a uma característica exclusivista dos grupos nipônicos de uma comunidade religiosa, portanto careceu de adeptos que dessem continuidade aos

²² Esse grupo foi caracterizado na Segunda Guerra Mundial como sendo os opositores do grupo denominado de Aliança. Os principais países que compunham esse grupo foram a Alemanha, a Itália e o Japão. A Aliança teve como principais países os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética.

ensinamentos preconizados por aquele *sensei*. Dessa forma, com base nas análises dos dados coletados e no seu entrelaçamento com os referenciais consultados, a exemplo de Cardoso (1959), Comissão de Recenseamento (1964), Drigo (2007) e Marta (2009), é possível afirmar que não somente a imigração oriental foi decisiva na disseminação das modalidades de lutas no Brasil, mas as organizações associativas (clubes sociais e associações culturais), ao menos em Maringá, desempenharam um papel importante na inserção do Judô na cidade. Destaca-se que o fenômeno de disseminação das lutas orientais na cultura brasileira iniciou-se, segundo Marta (2009), basicamente pautado por meio de três vertentes: a das colônias japonesas, havendo predominância do Judô e Karatê; a do apoio de militares, predominando o Taekwondo e o Hapkido; e a da necessidade de orientais aventurarem-se no oriente, predominando a luta Kung-Fu.

Percebe-se que o Judô (assim como outras práticas corporais e eventos culturais rememorados pelos *isseis* e *nisseis*) foi utilizado como meio de construção e expressão de uma identidade de imigrantes japoneses no Brasil, o que resultou num processo de hibridação cultural, ou seja, num fenômeno que se caracteriza, segundo Canclini (2003), como um processo de intercâmbio de signos e significados sociais entre grupos sociais de matrizes culturais distintas.

Kimura (2006) alerta que a colonização japonesa, no Brasil, sofreu com uma política de restrições, nas décadas de 1930 a 1950. No Paraná, os imigrantes vieram com a perspectiva de inovação nas técnicas agrícolas e para a ocupação de áreas “vazias” no norte do estado. Todavia, a imprensa curitibana, nas décadas de 1930 e 1940, fomentou uma “campanha” que alertava sobre o “perigo amarelo” em territórios brasileiros, influenciando na organização interna das colônias radicadas no estado. Após a Segunda Guerra, com a derrota do Eixo e com a perseguição, a opressão e o isolamento que esse grupo étnico foi submetido, ocorrem disputas ideológicas entre os membros da colônia japonesa. Alguns defendiam a ideia de que o Japão não tinha se rendido na guerra e outros defendiam que havia (KIMURA, 2006).

Em Maringá, mesmo com o processo de hibridização cultural entre nipônicos e brasileiros, iniciado depois da Segunda Guerra mundial, esse fenômeno não foi isento de tensões entre os habitantes da cidade. A existência de duas matrizes de treinamento de Judô demonstra a importância desse elemento hibridizador. Nesse processo, os diferentes sujeitos não apenas produziram significados para si próprios, mas construíram significados dessa luta na região, em diálogo com os membros da comunidade judaística

da cidade, envolvendo *nisseis* e “não orientais”²³. Por esse caminho, não há como delegar importância maior aos descendentes de nipônicos ou à comunidade “não oriental”, pois foi a partir da necessidade de aculturação entre os diferentes grupos sociais que o Judô passa a ser implementado na cidade. Esse processo inicial perdurou até o final da década de 1970, momento em que os primeiros *senseis* foram formados no município maringense e adquiriram condições próprias para disseminar essa luta.

As recordações que esses personagens históricos têm das condições em que ocorriam os treinos e os eventos naquele período resistem ao tempo e sobrevivem como memórias. As lembranças das vivências, dos conflitos, dos obstáculos, das dificuldades, dos aprendizados, das histórias e das decisões nos indicam aquilo que eles não querem que seja esquecido e, assim, são guardadas por eles como bagagem histórica (memórias).

4.3 Das recordações dos treinos, dos eventos e dos *senseis* do Judô em Maringá nas décadas de 1960 e 1970: passado que reside na memória dos personagens históricos

As narrativas orais encontram-se em diversos momentos da vida humana, incluindo as tradições de diversas lutas e artes marciais. No Japão, os *Samurais* eram os principais guardiões do código de ética da casta dos *Bushi*, que guiava os sentidos da existência desses guerreiros. Esse código era tratado como um caminho de vida a ser seguido de maneira firme e fiel, cumprindo a função honrosa de proteger e servir ao império *nihon*²⁴. Carvalho (2007, p. 79) afirma que: “A essência do *Bushidô* era passada oralmente de pai para filho, através das gerações, não sendo possível a definição da data precisa em que ele foi criado”. Esse caminho era denominado de *Bushidô* e sua adaptação aos tempos modernos deu-se por Kano *sama*, que o aplicou em sua luta²⁵. Como observa

²³ “Não orientais” é o termo aqui designado para as pessoas que residem em Maringá e não apresentam características morfológicas ou sobrenomes nipônicos, chineses, coreanos ou correlatos a essas regiões geográficas. No relato de alguns participantes, os “não orientais” seriam os “brasileiros” e os *nisseis* seriam “japoneses” ou “japonesada”.

²⁴ Palavra japonesa que significa japonês.

²⁵ Alerta-se que as tradições nas culturas orientais não foram apenas transmitidas por via oral. Destacam-se as célebres obras *Kama Sutra*, cuja autoria é atribuída ao hindu Mallanaga Vatsyayana, e *A Arte da Guerra*, atribuída ao chinês Sun Tzu. A importância de transmitir o código de ética e as técnicas de luta de maneira oral, na antiguidade, não é percebida como algo casual, pois caso os guerreiros fossem derrotados, e conseqüentemente invadidos pelo inimigo, esses conhecimentos não seriam acessíveis de maneira sistematizada aos opositores.

Carvalho (2007, p. 58), o verdadeiro espírito do judoca foi inspirado nessa casta de *Samurai*, sintetizado no princípio filosófico *Jita-Kyoei*²⁶. Para o autor:

Este “espírito” encerra um determinado código de ética, não escrito, no qual não são admitidos deslizes no cumprimento das ações acordadas, mas a construção, [sic] via austeras regras disciplinares, de *virtudes éticas*, tais como coragem, fidelidade ou lealdade, honra, somadas a um incontestado despojamento de qualquer forma de temer, especialmente do temor da morte.

No Judô, esse hábito de transmissão é mantido na relação de ensino do *Sensei* e *Kohai*, agregando os mais diversos assuntos da modalidade. Virgílio (1994) e Mesquita (2014) apontam que o Judô foi fundamentado em conhecimentos científicos acessíveis ao seu fundador, tendo como hábito a transmissão de histórias e de sua filosofia por meio de narrativas orais. Entende-se que usar a oralidade para produzir um conhecimento sistematizado (e escrito) sobre o Judô em Maringá é retomar uma característica originária dessa modalidade, com o incremento contemporâneo da literatura científica. Nesse sentido, a abordagem da História Oral nos permitiu adentrar em elementos do passado, por meio de memórias de indivíduos que vivenciaram essa prática corporal na sua implementação e consolidação na cidade. Essa metodologia científica é entendida como coerente com a própria gênese dessa luta.

Conforme constata Silveira (2017), o Judô, no Paraná, vem sofrendo mudanças desde o fim da 2ª Guerra Mundial, permeadas por diversos fatores, entre eles, a esportivização, a mercadorização e a pedagogização. O impacto causado abrange o distanciamento dos fundamentos preconizados por Kano à luta, a alteração na relação professor-aluno para treinador-atleta e o próprio modelo de treinamento. A essa diferenciação tem-se aspectos que podem ser considerados positivos, como a maior disseminação do Judô no território brasileiro, assim como aspectos considerados negativos, como a exigência do alcance da vitória a qualquer custo. Nesse processo de transformações acontece a gradativa descaracterização do Judô, inicialmente configurado quando essa modalidade se aproxima do esporte-espetáculo. Esse fenômeno, que perdura até o tempo presente, tem ocasionado a comercialização desse produto para o público geral, por meio da mídia, o que gera interferência decisiva na luta, convertendo-a em formato consumível pelo grande público (SILVEIRA, 2017). A formação do judoca e a

²⁶ A tradução desse princípio pode ser feita pelo termo “respeito mútuo” ou “prosperidade e benefícios mútuos”.

constituição do Judô em Maringá, no período investigado (décadas de 1960 e 1970), também são desenhadas por Silveira (2017). O sujeito, ao escolher o Judô como modalidade a ser praticada e cultuada no município, assume essa luta como um meio de vida; forma-se a si mesmo como judoca e (re)produz uma nova relação social – uma relação “sociocorporal”. Daí que um dos caminhos para se compreender o Judô e a sua consolidação em Maringá é entender as memórias dos sujeitos e os significados que eles atribuem atualmente a essa luta.

Para apreender a significação dada por esses pioneiros da luta de Kano *sama*, entre as décadas de 1960 a 1970, a presente pesquisa conduz a vislumbrar uma modalidade sob o olhar de quem a objetivou e projetou nessa prática corporal as suas acepções. Dessa forma, interpretar o sentido-significado dos acontecimentos lembrados pelos entrevistados a partir de seu envolvimento com o Judô maringaense é incursionar pela memória dessa época e compreender como a tradição judoísta instalou-se na Cidade Canção.

A criação da tradição do Judô em Maringá é percebida pelos participantes que vivenciaram o processo sob as mais diversas perspectivas. Na cidade investigada, essa tradição é criada em um contexto em que os *nisseis* já compartilham momentos com os “não japoneses”. De maneira intencional ou não, análoga ou não ao movimento de disseminação mundial do Judô, o encontro entre esses grupos simboliza uma vivência entre duas culturas distintas. Assim, a identidade do Judô maringaense inicia-se a partir dessa particularidade regional, todavia possuindo relação com o fenômeno universal de expansão da luta de Kano *sama* no mundo. Algumas divergências culturais também se manifestaram de outras formas em outros locais.

Essa diferença foi exemplificada quando Kano (2008b) elucida acerca do uso de “faixas coloridas” (ou dos *kyus*) em sua prática corporal. Ele explica que os franceses sentiram a necessidade de materializar, de forma sistematizada e simbólica, a progressão do judoca ao longo dos treinamentos. A introdução dessa tradição na luta foi disseminada, muitas vezes, de forma oral, como uma iniciativa dos japoneses em adequar o Judô a outras culturas. Entretanto, como o próprio fundador esclarece, foram os franceses que trouxeram esse sistema de progressão para sua modalidade. Trata-se, portanto, de uma “tradição inventada”, como bem define Hobsbawm (1997, p. 9):

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais

práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

O autor ainda alerta para o cuidado necessário para não se confundir convenção e tradição. Convenção é aquilo que é aceito no convívio social como uma norma ou costume, mas não possui nenhuma função simbólica nem ritual importante. Eventualmente, essa convenção pode tornar-se tradição, com o fim de facilitar a transmissão do costume e ensinar as normas aos que adentram naquele universo de significados (HOBBSAWM, 1997).

Os centros de treinamentos são os locais onde ocorre a criação da tradição do Judô na cidade, pois sem um espaço físico específico a prática da luta não aconteceria. Os *senseis* que trouxeram essa modalidade ao município encarregaram-se de disseminar essa luta e suas tradições. Mesmo que o conhecimento de um professor não seja fidedigno às tradições tipicamente de *dojos* japoneses, coloca *gaijins* e/ou *nisseis* em contato com o universo simbólico judoístico para além do município maringaense. Assim, conhecer os espaços, os personagens e os eventos, de acordo com o relato dos entrevistados, é imergir nas lembranças e nos símbolos históricos que ficaram registrados em sua memória.

4.3.1 Os primeiros passos do Judô na Cidade Canção: a alvorada dos centros de treinamentos e os seus *senseis*

Implementar o Judô em Maringá significa (re)inventar essa luta no contexto do município. Os indivíduos que a trouxeram (re)criaram os ensinamentos preconizados pelo fundador da modalidade e procuraram desenvolver seus fundamentos. A implantação dessa luta foi idealizada por Kano *sama* em escala mundial, pois ele acreditava que os princípios apreendidos por ele e aplicados no Judô contribuíam na formação moral, intelectual e física dos praticantes, proporcionando novas relações sociais e métodos de negócios (KANO, 1932).

Na primeira parte da entrevista com os participantes da pesquisa, questiona-se se houve mais de um local para treinar Judô, quais foram os primeiros *dojôs* do município e quem eram os respectivos *senseis*. Tais dados colaboram com o entendimento do início do judô na cidade à medida que os judocas pioneiros envolveram-se com a modalidade, apresentando as possibilidades de locais e *senseis* que recordam ter para treinar.

Nagahama (2017), ao iniciar os treinos de Judô em Maringá, em 1967, expressa sobre os primeiros *dojôs* e *senseis* da Cidade Canção:

É, o único que não nasceu dessa árvore genealógica foi o *sensei* Castro, no Ginásio Maringaense de Cultura Física. Ele era do Rio; ele é carioca, a esposa era carioca e tal. Mas o Clube Olímpico nasceu da SOCEMA. O *sensei* Andrade foi aluno do *sensei* Hisayoshi Maeda. O Castro já veio preta para cá, mas eu não sei o ano. O que eu sei é que se formaram três forças aqui em Maringá, que era o Clube Olímpico, de onde surgiu o *sensei* Ploc, o Wellington Castilho, os irmãos Monqueiro, o Maninho. Do *sensei* Castro veio o Marcelo Manilha, veio o Póli, e tem uns três ou quatro, também. Aí, tiveram forças e, os pequenos – as crianças – nós tínhamos a hegemonia, porque o nosso volume era grande, a SOCEMA, né? Mas, do Juvenil pra cima, já brigavam as três. Mas tudo muito saudável, força para a cidade.

Ploc (2017) versa sobre quando iniciou seus treinamentos de Judô na Cidade Verde, descrevendo que:

O que eu lembro de Maringá... Tinha o Clube Olímpico e a SOCEMA, ali na avenida Mauá. Tinha dois, que eu lembro, e, depois apareceram aqueles faixas-pretas... E abriam academia... Tinha um tal de Massapê... Massatê, Massamá e Massafu... Eu nunca esqueço. Abriram a academia e não ficou um mês e fechou. Sumiram de Maringá. Eu nunca esqueci disso aí. E, então aqui, tradicionalmente, a ACEMA ou SOCEMA e Associação de Judô Clube Olímpico, que eram os mais fortes de Maringá. E, naquela época, o *sensei* Nagahama já treinava na SOCEMA. Era uma turma grande, tinha bastante gente, e anteriormente a isso, eu não me lembro se tinha... Mas dizem que tinha uma academia na avenida... no antigo Cine Maringá... nos anos 50 ou 49; isso eu não sei precisar também... Existem esses comentários. Eu não conheço, até porque eu cheguei aqui em Maringá em 1960.

Babata (2017) lembra de três centros de treinamento em Maringá ao iniciar o Judô, no ano de 1969:

[Tinha] um terceiro grupo que treinava lá; depois, tinha o Olímpico e, que eu lembro, já eram três academias que treinavam na época. Lá na praça, no Olímpico, e, depois de um tempo, eu acho que acabou, lá na praça... porque tiveram uns conhecidos meus que moravam na zona quatro, perto da minha casa e eles vieram treinar com a gente na antiga SOCEMA, que depois é que ficou Associação Cultural Esportiva de Maringá, que é o ACEMA, que era um barracão alugado. E antigamente eu acho que era Sociedade Cultural Esportiva de Maringá; por isso que era SOCEMA. (Adendo entre colchetes nosso)

O *sensei* Umeda (2018) iniciou-se no Judô no ano de 1967, na cidade de Maringá. Ele menciona que o primeiro treinamento foi com o *sensei* Hysaioshi Maeda, que possuía uma academia na Avenida Piratininga, próximo à Escola Oswaldo Cruz:

Eu tinha curiosidade e sempre passava em frente, mas ele fechou a academia [...]. E a ala jovem [da SOCEMA] montou o *tatame*, né? Aí chamaram esse professor, Hysaioshi Maeda, que ficou sendo professor até um certo período, antes do Sagutti, o professor Sagutti. (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018) relata que iniciou os treinamentos na referida modalidade na década de 1960, na cidade de Maringá e não consegue afirmar precisamente quais professores existiam quando ele começou:

Eu acho que tinha... Eu não sei precisamente o nome, mas tinha... Dos professores que eu lembro, do Antônio Campos de Andrade, do Aldenor de Souza Castro, do *sensei* Maeda e, da época, eu acho assim... que eu lembro era só; o Saguti, o Sensei Saguti também [...].

Em pergunta anterior, quando questionado acerca do momento em que iniciou os seus treinamentos de Judô, ele fala da relação do Andrade com a SOCEMA:

Porque surgiu o Andrade no Clube Olímpico? Porque houve uma discreta conversa entre ele, que frequentava a academia onde “japoneses” atuavam, e ele sentiu – e ele era uma pessoa de perceber coisas – que os “japoneses” estavam estudando, só [entre] os “japoneses”, os detalhes. Tanto é que terminava a aula, os “japoneses” ficavam; os “brasileiros” iam embora. E ele começou a se incomodar com isso. E ele abriu uma academia onde a maioria, até por fotos você vai ver, é de “brasileiro”. Não porque existia essa discriminação, porque, para mim, a raça que nós temos no Brasil é uma só: a raça humana. (Adendo entre colchetes nosso)

A contribuição de Saguti (2018) a essa questão esclarece pouco, pois, conforme ele justifica, chegou em Maringá em 1968:

Aqui, quando eu comecei... porque aqui em Maringá o Judô já tinha na SOCEMA o Maeda, tinha Andrade... Aqui antigamente passava trem aqui, aqui na Avenida São Paulo, e tinha só Castro. Então, tinha umas três academias. Porque eu mudei para Maringá em 1968. Nessa época, ele [Maeda] já estava dando aula aqui, porque ele também veio para não dar aula de Judô. Naquele tempo era SOCEMA. (Adendo entre colchetes nosso)

Na expectativa de Takeshi Saguti ter conversado com *sensei* Maeda sobre o passado dele e do Judô na cidade, foi perguntado a ele o que conhecia sobre esse *sensei*:

Sim [ele era japonês mesmo], ele não tinha muito diálogo. Aquele tipo *samurai*.

Ele não veio para Judô, veio... acho que nem a esposa dele está viva. Eu conheci uma pessoa que fica bem parente dele, lá da Avenida Paraná, tem uma agência, Linetur, que vende passagem, lá perto da dona Teresa. O marido dela é primo desse Maeda. (Adendo entre colchetes nosso)

As respostas dos depoentes manifestaram informações distintas entre si, que não permitiram esclarecer o local e o período do início do Judô em Maringá. Os relatos apontam Hysaioshi Maeda ou Antonio Campos de Andrade como os primeiros professores a atuarem com a respectiva modalidade no município. Maeda é memorado como o *sensei* que iniciou na SOCEMA e atuou, anteriormente a essa instituição, em uma academia própria. Andrade é memorado como o *sensei* que iniciou no Clube Olímpico, participando dos treinos na SOCEMA. Umeda (2018) afirma que Maeda iniciou os treinos em Maringá em um centro de treinamento próprio na Avenida Piratininga e, tanto ele quanto Nagahama (2017) afirmam que Andrade foi aluno de Maeda. Ploc (2017) e Castilho (2018) apontam que Andrade iniciou suas atividades de Judô em 1963, no Clube Olímpico, e não mencionam qualquer relacionamento de *sensei-kohai* (professor-aluno) entre ele e Maeda. Babata (2017) não sabe dizer quem iniciou primeiro, pois ingressou na modalidade depois dos demais entrevistados. Entretanto, informa haver uma terceira academia que, aparentemente, não possuía vínculo nem com Andrade e nem com Maeda²⁷. Saguti (2018) afirma que Andrade já era faixa-preta quando ele veio para Maringá em 1968 e não soube indicar quem introduziu a luta de Kano *sama* na cidade.

O pioneiro que “desbravou” essa luta em Maringá ainda não foi devidamente esclarecido, pois os entrevistados não manifestaram muitas recordações sobre os personagens Maeda e Andrade, além de que, segundo Saguti (2018), Maeda não falava muito sobre seu passado. Observa-se a carência, notada no uso da oralidade, de informações que contribuiriam para a retomada de fatos acerca da identidade de participantes do Judô na cidade e da própria modalidade. O conteúdo dos relatos demonstrou uma certa tensão em relação a quem foi o precursor da luta no município.

²⁷ Conforme o próprio Babata (2017) esclarece, essa academia era localizada na Praça dos Expedicionários. Ele não conheceu o professor regente. Babata (2017) soube da existência desse centro de treinamento ao passar em frente do local nos momentos em que se dirigia ao colégio em que estudava. Posterior ao fechamento da mesma, alguns alunos desse local ingressaram no Judô da SOCEMA e do Olímpico.

Para Canclini (2003, p. 301), uma característica das cidades da América Latina é a hibridização cultural, momento em que vários interesses se cruzam (mercantis, históricos, comunicacionais e estéticos. Nas palavras do autor: “As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver”.

O direito de afirmar quem foi o *sensei* precursor do Judô em Maringá envolve questões de múltiplos interesses, permeadas por diversas “pressões” ou “interesses sociais”, que atendem ao desejo particular dos praticantes. A sobreposição ou a legitimação do relato de uns em detrimento de outros entrevistados não é perspectiva da pesquisa, todavia os discursos se cruzam e significam dúvidas em relação ao passado, as quais levam a um espaço de disputa entre as diferentes matrizes do Judô maringaense que buscam vincular a imagem do pioneirismo a alguma delas. O Judô, na perspectiva de Jigoro Kano, foi criado para ser difundido pelo mundo e para disseminar parte da cultura japonesa. A cultura judoísta assume, desde sua origem, tensões entre a desterritorialização e a reterritorialização. Como observa Canclini (2003, p. 236):

[...] a análise das vantagens ou inconvenientes da desterritorialização não deve ser reduzida aos movimentos de idéias ou códigos culturais, como é freqüente na bibliografia sobre pós-modernidade. Seu sentido se constrói também em conexão com as práticas sociais e econômicas, nas disputas pelo poder local, na competição para aproveitar as alianças com poderes externos (CANCLINI, 2003, p. 236).

Entende-se que o conflito histórico presente nesta pesquisa não se associa à transposição do oriente a um grupo social residente em Maringá, mas à disseminação de um fato histórico com repercussão no tempo presente. No estudo, os dados sugerem que ambos (Maeda e Andrade) teriam sido os responsáveis pelo surgimento do Judô maringaense, pois foi a partir deles que judocas foram formados e assumiram para si a continuidade da luta de Kano *sama* na cidade. A dificuldade de aprofundamento nas figuras de Maeda e Andrade não inviabiliza a pesquisa em questão, pois a temática investigada buscou compreender um processo de implementação e consolidação do Judô em Maringá, de acordo com as memórias de judocas que contribuíram na construção dessa luta no município. Como esses dois judocas pioneiros estão falecidos, não foi possível recorrer a eles para confrontar informações não é possível.

Entende-se que os apontamentos realizados a partir dessas memórias não estão fixos na ideia que Hisayoshi Maeda iniciou anteriormente a Antonio Campos de Andrade, pois se reconhece a possibilidade de Andrade ter sido o *sensei* na suposta academia na Praça dos Expedicionários. Assim, é possível que qualquer um dos dois (ou até mesmo um *sensei* diferente destes e desconhecido pelos entrevistados) tenha sido o primeiro a ministrar treinamentos da respectiva luta na cidade ou que, ainda, Andrade e Maeda tenham iniciado o Judô em Maringá conjuntamente e, após algum tempo, separaram-se.

O relato de lembranças ocorridas em um período longínquo, esclarece Bosi (1994), remete a fatos evocados diversas vezes pelas testemunhas no decorrer de suas vidas. Da mesma forma que os relatos orais podem carecer de esclarecimentos do passado, os documentos oficiais e outras fontes históricas possuem a mesma problemática: não é possível abarcar a totalidade do passado em virtude de suas especificidades. Pelo fato de os entrevistados terem convivido há muito tempo com tais personagens e esses não terem sido mencionados diversas vezes em suas vidas após os seus falecimentos, as recordações de suas participações não foram evocadas de maneira que permitissem uma descrição mais detida do passado desses *senseis*. Entende-se, assim, como Bosi (1994), que a memória é mutante, pois o ser humano que a possui modifica-se com o passar o tempo e, simultaneamente, modifica a própria memória, resignificando-a. Isso possibilita a construção de novos conhecimentos e reordenamentos nas futuras experiências desses sujeitos.

A figura do *sensei* no Judô, conforme aponta Carvalho (2007), possui uma função importante na formação da consciência dos alunos e na transmissão dos conhecimentos judoísticos. Deliberador (1996) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que a origem do ritual do Judô no *dojo* está relacionada à figura do *sensei*. Ele elucida que, nessa luta, há valorização da cultura japonesa – que prioriza uma hierarquia rígida na relação entre *sensei-kohai* – devendo o aprendiz ater-se aos significados não verbalizados que o mestre emite²⁸. Virgílio (1994, p. 60) atribui a responsabilidade de promover o desenvolvimento físico, moral, intelectual e espiritual no *dojo* ao *sensei*, considerando-o imprescindível para o desenvolvimento dos judocas. Nas palavras do autor, ao referir-se ao *sensei*,

²⁸ Para Silveira (2017, p.72), os princípios judoísticos (*Seiryoku-Zenyo* e *Jita-Kioey*) são arraigados com a vivência e a prática, a partir da *mimesis*. Ele afirma que: “As posturas e rituais, a concentração e os momentos de silêncio (o discurso não-dito) representam muito mais que simples gestos, estes são carregados de significados que foram incorporados ao longo do tempo na relação mestre-aprendiz. Percebe-se também que a maioria dos *kodanshas* (alta graduação no Judô) aplica esses princípios no seu modo de vida, mas, frequentemente, tem dificuldade de expressá-los”.

adverte: “Seu lastro está na retidão, na educação, na lealdade e competência de seus professores e mestres. Para que a vulgarização e a deterioração não aconteçam, todos os envolvidos no ensino devem fazer de sua conduta um exemplo, exigindo o mesmo dos alunos”. Percebe-se, portanto, que tradicionalmente no Judô cultua-se a figura do professor para o desenvolvimento da prática sociocorporal.

Com o intuito de obter mais conhecimentos sobre os primeiros *senseis* de Maringá, perguntas específicas foram direcionadas para os entrevistados, realizadas em momentos e de maneiras distintos, conforme as narrativas de cada participante. Nagahama (2017) relata de maneira pontual quem considera os seus *senseis*, apresentando períodos e locais de atuação. Em relação aos *senseis* de outros centros de treinamentos, ele fez uma breve descrição:

Quem é que foram os professores responsáveis nesse período? Quando se iniciou, precisava ter uma faixa-preta; era o *sensei* Mario Iwamoto. Isso em 1967, tá? Em 1968, o *sensei* Mario parou de cuidar. Aí veio o *sensei* Hisayoshi Maeda. Ele foi até 1972, mais ou menos. Em 1972, acabou o Judô da SOCEMA, tá? Em 1973, veio o *sensei* Takeshi Saguchi [e foi] até 75. Aliás, acho que o *sensei* Hisayoshi Maeda foi até 70. De 71 a 75 foi o *sensei* Takeshi Saguti. Desse período para cá, já não era mais SOCEMA. Aí nós fomos para o Country Clube de Maringá. Aí, em 1975, o *sensei* Osvaldo Yoshio Umeda assumiu o Judô do Country Clube, de 75 a 77. Nesse período, nós já não tínhamos mais um local para treinar e nós fomos para o Ginásio Maringaense de Cultura Física (GMCF). E depois, eu adquiri essa marca e, ao invés de Ginásio, coloquei Associação. De 1977 para cá, nasceu a AMCF.

O *sensei* Andrade [que era o *sensei* do Olímpico], ele tinham uma fábrica de sodinha, de refrigerante, em Maringá. O *sensei* Castro era só academia, mas era um ginásio de fisiculturismo. Então, ele tinha musculação, ele tinha karatê e tinha o Judô. Aí começou a aparecer mais e trazer mais adeptos.

[O *sensei* Castro] foi um bom dirigente também, defendeu muito Maringá. Ele morreu no dia 28 de outubro de 79. (Adendo entre colchetes nosso)

Ploc (2017) discorre sobre os professores que julgou serem os primeiros *senseis* da cidade, informando o que sabe sobre seus antigos ofícios:

O professor Antonio Campos de Andrade já era aposentado no Banco do Brasil e ele tinha uma fábrica de guaraná aqui perto do antigo Frigorífico Central, pra cá um pouquinho, porque hoje é uma avenida que passa ali. Na época, era o Maeda [na SOCEMA], que mexeu com bicho-da-seda. Dizem que ele está vivo; eu não tenho certeza. O filho dele mora aqui em Maringá. Então, esse é mais ou menos dos 1960 e dos anos 1950, então já deve estar com uns 80 ou 90 e pouco... Esse é mais antigão.

[No início da década de 1970 teve] o Aldenor de Souza Castro fundou a AMCF e era na Avenida Tamandaré. Foi ele e o irmão, mas o irmão não tinha muito contato. Mas o Aldenor dava aula de Karatê e Judô. Ele veio do Rio de Janeiro. Depois ele mudou para o prédio ali em frente na praça Raposo Tavares, onde existe até hoje o terminal, e ali ele foi... em 1979, ele veio a falecer. (Adendo entre colchetes nosso)

Babata (2017) relata que os treinos que eram ministrados pelos *senseis* da cidade não eram a sua principal fonte de renda. Ele recorda que o pagamento das mensalidades era baixo, que a cobrança era feita por meio de uma taxa simbólica para cobrir os custos de funcionamento dos *dojôs*.

Não, Judô era um hobby [deles], eu acho. Eles tinham a empresa, trabalhavam, tinham emprego e davam aula de Judô à noite. Acho que [ministravam treino] pelo prazer, porque, assim, eu nem sabia quanto eles ganhavam ou não ganhavam, mas eu acho que não dava nem para complementar [a renda deles com os treinos que eles ministravam]. Na ACEMA, eram eles que pagavam o aluguel e a energia. E lá no Olímpico também. Então, o Andrade tinha uma fábrica de refrigerantes, se eu não me engano, e dava aula de Judô. Depois ele teve ... não sei se você se lembra do cursinho Paloti? Ele e o filho dele montaram esse supletivo e aí eles tinham as duas. E o professor Saguti... eu acho que vendia implementos e produtos de agricultura. E tinha o Castro, que tinha academia. A dele era particular. Ele fazia halterofilismo e já tinha um lugar de Judô e dava aula de Karatê também. Ele era halterofilista, professor de Karatê, de Judô. Ele era bem folclórico; eu acho que ele era árbitro internacional. Ele gostava de arbitrar. Ele era bem pomposo, assim, sabe. (Adendo entre colchetes nosso)

Umeda (2018) acredita que sua memória refere-se aos três primeiros *senseis* de Maringá, destacando Takeshi Saguti como um dos seus mestres:

O Hyasaioishi Maeda era aluno da escola do Jigoro Kano. Ele vem direto do Kodokan. Vem como terceiro *Dan*. Foi discípulo do Kodokan. O professor de lá [do Olímpico] era Andrade, professor Andrade. Só que ele tirou faixa-preta com nosso professor... Ele foi um grande teórico [...]. Por ser a própria pessoa na academia que promove a graduação, então ele conseguiu, mas de forma teórica, conseguiu essa graduação faixa-preta e abriu no Clube Olímpico. Aldenor de Castro que montou a GMCF. Ele veio do Rio de Janeiro. O professor Castro, na realidade... a formação dele era de praticante. Ele praticava mais Karatê. Com o passar dos anos é que ele foi adquirindo conhecimento do Judô, mas o esporte dele era Karatê. Se Saguti foi considerado seu *sensei*? Também considero meu *sensei* Maeda e Saguti. (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018), sabendo que seria o último entrevistado dos *senseis* que integraram a pesquisa, indaga quais teriam sido os principais personagens relatados pelos outros participantes. O seu relato buscou memorar a relação pessoal que tinha com os *senseis* pioneiros de Maringá.

É citado *sensei* Maeda no seu estudo?

Entrevistador: Foi citado *sensei* Maeda e o Andrade.

Saguti [foi citado]?

Entrevistador: Sim, o Saguti, o Castro e o Mário.

Esse último eu não lembro. Até o *sensei* Maeda eu lembro. Ele gostava muito de mim. Ele sempre me abraçava diferente. Mas é isso.

E aí eu me lembro que o meu professor [Andrade] me ensinava para eu poder ensinar. Então ele me tinha como um auxiliar dele dentro desse ensino e aprendizagem, que era conhecido como a roda dos velhos índios, contando aos jovens índios como era feita a abordagem, de caça.

Professor Aldenor de Souza Castro, que veio do Rio de Janeiro, era mais para Karatê. Depois, como o Karatê ainda estava iniciando e não sei o quê, ele começou também com o Judô. E aí ficou aquele conflitozinho entre academias e tal. Mas eu treinei na academia do professor Aldenor de Souza Castro e segurei a mão dele no dia que ele faleceu de câncer, no Hospital, não sei se em Maringá. [...] Ninguém explicou por que ele veio para Maringá; nunca ninguém me explicou. Eu só sei que ele veio e abriu a academia dele. (Adendo entre colchetes nosso)

Saguti (2018), por sua vez, fala em dois períodos da origem e desenvolvimento do Judô: um se refere ao momento em que os *senseis* pioneiros ministravam treinos quando ele chegou à cidade; o outro está ligado à primeira geração de *senseis* formados em Maringá.

Já estava instalado [o Judô na SOCEMA] e quem estava dando aula era Maeda, e estava, se eu não me engano, acho que era o Andrade também, estava lá de vez em quando. O Andrade tinha a academia dele também. Então, profundo mesmo só tem até... como eu posso te dizer? Até o Nagahama, o Umeda e essas turmas até formar faixa-preta.

Ele [o *sensei* Maeda] não é o pessoal que veio para dar aula de Judô, não. Ele é uma pessoa que veio com a finalidade para esse negócio de massagem, de osso, etc. Nisso daí ele tinha bom tripé.

O Andrade era muito comerciante. Ele tinha a fábrica até de refrigerante e a história do Andrade é faixa-preta; ele deve ter sido promovido. Agora, segundo *Dan*, ele mesmo parece que colocou; ele não tinha diploma. Ele vinha lá na federação me pedir para nomear... *palavra inaudível*... e eu vim muito lá conversando com o Presidente, mas ele também deve ter aprendido mais. Ele falou que praticou Jiu-Jitsu e que ele sabe a história. Mas competir eu nunca vi; professor de ir competir eu nunca vi. Castro também é faixa-preta e tudo. Mas ele disse que formou em São Paulo e São Paulo é grande. A gente não sabe se realmente é ou não. Mas de competir, não, eu nunca vi [eles competirem]. (Adendo entre colchetes nosso e entre asterisco duas palavras faladas que são inaudíveis)

Os dados que os entrevistados relatam permitem compreender um pouco melhor como esses *senseis* são lembrados por eles. *Sensei* Maeda é memorado como um profissional que veio ao Brasil para atuar no ramo da massoterapia e fisioterapia que, em Maringá, ministrou treinos da modalidade de Judô para os residentes no município. Nas lembranças de Ploc, esse *sensei* trabalhava com o bicho-da-seda. Umeda lembra que a formação em Judô de Maeda ocorreu no interior do próprio Kodokan no Japão. Para Castilho, o tratamento de Maeda com ele era algo diferenciado dos demais. *Sensei* Saguti recorda que Maeda tinha a postura típica de japonês tradicional, comparando-o à figura de um *samurai*.

Sensei Andrade é lembrado pelos entrevistados como empresário que tinha um estabelecimento comercial (fábrica de refrigerantes). Ploc recorda que seu *sensei* é um ex-funcionário aposentado pelo Banco do Brasil e, segundo Babata, posterior às aulas de Judô, Andrade abriu um cursinho preparatório para vestibular, nomeado de Paloti. Castilho, em suas memórias, afirma que esse foi o seu primeiro *sensei*, que ele o ensinava para ensinar aos demais. Umeda e Nagahama afirmam que o *sensei* Andrade adquiriu a faixa-preta com Maeda e que possuía um grande conhecimento teórico da luta. Já Saguti, que conviveu com Andrade na condição de *sensei*, recorda de conversas com ele sobre a obtenção de sua faixa-preta. Saguti lembra que Andrade afirmava ter se tornado *shodan* em São Paulo, além de ser praticante de Jiu-Jitsu. Saguti não possui informações que permitam atestar as afirmativas, mas também não questiona o que ouviu desse *sensei*.

A vinda do *sensei* Castro a Maringá está relacionada, segundo Ploc, ao início da década de 1970. Sua vinda é memorada, por Ploc, Umeda e Castilho, que afirmam ser Castro oriundo do Rio de Janeiro. Nagahama, Ploc e Castilho asseguram que sua atuação com o Judô durou até o final da década de 1970, cessando com seu falecimento em 28 de outubro de 1979. Nagahama lembra que Castro foi o fundador do Ginásio Maringaense de Cultura Física e, após a sua morte, Nagahama teria comprado esse espaço, modificando o nome para Associação Maringaense de Cultura Física. Saguti recorda que Castro chegou em Maringá na condição de faixa-preta de Judô e, conforme Ploc, Babata, Umeda e Castilho, ele teria atuado concomitantemente no Karatê e no Judô em sua própria academia. Nagahama recorda que Castro era um excelente dirigente; já Babata se lembra do porte físico do *sensei* com um estilo halterofilista, caracterizando-o como algo emblemático e característico dele. Como informam Umeda e Castilho, Castro voltou-se

inicialmente para o Karatê, mas, por também possuir faixa-preta no Judô, ofertou essa outra modalidade que vinha se tornando algo próspero na cidade.

De acordo com as memórias dos entrevistados, os *senseis* pioneiros do Judô maringaense possuem perfis diferentes entre si. Eles foram apontados como sendo: Hisayoshi Maeda, Antonio Campos de Andrade, Aldenor de Souza Castro e Takeshi Saguti. Desse grupo de *senseis* pioneiros, apenas Takeshi Saguti encontra-se vivo.

As perguntas direcionadas sobre os centros de treinamentos e sobre os *senseis* desses *dojôs* demonstram que dos quatro *senseis* apontados nas entrevistas como sendo pioneiros do Judô de Maringá, três não se ocupavam do Judô como fonte principal de renda, quais sejam, Maeda, Andrade e Saguti. Apenas um professor (*sensei* Castro) ocupava-se de maneira exclusiva com as lutas, no caso, o Judô e o Karatê.

Alguns outros nomes foram citados no decorrer das entrevistas, todavia, quando solicitado para que os entrevistados versassem sobre os seus *senseis*²⁹, não manifestaram uma descrição aprofundada sobre todos. Ao total, sete sujeitos foram mencionados: Mario Iwamoto, Hisayoshi Maeda, Takeshi Saguti, Antonio Campos de Andrade, Aldenor de Souza Castro, Ito e João Munhoz. Uma característica percebida nessa relação de nomes apresentados pelos entrevistados é que todos os *senseis*, até o final da década de 1970, são do sexo masculino. Umeda (2018) recorda que, no início do Judô maringaense:

Não tinha sexo feminino. Conosco não tinha nenhuma, na época, que eu treinei e competi. Até 1970 não tinha nenhuma menina. [As primeiras judocas maringaenses] podemos dizer que foram as duas filhas do senhor Takashi Yokoyama: a Márcia Yokoyama e a Tânia Yokoyama. (Adendo entre colchetes nosso)

Saguti (2018) faz comentário semelhante a Umeda, como pode ser lido na sequência:

As mulheres começaram... começaram... mas era muito pouco. Uma das mulheres que começou – que era até meio forte – era a tal de Yokoyama. Acho que é irmã do Jorge [Yokoyama], uma coisa assim. (Adendo entre colchetes nosso)

²⁹ Um hábito corriqueiro no Judô é chamar de *sensei* sujeitos com graduações maiores que a nossa ou que ocupem algum cargo de destaque. Apontam-se, como exemplo, árbitros, auxiliares do professor no treino, presidentes de federações, entre outros.

O nome de Márcia Yokoyama foi citado como uma possível integrante do grupo de entrevistados para compor a presente pesquisa. Entretanto, como o seu início ocorreu somente no final da década de 1970, não fora selecionada, assim como outros quatro nomes. Dos oito nomes apontados, apenas o dela é apresentado como representante do sexo feminino. Em estudo recente, Silveira, Violin e Pimentel (2018) investigaram o perfil dos professores de Judô no Paraná e, segundo os métodos e critérios da pesquisa, levantaram um total de 64 professores para responderem a um questionário³⁰. Desse número, 60 eram do sexo masculino e 4 eram do sexo feminino. Na Cidade Canção, participou do levantamento de nomes para compor a pesquisa um total de cinco professores, todos do sexo masculino. Assim, nota-se que, em Maringá, houve o predomínio histórico na quantidade de *senseis* de Judô do sexo masculino.

A carência de narrativas de mulheres brasileiras praticantes de Judô, ao longo da história da modalidade, é denunciada por Brum (2016). Ela defende a necessidade de pesquisar o início das judocas femininas na modalidade, pois somente assim pode-se compreender as determinações históricas da manifestação sem uma caracterização exclusivamente masculina e masculinizante. A autora afirma que, a partir da década de 1980³¹, o Judô começa a se tornar uma luta com uma maior participação das mulheres. Entretanto, nessa pesquisa, a autora fala da participação de mulheres no Judô antes desse período. Segundo Silva (1994), a discriminação de mulheres na prática de Judô é algo existente desde a origem da modalidade no Japão. Ela afirma que o Kodokan reconheceu formalmente a prática de Judô para mulheres somente em 1926, todavia já existia mulher praticante da modalidade desde 1904, a exemplo da senhorita Yasuda. Assim, considerando a análise dos dados coletados na presente pesquisa, destaca-se a imprescindibilidade de se investigar narrativas femininas para a construção de uma

³⁰ Destaca-se que há, pelo menos, três mulheres que ministram treinos de Judô em Maringá: Márcia Noriko Yokoyama, Tânia Yokoyama e Camila Helena Murakami. Na pesquisa de Silveira, Violin e Pimentel (2018), elas não foram incluídas no levantamento de dados, pois o critério adotado era estar cadastrado na FPRJ como *senseis* responsáveis pelo centro de treinamento.

³¹ Ueda e Vaccari (2004) corroboram com essa data na expansão do Judô feminino no Brasil. Um fato curioso na história dos esportes e no Judô feminino, alertado por Mourão e Souza (2007), foi o Decreto-Lei 3.1991/41 que dizia, em seu Art. 54º: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. A regulamentação desse Decreto-Lei ocorreu em 1965 com a Deliberação nº 7, que afirmava: “Não é permitida a prática de **lutas de qualquer natureza**, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e baseball” (negrito meu). Somente em 1979, legaliza-se a prática esportiva de mulheres, com a Deliberação nº 10: “Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação” [sic].

história do Judô maringaense, que narre o passado da modalidade a partir da década de 1980.

Ao longo das entrevistas, não foram constatados conflitos de judocas do sexo masculino com a participação de mulheres em *tatames* maringaenses. Entretanto, em se tratando de uma luta, a prática corporal de Kano *sama* oportuniza a competitividade entre os praticantes e entre *dojôs*. Em alguns momentos, essa competitividade acirrou diferenças entre os judocas. Apesar de os conflitos não terem eclodido nas décadas de 1960 e 1970, manifestaram-se nas décadas seguintes. Para compreender algumas dessas diferenças e o cotidiano dos judocas na modalidade, a existência de treinamentos unificados e a participação dos judocas pioneiros em competições foram questionadas.

4.3.2 A participação do Judô maringaense no Estado do Paraná: as disputas e as competições

As questões que problematizavam os locais de treinamento do Judô na cidade e se ocorriam treinos coletivos foram orientadas por respostas diversas. Dentre os relatos dos participantes, uma temática que apareceu, sendo tratada por quase todos os participantes, foi a suposta rivalidade existente entre os centros de treinamento. Nagahama (2017), voltando-se ao ano de 1967, quando se iniciou no judô, afirma:

Só tinha Judô na SOCEMA; então, era todo mundo. O volume era tanto que chegou um período em que dividiram as turmas. Então, até juvenil B, que seria o de 13 e 14 anos, era das 19 às 21 horas; e do juvenil A para cima, dos 15 anos para cima, era das 21 às 23 horas (segunda, quarta e sexta). E eram duas horas de treino.

Ploc (2017), que ingressou no início dos treinamentos no Clube Olímpico, com Andrade, afirma que:

Em 60 e 70, por exemplo, [...] não tínhamos rivalidade com a SOCEMA. A gente... às vezes, com o pessoal, ia lá treinar; e alguns deles vinham treinar no Clube Olímpico. Mas era uma entidade fechada. Mas não lembro, assim, se tinha essa rixa, essas brigas. Era um sistema oriental mesmo, tradicionalista. E, então, a formação educacional do povo, na época, então, você seguia rigorosamente aquilo lá. Você seguia rigorosamente os treinamentos. Não tinha essa questão de rivalidade, de sair e encrencar com outra academia. Isso veio acontecer mais para os anos 80.

Babata (2017), que iniciou no mesmo local que Ploc Meneguelli, memora da seguinte forma:

É... Naquela época era mais ou menos assim: cada um dia tinha a sua rivalidade; cada um ficava reservado. Às vezes tinha um aluno que saía de uma academia e ia para outra, porque lá o treino era mais puxado ou tinha outros que ganhavam mais. Então, eles achavam que era aquele treino e iam para lá. Mas não era um professor que chamava “venha treinar comigo”. Os alunos iam, porque, às vezes, um era amigo do outro e falavam pra treinar lá e treinavam...

Umeda (2018) recorda haver, na época, uma problemática relacionada aos centros de treinamento:

Existia uma certa rivalidade [entre as academias].
E existia uma certa prática psicológica de quando você... vamos dizer assim, um aluno não queria treinar sério. A gente falava assim: “então, já que você não quer treinar sério, vai para o Olímpico”. (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018), em resposta anterior, explica, em uma de suas lembranças, que o surgimento do Judô no Olímpico foi oriundo da percepção de Andrade quanto à necessidade de tratamentos diferenciados entre os praticantes. Ele ainda informa que, naquele tempo:

[...] não podia exatamente ir na outra, nem como convidado; tinha umas discrepâncias aí, umas nuances entre eles, umas susceptibilidades, que não poderiam serem inferidas e tal, porque poderia o mestre achar que não estava aprendendo suficiente enquanto ele estava ensinando. Mas não era nada disso.

Em momento anterior, afirmou-se que a vinda do Judô a Maringá foi, assim como ocorreu em outras localidades, uma (re)significação dos ensinamentos do *sensei* Kano em um contexto específico. Um dos ensinamentos disseminados por Kano *sama* foi: não treinar em outro *dojo* sem a autorização de seu *sensei*³². No contexto maringaense, essa frase foi reinterpretada como algo distintivo entre os judocas do município. Essa compreensão ocasionou um duplo impacto, relatado pelos entrevistados de diferentes

³² A preocupação de Jigoro Kano não era causar acirramento entre os participantes da modalidade ao preconizar esse ensinamento. Kano (2008 e 2008b) afirma zelar, desde o surgimento do Judô, pela valorização da cultura nipônica e evitar a degradação moral em sua luta, pois, no período de surgimento do Judô, avalia ocorrer um fenômeno depreciativo de virtudes éticas em diversas artes marciais no Japão.

formas. Uma dessas formas deu-se em relação à existência de alguma rivalidade ou até mesmo rixa entre os judocas. Alguns afirmaram que “sim”; outros amenizaram o conflito informando ser apenas uma pequena diferença entre os grupos. Essa divergência entre os grupos é descrita por Ploc (2017) como algo que lhe causou uma sensação de exclusão em sua vida. Todavia, como esclarecido anteriormente, foi a partir da década de 1980:

Aí começaram as academias e aí cada um, quanto mais aluno, mais ganhava [dinheiro]. E falavam: “ai ele não presta” ou: “o outro não era formado”, ou: “o outro não sei o que” e críticas e então começou... Os alunos entraram nessa; tinha alguns que não cumprimentavam você, não olhavam na sua cara. Viravam o rosto.

Peguei, fiz o meu trabalho e deu no que deu. Começamos a ganhar tudo e respeitando os outros. Éramos muito criticados por sermos “brasileiros” (preconceito conosco). Falavam: “aquele cara não sabe dar aula, aquele cara não sabe os nomes dos golpes”... E eu estudando, bicho, e eu estudando. Eu não sabia, mas eu estudava. (Adendo entre colchetes nosso)

Apesar de a lembrança ter lhe causado forte emoção, Ploc (2017) afirma ter superado esse passado de divergências particulares e conseguido construir um legado para o Judô em Maringá. Pelo que seu relato indica, esse período foi um momento de “corrida” entre grupos sociais para legitimar essa prática corporal na cidade. Nas falas de Nagahama (2017), o que havia eram divergências de concepções do que seria um modelo ideal de Judô e, por isso, o desenvolvimento dessa luta na Cidade Verde não ocorreu em um local exclusivo. Castilho (2018), de maneira mais enfática, afirma que o motivo que levou ao surgimento de outro local de treinamento de Judô na cidade foi o interesse de um grupo social em promover uma comunidade específica. Já, Babata (2017) recorda que:

O meu professor, pelo menos na época, não falava “vai treinar lá”. Mas a gente ficava só naquele grupo ali. Não tinha igual a hoje, que se tem um treinamento conjunto em uma academia, aberto e vai quem quer. Tem professor que falava: “não vai”. E tem aluno que falava: “lá eu não eu vou”.

Umeda (2018) entende que esse período foi um momento jovial dos participantes, que necessitavam se autoafirmarem:

Acontecia essa prática: “já que você não quer treinar, vai para academia de versátil”. E era uma coisa psicológica que a gente não percebia que estava fazendo isso. E surgiu essa rixa, né?

Entrevistador: Mas chegou a ser uma coisa mais séria ou você acha que não, que era mais no tom do discurso, da brincadeira?

Não, ficou uma coisa mais séria. A gente nunca cruzava; cruzava em competição... [Treino unificado] nunca houve. (Adendo entre colchetes nosso)

Em seu relato, Umeda esclarece também que aquelas atitudes foram ações não conscientes naquele momento, entendendo-as como desnecessárias. Souza (2010) constata que, ao buscar identificar a presença dos princípios judoístas na vida cotidiana de *senseis*, as interpretações dos ensinamentos de Kano *sama* divergem do real sentido atribuído por ele, quando atrelam, equivocadamente, os ensinamentos preconizados por *shihan*³³ Kano como valores morais de toda a cultura japonesa. Em outras palavras, ao supor que a cultura japonesa é o ideal para todos os judocas, o princípio *Jita-Kyoei* é encaminhado de forma dissociada do ensinamento. Apesar de o Judô buscar a valorização da cultura japonesa, não necessariamente a formação de um judoca deve assumir o sentido ético contido na cultura nipônica em detrimento da cultura local em que a luta está inserida. É preciso, portanto, o respeito mútuo entre as diferenças culturais dos diversos grupos sociais.

Essa diferença de interpretação é apontada por Nagahama (2017) e Castilho (2018) como sendo um fator disseminador da luta na cidade em virtude das divergências entre os grupos de judocas. Ploc (2017) e Umeda (2018) recordam esse fenômeno como algo conflitante, culminando, a partir da década de 1980, no acirramento entre praticantes de Judô de Maringá. Babata (2017) memora que as rivalidades não eram cultuadas de maneira impositiva pelos *senseis*, mas cada um as assumia a sua maneira. Takeshi Saguti, por ter vivenciado o Judô em Maringá de 1968 até aproximadamente 1973, não se manifestou em relação a essa questão.

A constituição de distintas matrizes “genealógicas” do Judô maringaense está associada às diferentes organizações culturais que passam a se envolver com essa prática corporal. O acirramento entre os grupos sociais fez com que eles buscassem o fundamento de suas percepções nos ensinamentos preconizados por meio da modalidade. Tais ensinamentos, instituídos por Kano *sama*, objetivavam restringir comportamentos morais e características “decadentes” presentes em outras artes marciais do final do século XIX. Assim, o Judô cultua, nostalgicamente, tradições milenares japonesas em um momento histórico de modernização e urbanização do país (SAKURAI, 2014). Todavia, em sua formulação, Jigoro Kano objetivou disseminar sua luta para países do mundo todo

³³ Palavra japonesa que significa mestre ou modelo.

(KANO, 2008b), o que pressupôs o contato com diferentes povos, culturas e comportamentos, fazendo com que o Judô fizesse parte do processo de hibridismo cultural, nem sempre harmonioso.

Para Bhabha (1998), o hibridismo cultural pode ser consensual ou conflituoso entre grupos étnicos ou culturais, pois ele é o contato entre grupos distintos. O produto do hibridismo não é o simples processo de adaptação e ressignificação cultural, mas a articulação social de matrizes diferentes em uma contínua negociação complexa. Esse processo de negociação não resolve necessariamente as tensões entre as diferentes referências culturais, pois elas podem reaparecer em momentos de transformação histórica. A contínua negociação é o que confere autoridade ao hibridismo cultural, pois, ao emergir em novo momento histórico, confunde-se a tradição “original” com a contemporaneidade, mostrando-se híbrida ou parcialmente hibridizada (BHABHA, 1998).

A articulação social entre as matrizes judoísticas foram “negociadas” durante todo o período de implementação e consolidação dessa luta na cidade de Maringá, sendo um elemento necessário para integrar diferentes grupos étnicos (orientais e ocidentais). Gradativamente, essa prática corporal mesclou-se a diversas culturas abrigadas na cidade, popularizando-se entre os habitantes do município e tornando a cidade mais multicultural. Conforme Castilho (2018), o centro de treinamento do Olímpico possuía a maioria de judocas na condição de *gaijins*, os quais treinavam com o sentido de se apropriarem de uma prática corporal reconhecida como civilizadora. Para os judocas da SOCEMA, segundo Umeda (2018), era uma forma de integrar os membros da colônia japonesa no estado do Paraná:

Era contato direto; colônia com a colônia. E depois é que foi constituindo a federação, mas aí era de academia para academia.
Depois é que surgiu a necessidade de montar uma premiação, uma federação.

Quando indagados sobre como e o que acontecia nas competições, tais rixas ou rivalidades não foram mencionadas por nenhum dos entrevistados, embates que o *tatame* não comportava. Em outras palavras, os judocas pioneiros não manifestaram que eles, e nem os demais judocas de Maringá, desrespeitaram as regras do Judô em *shiais*³⁴. Mesmo que os confrontos entre os participantes tenham ocorrido em torneios e representassem

³⁴ Palavra japonesa que significa ‘luta em competição’ ou apenas ‘competição’.

para eles a superioridade de um grupo sobre outro, Carvalho (2007, p.183) propala que os confrontos nos *tatames*, entre judocas ou academias, acabam cumprindo uma função catártica no Judô.

Quando a força do argumento deixa de surtir efeito, os dominadores fazem uso indiscriminado do argumento da força. Em se tratando de judô, o argumento é a projeção, “*Nague-waza*”³⁵, a imobilização, “*Ossaekomi-waza*”³⁶, o estrangulamento, “*Shime-waza*”³⁷ e as chaves “*Kansetsu-waza*”³⁸.

O uso da força no Judô é cultuado por Kano (2008) no sentido de os judocas se utilizarem dela da melhor maneira possível. Por isso, ele entende sua prática corporal como um instrumento educacional para o desenvolvimento de hábitos, os quais otimizam o dispêndio de energia nas ações diárias dos sujeitos. O objetivo maior seria a prosperidade e o benefício mútuo da sociedade. Assim, o uso da energia em situações de conflitos e tensões pode divergir entre as pessoas, pois um conflito manifesta propostas diferentes para uma mesma problemática. Carvalho (2007) entende que quando pessoas ou *senseis* com percepções distintas explicam de maneira diferentes e destoantes qual é a melhor forma de aplicar a força, ou como usá-la racionalmente, ocorre um embate entre concepções de mundos distintos. Assim, as rivalidades mencionadas pelos entrevistados são frutos de diferenças históricas assumidas por esses personagens, de maneira consciente ou inconsciente, na condição de seres sociais (de judocas).

As competições que ocorreram nesse período são memoradas de maneiras peculiares por cada um deles. Os membros do primeiro grupo de entrevistados tiveram relatos semelhantes, por recordarem de aspectos gerais dos eventos. Já os integrantes do segundo grupo de entrevistados destacaram algum oponente corriqueiro ou aprendizado adquirido oriundo dos duelos. Nagahama (2017) recorda que as viagens aos campeonatos era um momento de alegria:

O Judô de Maringá nasceu bem depois do que o Judô de Cianorte, Campo Mourão, bem depois. Lá já existiam os professores mais antigos, que desenvolviam e nós não tínhamos muito parâmetro; era tudo novo. Os professores novos, então, chegavam nas competições mais para aprender. Eu me lembro muito bem que, nessa época, era um tal de fazer rifa, sabe, para ajudar nas despesas de transporte e de alimentação, e tinha muito a

³⁵ Palavra usada no Judô que significa técnicas de projeção.

³⁶ Palavra usada no Judô que significa técnicas de imobilização.

³⁷ Palavra usada no Judô que significa técnicas de estrangulamento.

³⁸ Palavra usada no Judô que significa técnicas de chave-de-braço.

participação das mães, de fazer lanche, por exemplo, porque tudo era mais difícil.

Então, era assim: o dia que tinha competição era uma festa. E era importante sim essa festa, mas era importante também o que o Judô ensinava. Isso eu lembro muito bem, porque as pessoas que foram responsáveis eram pessoas que também tinham essa visão de fazer com que o Judô viesse para melhorar a formação do indivíduo.³⁹

Ploc (2017) lembra de seu início nas competições. Sua participação era focada no máximo esforço nos *tatames* da competição:

Eu participei do primeiro torneio paranaense em 1969. Eu tenho a medalha até hoje... fiquei em terceiro lugar. E falaram: “ficou em terceiro, mas só tinha três” [e eu falei]: “mas não interessa, eu recebi” e tem uma medalha em um mais combativo e essa medalha que os caras não gostaram. Mas eu, na época, não tinha “judô” pra ganhar. Tenho que ser sincero. Mas a gente tinha a raça, tinha vontade. A gente ia pra cima; os caras eram bem maiores do que eu. Eu até, inclusive, mantive a carteirinha até hoje e tenho a medalha. E, então, em 1969, foi o meu primeiro campeonato, que eu participei.

Particpei de vários eventos. Os Jogos Abertos, em 1974, eu participei. Tive a honra de representar Maringá, em Rolândia; eu fiquei em quarto lugar no meu peso.⁴⁰

Babata (2017) memora que as viagens para as cidades das competições já eram bastante complicadas, e o torneio demorava muito por causa da estrutura ainda incipiente da FPRJ, naquele começo:

Eram todos campeonatos longe. Tiveram campeonatos em Foz do Iguaçu, regional nosso, teve em Foz do Iguaçu; viajamos a noite inteira... porque era muita estrada de chão. E, nossa, era complicado. E teve uma competição uma vez em Arapongas que terminou uma hora da manhã, porque eram várias categorias e uma área só. Foi o dia inteiro e foi terminar uma hora da manhã.

³⁹ Outra curiosidade relatada por esse *sensei* sobre competições de que participou foi: “Quem ia para a competição já se sentia valorizado, e quem não ia pelo fato de não ser escolhido treinava feito louco para que, na próxima [...] ou às vezes até antes da competição, ele queria moer a gente para mostrar: ‘olha, *sensei*, eu sou bom. Você não está me levando, mas...’. Mas eram poucas competições”.

⁴⁰ Outra curiosidade relatada por esse *sensei* sobre competições que participou foi: “Uma coisa que, assim, me deixou [lembranças]... tinha a mesa de controle e o placar era um placarzinho lá e o... como é que fala... o árbitro... e quando terminava, tinham aqueles tambores, [que faziam o barulho de] ‘booommm’. Isso é uma coisa que eu nunca vou esquecer. Aí continuava o tempo e ‘booommm’, batia; tinha na mesa um que ficava do lado e tinham aqueles tambores que eu esqueço o nome. Ele batia e fazia aquele barulhão. As penalidades eram pouquinho diferentes, mas o que tinha mesmo era o *hansokumake* (desclassificação). Dependendo do que se fazia, tinha uma advertência e na segunda, já era... suspenso. Só que não se tinha aquele sistema de hoje que não pode isso e não pode aquilo. Não tem esse negócio. Os golpes eram bem liberados. Tinha uma ou outra técnica que eles não deixavam, que é o *kanibasami*. (adendo entre colchetes nosso)

No início, o meu pai quem levava; depois, o meu avô levava também e depois a gente acabava indo também só com os amigos. Em 1970 e tantos, fomos de ônibus e aí foi pai, mãe, um aluno e ia todo mundo junto pra encher o ônibus. [As competições eram] sempre em finais de semana.⁴¹ (Adendo entre colchetes nosso)

Umeda (2018) reforça esse caráter mais improvisado dos primeiros campeonatos que participou e destaca a sua empolgação em integrar os eventos:

Os campeonatos normalmente iniciaram com os campeonatos da federação (data precisa vai ser difícil dizer). Se for o caso, a gente pode até levantar, mas... Isso foi ocorrendo assim: Maringá e Londrina, basicamente, eram as academias mais fortes; inclusive superou Curitiba num certo período. O Judô realmente cresceu na região de Londrina, veio para Maringá, mas Londrina saiu; era o mais forte, e as competições aconteciam nessa região.

No começo foi mais ou menos assim: não tinha peso... Isso era em 67, 68... entre 67 a 70. Não tinha peso, era competição... como eu posso lhe dizer? Era um Judô nos primeiros moldes.

Depois é que foi dividindo em dois, três, cinco grupos [de pesos. Aconteceu, pois aumentou o] número de atletas e lógico que a própria evolução, questão de conhecimento. Mas não tinha peso não.

No aspecto competição, eu nunca pensava em ganhar; eu gostava de competir. Essa era a minha forma de levar o Judô porque eu gostava demais. Eu não faltava. Para mim, era como se fosse uma droga; tinha algo no sábado, eu já ficava agitado para ir. Eu devia ser super-hiperativo. Na época das competições, eu gostava da competição... Era uma aventura, porque, naquela época, o Paraná não tinha asfalto ainda nessa região, nós íamos para Campo Mourão, era estrada de terra. Então a emoção era viajar.⁴² (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018) faz um breve relato de suas primeiras competições e relata uma honraria que recebeu em um torneio de nível estadual por sua dedicação no evento:

Em 1969, eu acho que foram as competições que eu já comecei a competir e tal. Sempre houve [campeonatos] entre academias, com as

⁴¹ Outra curiosidade relatada por esse *sensei* sobre competições que participou foi: “Quando eu iniciei, não tinha nada de *Koka* e *Yoko*. Não tinha nem placar. Só [lembro] que dois *Wazari* viravam *Ippon*. E, então, o professor/árbitro tinha que guardar na cabeça. Eu não me lembro, mas eu acho que foi em 1973 que iniciei com o *Koka*, *Yoko*, *Wazari* e *Ippon*; aí já tinham aqueles placarzinhos de encaixe.”

⁴² Outra curiosidade relatada por esse *sensei* sobre competições que participou foi: “Teve uma viagem que nós fomos para Cascavel com a Kombi de um dos atletas, com quatro pneus carecas e choveu... eram todos adolescentes, né? Uns 14, 15, 16 anos, e nós tivemos que ir empurrando essa Kombi. Choveu muito naquele dia e nós não conseguimos chegar até [o local]; nós não íamos chegar nunca. Nessa viagem, nós tivemos que parar em Ubitatã... Ficamos na estrada, porque nós estávamos fora da Kombi pulando para ela não atolar, empurrando para ela não atolar. E ele gritou: ‘vou até Ubitatã para pegar, para calçar o pneu com corrente’. Nós ficamos na estrada à noite e no escuro, esperando. Então, as passagens mais marcantes eram quando nós viajamos para competição. Era uma aventura, praticamente, porque não tinha asfalto.” (Adendo entre colchetes nosso)

academias, depois pela redondeza. Nova Londrina, que tinha expoentes ali também.

Já, em Curitiba, competia no Círculo Militar. Eu ganhei medalhas que, para mim, eram mais significativas do que mais combativas. O senhor professor sabe o que é isso? É aquele que apanhou a competição inteira, mas não abandonou. Essa medalha, eu ganhei na época do professor Omar Sabaghi de Curitiba. Depois entrou um ladrão na casa da minha mãe, levou tudo pensando que era ouro. Não tenho nenhuma medalha.⁴³ (Adendo entre colchetes nosso)

Saguti (2018) faz uma breve passagem do período que competiu por Maringá, mencionando que o Jorge Ploc era um competidor corriqueiro nas competições:

Sempre competi. Porque eu saí no campeonato brasileiro até a minha idade de 46 anos, porque, no Paraná, pelo peso, eu estava na categoria meio pesado. Então, aqui em Maringá, tinha eu e o Ploc; era sempre meu adversário, mas só que o Ploc não era tão forte não.⁴⁴

As lembranças dos *senseis* nos remetem a um tempo em que muita coisa ainda precisava melhorar, tanto nos aspectos técnicos da luta dos judocas de Maringá quanto nas condições e estruturas para as competições. Cada um dos entrevistados recordou como eram as competições e relatou-as de maneiras completamente diferentes entre si. Nagahama fala da necessidade de angariar fundos para conseguir levar a equipe aos torneios, sendo o evento um motivo de festa e um instrumento de seus *senseis* para ensinarem a filosofia do Judô. Ploc fala da vontade e determinação para lutar, reconhecendo que, no começo, não tinha habilidade técnica para ganhar. Mas se sente honrado por ter representado Maringá em competições e por conseguir progredir com o passar dos anos. Babata recorda que as competições eram algo que agregava sua família. Destaca a participação dela no evento, lembra que os torneios sempre ocorriam nos finais

⁴³ Outra curiosidade relatada por esse *sensei* sobre competições que participou foi: “O Scipione, uma vez, ganhou uma competição no refeitório. Ele chegou para mim e falou: ‘agora eu estou perdido’; eu falei: ‘mas como você está perdido?’; eu vou lutar com o campeão, não sei o que’, um nome japonês lá e coisa, e eu disse a ele: ‘mas só me lembra uma coisa: você tem nome?’; ‘como assim?’; ‘não, me diz o seu nome? E o sobrenome, você está com medo de um nome ou do quê? Você entra lá e ganha dele. Faz isso, você está temendo um nome; você vai decidir lá quem é o vencedor, não aqui no refeitório, porque aqui você já perdeu’. Ele foi e ganhou a luta. Até hoje ele me encontra e me fala da luta que ele teve e o que eu disse para ele no refeitório; [...] se ganha competição em cima do *tatame* e não pelos nomes que você ler. Eu perdi para Kenko Baba; nunca vou esquecer esse nome, porque eu perdi só por causa do nome. Hoje, ele é médico, foi médico, não sei se atua em Londrina. Mas eu perdi por causa do nome dele. Eu sei que eu era melhor do que ele; eu jogava dos dois lados no *uchimata* e não tinha para ninguém na época; eu era mesmo bom.”

⁴⁴ Outra curiosidade relatada por esse *sensei* sobre competições que participou foi: “Em Curitiba, tinha um tal de Paulo Nicoski. Então, até os 46, eu precisei sair, porque ele não tinha categoria. O único [troféu] que eu deixei guardado foi esse daí. Depois que eu participei, acho que só uma ou duas lutas depois desse negócio de *koka* e *yoko*; depois eu já deixei de lutar.” (Adendo entre colchetes nosso)

de semana, pois a distância entre as cidades, as condições das estradas e a estrutura física que alguns torneios possuíam constituíam-se em obstáculos.

Umeda reforça a problemática estrutural das estradas, como apontado por Babata, mencionando que essa dificuldade era algo que lhe chamava a atenção. Ele recorda, ainda, que, nos torneios, a divisão de competidores por pesos não era algo rígido. Castilho memora que os campeonatos entre academias eram mais comuns que os federados e aponta Nova Londrina como um expoente em competições na sua época. Ele destaca que recebeu uma condecoração por uma participação em um evento por seus esforços na competição, mas, por uma fatalidade, teve a medalha roubada. Saguti afirma que competiu pelo Judô paranaense até os seus 46 anos de idade e tinha como oponente corriqueiro o *sensei* Ploc Meneguelli.

Na continuidade dessa questão, questionou-se acerca do desenvolvimento das competições, nas décadas de 1960 a 1970. Apesar de a competição não ser a finalidade última do Judô, ela se constitui em um momento importante para o aprendizado do judoca. Conforme Starepravo (2011, p. 77-78):

As políticas públicas de esporte e lazer, desenvolvidas antes e/ou durante a crítica dos autores, especialmente durante o regime militar (1964-1985), tinham como base o esporte de alto rendimento e competição, bem como finalidades funcionalistas de ocupação do tempo livre na área de lazer, abrindo espaço para práticas de cunho assistencialista e de estratificação das práticas de atividades físicas (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

As recordações dos entrevistados em relação a esse momento simbolizam o sentido atribuído pelos judocas pioneiros aos eventos competitivos. O contexto da criação de suas memórias em competições associa-se ao regime militar, momento em que políticas públicas voltadas para a Educação Física, o Lazer e o Desporto, entre os anos de 1971 a 1979, fomentaram o sentimento nacionalista na população em diversos esportes (ZOTOVICI *et al.*, 2013). O movimento olímpico contribuiu com o desenvolvimento do nacionalismo e promoveu a espetacularização dos esportes em âmbito mundial, o que valorizou o alto rendimento e o *record*. Considera-se esse movimento o principal propulsor da internacionalização de diversos esportes que, notadamente nas décadas de 1960 e 1970, legitimam-se como elementos de confraternização entre povos, grupos sociais e raças. No entanto, concretamente, trata-se de um discurso retórico, pois o rendimento esportivo de uma nação simbolizava o poderio produtivo de um país. A

competitividade existente entre as nações demonstrava a tônica de rivalidade entre os participantes e as equipes, contrapondo o discurso da harmonização dos países e da fraternidade olímpica (BRACHT, 2005).

Nagahama (2018), exemplifica seu envolvimento em competições recordando de alguns métodos usados, no final de sua carreira, por alguns atletas para a redução de peso para entrar em uma categoria de inferior.

É que eu competi, também, até meus 29 anos.

E, interessante, era muito empírico: deixava de tomar água, deixava de comer uns dois dias. Se formos analisar a parte de gestão de alimento, de energia, era totalmente errado. Colocava plástico, entrava em sauna. Hoje não. Hoje, atletas bem acompanhados, até um quilo e meio, um dia antes da balança, eu deixo, porque eu sei que à noite vai metabolizar e vai chegar. Hoje, nós temos conhecimento de que é possível. Claro que tem a assessoria de uma nutricionista, mas atleta meu, se tiver que correr no dia, pra subir na balança, não vai.

Ploc (2017) compara as competições antigas com as atuais e destaca alguns detalhes diferentes do tempo presente:

E, então, você vai com o Judô dos anos 60 e 70; era totalmente diferente. Então, os *kimonos* eram diferentes; não tinha muito esse negócio de metragem, de não sei o quê; a manga, a calça, a cor [do *kimono*] era só branco e a questão de você participar de competições era aquela tabela de peso que existe hoje e que naquele tempo era por nomenclatura. *Ippon*⁴⁵ era *Ippon* mesmo. Não tinha de jogar assim (de qualquer jeito). E depois que foi modificando e tal. Mas naquele tempo não existia *Wazari*⁴⁶. As penalidades eram pouquinho diferentes, mas o que tinha mesmo era o *Hansokumake*⁴⁷. Dependendo do que se fazia, tinha-se uma advertência e, na segunda, já era suspenso. Só que não se tinha aquele sistema de hoje que não pode isso e não pode aquilo; não tem esse negócio. Os golpes eram bem liberados. Tinha uma outra técnica que eles não deixavam que é a tesoura...; o *Kanibassami*⁴⁸ já era proibido. A Federação Internacional e a Federação Japonesa eram muito rígidas com relação a isso pra preservar a integridade física. (Adendo entre colchetes nosso)

Babata (2017) destaca algumas problemáticas existentes nos torneios, a exemplo de algumas modificações nas regras e no sistema de pontuação.

⁴⁵ Pontuação do Judô que significa ponto completo. Quando algum judoca cumpre os critérios estabelecidos de projeção, de finalização ou de imobilização para essa pontuação encerra-se a luta.

⁴⁶ Pontuação do Judô que significa meio-ponto.

⁴⁷ Penalidade aplicada pelo árbitro ao judoca. O judoca penalizado é desclassificação do combate ou competição.

⁴⁸ É um golpe proibido no Judô, por ocasionar altos índices de lesões.

[A regra das lutas nas competições] era meio que subjetivo. Isso... É que nós tivemos um diretor e árbitro muito severo, que era o *sensei* Kenjiro, do Clube Curitibano, e ele cobrava muito das pessoas. Mas só que tinha aquele lado pessoal, né? Amigo ou aluno meu dava aquela “puxadinha” e, então, às vezes a gente até falava: “nossa, o fulano vai entrar na minha luta ou outro”, então, às vezes não gostavam da gente e, sabe, “puxavam” para o outro lado.

Entrevistador: Então, a padronização pode se dizer que veio para a isonomia da luta?

É, para melhorar, porque senão cada um puxava para um lado.

E as lutas... antigamente, a gente brigava pelo *Ippon* e depois é que veio o *Wazari*, *Yoko*⁴⁹ e *Koka*⁵⁰ e sei lá... [acho que] em 1980, mais ou menos; marcávamos uma pontuação e segurávamos. Mas, quando não tinha, era buscar o *Ippon*.

Entrevistador: Esses problemas, [de perder peso para campeonato], antes não existiam?

Não. Lá, pelo menos, eu nunca ouvi falar que a pessoa estava tirando peso. Não existia essa tradição, pelo que eu saiba, não. Lá no começo, a gente se pesava e dava o peso... (Adendo entre colchetes nosso)

Umeda (2018) indica que as competições se modificaram bastante nas décadas de 1960 e 1970 por influência do Judô internacional no desenvolvimento dessa luta no mundo:

A atividade na academia não mudou muito; o que mudou basicamente foram as competições. É a competição que foi dando... como podemos dizer?... o direcionamento da evolução internacional...

Número de atletas e, lógico, que a própria evolução, questão de conhecimento. Mas não tinha peso não. Distribuição de peso, então foram pequenas adaptações que foram evoluindo. Eu considero como uma evolução do próprio Judô. Em nível internacional, teve influência, lógico. E o que mudou não alterou nada o aspecto didático na prática da academia. O que mudou é só regra da competição. O que teve que fazer foi uma adaptação para as competições.

É... então aí é que o Judô conseguiu entrar na Olimpíada, padronizou... mundialmente. Só assim ele teve uma evolução, mas eu passei por essa fase [de Judô caseiro]. (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018) lembra como foi o seu processo de afastamento das competições e afirma não manter seu envolvimento com o Judô pela necessidade de dedicar-se aos estudos/carreira:

⁴⁹ Antiga pontuação do Judô que significa lado. Quando um judoca projetava o outro e este caía na posição lateral era atribuída essa pontuação.

⁵⁰ Antiga pontuação do Judô que significa sentado. Quando um judoca projetava o outro e este caía na posição sentada era atribuída essa pontuação.

Mas foi assim que eu parei, porque também o estudo já não permitia mais. Então, houve uma fase em que eu aprendi, houve a fase em que eu competi, e houve a fase em que eu deixava o *kimono*, short de natação, o tênis de correr, e segui a carreira acadêmica que exigia muito. Porque o Judô... ele gera um cansaço que você precisa de uma recuperação. Então, eu tentei conciliar os dois na intensidade em que vinham; não foi possível. Aí foi diminuindo o Judô, diminuindo até eu me afastar, porque o estudo e a leitura te tomam tempo, e o cansaço é teu inimigo nessa hora, para você abstrair as informações do que você está lendo. Então eu fui me afastando do Judô.

Saguti (2018), que esteve à frente dos treinamentos de Judô até o ano de 1973, destaca que as mudanças nas regras surtiram efeitos diretos nas estratégias de lutas e, em partes, levaram à perda de características de um Judô com caráter mais tradicional:

Daquela época para cá, quando nós iniciamos a luta, o juiz não tinha esse negócio de *Koka* junto com essas coisas. Aí não tem aquele negócio de cinco minutos ou dez minutos. Se não decidir de conseguir tirar *Ippon*, pode chegar até 15 minutos, 20 minutos, a luta. Por isso que a gente, quando caía [no chaveamento] com o mesmo da academia; um já sabe o golpe do outro; a decisão era demorada. Então, hoje não; hoje é cinco minutos [de luta].

Mas, naquela época, não tem esse negócio de não deixar segurar *kimono*. Hoje tem uns caras que a pessoa mesmo pega no *kimono* e fica puxando para não deixar segurar; antes de fazer isso, ele já levava *chuy*⁵¹. Então, se os dois até querem ficar fazendo isso, o juiz é obrigado a parar, mandar os dois segurarem na posição que ele quer. Segurou, aí “*yosh*⁵² e *hajime*”⁵³, os dois começam. (Adendo entre colchetes nosso)

As diversas percepções dos *senseis* sobre a temática “competições” demonstram diversas memórias e olhares para esse fenômeno comum no Judô. Kano (2008) criou essa luta para se constituir um método de Educação Física, no qual a competição é parte do processo de aprendizado do praticante. A valorização da competição não é contemplada por ele com o objetivo de vencer a qualquer custo, mas sim para conquistar o *Ippon-Shobu*⁵⁴ (FRANCHINI e DEL VECCHIO, 2007). A mudança nas regras de competição é algo memorado como um aspecto marcante para quatro entrevistados. Os outros dois entrevistados lembram-se de como as competições tiveram um sentido pessoal para eles.

Ploc, Umeda, Babata e Saguti destacam algumas mudanças específicas e impactantes no sistema de pontuações, penalizações, tempo de luta e categorias de peso.

⁵¹ Antiga penalidade do Judô que era equivalente a pontuação Yoko.

⁵² Palavra usada no Judô que significa continuar.

⁵³ Palavra japonesa que pode ser traduzida como começar ou iniciar.

⁵⁴ Palavra japonesa que pode ser traduzida como ponto perfeito.

Para Franchini e Del Vecchi (2007), a institucionalização do Judô proporcionou a recodificação das regras de competição para tornar a luta mais atrativa para o público em geral, passando a esportivizá-la. Para os praticantes da modalidade, essa evolução proporcionou maior isonomia nas decisões dos árbitros nos *shiais*, no combate entre judocas de pesos aproximados, nas regras objetivas para a luta e no aumento do número de praticantes.

Nagahama e Castilho compartilham lembranças de caráter pessoal dessa temática investigada. O primeiro menciona um hábito que alguns judocas possuíam para se enquadrar em categorias de pesos específicos, que começaram a existir em Maringá no final da década de 1970. Villamón *et al* (2004) analisa criticamente uma problemática: as tensões e paradoxos do Judô contemporâneo com o preconizado por Jigoro Kano. Os autores iniciam seu artigo relatando um incidente nas Olimpíadas de Sidnei nos anos 2000, que levou a desclassificação da atleta britânica Debbie Allan por não se enquadrar no peso classificado para esse evento, meio-leve (até 52 kg). O conflito foi oriundo de falha técnica na balança no momento da pesagem. Posterior a sua desclassificação, foi detectada uma sabotagem no instrumento de medir massa, fato que prejudicou a atleta.

Esse incidente aponta para uma tensão típica no Judô: enquadrar-se em uma categoria de peso determinada por parâmetros científicos, de rendimento esportivo ou por pressão de patrocinadores do atleta. A crítica dos autores aponta para a desconsideração do aspecto filosófico da luta, ao assumir princípios de esportes ocidentais com caráter extremamente competitivo. Para Villamón *et al* (2004), essas tensões e paradoxos epistemológicos do Judô iniciaram ainda na década de 1950 e se intensificam gradativamente até os anos 2000. A observação do *sensei* entrevistado demonstra que o Judô maringaense, ao menos no final da década de 1970, assimilou hábitos que ocorrem em nível mundial e geram tensões para judocas: submeter o atleta a uma categoria de peso para possibilitar um melhor rendimento em competições.

O segundo entrevistado lembra que a intensificação nos treinamentos, no início de sua fase adulta, ocasionava cansaço intenso, dificultando empenhar-se na construção de sua carreira acadêmica. Para Kano (2006), o treinamento de Judô não ocorre somente no aspecto corporal, mas deve ser estendido ao plano mental. Para o fundador, o judoca deve aprender a usar a força dos músculos do oponente para beneficiar a si próprio no combate, e isso exige esforço intelectual sem desconsiderar o uso da força própria.

Segundo Franchini e Del Vecchio (2007, p. 127):

Após a criação da FIJ (Federação Internacional de Judô) em 1951, muitas mudanças no conhecimento técnico, formas de ensino, relação professor-aluno e objetivos foram ocasionados pelo processo de “esportivização” e globalização no Judô. Até então ele era visto como um método japonês de atividade espiritual ou de autodefesa e muito pouco como esporte (BROUSSE, 2001).

A esportivização, segundo Bracht (2003), é uma característica do esporte moderno, que tem como principais características a secularização, a racionalização dos meios e técnicas, a comparação de rendimentos e recordes e a regulamentação rígida. Para Bracht (2005, p. 99):

O desenvolvimento e expansão do esporte aconteceu tendo como pano de fundo o processo de modernização dos séculos XIX e XX, processo que compreende industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e comunicação, aumento do tempo livre, surgimento dos sistemas nacionais de ensino e etc. Esses aspectos, por sua vez, estão inseridos no processo mais amplo de secularização e racionalização que caracterizam a sociedade moderna

O esporte moderno incorpora características da sociedade capitalista, como a orientação para o rendimento e a competição, a cientifização do treinamento, a organização burocrática, a especialização de papéis, a pedagogização e o nacionalismo. Alguns desses elementos são relatados pelos entrevistados e demonstram que o fenômeno de esportivização foi percebido e memorado como uma característica marcante do Judô maringense. A racionalização aumenta a exigência de esforço físico para a obtenção de resultados, pois acirra a competitividade entre os praticantes. Essas mudanças, conforme analisa Osvaldo Umeda, ocorreram em nível internacional. Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB, 2015): “O Judô aparece pela primeira vez na agenda olímpica em Tóquio 1964, em caráter demonstrativo. Em 1972, o esporte entra na agenda oficial, nos Jogos de Munique e 20 anos depois, em Barcelona, as mulheres começaram a disputar medalhas olímpicas”.

Os relatos de Ploc, Babata e Saguti apontam que as mudanças no sistema de pontuação, no sistema de pesagem e nas modificações das regras de luta trouxeram modernização à modalidade. Todavia, alguns aspectos tradicionais das lutas (busca pelo ponto-perfeito, os agarres livres no *kimono* do oponente, autorização de determinados golpes, entre outras diferenças) foram relegados a um segundo plano. Franchini e Del Vecchio (2007, p. 129), ao refletirem sobre o processo de modernização versus a tradição

no Judô, analisam que a modernização dessa luta levou os *senseis* e os judocas a questionarem aspectos tradicionais da modalidade. Para os autores:

[...] o judô passou pelo que é conhecido como modernização reflexiva, isto é, consequências intencionais e não-intencionais de retirar ou desmembrar processos sociais tradicionais, práticas e conhecimento de localidade sociais nas quais eles foram construídos. O processo de ocidentalização e modernização reflexiva foi iniciado por: (a) estruturação do judô em clubes, organizações e federações e (b) a filiação desses clubes a organismos esportivos internacionais como o Comitê Olímpico Internacional; Estados; instituições militares; instituições comerciais (especialmente a coalização mídia-propaganda-patrocínio).

Drigo (2007) demonstra que o processo de desenvolvimento do Judô, no Brasil, não é linear e sem contradições no interior da modalidade; os treinamentos ainda são predominado pelo modelo de escola de ofício, mas possui *senseis* que atuam com um modelo científico de treinamento. Silveira (2017) afirma que a esportivização, a mercadorização e a pedagogização são processos que profissionalizaram a modalidade em questão e conduziram essa luta a incluir o caráter lúdico nos treinamentos. O motivo dessa inclusão deu-se para o melhor desenvolvimento do aprendizado dos alunos, principalmente dos mais jovens, e para conquistar novos adeptos (SILVEIRA, 2017). Pereira⁵⁵ (2015) comunica que, atualmente, a CBJ apoia e investe na modernização dos métodos de arbitragem:

O mundo não para de evoluir e não podemos deixar de acompanhar essa revolução tecnológica que vivenciamos nos últimos anos. Pensando nisso, a gestão de arbitragem está modernizando seus métodos. São várias ações visando à evolução contínua da arbitragem nacional, que já é considerada uma das melhores do mundo.

Ploc, Umeda e Saguti percebem a modernização dos *shiais* desde a década de 1970. Lembram que ocorreram algumas modificações, em específico, nas regras de luta e na forma como os fundamentos dos golpes⁵⁶ do Judô eram utilizados nas competições. Nota-se que o fenômeno de modernização nos sistemas de arbitragem se encontra em processo contínuo, regulamentando gradativamente as competições em torneios institucionalizados. Franchini e Del Vecchio (2007, p. 129) entendem que: “A

⁵⁵ José Pereira, em 2015, era 8º Dan no Judô e Gestor Nacional de Arbitragem.

⁵⁶ Por fundamentos de golpes, entendem-se as fases de execução da técnica: *Kumikata* (empunhadura, pegada ou agarre), *Kuzushi* (desequilíbrio), *Tsukuri* (preparo ou deslocamento), *Kakê* (projeção) e *Kimê* (finalização ou proteção).

necessidade de adaptação permanente para se manter com bom *status* não é privilégio do Judô. Outras modalidades de luta detêm reinvenções regulares de sua tradição esportiva e mesmo de sua identidade para continuarem em atividade” (itálico do autor).

O Judô começa a ser fomentado no Paraná por meio dos nipo-brasileiros organizados em colônias (SUZUKI, 1994; UMEDA 2018). Para Umeda (2018), essa forma colonial de disseminação do Judô no estado é modificada com a criação da Federação Paranaense de Judô. O desenvolvimento dessa luta no Paraná era organizado pelos *nikkeis* das colônias, que zelavam por formas tradicionalistas de fomentar essa luta. Com a fundação da FPRJ, a característica tradicionalista modifica-se para o formalismo burocrático. Bracht (2005) afirma que instituições esportivas modernas possuem necessidades específicas, como: angariar novos participantes, criar mecanismos de perpetuação e crescimento da modalidade, articular adaptações para novas demandas e absorver tendências paralelas rivais que possam comprometer o seu desenvolvimento.

O contexto internacional do Judô, entre as décadas de 1960 e 1970, foi repleto de transições e modificações na modalidade. Isso conduziu à disseminação dessa luta, mundialmente, de maneira diferente da exercida por Jigoro Kano (VIRGÍLIO, 1994). No início do Judô em Maringá, o tradicionalismo colonial dos *nikkeis* e o fenômeno de esportivização possuem papel importante no desenvolvimento dessa prática corporal. A comunidade nipo-brasileira favorece a implementação dessa luta na cidade, e a esportivização contribui com seu processo de consolidação. Nesse período, as tensões da hibridização cultural entre as distintas matrizes judoísticas maringaense são escamoteadas pelo processo de esportivização e, a partir de 1980, eclodem conflitos de maneira explícita entre os diferentes grupos sociais.

A expansão mundial do Judô provocou a sistematização de tradições originárias na modalidade, a revisão dos métodos de ensino, o aprofundamento na interpretação da filosofia da luta e modificações nas características do combate. Essas alterações foram necessárias, pois os países que acolheram a modalidade tiveram que garantir a manutenção das instituições esportivas em consonância com o Kodokan, adaptando alguns elementos a sua realidade. Nessa circunstância, as tradições novas são (re)inventadas ou modificam-se as tradições antigas para formas mais modernas. As tradições inventadas, por remeterem ao passado, constituem um processo de continuidade-ruptura no desenvolvimento da luta. Hobsbawm (1997, p. 10) assim define esse processo:

Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.

Algumas modificações foram percebidas por Ploc (2017) no final da década de 1960, o que causou preocupação nesse *sensei*. Ele temia os rumos do Judô e, ao comparar as competições atuais com as de sua época de competidor, lamenta algumas mudanças ocorridas:

Comparar o Judô dos anos 60, 70 é muito complicado. Existia já o Judô competitivo desses anos, mas era bem diferente.

Entrevistador: Qual era a principal diferença no Judô dessa época de 60 e 70 para depois?

Eu acredito que seja a respeitabilidade, o respeito e as técnicas e a busca do *Ippon*... Com o passar do tempo, o pessoal perdeu a filosofia... a doutrina que o Jigoro Kano passou... foi se perdendo.

E hoje, por mais que todo mundo se trate com bom dia, boa tarde, chegou uma época em que muitos alunos – não era só com a minha pessoa, muitos reclamaram disso, muitos – faltava educação, não é? Não tinham sensibilidade pedagógica dentro da academia.

Para Ploc, essa memória-percepção da perda da filosofia e da doutrina de Kano no Judô em Maringá foi motivada pela transferência dos treinamentos realizados em associações culturais e recreativas para as academias estruturadas comercialmente. As considerações dos demais entrevistados (Babata, Umeda e Saguti) memoram outro fator para o afastamento da filosofia do Judô dos *tatames*: a modernização das regras. Com essas mudanças no regulamento de lutas e no sistema de pontuação em competições, ocorreu o reordenamento no comportamento dos judocas. Segundo relatos dos entrevistados, os atletas reinterpretaram as regras de combate e começaram a buscar a vitória a qualquer custo (ou dentro dos estreitos limites da regra) ao invés de buscarem o *Ippon-Shobu*. Essas mudanças, aparentemente sutis, tiveram um impacto grande na forma e em como aconteciam as lutas em competições.

O judoca, que antes objetivava alcançar o ponto perfeito para ganhar a luta, agora busca assegurar a vitória nos *tatames* sem se preocupar em atingir o aperfeiçoamento máximo de sua técnica. Essa modernização em competições impactou algumas modificações nos treinamentos e, como consequência, alguns questionamentos à filosofia de Kano *sama*. A utopia educativa de Jigoro Kano, inserida em sua prática corporal,

preconiza a não hipervalorização da conquista de medalhas em competições, mas sim o alcance da verdadeira essência dessa luta⁵⁷. Para Ushida e Motta (2014), a essência do Judô busca desenvolver o autoconhecimento e autocontrole para o indivíduo visualizar a realidade de forma mais esclarecida e humana e, assim, lutar por um mundo harmonioso. Kano (2008, p. 66) afirma que: “O judô não é apenas uma arte marcial, mas sim um princípio básico do comportamento”.

Umeda e Babata explicam as mudanças e modificações do Judô ao longo das décadas investigadas, empregando o termo “**padronização**” em seus relatos. Essa palavra é utilizada em diversos contextos na comunidade judoística, a exemplo de boletins informativos oficiais⁵⁸, blogs ou websites especializados⁵⁹, revistas comerciais⁶⁰ e trabalhos acadêmicos⁶¹. Nesses documentos e escritos, o sentido dado ao termo “padronização” é de sistematização, uniformização e formalização de regulamentos da luta, de procedimentos de treinamento, de métodos de arbitragem, de produtos comerciais e de técnicas de golpes no Judô. As intenções e finalidades de padronizar elementos e características do Judô podem ser diversas e dependem de quem propala. Para os entrevistados, o significado atribuído ao termo deu-se pela necessidade de estruturação equânime da luta para os praticantes. Eles acreditam que o impacto causado foi tornar o

⁵⁷ Segundo Uchida e Motta (2014) e Carvalho (2007), o código de conduta que Kano *sama* se fundamentou foi o Bushidô, que zela pelas virtudes de: Justiça (*Gii* ou *Gil*), Coragem (*Yuu*), Benevolência (*Jim*), Cortesia (*Hei*), Sinceridade (*Makoto*), Honra (*Meiyô*) e Lealdade (*Chugi* ou *Chuugi*).

⁵⁸ Seguem algumas declarações de autoridades no Judô: “A ideia é padronizar a arbitragem em todos os campeonatos organizados pela CBJ e, conseqüentemente, todas as competições do país. Isso será muito benéfico para o judô brasileiro porque os atletas de todas as classes que forem competir fora do Brasil já estarão habituados com as mudanças”, afirmou José Pereira, presidente do Conselho Nacional de Arbitragem (CBJ, 2013). “Esta é uma oportunidade ímpar por se tratar do último seminário de arbitragem internacional antes das Olimpíadas do Rio 2016, e, portanto, vai abordar a padronização final das regras para este e outros grandes eventos mundiais”, afirmou Edilson Hobold, coordenador de arbitragem do Paraná (FPRJ, 2016b).

⁵⁹ Declarações de autoridades no Judô: “A ideia é capacitar as Federações, para que elas possam correr suas competições com metodologia padronizada. Cada módulo do curso tem um peso, abordaremos desde as inscrições no Hajime, até a entrega dos relatórios, são mais de dez tópicos além do laboratório para simular uma competição de judô, e com 75% de aproveitamento o participante estará habilitado a operar o sistema”, afirmou Fábio Vasconcelos, responsável técnico pelo Departamento de Tecnologia da Informação da CBJ (HÜBNER, 2011). “A diferença básica desse treinamento para aqueles que fazemos no exterior é que em casa conseguimos atender a um número maior de atletas. Enquanto em treinamentos internacionais viajamos com um número mais limitado (de 21, por exemplo, como foi na Áustria). Além disso, conseguimos uma maior integração e padronização de treino com os clubes, já que alguns técnicos e outros profissionais (fisioterapeutas, preparadores físicos) dos clubes também participam da atividade”, afirmou Ney Wilson, gestor de alto rendimento da CBJ (MONTEIRO, 2015).

⁶⁰ Declaração de autoridade no Judô: “Fico muito feliz por termos firmado essa parceria com a Adidas, pois há muito tempo buscávamos padronizar nossas equipes, que agora usarão *judogi* (vestimenta típica do Judô) de excelente qualidade, aprovado pela FIJ”, por Alessandro Puglia, coordenador técnico da Federação Paulista de Judô (FPJ) (PINTO, 2012, p. 104).

⁶¹ Monografia intitulada: Análise da Aplicação e Padronização dos Princípios Pedagógicos do Projeto Bugre Lucena nas Aulas de Judô em 2015 (HECK, 2015).

Judô mais acessível ao público e gerar maior isonomia nos combates entre os judocas em competições.

Kano (2008 e 2008b), ao narrar o início da história do Judô, afirma que após criar a essência de sua luta, a partir dos conhecimentos do Ju-Jutsu e do Kito-Ryu, efetivou-a no Japão como método nacional de Educação Física e a disseminou pelo mundo. Desde sua origem até sua expansão, essa prática corporal se instalou em 200 países (KODOKAN, 2015b). Nesse tempo, regras e regulamentos foram alterados, golpes foram acrescentados aos *katas*⁶² (*Nague-No-Kata* e *Katame-No-Kata*)⁶³ e o sistema de graduações foi modificado. Portanto, quando ele criou o Judô, não o considerou pronto e acabado ou exclusivo de uma cultura. Segundo Barros (2010):

Em 1908 foi realizada uma reunião de professores e instrutores em Kioto, no Dai Nippon Butokukai, onde todas as técnicas foram estudadas e o *nage-no-kata* foi padronizado conforme a formulação original de Jigoro Kano. No período entre 1920 e 1938 houve um grande desenvolvimento do *kata* no Japão e foi mantido como método de treinamento junto com o *randori*⁶⁴. Após a morte do Jigoro Kano, houve um grande declínio da prática do *kata* até 1949, data na qual se inicia o ressurgimento do *kata* no Japão, especialmente com dois grandes eventos: a formulação na Kodokan do GoshinJitsu, em 1956, e o congresso nacional para padronização de todos os *katas*, em 1960. (Itálico do Autor)

Apesar de essa padronização buscar a disseminação do Judô tradicional, elaborado por Kano *sama* e, conseqüentemente, a cultura japonesa no mundo, não teve como objetivo desconsiderar as particularidades locais de cada região onde se instalou essa luta. A intenção do fundador era conduzir os indivíduos de todo o mundo para a humanização, por meio do fortalecimento do corpo para a prática da luta, para complementar a personalidade pelo treinamento mental e, finalmente, para se dedicarem à sociedade (KODOKAN, 2001b). Para o Kodokan (2015), a essência do Judô encontra-se materializada em dois sistemas de treinamento: o *kata* e o *randori*. O *kata*, literalmente,

⁶² *Kata* é um conjunto de golpes apresentados de acordo com um modelo de deslocamentos e movimentações tidos como “perfeitos” ou “ideais”. Os *katas* contêm os princípios técnico-filosóficos de todos os grupos de golpes do Judô, que constituem a base fundamental dessa luta. Sua apresentação deve se ater aos mínimos detalhes técnicos e aos procedimentos tradicionais de execução (OGAWA, OKANO e SUZUKI, 2018).

⁶³ Atualmente, existem oito *katas* no Judô: *Nage-no-kata* (Formas de Projeção), *Katame-no-kata* (Formas de Imobilização), *Kime-no-kata* (Formas de Técnicas Defensivas), *Ju-no-kata* (Formas de Flexibilidade e Suavidade), *Kodokan Goshin-jitsu* (Formas de Auto-defesa da Kodokan), *Itsutsu-no-kata* (Formas Naturais), *Koshiki-no-kata* (Formas Clássicas) e *Seiryoku-Zenyo-Kokumin-Taiiku* (Formas de Máxima Eficiência para Ensino Físico) (KODOKAN, 2015).

⁶⁴ Palavra usada no Judô que significa treinamento livre ou luta em treino.

significa “forma” e é praticado segundo um sistema pré-determinado de técnicas; já o *randori* significa “treino livre” e é praticado de maneira aberta e livremente. É pela prática do *kata* que se aprendem os princípios fundamentais técnicos dos golpes do *go-kyo*⁶⁵. No *randori* se exercita, de maneira espontânea e com a imprevisibilidade da ação do oponente, o aprendizado adquirido no *kata* e no *go-kyo*.

Assim, a padronização não é recente nessa prática corporal e não necessariamente se opõe aos fundamentos filosóficos da luta, pois esse processo é uma característica histórica da modalidade. A padronização ocorre em diversos aspectos do Judô, e o critério para determinar se uma mudança é coerente ou não com a filosofia da luta é constatar se ela abdica dos princípios preconizados por Jigoro Kano. Em outras palavras, se esse processo reforçar os princípios “*Seryoku-Zenyô*”⁶⁶ e “*Jita-Kyoei*” e se não diminuir o uso e o valor dos *katas* e do *randori*, conclui-se que conduz o judoca ao estágio de “*Ju*” e “*Dô*”⁶⁷.

Para Bracht (2005), a institucionalização do esporte inicia-se no século XVIII como um fenômeno típico da sociedade burguesa. Ela começa no seio da sociedade civil europeia, quando os indivíduos se associam por compartilharem interesses em comum por uma prática esportiva. As características essenciais do capitalismo emergente europeu eram a secularização e a racionalização das atividades sociais, que influenciaram na constituição dos esportes, exigindo que associações de clubes amadoras se burocratizassem e se organizassem formalmente. Foram as associações “clubísticas” as promovedoras das primeiras ligas competitivas e, a partir delas, criaram-se as federações esportivas que, gradativamente, atribuíram às práticas corporais sistematizadas a centralidade na competição e no rendimento. Essas características do capitalismo,

⁶⁵ Palavra japonesa que pode ser traduzida como Cinco Princípios de Ensinos. O *go-kyo* é um conjunto de golpes clássicos de projeção do Judô e, ao mesmo tempo, o estudo dos princípios técnicos de cada golpe existente nos cinco grupos. Portanto, é a classificação e a chave do ensinamento das técnicas de projeção. O primeiro *go-kyo* foi elaborado em 1895 por especialistas, incluindo a presença do Jigoro Kano. Sua primeira versão possuía 41 golpes e, em 1911, no final da Era Meiji, foi incluído mais um golpe, o *Tsurikomi-goshi*. Esse *go-kyo* foi revisado em 1920 e modificado para a versão atual, que possui os mesmos cinco grupos, mas com oito técnicas cada um, totalizando 40 golpes (KODOKAN, 2001). Em 1982 e 1997 a Kodokan revisa o *go-kyo* e o atualiza com pequenas modificações (CBJ, 2018)

⁶⁶ A tradução dessa frase é sustentada como: melhor uso da energia. Por ser considerada um dos princípios fundamentais do Judô, essa premissa deve ser preconizada em íntima relação com a *Jita-Kyoei*.

⁶⁷ Segundo Kano (2008, p. 20): “As palavras *jutsu* e *judo* são escritas, cada uma delas, com dois ideogramas chineses. O *ju* nas duas é o mesmo, e significa ‘gentilmente’ ou ‘cedendo passagem’. O significado de *jutsu* é ‘arte’, ‘prática’, e *do* significa ‘princípio’ ou ‘caminho’, o Caminho que é o próprio conceito de vida. *Jujutsu* pode ser traduzido como ‘a arte gentil’, *judo* como ‘o caminho da gentileza’; portanto, primeiro é necessário ceder, para finalmente obter a vitória”. (Itálico do autor)

assimiladas pelas instituições esportivas, polarizaram tensões entre amadorismo e profissionalismo nos esportes (BRACHT, 2005).

A fundação da Federação Internacional do Judô é recente (em 1951) e polariza a luta de Kano *sama* da mesma forma que as tensões de esportivização europeia: amadora e profissional. O profissionalismo, representado pela FIJ, encarrega-se de organizar campeonatos internacionais⁶⁸ e estimular a criação de federações nacionais nos países; já o amadorismo é representado pelo instituto Kodokan, o qual assume o papel amador ou associativista, encarregando-se de determinar e zelar pelo *ethos* da modalidade.

A busca pela padronização do Judô em Maringá, de acordo com os relatos dos *senseis*, aparece como um movimento de resguardar uma identidade única e imparcial na modalidade, por meio de regras claras, da sistematização dos ensinamentos e dos comportamentos específicos para o judoca, com base nos ensinamentos de Kano *sama*. Entende-se que esse fenômeno de padronização, vivenciado pelos personagens históricos entrevistados, é produto da congruência entre os interesses e finalidades do Kodokan e da FIJ. O primeiro propôs o ideário amadorista para todos os judocas, buscando valorizar os conhecimentos milenares da cultura japonesa, e o segundo endossa a disseminação mundial da luta por meio de um sistema esportivo moderno, buscando instalar a modalidade em diversos países. Para Bracht (2005, p. 101-102):

As instituições possibilitam que a formação de motivação passe a ser fixada em objetos do meio circundante exterior, que por sua vez passam a servir de pontos de apoio para as decisões e fornecem ao comportamento uma garantia de durabilidade. Uma instituição possui o efeito prático de servir como propulsor de uma ação unilateral estabilizada, ou seja, a instituição “chama” o homem para uma forma específica e não para quaisquer formas de ação. Isso não é diferente com a instituição esportiva: ela fornece uma forma de satisfazer necessidades ligadas ao movimento – sem considerar agora quais motivações estejam por trás dessa necessidade.

O Judô, por ser uma modalidade instalada em diversas partes do mundo, esteve sujeito a modificações e, até mesmo, a descaracterizações. Nessa conjuntura, o interesse pela padronização destaca-se como um movimento para preservar a identidade nipônica dessa luta, sem impossibilitar o caráter esportivo e sem desconsiderar as mudanças sócio-

⁶⁸ Conforme dados da FIJ (2016), o primeiro torneio internacional realizado pela instituição foi o Campeonato Europeu em Paris em 1951. O primeiro Campeonato Mundial foi realizado em Tóquio, em 1956, sem incluir a categorização dos atletas por peso. A inclusão do Judô nos Jogos Olímpicos foi em 1964, em Tóquio, com as categorias de peso: até 68kg, até 80kg e mais de 80kg e livre.

históricas. Esse fenômeno permeou diversos aspectos da luta, do treino, da formação dos *senseis*, dos *dojôs*, entre outros.

O Kodokan propõe aos judocas a capacidade de o praticante atuar flexivelmente com as diversas tensões e forças externas hostis à ética coletiva. A FIJ propõe eventos internacionais periódicos, dispondo de premiações e valorizando o talento individual. A congruência entre essas vertentes é que ambas buscam a máxima eficiência do praticante. Os entrevistados reconhecem os benefícios da esportivização ao narrarem as soluções dos conflitos e as inovações no sistema de regras de luta, todavia a negligência na propagação da filosofia de Kano *sama* e o comportamento em luta são percebidos como malefícios desse fenômeno. Até o momento, foi apresentado como as recordações dos *senseis* de Maringá contribuíram para compreender o elemento competição na modalidade nas décadas de 1960 e 1970. Todavia, a participação em torneios não é feita sem os treinamentos nos *dojôs*. Uma fala do Nagahama (2017), selecionada oportunamente, demonstra uma relação da competição com o treinamento:

Eu tenho mais lembranças da época em que eu competia. Então, naquela época, o Juvenil podia subir [para competir na categoria Júnior e Sênior]. Então, para você ver como que a gente era louco, né? Porque lutava três categorias num dia só e ia para as cabeças.

Eram essas festas de competição e aquela loucura de você lutar em várias categorias. Até 70, eu era categoria Juvenil B, que seria 13, 14 anos. E a partir do momento em que a gente começou a se destacar no nível competitivo – porque daí você vinha com medalha e o outro não vinha – o outro ficava possesso, né?

É, ficava doído. Essa mentalidade começou a crescer mais de Juvenil B – que é 13, 14 para cima – que você passa a ser mais competitivo, né?

Passa a ser mais seletivo, também, né? E não tinha essa de que estava dois pesos acima, não; você queria ir lá e queria moer. Os treinos eram pegados. A parte de preparação física, de aquecimento, ela não tinha o conhecimento científico; era empírico, porque ninguém tinha formação acadêmica. (Adendo entre colchetes nosso)

As competições, mesmo sendo um momento importante para essa luta nipônica, não representam ou sintetizam a totalidade do Judô; são espaços de experimentação do aprendizado do judoca. Nesse sentido, ambos os elementos – *gueiko*⁶⁹ e *shiai* – relacionam-se, por serem espaços para o praticante vivenciar e colocar à prova a sua apropriação da filosofia judoísta. Não se pretende analisar a fundo a relação entre treino e torneio, mas afirmar que ambos foram permeados por fenômenos socioculturais

⁶⁹ Palavra japonesa que pode ser traduzida como treino ou treinamento.

diversos e são percebidos pelos entrevistados, cada um à sua maneira, no decorrer de suas trajetórias no Judô. Por isso, os relatos dos *senseis* sobre essas temáticas são importantes, pois nos permitem reviver as lembranças dos treinamentos para a construção de uma narrativa historicizada da modalidade no município. No próximo tópico, inquirir-se-á acerca do processo de graduação de *kyus* (exame de faixas), dos registros memoriais das atividades de treinamento e de como eles recordam que o Judô era disseminado à população maringense.

4.3.3 O Judô em Maringá: os primeiros treinos e as progressões de faixas

O intuito desta seção é mapear os primeiros treinos e progressões de faixas a partir da memória dos *senseis* que integram o estudo, começando pelo *sensei* Umeda (2018), que explica que as competições influenciaram os treinamentos. Apesar de memorar as atividades de treinos, em seu aspecto didático, com poucas alterações, entende que o fenômeno competitivo conduziu ao desenvolvimento do Judô em âmbito internacional. Umeda (2018) descreve como ocorriam os treinos:

Aquecimento era sempre igual. Não era brincadeira; mais exercício calistênico. No começo não tinha aquela didática; era bem sistemático mesmo, porque o Hisayoshi Maeda era aluno da escola do Jigoro Kano. Existia a parte de fazer muito *uchikomi*⁷⁰ também, a parte técnica. Se for analisar hoje a parte principal ainda existia, por exemplo, é um aquecimento básico e mais calistênico... Lógico que há algumas falhas em alguns exercícios mesmo que, por falta de conhecimento mesmo, poderia até lesionar algumas partes do ser humano, né? Porém, a estrutura básica acompanhava, por exemplo, iniciava com exercícios educativos para queda. Toda aula tinha que começar com isso aí: batida de braço, deitado, uma situação deitada, o *ukemi*⁷¹ na posição sentada, depois em pé. Na parte técnica seria isso aí; depois aquecimento de exercício, né?, que é basicamente o que se faz tradicionalmente.

⁷⁰ Essa é uma palavra japonesa que pode ser traduzida, no Judô, como repetição da técnica. Consiste em um treino de repetição e aperfeiçoamento técnico. As principais formas desse treinamento são: estática (parado no local) ou em movimento (com deslocamentos pelo *tatame*), em que se simula o golpe até se automatizar suas etapas de execução.

⁷¹ Para Araújo (2005), esses amortecimentos de quedas são primordiais para os judocas, pois esse fundamento técnico protege o corpo na queda oportunizada pelo oponente com algum *nague-waza*. O ensino desse movimento é de suma importância, por ensinar ao participante um aspecto filosófico essencial para essa luta: proteger-se dos impactos e frustrações para levantar-se e seguir no aprendizado. Para Kano (2008b), o *ukemi* é a primeira técnica do Judô a se ensinar aos aprendizes, pois ela possibilita a vivência na luta com segurança e conforto.

Nagahama (2017), ao versar sobre os treinos, pontua alguns exercícios que, posteriormente, foram banidos dos *tatames*. Ele relembra dostreinos físicos apresentarem muitas repetições e sempre alta intensidade. Os *randoris* ocupavam pouco mais da metade do tempo de treino e em grande quantidade:

Na hora de fazer exercício (no treino) você enrolava, você enganava na “marcha de pato”. O *sensei* virava e você pegava e virava cambalhota, porque ele fazia a gente dar umas cinco voltas aqui, assim. Hoje, com o conhecimento científico, de treinamento, é totalmente impraticável: você arrebetava o joelho. O *tatame* era duro, era no chão duro. E era *tatame*, não era pó de borracha, não tinha nada embaixo. Era no *tatame* de palha. Fazíamos 2.000 *uchikomi* e pelo menos umas 200 projeções de *nague-ai*, era coisa de maluco. Então... E para você fazer 200 flexões, como é que você vai fazer o *uchikomi*, depois? Que rendimento você vai ter? E era nesse padrão. O treino era de duas horas e a gente lutava por uma hora e dez, uma hora e quinze minutos. O *tatame* era grande e você não parava: rodízio e rodízio e rodízio.⁷²

Ploc (2017) recorda de tentativas de *uchikomis* diferenciados e exercícios que ocasionavam lesões. Ele ainda caracteriza, de maneira geral, como eram as lutas:

Olha, quando eu cheguei em Maringá, era o treino de Judô que os *senseis* aprenderam e faziam aquilo lá. Eu não sei se a palavra correta é empirismo ou empírico; não tinha específico de fazer isso ou fazer aquilo, nunca. A única coisa que eu lembro que o *sensei* Ito, ele naquele tempo falava para pegar a borracha e ficava fazendo *uchikomi* na borracha. E isso eu lembro, mas... a gente aprendeu com essa câmara de ar de bicicleta. Isso é uma coisa que eu lembro: você pegava, amarrava e puxava. Só que isso, com o tempo houve um estudo – o Wellington pesquisou e um outro rapaz que eu não me lembro o nome, que também que era professor de Educação Física – que conforme você puxava dava estiramento [muscular]. Então, naquele tempo, Marco, não se tinha muito controle das coisas não. Tinham muitos exercícios que hoje são condenados. Você está na área; sabe disso. E nós fazíamos, claro, os agachamentos e subindo escada, pulando, e tal... Tinham várias contusões, só que era um Judô mais técnico. E, lógico, que a força sempre existia, mas era um Judô mais... *Hajime* e já pegava, não tinha aquela briga de pegada... segurava e ia...

Eu lembro que chegava lá tipo seis horas e saía lá pelas nove horas, quase três horas de treino. Tinham os intervalos, faziam luta em pé e no chão. E tinha uma turma que chegava; não tinham muitas coordenações dos horários. Tinha uma turminha que chegava às sete e meia e essa turma já chegava, fazia um aquecimento e já participava até às nove, devido ao

⁷² Uma curiosidade mencionada por esse *sensei* – em outro momento da entrevista – foi sobre a evolução nos treinamentos na cidade no decorrer da década de 1980: “E outra coisa, também, que na época não existia era o ambidestro: ou era canhoto ou era destro, e acabou. E ele não fazia conta, não existia *uchikomi*, dos dois lados. Não era aquilo e acabou. Hoje, não. Hoje eu, com o conhecimento de fisiologia, de anatomia, de biomecânica, você sabe que tem que trabalhar os dois lados e por ser um movimento novo, você consegue ensinar. Antigamente não existia isso. *Sensei* Umeda começou a aplicar isso daí”.

problema de locomoção. O Clube era tudo longe e muitos pais não podiam levar. Tinha um ônibus na época que era circular. Esses levavam e alguns pais buscavam ou davam carona. Mas, as questões de brincadeira não lembro; era muito pouco, a parte lúdica era muito pouco. Quase não se tinha brincadeiras, que eu lembro, não tinha. A gente brincava quando saía do Judô.

O aquecimento era saltitando ou movimentando o braço e correndo, e, já pegava o quimono e já entrava os golpes no próprio *uchikomi*; já era o aquecimento; fazia bastante *uchikomi*, aí já ia pro *randori* aquele negócio todo.

Entrevistador: E a maior parte era *randori*, mesmo?

Muita luta. (Adendo entre colchetes nosso)

Em suas lembranças, Babata (2017) menciona a existência de brincadeiras nos treinamentos, mas não com destaque ou alta incidência. Ele recorda que os treinos começavam com exercícios calistênicos e seguiam para o treinamento de entrada de golpes. Depois praticavam luta livre, o *randori*, em alta quantidade:

A gente tinha as brincadeiras, mas não igual hoje assim. Era mais um aquecimento, aqueles exercícios calistênicos. Um professor e um aluno puxavam e os outros acompanhavam. E tinha a entrada de golpes, projeções e luta. Era muita luta. Não tinha brincadeira igual tem hoje. Mais da metade do treinamento era *randori*. Eu acho que tinham mais de 20 alunos.

Castilho (2018) recorda que os conhecimentos estudados em algumas disciplinas do colégio possibilitaram questionar o conteúdo dos treinamentos. Em seu relato, ele reconheceu existir uma preocupação com o ensino dos golpes básicos do Judô:

Era tudo muito insipiente, era tudo muito de “capitanias hereditárias”. Então, enquanto você estava com a sua formação no colegial, estudo, você tinha várias formações, que logo começavam a conflitar com o que tinha ali ensinado.

Principalmente, eu estudei no Gastão Vidigal, e nós tínhamos aulas muito boas de física, de química, enfim, aulas que hoje, eu me recordo com muita saudade dos ensaios que nós fazíamos de laboratório. Então, logo eu vi que força era massa vezes aceleração e que sistema de alavanca eram eficientes quando bem aplicados. Aí voltamos para academia. O professor nos ensinava a fazer o aquecimento e exercícios. Quantos? Até travar os braços, por exemplo, em flexão [de braço]. E aquilo começou a me incomodar porque era o científico com o histórico passado de ensino, e mesmo porque ele não tinha formação acadêmica.

Então, havia nesse ensino, uma discreta preocupação com a metodologia. Então, o que era feito em termos de *nague-waza* de projeções, *ossae-waza* de imobilizações, e depois muito mais para frente *kansetsua-waza*

e *shime-waza*. E, depois, *atemi-waza*; isso já lá na faixa-preta, as defesas⁷³. (Adendo entre colchetes nosso)

Saguti (2018) relembra que os aquecimentos eram os exercícios básicos de amortecimento de queda do Judô e não sofreram mudanças. Os exercícios específicos, tais como *uchikomi*, eram a parte central dos treinamentos. Por meio deles, os professores corrigiam a técnica do judoca:

Bom, o treinamento inicial precisava fazer aqueles aquecimentos. É a mesma coisa de hoje, aquecimento pra ensinar principiante, como faz o *ukemi*... essas coisas. Essa parte daí eu acho que não mudou nada. Então, isso, cada professor da sua academia tem um sistema deles, mas que eu aprendi, e eu sempre dediquei, aquecimento e depois fazia aprender esse *uchikomi*. E depois do *uchikomi*, para derrubar também. Aí, nesse daqui, [no *uchikomi* com projeção] o professor precisa estar olhando para ver se a pessoa está agachando certo ou não, se o braço está encaixando, o que estiver errado precisa corrigir, e vice-versa. Porque se um cair não vai gostar; tem que fazer vice-versa. O *randori* tinha, mas também muito pouco, por causa do horário. [Praticávamos por] uma hora e meia ou duas horas de treino. (Adendo entre colchetes nosso)

Umeda (2018) corrobora fatos da memória de Saguti em relação a pouca quantidade de *randoris* no Judô da SOCEMA e esclarece que, em um primeiro momento, os treinos eram compartilhados entre adultos e crianças:

[o treino entre adultos e crianças] era tudo igual. Apenas nos *randori*, quando era luta, eles colaboravam com a gente – os pequenos – tanto que deixavam jogar. Não tinha diferença de atividade; atividade igual para todos. O que se fazia era mais... como que é? Repetição de entrada de técnicas, que é o *uchikomi* [e fazíamos] com várias pessoas. (Adendo entre colchetes nosso)

Os entrevistados, ao iniciarem essa luta na cidade, possuíam professores diferentes. Umeda e Nagahama começam a aprender os seus primeiros *ukemis* com Hisayoshi Maeda. Ploc, Babata e Castilho o fazem com Antonio Andrade. Saguti, quando chega ao município maringaense, inicia como professor de Umeda e Nagahama, na

⁷³ Segundo Rizzo (2009, p. 01), os golpes do Judô são divididos pelo Instituto Kodokan de Judô em dois grupos: “Golpes de Projeção (*Nague-Waza*) e Golpes de Chão (*Katame-Waza*). Em cada grupo ocorrem subdivisões, o primeiro (*Nague-Waza*) possui os subgrupos de Golpes em Pé (*Tachi-Waza*), sendo este subgrupo dividido em Golpes de Braço (*Te-Waza*), Golpes de Quadril (*Koshi-Waza*) e Golpes de Perna (*Ashi-Waza*); e o outro subgrupo com os Golpes de Sacrifício (*Sutemi-Waza*), sendo este último dividido em Golpes de Sacrifício Frontal (*Ma-Sutemi-Waza*) e Golpes de Sacrifício Lateral (*Yoko-Sutemi-Waza*). O *Katame-Waza* foi dividido em Golpes de Imobilização (*Ossae-Komi-Waza*), Golpes de Estrangulamentos (*Shime-Waza*) e Golpes de Chave de Braço (*Kansetsu-Waza*)”.

SOCEMA, substituindo Maeda. Saguti alerta que os treinos não assumiam um sistema único na cidade. As metodologias de treinamento diversificavam-se, dependendo do *sensei* regente. As lembranças dos treinamentos dos entrevistados apresentam direta ligação com os *senseis* que ministravam as aulas, pois o professor regente era quem determinava a estrutura, o método e as atividades realizadas no *dojô*.

Saguti relata que seus treinos eram iniciados com aquecimentos e com os amortecimentos de queda. O enfoque dado era nos *uchikomis* (com ou sem projeção), pois isso permitia a correção das técnicas dos golpes. As lutas em treinos (*randoris*) não ocorriam em grande quantidade, em virtude da escassez de horário. Os *kohais* de Maeda, Osvaldo Umeda e Roberto Nagahama caracterizam seus primeiros treinos por ser um ensino tradicional por parte de seu professor. Umeda, por lembrar de Maeda como sendo de origem nipônica e ter treinado no Kodokan, iniciava o aquecimento com exercícios de calistenia (*taissô*)⁷⁴ e enfocava o treinamento técnico de *ukemis* e *uchikomis*. Ele destaca que os primeiros treinos não possuíam divisão por idade: o infantil e o adulto eram realizados de modo concomitante. Nagahama pontua alguns exercícios que Maeda propunha: a “marcha de pato”⁷⁵ e flexão de braço com repetições excessivas, para atingir o linear máximo da resistência da força muscular. Ao descrever o treinamento, ele questiona o rendimento alcançado pelos judocas ao serem submetidos a uma intensidade alta de esforço físico, o que prejudicava o desenvolvimento técnico nas repetições de entradas de golpes. Uma caracterização recordada por ele, e que chama a atenção, é a quantidade de *randoris* nos treinos. Essa característica destoa da informação relatada por Umeda e Saguti. Nagahama (2017) quantifica o número aproximado de vezes por treino:

Difícilmente dava menos de dez lutas de oito minutos. Era “pegado” mesmo, sabe? O *sensei* deixava no meio do treino [ter] três minutos para tomar água. E, às vezes, era tanta gente para uma torneira só – não tinha filtro nem bebedouro – que não dava tempo. (Adendo entre colchetes nosso)

A pergunta em relação a como os *senseis* iniciaram seus treinos na SOCEMA oportunizou relatos diferentes, decorrentes também de situações diferenciadas, ocorridas durante as entrevistas. Para Umeda e Saguti, a questão foi lançada no momento em que

⁷⁴ Palavra japonesa que pode ser traduzida como ginástica de aquecimento ou exercícios físicos introdutórios.

⁷⁵ Exercício realizado com o movimento de andar na posição de cócoras (agachado). As nádegas ficavam próximas aos calcanhares, forçando as articulações do joelho, quadril e tornozelos.

eles encerraram algum assunto; para Nagahama, a temática referente às recordações dos treinos foi continuidade do assunto “competição”. No momento do seu relato, aproveitou-se da menção feita por ele sobre os treinos para encaminhar a entrevista. Portanto, as divergências entre as lembranças, sobre um mesmo assunto e referindo-se ao mesmo professor, remetem a períodos distintos do passado. Umeda e Saguti versam sobre os primeiros meses (ou semestre) de treinamentos participados, enquanto Nagahama versa sobre os treinos após a iniciação dos seus *ukemis* e golpes, quando estava na categoria Juvenil B (13 e 14 anos).

As memórias de Ploc, Babata e Castilho, que iniciaram os treinamentos em Maringá no Clube Olímpico com o *sensei* Andrade, respondem à questão sobre essa temática de maneira geral, não discriminando o período exato. Ploc e Castilho começam no mesmo ano; Babata, mais novo que ambos, inicia posterior a eles. Ploc recorda da existência de exercícios calistênicos, seguidos de *uchikomis*, realizados individualmente, com auxílio de câmaras de ar de bicicleta, ou em conjunto. Para ele, as atividades lúdicas eram raras, e a prática de *randori* era em grande quantidade. Castilho lembra-se dos exercícios de aquecimento e da metodologia de treinamento físico, entendidos por ele como inapropriados para o melhor rendimento muscular. Ele conta que os exercícios eram repetidos excessivamente, levando à fadiga muscular. Castilho afirma haver uma discreta preocupação com os aspectos técnicos nos primeiros treinos, pois o professor ensinava os golpes mais complexos apenas aos alunos mais graduados.

Uma lembrança mencionada por Castilho, que merece destaque, é a apropriação de conceitos científicos apreendidos por ele ainda no colégio. Esses conhecimentos lhe permitiram questionar os aspectos metodológicos aplicados no treino pelo seu *sensei*, levando-o a contemplar duas formas de elaborar o treinamento: fundamentado em conhecimentos científicos; fundamentado nas tradições passadas pelos *senseis*. Babata, ao versar sobre o assunto de treinos, descreve a estrutura geral de como ocorriam: o tradicional *taissô*, *uchikomi* e *randori*. Em seu relato, o *sensei* lembra haver brincadeiras, entretanto elas eram diferentes das brincadeiras contemporâneas e ocorriam esporadicamente. Babata (2017) afirma que, no Clube Olímpico, o *randori* ocupava a maior parte do treino e era organizado por faixa etária. Quando ele atingiu a idade aproximada de 13 anos, mudou-se para a SOCEMA:

O Ploc já era um pouquinho mais velho. Então, ele treinava depois da gente. Eu acho que é uns sete ou oito anos mais velho. E, então, se eu

tinha dez, ele tinha uns dezessete; então ele treinava depois. Aí depois que eu mudei para o... eu saí do início do... que era na Neo Martins, no Olímpico, que eu mudei para a antiga SOCEMA. Lá [o treino] era noite já. Eu era Juvenil, 13, 14 anos, então já ia até nove e meia da noite. (Adendo entre colchetes nosso)

Os dois professores pioneiros do Judô em Maringá, ou seja, Hisayoshi Maeda e Antonio Andrade, apresentam estruturas de treinamento similares entre si: *taissô*, com exercícios calistênicos de força e *ukemis*; *uchikomi*, com e sem projeções; e *randoris*, em alta quantidade. Nas memórias de Umeda, Nagahama, Ploc, Castilho e Saguti, a estrutura do treinamento era norteadas pelas tradições aprendidas pelos *senseis*, e as atividades e a metodologia eram elaboradas de acordo com a percepção subjetiva (empíria) do treinador. Entretanto, os treinos desses *senseis* pioneiros na cidade se modificaram com o tempo, em virtude da mudança técnica dos alunos e do amadurecimento dos judocas iniciantes.

Os relatos de Umeda e Saguti esclarecem a característica básica dos treinamentos ocorridos na SOCEMA e informam existir a valorização do método de *uchikomi* em detrimento do *randori*. Nas considerações de Nagahama, percebe-se uma mudança nessa prioridade, mantendo uma a valorização dos *uchikomis* (com a repetição intensa desse método de treinamento), porém aumentou a quantidade do tempo de treino dos *randoris*. Assim, na implementação do *dojô* da SOCEMA, o Judô é memorado predominantemente influenciado pelo treino tradicional japonês. Conforme Kano (2008b), os métodos de treinamentos fundamentais do Judô são o *kata* e o *randori*. Atribui-se ao último a maior eficiência nos treinos. Ele destaca esse método por: a) valorizar as decisões do judoca em luta; b) investigar as relações complexas – mentais e físicas – que existem entre os lutadores; c) ser um bom momento de exercer o melhor uso da energia/força; d) buscar as fraquezas do oponente e estar pronto para atacá-lo com os recursos disponíveis.

Segundo Castilho, os primeiros treinamentos no Clube Olímpico eram voltados para o aspecto físico, e os treinos, conforme relatos de Ploc e Babata, modificaram-se para uma estrutura de treino nipônica, similar aos métodos de treinamento adotados pela SOCEMA. A caracterização de Ploc retoma um dos tipos de *uchikomis* praticados naquela época: de forma individual e com auxílio de uma borracha ou faixa, demonstrando a aproximação com o método japonês de treinamento. Segundo a Corporação Token⁷⁶

⁷⁶ A Token Kabushikigaisha (ou Token Corporation) é uma empresa privada que atua principalmente no setor de construção habitacional, desenvolvendo investimentos paralelos, como consultoria de investimentos financeiros e promoção de *marketing* esportivo. Ela é parceira da Nippon Senjuren (All Japan Judo Federation) desde 2009 (TOKEN, 2009). Em 2014, tornou-se patrocinadora oficial e apoiadora do Instituto Kodokan de Judô (UEMURA, 2015).

(2010), em seu glossário de terminologias do Judô, o verbete *uchikomi* é oriundo do Kendô, sendo integrado ao Judô pelos japoneses. Esse método de treino por repetição pode ser realizado individualmente (com auxílio de faixas e cintas), em dupla (sistema convencional – e o mais praticado) ou em trio (com enfoque na explosão muscular e no desempenho de força), conforme demonstra o exemplo iconográfico:

Figura 1 – Judo Terms. Glossary of Judo waza (techniques) terms: Uchikomi (repetition training)



Extraído de: TOKEN, 2010.

Além dos treinamentos repetitivos de golpes, com e sem projeções contra o solo, o Judô, no Clube Olímpico, é recordado por Ploc e Babata com a existência de muitos *randoris* e de poucas atividades lúdicas. Isso evidencia a sua aproximação com o tradicional treinamento japonês. Portanto, conclui-se, pautado nos entrevistados, que os primeiros treinos de Judô em Maringá possuíam: no *taissô*, atividades introdutórias aos exercícios específicos da luta e atividades preparatórias de força, por meio de exercícios calistênicos com excessivas repetições; nos *uchikomis*, os *senseis* propunham a realização de treinos com e sem projeções (*nague-ai*) em grandes quantidades; nos *randoris*, em um primeiro momento, eles ocorriam com baixa frequência e, conforme os judocas adquiriam aprimoramento técnico, passaram a ocorrer na maior parte do tempo de treino, aproximando o Judô da cidade a um modelo japonês de treinamento proposto por Kano (2008b).

Kano (2008), apesar de não elogiar alguns métodos de treinamentos europeus de ginástica (calistênicos) que promoviam uma musculatura extremamente rígida nos praticantes, não deixa de reconhecer a necessidade de desenvolvimento muscular em sua

prática corporal. Kano (2008, p. 47-48), ao propor o Judô como um método de Educação Física, reconhece que:

A finalidade da educação física é desenvolver um corpo saudável, mas é um grave erro acreditar que, se você desenvolveu um corpo forte com músculos rijos, isso é sinal de que atingiu o objetivo da educação física. O desenvolvimento de músculos dessa maneira exige um grande esforço diário, portanto exige o gasto de uma grande quantidade de energia, que é desperdiçada.

[...] É necessário desenvolver os músculos até certo ponto, e desenvolver um corpo sadio, que funcione perfeitamente e tenha uma musculatura harmoniosa, é o ideal do ponto de vista fisiológico. Essa deve ser a finalidade da educação física. Mas se não há nada de útil nesse desenvolvimento, a educação física não tem muito valor.

Assim, o desenvolvimento físico-corporal é contemplado pelo fundador dessa luta, no Judô e na Educação Física japonesa, como algo necessário, desde que não abdique dos aspectos intelectuais e espirituais propostos por ele na luta. Entretanto, esses ensinamentos do *shihan* Kano não são aceitos unanimemente por todos os judocas. O japonês Inokuma (2001), em obra intitulada *Best Judo*, de 1979, questiona a interpretação de alguns provérbios e ditados preconizados por Kano *sama*⁷⁷, motivado pelas conquistas de estrangeiros não japoneses (*gaigoku-jin*) em torneios mundiais. Ele aponta a necessidade de aprimoramento físico de judocas em nível igual ou superior ao do seu oponente para se alcançar a vitória no combate.

Segundo DeCrée (2013), a popularização do Judô na Europa e na América teve início na década de 1960, após as conquistas do holandês Anton Geesink, no Campeonato Mundial de 1961 e nas Olimpíadas de 1964, ao derrotar os mais fortes lutadores japoneses. Outro holandês, Willem Ruska, conquistou o Mundial de Judô em 1971 e as Olimpíadas em 1972. Luc Rougé foi o primeiro francês a conquistar um Mundial, em 1975 (DECRÉE, 2013). Outros não japoneses sagraram-se campeões internacionais nesse período, a exemplo de Vladimir Nevzorov, da União Soviética, nas Olimpíadas de 1976 e Dietmar Lorentz, da Alemanha Oriental, na Cup International Judo Tournament, realizada em Tóquio em 1978 (INOKUMA, 2001).

Para Inokuma (2001, p. 5), as décadas de 1960 e 1970 marcaram uma mudança drástica na estruturação dos treinamentos de Judô:

⁷⁷ Inokuma (2001) declara: “Ditados como ‘suavidade supera a dureza’ ou ‘um homem pequeno pode derrotar um homem grande’ só se aplicam quando as suas forças físicas básicas estão em pé de igualdade com as do oponente; em tal situação, a potência não é o problema, e é aqui que primeiro vislumbramos a importância do bom funcionamento do *shin-gi-tai* em uma luta”. (Tradução nossa)

Potência, velocidade e resistência serão particularmente importantes no judô a partir de agora. Tornar-se capaz de ganhar uma luta de judô envolverá a adição de treinamento físico básico à sua prática diária para desenvolver essas qualidades, bem como trabalhando para dominar técnicas de eficácia devastadoras. (tradução nossa)

Com essa geração de europeus campeões internacionais que buscaram focar o aprimoramento físico-muscular para conquistar vitórias nos *tatames* de Judô, nas décadas de 1960 e 1970, denominaram-se de “Judô europeu” as lutas caracterizadas com enfoque no vigor físico. Em outras palavras, quando o lutador valoriza a força em detrimento da técnica ou da “suavidade”, o estilo da luta assume um padrão ou estilo “europeu”.

No Judô maringense, mesmo com os relatos dos entrevistados informando atividades voltadas para o aprimoramento físico, o foco prioritário para o aperfeiçoamento dos judocas era, inicialmente, nos *uchikomis* e depois passou para os *randoris*⁷⁸. As recordações e as percepções apresentadas pelos entrevistados sobre o início e o desenvolvimento dos treinos de Judô na Cidade Canção, nas décadas de 1960 e 1970, apontam diferenças em alguns métodos e metodologias de treinamento nos primeiros *dojôs* de Maringá. O desenvolvimento dos centros de treinamentos, tanto de Hisayoshi Maeda quanto de Antonio de Andrade, foi norteado por uma estrutura tradicionalista nipônica, seguindo o padrão difundido pelo *shihan* Kano. A construção dos treinos, mesmo que buscando similaridade com a doutrina propalada por Kano *sama*⁷⁹, foi feita em conformidade com o regionalismo maringense e dentro dos determinantes sócio-históricos do período.

A fundamentação dos treinamentos de Judô, mencionada por Nagahama, Ploc e Castilho, é pautada em um modelo empírico ou empirista de treino. Para Dias *et al* (2016), o marco referente ao surgimento do modelo empírico de treinamento deu-se com o retorno dos Jogos Olímpicos na era Moderna, em 1896, sendo considerado o modelo mais eficiente até o final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Para Almeida, Almeida e Gomes (2000), o período do treinamento empírico iniciou-se com as civilizações antigas e durou até o Renascimento no século XV. A partir da reestruturação dos Jogos Olímpicos

⁷⁸ Destaca-se que o conceito de “*randori*” foi desenvolvido por Jigoro Kano para o aperfeiçoamento do judoca. Já o método de treino “*uchikomi*” foi importado do Kendô pelo próprio fundador do Judô como um método útil para o aprimoramento técnico em sua modalidade (KANO, 2008b e SHISHIDA, 2012).

⁷⁹ Kano (2008, p. 51-52) esclarece que: “Não é necessário deixar de lado as formas tradicionais de exercício. Quem gosta delas deve praticá-las. Minha doutrina é muito simples: recomendar o que é melhor sem rejeitar as coisas do passado”.

na modernidade até o final da Segunda Guerra Mundial, os períodos são divididos em: Sistematização, até 1936; Pré-científico, até 1948; Científico, até 1972; Tecnológico, até 1992; e Mercantilismo Desportivo, até o presente (ALMEIDA, ALMEIDA e GOMES, 2000).

Segundo Dias et al. (2016), a década de 1970 foi um período em que surgiram diversos modelos de treinamento esportivo⁸⁰. Para Almeida, Almeida e Gomes (2000, p. 50), a partir década de 1970 até o início da década de 1990, predominou o caráter tecnológico⁸¹ no treinamento. Esse período foi o momento em que a tendência asiática de treinamento esportivo ganhou visibilidade global, assim como outras tendências nativas de diversas regiões ou nacionalidades. Eles afirmam que:

Dentre os países que faziam parte desta escola destacavam-se principalmente o Japão, as Coréias e ainda a China. Nesses países, além do estrito planejamento educacional, o desporto já recebia uma grande ajuda das numerosas indústrias lá existentes, com as fábricas se formando equipes desportivas. A característica mais marcante dessa tendência, é que naquela época já evidenciava-se aspectos capitalistas, e a cultura era usada como meio de motivação (TUBINO, 1985). Os principais centros de investigação científica localizavam-se nas universidades, principalmente em Tóquio (FERNANDES, 1981; TUBINO, 1985).

Conforme relatado na pesquisa, a implementação do Judô em Maringá iniciou-se na década de 1960, visando à reprodução do modelo e aos sistemas de treinamento do Judô japonês. Portanto, a tendência do treinamento nipônico (ou asiático) existe na cidade desde o início dessa luta no município e, segundo relatos de Saguti, entende-se que essa influência ocorre no Brasil com os japoneses imigrados em várias regiões do país. Os membros dessas colônias nipônicas, radicados em territórios brasileiros, marcam o início do processo de influência dos modelos asiáticos de treinamento no Brasil ao vivenciarem modalidades como Sumô, Judô e Karatê. A visibilidade do modelo asiático, como apontado por Almeida, Almeida e Gomes (2000), ocorreu posteriormente às ondas migratórias e após a instalação de lutas tradicionalmente nipônicas no Brasil. Assim, a

⁸⁰ Para Dias et al (2016), os modelos de treinamento na década de 1970 foram: Estrutura Pendular de 1971, proposta por Arosiev e Kalinin e especificamente voltada para desempenho competitivo em lutas; Treinamento Modular, de 1974, por Vorobiev para levantadores de peso; Modelo Estrutural de Altos Rendimentos, em 1977, por Tschiene, direcionado para modalidades que possuíam alta demanda competitiva durante uma temporada; e Estrutura de Treinamento em Blocos, de 1979, elaborada por Verkhoshanski, para contemplar atletas que são solicitados a competir diversas vezes em uma mesma temporada.

⁸¹ Para Almeida, Almeida e Gomes (2000), esse período caracteriza-se pela evolução tecnológica nos equipamentos e indumentos utilizados por atletas de alto rendimento, além do uso de conhecimentos produzidos pelo campo da informática para diagnósticos do treinamento e do atleta.

opção dos primeiros judocas de Maringá em conduzir a introdução dessa luta no município, com base em parâmetros de treinamento japoneses, foi determinada por processos históricos locais, anteriores à influência de treinamento esportivo asiático e sua divulgação mundial.

Segundo a Prefeitura de Maringá (2018), por meio da Diretoria de Comunicação, atualmente a colônia japonesa radicada na grande região de Maringá⁸² possui 30.000 nipo-brasileiros na condição de *isseis*, *nisseis*, *sanseis*, *yonseis*, entre outras nomenclaturas. Sob tais condições históricas imigratórias e de acordo com as memórias e percepções de judocas que vivenciaram o processo de implementação dessa luta na cidade, as mudanças nas regras do Judô e sua devida aplicação pelos membros dessa comunidade judoística colocaram esses indivíduos em contato com os movimentos e tensões do Judô internacional. Nesse “jogo de tensões” – entre as mudanças das regras, métodos de treinamento, disseminação do Judô no mundo e da filosofia judoísta – há fenômenos percebidos pelos participantes da pesquisa que analisam essas tensões de maneira positiva ou negativa para a filosofia do Judô, benéficas ou prejudiciais à luta ou promissoras ou retrógradas ao caráter educacional zelado por Kano *sama*.

Os treinos de Judô modificam-se conforme o aprimoramento técnico e amadurecimento dos alunos. Na prática corporal de Kano *sama*, os judocas são condecorados com a progressão de *kyus*, que busca simbolizar o avanço do *kohai* na modalidade. Atualmente, as progressões de faixas (ou *kyus*) no Paraná encontram-se regulamentadas pela FPRJ (2011) no documento denominado Regulamento para Exame de Faixas e Outorga de Faixas e Graus. Nesse documento, organizado por uma comissão estadual, apresentam-se as sequências de faixas, as idades mínimas para cada faixa, a carência de tempo em cada estágio e o conteúdo cobrado nos exames para aquisição do *kyu*. A promoção da faixa marrom (1º *kyu*), que possibilita ao judoca ser aspirante à faixa-preta (*shodan*), é regulada por documento específico na FPRJ (2018), qual seja, o Regulamento de Exame de Faixa Marrom.

No Judô maringaense, no período de implementação e consolidação da luta na cidade, a progressão de faixas dos alunos é um assunto importante para a construção de uma narrativa histórica do período selecionado, pois é um momento catártico do ensino-aprendizado na modalidade e possui significado para os judocas. Nas memórias de Nagahama (2017), as promoções de *kyus* são lembradas da seguinte maneira:

⁸² A grande região de Maringá é formada por Ângulo, Astorga, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Ivatuba, Mandaguari, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Ourizona, Paiçandu e Sarandi (GRM, 2016).

Eu não posso te dizer como é que era, porque eu tinha seis, sete anos de idade. Os exames eram feitos por observação. Eu também não me recordo de exame, assim... “não, você vai fazer prova de conhecimentos de técnicas ou coisa parecida”. Era meio empírico o negócio, mas alguns professores visualizavam mais a parte competitiva. Por exemplo: na época do *sensei* Saguchi, eu lembro que a gente fazia exame [com] prova teórica e prova prática, e ele cobrava os resultados de competição. Então, a gente teve oportunidade de galgar alguns pódios no período dele. (Adendo entre colchetes nosso)

Ploc (2017) compartilha recordações que indicam o período aproximado do início da padronização das progressões de grau no Paraná. Afirma que, até o final de 1970, as progressões de faixas ocorriam sob o julgamento do *sensei* responsável pelo centro de treinamento:

Às vezes nem exame fazia. Naquele tempo lá, como que era? Por desenvolvimento está aqui a faixa amarela e depois que foi mudando as coisas. Era dado por mérito. Eles falavam: “demonstra aí três técnicas”, coisa assim. Esse negócio de ser com a folha começou em... Nossa Senhora... 1979, 1977, 1978, alguma coisa assim. A academia começou a aplicar as técnicas por causa da federação [e isso] vem padronizando até hoje. (Adendo entre colchetes nosso)

Babata (2017) não possui certeza se eram realizados exames para progressão de faixas, mas recorda que o *sensei* possuía autonomia para executá-los, de acordo com seus critérios:

O próprio *sensei*, por mérito que [fazia]... Olha, até eu acho que uma ou duas faixas que eu até fui promovido por ter ganhado campeonatos paranaenses. Antigamente tinha essa coisa. Então, era a cada ano a gente ia promovendo, e sendo promovido. Às vezes, ganhava um campeonato e falavam: “agora você já mudou de faixa”. Já aconteceu isso comigo na faixa laranja, e depois tinha a cobrança de técnicas e era feito o exame. Mas, naquela época eu não me lembro, mas eu não acho que era cobrada a faixa de exames. (Adendo entre colchetes nosso]

Umeda (2018) mostra-se breve nessa temática e afirma que:

Na época que iniciaram, a promoção de faixa acontecia nas competições, no resultado das competições e ficava a cargo do professor da academia. Ele é que promovia mais com resultado de competições.

Castilho (2018) apresenta uma análise sobre a progressão de faixas (*kyus*), retomando a origem da introdução das “faixas coloridas”⁸³ e tecendo critérios de como deveriam ser os exames:

Então, eu penso que esse é um dos fatores. A progressão de faixa de outras cores é legal, porque funciona como incentivo. A França e outros países usam esse incentivo em outros esportes: Karatê, Taekwondo e etc. Agora, se não mudar essa mentalidade [de *reality show* na promoção de faixa-preta é complicado]. É preciso sim, fazer uma avaliação – mas o aluno é avaliado ao longo da vida – se ele aprendeu, entre aspas: “todas as técnicas”. O *tokui-waza*⁸⁴, por exemplo, são as técnicas prediletas do sujeito, ele se esmera naquelas? Mas e as outras então? As outras você demonstra em um critério de sorteio, que você sabe e descreve, fala sobre a mecânica, a biomecânica da técnica, sucesso e insucesso da projeção, da abordagem e fim.

Saguti (2018) responde que a progressão de faixa vivenciada por ele no estado de São Paulo possuía menos *kyus*. Ele ainda observa que as federações só começavam a atestar as progressões após a aquisição da faixa-preta, primeiro *Dan*:

Quando eu comecei tinha só verde, roxo, marrom. Só precisa ter carência. Depois que eu vi que está tendo a amarela, a azul, os graus... essas cores aí.

Entrevistador: os exames que eram feitos eram pelo próprio professor mesmo?

Era. Até preto na academia fazia. Agora, do preto para *nidan*⁸⁵, *sandan*⁸⁶, *yondan*⁸⁷ já reunia todo mundo e era a federação que fazia ou entre as academias mesmo. [Ambas] era[m] considerada[s] válida[s]. (Adendo entre colchetes nosso)

Apesar de Saguti não elucidar sobre como funcionavam os exames de faixa que ele promovia na condição de *sensei*, na SOCEMA, suas colocações demonstram que a progressão de *kyus* não tinha os mesmos padrões contemporâneos. Os pareceres de todos entrevistados, exceto Castilho, apontaram para um sistema de avaliação e progressão de faixas organizado de maneira individualizada e conforme os critérios de cada *sensei* regente. A diferença de memória, explicitada por esses dois grupos, justifica-se de acordo

⁸³ O sistema de “faixas coloridas” para os *kyus* foi proposto pelo japonês Mikonosuke Kawaiishi (1899-1969). Na década de 1920, Kawaiishi lecionou Judô no Estados Unidos e na Inglaterra, mas foi na década de 1930, quando lecionava Judô em Paris, na França, que criou esse sistema para os não japoneses (LOWRY, 2006 e KIYOSHI, 1975).

⁸⁴ Palavra usada no Judô que significa técnica de preferência ou golpe de preferência.

⁸⁵ Terminologia específica para alcinhar o grau de “faixa-preta 2° *Dan*”.

⁸⁶ Terminologia específica para alcinhar o grau de “faixa-preta 3° *Dan*”.

⁸⁷ Terminologia específica para alcinhar o grau de “faixa-preta 4° *Dan*”.

com o período em que se mantiveram envolvidos diretamente com o Judô. Nagahama, Ploc, Babata e Umeda vivenciaram a modalidade nos centros de treinamentos, após o período de 1980; já Castilho manteve-se envolvido com o Judô nesse período por meio de sua atuação em curso superior de Educação Física. Essa diferença na atuação profissional desses dois grupos (um, em centros de treinamentos e o outro, na universidade) afastou Castilho das mudanças que marcaram as padronizações de aquisição dos *kyus* no Judô do Paraná. Por isso, suas memórias manifestaram-se por meio de um relato de como deveria ser a promoção de faixa, sem considerar as mudanças e a condição atual dos exames de faixa.

Nas memórias dos *senseis* entrevistados, as progressões para outra faixa “colorida” eram guiadas pelo desempenho competitivo e atuação nos treinos. Conforme lembram os participantes da pesquisa, o avanço do aluno para o próximo *kyu* era determinado pelo professor, segundo sua própria percepção e análise. A estruturação e a documentação contemporânea das promoções de *kyus*, no Estado do Paraná, demonstram uma coletivização do sistema de progressões de faixas, pois a elaboração do sistema avaliativo foi feita por uma comissão estadual. Segundo Deliberador (1996), não existia, no Paraná, um critério-modelo para as progressões de faixas “coloridas”, competia ao professor propor individualmente os seus critérios. O autor afirma que, em 19 de janeiro de 1996, a FPRJ padronizou a outorga de conquistas de faixas no Estado do Paraná e expôs uma declaração da federação sobre o tema: “Toda família judoística tenha os mesmos critérios de avaliação” [sic] (DELIBERADOR, 1996, p. 45).

A padronização desse processo avaliativo busca retomar os ensinamentos do mestre Kano, cujos objetivos são a educação humana em sua integralidade e a preservação de valores éticos e filosóficos preconizados na luta. A popularização e a transmissão midiática de lutas internacionais de judocas têm favorecido a valorização de vitórias em combates, a premiação financeira de atletas e o reconhecimento pessoal de lutadores, sem contemplar a totalidade do princípio de prosperidade e benefício mútuo que o Judô dissemina (FPRJ, 2011). Para Deliberador (1996), esse critério de outorga de faixa, proposto pela FPRJ, desloca a centralidade do critério de rendimento em competições e campeonatos para o desenvolvimento integral e técnico do judoca.

Os relatos dos entrevistados resgatam uma característica histórica do Judô maringense, estadual e até mesmo nacional. A padronização das progressões de faixa simboliza parâmetros equânimes para o judoca aperfeiçoar-se integralmente. Essa uniformização das conquistas dos *kyus* diminui o caráter personalista e subjetivista na

avaliação dos alunos, permite aos *kohais* compreenderem objetivamente os critérios aplicados em seu exame e ter clareza do patamar a ser alcançado. Essa regulamentação beneficia pesquisas que comparam a aplicação das técnicas e dos golpes por atletas com fenótipos similares ou distintos (NAGATA et al, 2010; NAGATA, 2010; e MARINHO, 2011). Já a regulamentação dos *shiais*, a exemplo da regra de especificação do uso de técnicas de luta, possibilita investigações sistemáticas para analisar o rendimento fisiológico do atleta na luta e o desempenho instrumental dele (DEL VECCHIO et al, 2004; SILVA, 2009; e ANDO, MIARKA, PINTO, 2016). Investigações que objetivam registrar memórias de judocas (CAMPOS, SOUZA, 2008; e SOUZA et al, 2015) e análises de percepção da filosofia do Judô (SAITO, 2005 e 2006) não demonstram sofrer conflitos com as padronizações técnicas e de regulamentos propostos pela Federação Internacional de Judô (FIJ) ou Kododan.

As lembranças dos judocas entrevistados apontam que o norteamento dos treinamentos dessa luta era pautado no modelo tradicional japonês, embora a progressão de faixas buscava referência no desempenho competitivo (modelo de competição moderna). A mudança na condição dos entrevistados, de *kohais* para *senseis*, marca a transição na forma como o Judô era fomentado. Castilho (2018), por exemplo, busca romper com o tradicionalismo dos treinamentos ao iniciar a sua formação em Educação Física, o que o direcionou para o uso do conhecimento científico-acadêmico nessa modalidade. Os demais judocas se aproximam dos cursos superiores que contribuem para a docência do Judô, após a década de 1970, impulsionados pelas novas exigências sócio-históricas impostas à modalidade.

4.4 O (re)inventar o Judô para si e na cidade de Maringá: as conquistas da faixa-preta e o tornar-se *sensei*

No ano de 1883, Kano *sama* decide instituir a primeira divisão por graduação no Judô, criando dois grupos de praticantes: os *yudanshas*⁸⁸ (grupo dos graduados) e os *mudanshas*⁸⁹ (grupo dos sem graduação)⁹⁰. Os dois primeiros graduados foram Tsunejiro

⁸⁸ Palavra usada no Judô que significa grupo de graduados.

⁸⁹ Palavra usada no Judô que significa grupo sem graduação.

⁹⁰ Curiosamente, os judocas não foram condecorados com a faixa-preta, pois o primeiro sistema de diferenciação por cores nas faixas (*obi*) foi instituído apenas em 1889, no Kodokan. Antes disso, todos usavam faixa branca. Depois da implementação desse sistema, os judocas eram divididos apenas em faixas-pretas e brancas (LOWRY, 2006).

Tomita e Shiro Saigo, sendo concedido a eles o *menkyo*⁹¹ (LOWRY, 2006). Atualmente, a graduação de *shodan* (1° *Dan* na faixa-preta) é um condicionante para o judoca lecionar treinos de Judô, permitindo a ele promover os *kohais* até o 3° *kyu* (faixa verde). O *nidan* (2° *Dan* da faixa-preta) oportuniza ao *sensei* promover os seus *kohais* até o 1° *kyu* (faixa marrom). Para ser responsável pelo centro de treinamento carece-se do *sandan* (3° *Dan* na faixa-preta) (CBJ, 2018)⁹².

A consolidação do Judô maringaense ocorre de acordo com circunstâncias históricas da cidade e em conjunto com as decisões dos primeiros judocas em assumirem-se *senseis*, condição que proporcionou o acesso a essa luta a outros cidadãos de Maringá. Assim, como a introdução dessa luta em Maringá não dependeu única e exclusivamente de um personagem ou fator, a sua consolidação é considerada um constructo coletivo de personagens condicionado às relações socioeconômicas do município. Assim, tanto o critério de conquistar a faixa-preta pelo município quanto o de assumir-se *sensei*, na cidade são aspectos importantes para a consolidação da luta.

O processo de consolidação do Judô no município inicia-se, de acordo com as investigações, com Osvaldo Yoshio Umeda no momento de conquista da faixa-preta, em 1971, pela SOCEMA e tutelado por Takeshi Saguti⁹³. A continuidade desse processo deu-se com Wellington Coelho de Castilho, que declara ter adquirido a faixa-preta em 1973, pelo Clube Olímpico, com o professor Antonio Campos de Andrade. Jorge Luis Meneguelli “Ploc” é condecorado com a faixa-preta em 1978, e Walter Kazunori Babata e Roberto Nagahama alcançam o *status* de *yudanshas*⁹⁴ em 1979.

A conquista do *shodan* não implica na efetivação do Judô maringaense, mas proporciona a condição desse judoca ministrar aulas da modalidade. Por isso, nas entrevistas, buscou-se compreender como é memorada essa conquista pelos *senseis* e como começaram a ministrar aulas de Judô no município. Na entrevista de Roberto

⁹¹ Palavra japonesa que significa licença ou autorização para lecionar artes marciais e conhecer os golpes secretos.

⁹² Atualmente, encontram-se em trâmite na Câmara de Deputados os Projetos de Lei que buscam regulamentar a profissão de instrutores de Artes Marciais e de professores de Judô (PL 6.933/2010, de Luciana Genro; PL 7.813/2010, de Walter Feldman; PL 7.890/2010, de Roberto Santiago; PL 1.127/2011, de Chico Alencar; PL 3.280/2012, de Rogério Peninha Mendonça) e o Projeto de Lei que objetiva criar Conselhos Federais e Regionais de profissionais de Artes Marciais (PL 2.889 (2008), de Marcelo Itagiba). Os textos dos Projetos de Lei defendem, de uma forma geral, a profissionalização de instrutores e professores de lutas e artes marciais, instituindo a exigência da faixa-preta ou graduação similar. Competem às organizações estaduais ou federal da respectiva luta conceder a titulação necessária ao profissional.

⁹³ Osvaldo Umeda e o Mário Yamamoto foram os dois primeiros judocas de Maringá a conquistar o *shodan* pelo município. O *sensei* Saguti conquistou sua faixa-preta no Estado de São Paulo em 1956.

⁹⁴ Palavra usada no Judô que significa grupo de graduados. Os judocas que pertencem a esse grupo são os faixas-pretas do 1° ao 5° *Dan*.

Nagahama, sua resposta sobre a conquista da faixa-preta foi antecipada enquanto versava sobre sua trajetória como árbitro. Inicialmente, foi perguntado a Nagahama (2017) se era exigida a participação em arbitragens para graduar-se *yudansha*.

[Se ser árbitro fazia parte da] preparação do faixa-preta?

Não, isso foi bem mais tarde, porque eu peguei a minha faixa-preta com 19 anos. Na época, era muito mais difícil. Em 79, eu peguei a minha faixa-preta, com 19 anos.

Aí, o dia em que eu tirei a minha faixa-preta, eu falei para o meu pai: “Pai, está aqui. Esse era o meu sonho e então daqui para frente, eu tenho que fazer com que todo esse meu sacrifício se transforme em benefício às pessoas. Dessa minha aprendizagem, que eu consiga transmitir alguma coisa, para que essas pessoas sejam diferentes na sociedade”. (Adendo entre colchetes nosso)

Ploc (2017) memora seu primeiro exame de faixas-pretas em 1977 e descreve como foi a sua aprovação no exame do ano seguinte:

Em 1977, eu fiz [o meu primeiro] exame para a faixa-preta na cidade Cruzeiro do Oeste. [Tinha] 31 candidatos e só passou um, que foi o Pacheco de Curitiba.

[Na época] você fazia *randori*, e eu lutei cinco vezes que eu lembro. No *shiai*, eu passei, aliás, no *shiai*, acho que a maioria ali passou. Agora, na parte [de avaliação] prática, naquele tempo, só tinham três ou quatro na comissão de grau; eram o Suzuki⁹⁵, o Okano⁹⁶ e não lembro quem era o outro, mas lembro que tinham mais dois, que eram da federação da época. E, em 1978, passei no exame de faixa-preta primeiro grau. (Adendo entre colchetes nosso)

Babata (2017) detalha como ocorriam as graduações para *shodan* e corrobora com a descrição de Ploc, informando a necessidade de vencer a maioria das lutas disputadas em um sistema competitivo para avançar para a próxima etapa:

Quando eu fui fazer o exame para a faixa-preta, a gente tinha que lutar com cinco atletas; tínhamos que ganhar três do pessoal que estava

⁹⁵ O *sensei* Suzuki, atualmente, é um dos judocas com a maior graduação no Paraná; está no penúltimo grau do Judô, 9° *Dan* (faixa vermelha), e é um dos fundadores da Federação Paranaense de Judô (FPRJ). Ele é apontado como um dos grandes personagens históricos do Judô brasileiro pela sua contribuição na disseminação dessa luta no estado e pelas suas conquistas dentro e fora do *tatame* (VIRGÍLIO, 2002). Liogi Suzuki nasceu na cidade de Lins (SP), no ano de 1943, e atualmente reside em Londrina (PR).

⁹⁶ O *sensei* Okano, juntamente com Suzuki, é um dos judocas com maior graduação no Paraná; está no penúltimo grau do Judô, 9° *Dan* (faixa vermelha). É membro da comissão de grau da CBJ e coordenador de *kata* da FPRJ. Ele é mestre em Educação Física pela Universidade de Tenri, no Japão, e professor aposentado pela Universidade Estadual de Londrina (CBJ, 2015). Yoshihiro Okano nasceu em Cambé (PR), antigo distrito Nova Dantzig. Iniciou o Judô em 1955 e nasceu no ano de 1938. Atualmente, ele reside em Londrina (PR).

fazendo exame de faixa. Ali, escolhia um grupo mais ou menos [pela estrutura física do sujeito]; não era dividido por peso certinho. Os mais leves e médios aqui e os pesados lá, e entre eles lutavam. Você tinha que ganhar de três e se não ganhasse, já reprovava ali, já não ia fazer o *kata*. O primeiro era a luta. E aí ganhava, ficava entre os três, você ía. (Adendo entre colchetes nosso)

Umeda (2018) recorda que fazer o exame para *yudansha* foi uma surpresa. Ele ficou emocionado ao lembrar que, mesmo desacreditado, concorreu na avaliação para faixa-preta, mas voltou condecorado com o *shodan*.

Na minha vida, tudo aconteceu assim: eu não coloquei um objetivo, mas eu sempre fui trabalhando... e as coisas foram acontecendo, vamos dizer assim, como se fosse com objetivo. Eu sempre gostei de Judô... Nunca planejei ser faixa-preta, mas veio também de forma surpreendente, né? Porque eu era faixa-roxa e o *sensei* Saguti perguntou para mim se eu queria fazer exame de faixa-preta. Mas eu perguntei novamente: “eu posso?”. Por ser faixa-roxa, eu não tinha direito ao exame de faixa-preta. Ele respondeu também assim: “eu não estou perguntando se você pode, perguntei se você quer fazer exame de faixa-preta”. Falei, humildemente, mas falei: “eu quero”. Eu respondi bem humilde, porque eu não sabia que poderia acontecer uma situação dessas. Eu pulei praticamente a faixa-marrom.

[Foi o] professor Saguti que me deu a oportunidade de participar de um exame de faixa [preta], isso já com a Federação, né? Com cobrança da parte teórica, tudo certinho, já; isso em dezembro de 71.

Nós fomos em quatro e voltamos em dois faixas-pretas, eu e o Mário Yamamoto. E sabe o que ele falou no retorno do exame? Ele falou: “você foi o único que eu não acreditava que ia passar”. Porque na época era assim: além do currículo que eles analisavam, via-se o número de candidatos e era separado mais ou menos por peso – não era balança não – era mais ou menos [por estrutura ou porte físico]. E falavam: “vocês vão competir e vai ter um número X que vai passar na parte prática”. Eu era o menor de todos daquela turma. Por isso ele acreditou nisso. E ele disse: “eu não acreditava que você ia passar. É o único do grupo que eu achei que não ia passar”. Então, para mim, foi uma honra. (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018) lembra do sistema de bancas aos quais os judocas eram submetidos para conseguir o 1º *Dan* e critica o sistema utilizado na época, comparando o sistema avaliativo a um *reality show*. Ele afirma ter sido reprovado algumas vezes por motivos não muito claros, o que dificultava a prosperidade como judoca. Essa situação o desmotivou e o levou a cogitar sobre a desistência da almejada faixa-preta:

Esse tipo [de exame] que você tem uma seleção de jogar oito faixas-marrons, está na mesma condição de disputar a faixa que você quer, de você fazer um *nague-no-kata* ou *katame-no-kata*. Aquela banca não

aguenta ver tantas pessoas fazerem a mesma coisa; não é um *reality show*, não é um *The Voice*. Se fosse, até estariam bem confortáveis, não é? Então, isso é de uma ignorância, na minha opinião, tamanha que não prospera mais o Judô por causa desses fatores. Então, era complicado, não sei se essa idiotice perdura até hoje.

M1: E você conseguiu a faixa-preta no primeiro exame que você fez?

Não, no terceiro ou na quarta vez. Já estava desistindo. Várias vezes o professor levou a faixa-preta na mala e voltou com ela na mala. Minha família perguntava: “e aí? Foi bem?” [e eu respondia]: “fui, mas não consegui”. Então, era essa mentalidade. (Adendo entre colchetes nosso)

Saguti (2018), apesar de não ter conquistado a faixa-preta pelo Estado do Paraná, descreve a maneira como ocorriam os exames em São Paulo. Na época da sua promoção eram cobradas técnicas de *kappô*⁹⁷ e os *shime-waza* (técnicas de estrangulamento) de forma extrema:

Bom, o exame de faixa-preta, da nossa época, por exemplo, a faixa já vem amarelo, verde, brilhante, chega no marrom, depois vai prestar exame de faixa-preta. Onde eu estudei, se tiver 20 candidatos, a primeira parte era a luta de um contra todos; 19 vezes precisava lutar, 50% precisava ganhar. E depois tinha a prática e a teoria. Teoria, naqueles tempos, era até estrangulamento; precisava fazer a pessoa desmaiar e fazer acordar.

Entrevistador: Que tinha o procedimento de recuperação?

Sim, recuperação. Até isso, nessa época, se ensinava. Então, o professor Mei já falava: “principalmente aqui, a cor da pessoa vai mudando”. Então, eles já sabem. Por exemplo, exame não vai fazer até a pessoa desmaiar mesmo, mas já dá sinal para parar. E como é que faz para fazer ele acordar, agora, esse negócio de *nague-no-kata*, eu tive também.

Esse processo de conquista do *shodan* foi relatado com orgulho ou emoção pelos *senseis* entrevistados, evidenciando a importância da conquista dessa graduação para um judoca⁹⁸. As lembranças de como ocorria a avaliação foram descritas como sendo em etapas. Na primeira etapa, os judocas eram divididos em grupos de acordo com a estrutura física. O peso corporal era considerado nessa avaliação, todavia ela não ocorria por medição em balança ou por outro sistema padronizado, mas de acordo com a percepção visual da comissão de avaliadores do peso do atleta. Após essa divisão, os aspirantes a *yudanshas* realizavam lutas entre si em um sistema competitivo, semelhante aos *shiais*.

⁹⁷ Kappô é um conjunto de técnicas para reanimação e recuperação do judoca em acidentes que podem acontecer durante os treinos ou competições. São aplicáveis quando os atletas perdem a consciência por estrangulamentos, pancadas na cabeça ou deslocamento de alguma articulação corporal.

⁹⁸ A conquista da faixa-preta por Léa Linhares, no Rio Grande do Sul, é destacada por Pimentel e Goellner (2017) como uma grande dificuldade, por ser mulher, sofrendo com a interposição de diversos obstáculos para essa titulação. Léa memora que tornar-se *shodan* propiciava melhores condições para mulheres no Judô e proporcionava o seu reconhecimento como uma judoca (PIMENTEL, GOELLNER, 2017).

Aqueles que vencessem a quantidade de lutas determinadas previamente pela comissão passavam para a prova prática. Na segunda etapa, o quesito era a apresentação dos *katas* exigidos para o grau.

A conquista do 1º *Dan* possibilitou aos judocas tornarem-se *senseis* de Judô, gerenciar as promoções de graus de seus alunos e reger suas próprias aulas. O processo de tomar aulas de Judô como uma atividade profissional ou ocupacional foi oriundo dessa nova condição. As memórias dos *senseis* retomam situações motivadoras e oportunidades existentes no período, assumindo para si a construção do Judô em Maringá. Para Nagahama (2017), a sua docência como professor de Judô começa sem um planejamento; surge a partir do seu envolvimento e interesse constante com a modalidade:

Eu comecei a AMCF em 1977. Nós locamos – eu e o *sensei* Umeda – a academia dele – [do *sensei* Castro] – para treinar terça, quinta e sábado. Só que os alunos dele começaram a vir para o nosso, porque o nosso Judô era um Judô mais tradicional, tipo amarrar a faixa certa, não ficar andando descalço fora do *tatame*, umas coisas diferentes. E isso foi de 1975 para frente. Em 1977, eu comecei, por brincadeira, a dar aula de Judô. Dar aula não; brincar com meus amigos. O *sensei* Umeda, que nos treinava terça, quinta e sábado lá, veio ajudar a gente também. Aí eu falei para o *sensei* Castro: “olha, estamos abrindo um espaço” e ele: “não, vocês têm que ir mesmo” e deu o maior incentivo. Eu me lembro muito bem. Ele perguntou: “e para competir, como é que vocês vão fazer?”. E nós dissemos: “para competir, a gente compete pelo senhor”. E assim foi, mas em 1979, ele morreu e eu assumi o Ginásio Maringaense de Cultura Física. O *sensei* Umeda ia arrendar, praticamente, a academia, mas ele não tinha como ficar o tempo todo lá. Aí eu peguei um monte de maquinários do meu pai – cilindros, macieira e tal – e troquei com a viúva [do Castro]. Então, todos os equipamentos do Ginásio Maringaense vieram para mim; só equipamento de musculação, porque o *tatame* era de borracha. Não, o dele era de pó de serra e palha de arroz. Eu só sei que ele morreu em 1979 e, em 1980, eu estava com os equipamentos dele no meu espaço. E eu não tinha a formação acadêmica; eu só tinha a prática do que eu tinha treinado e aplicava. Bom, não morreu ninguém [e] ninguém reclamou até hoje. (Adendo entre colchetes nosso)

Ploc (2017) recebeu a tutela das aulas de seu *sensei* – Antonio Campos de Andrade – que, sem explicar o motivo exato, abandonou os *tatames* de Judô:

[O Antonio Campos de Andrade] foi, nos anos 1970, até 1975 ou 1976. E depois, ele fechou. Tinha uma equipe muito forte. Mas, em 1975 para 1976, ele fechou. Ele disse que não dava mais. Eu não sei qual foi a questão [ou motivo real], mas fui para o SESC (Serviço Social do Comércio) e fiquei um ano. Ele me deu um espaçozinho, ele me deu uns *tatames*, e eu fiquei no SESC mesmo e, em 1978, eu fui efetivado como professor [contratado].

Nos anos do SESC, em 1976 para 1977, era uma equipe fraca. Na década de 1980 e na década de 1990, aí começamos a “explodir”. Aí, meu filho, começou a vir com aquela turma lá: o Duartão, o Jean, tantos outros que tiveram destaque.

Alguns alunos foram comigo pro SESC, que foi aonde a história continuou até no ano 2000 [quando eu] saí do SESC. Me aposentei em 2016, mas eu trabalhei 20 e poucos anos no SESC. (Adendo entre colchetes nosso)

Babata (2017), no período entre 1975 e 1979, começa seus estudos para graduar-se em Engenharia Civil, deixando os treinamentos de Judô em Maringá por dois anos⁹⁹. Quando ele decide dedicar-se à docência no Judô, já estava terminando o seu primeiro curso superior, aproximadamente, em 1985:

No ano de 1985, [mais ou menos] por aí, que eu abri uma academia. Era ali na Praça do Expedicionário, onde é a Woods hoje. E dali mudei e passei pro meu primo, que até hoje é a Hobby Sport.

Na década de 1990, em 1993, que eu comecei [a ministrar] aulas em Campo Mourão. O professor de lá estava parando e o SESC tinha recém-inaugurado. Eles queriam colocar o Judô. Foi quando o diretor encontrou com o Ploc na praia [e disse]: “estou começando o Judô lá” e o Ploc comentou comigo e foi comigo pra Campo Mourão [para] vermos isso lá. Então o Ploc falou: “eu não vou vir aqui pegar duas vezes por semana [o treino] lá”. Eu falei: “então eu vou encarar”. Nessa época, eu tinha passado a academia que eu tinha para o meu primo, para o Celso [Ogawa]. Já faz 23 ou 24 anos que eu estou lá. (Adendo entre colchetes nosso)

Para Umeda (2018), o seu início como *sensei* foi tão inesperado quanto o direito de concorrer à faixa-preta. A tutela dos treinos foi passada do Saguti para ele. Após o encerramento do departamento de Judô, da SOCEMA, ele assume os treinos guiados pelo desejo de não parar o Judô:

Eu comecei com 19 anos. Eu fui obrigado a assumir a turma. Eu tirei faixa-preta e, praticamente no ano seguinte, o professor Sagutti falou: “estou parando e você vai ter que assumir”. Isso, com 19 anos. Eu não tinha conhecimento pedagógico necessário para [isso]. Não tinha conhecimento. Basicamente foi a repetição de tudo que eu aprendi: aquecimento calistênico, os *ukemis* sentados, deitados e em pé. Eu vejo que ainda [hoje] segue esse padrão. Depois [eu passava] o *uchikomi* e depois o *randori*, que eu fazia na finalização.

⁹⁹ Essa trajetória é explicada por Babata (2017) brevemente: “Depois de eu treinar na SOCEMA e fechar, fomos para o Country Clube. Ficamos dois anos [1974 e 1975] no Country e depois acabou. O clube e a diretoria resolveram que não iriam mais ter o Judô e nós fomos treinar como o Castro. Depois é que eu fiquei dois anos em São Paulo, em 1976 e 1977, mas como faixa-marrom e treinei lá um pouquinho, uns seis meses. Então eu voltei para cá fazer cursinho e faculdade [de Engenharia]” (adendo entre colchetes nosso).

Essa foi a segunda fase do Judô – depois de 1973, mais ou menos – e aonde estruturou basicamente e que teve uma evolução do que é hoje. Basicamente se tornou tudo academia. Seria o aspecto comercial, que talvez nos tenha obrigado a estruturar melhor.

Entrevistador: Foi esse o período que saiu do início, do Judô colonial? Antes era uma metodologia que eles – [os antigos *senseis* da cidade] – tinham conhecimento de como era o Judô do Japão. Nosso grupo surgiu, ou iniciou na parte Judô comercial. Começou eu, como faixa-preta, que se responsabilizou [pelos treinos], tinha o Mário Yamamoto, faixa-preta também, que [ficou] comigo [como] faixa-preta, e ficou no grupo Roberto Nagahama. Basicamente éramos nós três que estávamos gerenciando nessa [fase]... Sempre eram poucas pessoas [nesse começo]: cinco ou oito [judocas] mais ou menos. (Adendo entre colchetes nosso)

Castilho (2018) busca na faculdade de Educação Física uma formação para desenvolver uma carreira profissional. Entretanto, diferente dos demais *senseis*, escolheu dedicar-se à docência de Judô no curso superior na UEM:

E aí fui treinando, superando, crescendo, aprendendo. E aí houve uma ruptura muito forte quando... não ruptura, mas um conflito muito forte, quando eu entrei na faculdade de Educação Física e comecei realmente estudar anatomia, fisiologia, e esforço, e comprar livros de Judô.

Eu, apaixonado por buscar as coisas, e fui estudando, e um dia, chegou o momento de questionar o mestre, o que é muito difícil, [pois] como é que um faixa-laranja, faixa-roxa, marrom, chega e diz: “professor, esses exercícios, eles não podem ser dessa forma”, [e ele afirmou]: “mas como? O professor aqui sou eu”. [E eu falei]: “eu sei disso, mas o professor estudou o que está fazendo aonde?” [A resposta dele foi a seguinte]: “não, mas isso eu aprendi”. [Então eu arrematei]: “pois é, professor, têm autores mais modernos que dizem que essas articulações têm amplitudes goniométricas suportáveis; nós temos propriocepção nas articulações que permitem amplitudes de movimento professor”. E aquilo foi um silêncio complicado, complicado... No mínimo complicado; eu pensei que eu não voltaria mais para a academia.

E nisso, fui avançando, e fui questionando. Eu fui progredindo dentro do curso de Educação Física que foi me dando toda a parte didática, pedagógica, técnica, científica; tanto é que segui carreira acadêmica, fiz especializações, fiz mestrado, fiz doutorado e o pós-doc. (Adendo entre colchetes nosso)

Saguti (2018) menciona que treinou no Estado de São Paulo na academia de Ryuzo Ogawa. Após esse período, mudou-se para Londrina em 1966 e treinou na cidade até 1967, quando recebeu uma proposta do Presidente da Federação Paranaense de Judô para contribuir com o Judô maringense:

Lá em São Paulo, nós estávamos na Academia Ogawa; daí que tinham uns que treinavam juntos. Ele era dentista lá em Londrina. Aí eu, que vim

para cá de serviço; dei aula para cá e conheci. Aí, enfim, esse de Londrina me que chamou para divulgar Judô no Paraná, e que ele foi Presidente da Federação.

Entrevistador: É o Liogi Suzuki?

Antes dele. O Liogi Suzuki ainda era moleque. Antes do Liogi tinha o Dr. Jaime Koamoto. Ele que era o Presidente da Federação, fundou a Federação de Judô e tudo; e daí que eles chamaram. Aí eu fiquei em Londrina. Lá eu estava dando só aula de Judô. Isso foi em 1967, por aí. Fiquei uns dois anos.

O período de passagem da tutoria das aulas dos *senseis* pioneiros para os novos *senseis*, na década de 1970, apresenta-se como um momento tenso e de adaptação difícil para os novatos. Os entrevistados memoram as dificuldades iniciais, os conflitos e as carências em ministrar os treinos. Nagahama e Umeda destacam que a dificuldade inicial foi a ausência de conhecimento pedagógico no trato das aulas de Judô. Ploc avalia como difícil o seu começo como *sensei* por ser ainda muito jovem e por ter uma turma competitivamente fraca. Castilho ingressou no curso de Educação Física em 1973 e o concluiu em 1976¹⁰⁰. Direcionou-se para a carreira acadêmica, iniciando como *sensei* dessa luta em 1982, na UEM, mediante a aprovação em concurso público¹⁰¹. Babata, durante a década de 1970, seguiu os treinamentos na condição de atleta, buscou, no entanto, formar-se primeiro em Engenharia Civil. A regência das aulas de Judô teve início apenas no ano de 1985 e não manifestou tensões ou dificuldades em adaptar-se à docência. Buscou, todavia, a formação em Educação Física no Unicesumar, no ano de 2002.

Esse processo de passagem da condição de *kohai* para *sensei* e a necessidade de superar dificuldades e desafios para manter a cultura do Judô em Maringá ocasionam, conseqüentemente, a própria consolidação do Judô no município. Castilho (2018) compartilha uma lembrança sua com o seu professor, ao recordar o receio dos *senseis* de Maringá em ter judocas tornando-se professores:

Eles deixavam nas entrelinhas, porque havia um certo medo – eu não sei de onde – de o aluno superar o mestre.

Entrevistador: Mas essa relação, era o medo de eles perderem o espaço? Do aluno se tornar um professor e abrir academia! Era tudo velado, mas havia, tanto é que estávamos sempre cuidados, sempre vigiados, se estavam treinando em outra academia ou não. A notícia corria [pois]

¹⁰⁰ Dados extraídos do Currículo Lattes de Wellington Coelho de Castilho, atualizado em 26 de março de 2009.

¹⁰¹ Bracht (2003) afirma que, no Brasil, na década de 1970, forjou-se um “novo” agente social, qual seja, o intelectual da Educação Física. Esse agente social reivindica a teorização científica do fenômeno desportivo ou assuntos pertinentes à Educação Física.

Maringá [era] pequena. Então, a primeira vez que souberam que eu fui [treinar] em outra academia, professor foi lá, me chamou a atenção [e falou]: “porque isso não; desonra o mestre” e essa coisa toda. Então, isso existiu. (Adendo entre colchetes nosso)

Esse controle, ou inibição, não foi necessariamente percebido ou vivenciado por todos os judocas entrevistados na pesquisa. Drigo (2007, p. 227) denuncia a subordinação do *kohai* pelo *sensei* como uma problemática interna da modalidade:

No âmbito dos documentos, foi evidenciada a figura do mestre enquanto responsável não só pela educação como pela tutoria do aprendiz perante o judô, onde qualquer atividade dentro de sua formação deverá, em primeira instância, ser pela permissão por escrito de seu “superior”.

O *sensei* Castilho, por ser integrante da primeira turma de Educação Física da UEM e ter se dedicado a aprender os conhecimentos de anatomia, de fisiologia e de biomecânica, questiona métodos e propostas de treinamento de seu professor. As críticas e indagações de Castilho apontam para a necessidade de se constituir um treinamento de Judô fundamentado em conhecimentos científicos. Os judocas Osvaldo Umeda e Roberto Nagahama, da “matriz judoística” da SOCEMA, dos *senseis* Maeda e Saguti, deparam-se com uma problemática diferente: a impossibilidade de continuar a realizar os treinos nas dependências da antiga associação nipo-brasileira. Eles foram obrigados a buscar outro espaço para montar o seu *dojo* depois de 1971. Umeda (2018) relata que esse período ocorreu da seguinte forma:

A SOCEMA passou por várias mudanças. Depois de um ou dois anos, mais ou menos, a SOCEMA precisou do salão [que usávamos para treino]. Então, esse grupo teve que sair da SOCEMA e alugou outro salão através da colônia [SOCEMA] e veio para Avenida Mauá, perto de onde era o Shopping Avenida Center, onde existe a Unifamma. Tinha um salão lá, pertencente a esse grupo, que era de família japonesa, da Família Ueda. Eles cediam para a gente; alugamos a um preço bem baixo e irrisório, para esse grupo [de Judô] que deu continuidade lá. Depois teve que sair de lá. Foi para a Avenida Mauá, perto do [Depósito de Bebidas] Virgínia, pra lá na [Avenida] Pedro Taques. Depois de lá teve que mudar de novo. Foi para Pedro Taques, esquina com a Marechal Deodoro, que era onde existia a Bratac, que mexia com o bicho da seda. Depois fechou lá, [mas] não sei dizer a data. (Adendo entre colchetes nossos)

Os judocas da SOCEMA¹⁰² conseguiram, com o apoio de membros da associação, alugar estabelecimentos para a continuidade dos treinamentos da modalidade, aproximadamente entre os anos 1971 a 1973. Saguti (2018) memora esse apoio da seguinte maneira:

A diretoria da ACEMA não interessou mais em negócio de academia e fechou. Aí, se a gente quisesse continuar, precisava pagar aluguel porque quem era sócio da ACEMA não pagava. Era um treinamento que seria de um departamento do clube. Então, não compensava [para eles]. Aí que fechou. (Adendo entre colchetes nosso)

No período de instabilidade quanto à fixação dos treinos em um espaço único, houve dificuldade em expandi-los para a população maringaense, visto que tinha aproximadamente uma quantidade de cinco a oito judocas nos treinamentos da “matriz judoística” na SOCEMA. O cessar dessa colaboração financeira da ACEMA/SOCEMA a esses judocas levou-os a deslocar o seu *dojo* para outro clube social, o Country Clube, durante os anos de 1974 e 1975. Os treinos da “matriz judoística” do Clube Olímpico, no período de 1971 a 1975, foram ministrados pelo *sensei* Andrade. Após anunciar seu afastamento dos treinos, ele direcionou a regência das aulas para Meneguelli “Ploc”. A iniciação de Ploc como *sensei* ocorre no ano de 1976, em um novo local, no Serviço Social do Comércio (SESC). Ele contou com a colaboração do seu antigo mestre Andrade, que cedeu os *tatames* e um espaço. Os treinos de Ploc nesse estabelecimento duraram até o ano 2000, formando diversos judocas com competência competitiva equiparada a outros judocas em âmbito nacional.

A continuidade dos treinos do *sensei* Umeda, depois do Country, foi abrigada pelo *sensei* Castro, no Ginásio Maringaense de Cultura Física (GMCF), em dias e horários diferentes de suas turmas¹⁰³. O *sensei* Nagahama, tutelado por Osvaldo Umeda, manteve-se treinando durante o período de 1971 a 1977. Ele relata os momentos de mudanças de imóveis, onde ocorriam os treinos:

¹⁰² Destaca-se, novamente, que a SOCEMA – na época também chamada de Maringá Nihonjinkai (Associação Japonesa Maringá) – foi fundada por Jinroku Kubota, Yoshio Hayashi, Massaiti Hiromori, Shigueo Arai e Kyoze Ando, em 1947, congregando 65 famílias. Em dezembro de 1972, ocorreu a fusão de duas entidades: a dos pioneiros japoneses e a dos jovens nipo-brasileiros, com a proposta de um novo nome (Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA).

¹⁰³ Conforme as memórias de Nagahama (2018), os treinos do *sensei* Castro ocorriam semanalmente às segundas, quartas e sextas; os treinos dos antigos membros da SOCEMA aconteciam às terças, quintas e sábados, no período da noite.

Esse departamento de Judô da SOCEMA existiu até 1973, tá? De 73 para frente, acabou o departamento de Judô. O Judô saiu da sede da SOCEMA. Aí começou a peregrinação de locação de imóvel e tal. Nós mudamos pra [Avenida] Bento Munhoz, quando nós mudamos a primeira vez. Depois nós fomos pra Marechal Deodoro; depois nós fomos para Avenida Mauá. Aí na Mauá acabou (sic).

Nesse período [após o encerramento dos treinos no Country Club], nós já não tínhamos mais um local para treinar e nós fomos para o Ginásio Maringaense de Cultura Física – GMCF. E depois eu adquiri essa marca e, ao invés de Ginásio, coloquei Associação. De 77 para cá, nasceu a AMCF. (Adendo entre colchetes nosso)

Apesar desse relato, notam-se algumas dissonâncias com as lembranças de Umeda. Os locais são geograficamente próximos e, sendo um período de diversas realocações do *dojô*, pode haver confusões quanto às ocupações espaciais. Como não houve destaque específico de cada local em que se alojaram nesse período, entende-se que o importante desse momento não foi a localização ou o estabelecimento, mas o processo de migração de um estabelecimento para outro.

O início de Nagahama como *sensei* de Judô em Maringá ocorreu no ano de 1977, quando, por recreação, assumiu uma turma e ministrou uma aula. Após essa experiência, Nagahama conversou com Castro sobre sua decisão em efetivar-se como *sensei*, o qual o apoiou moralmente para tornar-se *sensei*. Com o falecimento de Aldenor de Souza Castro, em 28 de outubro de 1979¹⁰⁴, Roberto Nagahama adquiriu os equipamentos de musculação e a marca da academia do finado *sensei*. Com a aquisição da marca GMCF, ele altera o nome para Associação Maringaense de Cultura Física, sendo o proprietário da empresa até hoje.

Umeda (2018), em seu depoimento para o presente estudo, analisa o fenômeno histórico de transferência do Judô das associações culturais e clubes recreativos para a estruturação em academias e em instituições privadas como um marco referencial histórico do passado do Judô maringaense. Ele caracteriza essa mudança como uma passagem de um modelo de Judô “colonial” para um modelo “comercial”, modificando as relações organizacionais e o gerenciamento dos centros de treinamentos. A diferenciação, apresentada por Umeda, entre esses modelos é que o primeiro, Judô “colonial”, busca valorizar a ancestralidade japonesa, os métodos de treinos instituídos pelo Kodokan e a filosofia de vida de Kano *sama*. O comercial é caracterizado pela necessidade de estabelecer-se em um seguimento privado do terceiro setor (comércio e

¹⁰⁴ Folha Norte do Paraná (1979) e Nagahama (2017).

prestação de serviço) e possuir uma estrutura administrativo-burocrática para organizar o centro de treinamento. Essa mudança, de um modelo de Judô a outro, ocorre em um período histórico para a economia paranaense, aumento da demografia da região urbana do Norte Pioneiro e do Norte Novo.

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, apresentados pela Prefeitura de Maringá (2010b), a cidade possuía, no primeiro censo de 1950, uma população urbana de 7.270 habitantes e uma população rural de 31.318 habitantes. No início da década de 1960, a população urbana aumentou expressivamente para 47.592 habitantes e a rural, para 56.539 habitantes. Na década de 1970, novamente ocorreu expressivo crescimento da população urbana para 100.100 habitantes. Já a população rural decresceu significativamente para 21.274 habitantes. No início da década de 1980, a população urbana subiu para 160.689 habitantes e a população rural decresceu¹⁰⁵ novamente, ficando em 7.550 habitantes. A Taxa de Urbanização de 1980 é anunciada como 95,51% do total de habitantes, mantendo-se, proporcional e aproximadamente, no mesmo nível percentual contemporâneo.

Quadro 1 – População Total, Urbana e Rural de Maringá, no período entre 1950 e 2009

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa de Urbanização % (Pop. Urb/Pop. Tot.)
1950	38.588	7.270	31.318	18,84
1960	104.131	47.592	56.539	45,70
1970	121.374	100.100	21.274	82,47
1980	168.239	160.689	7.550	95,51
1991	240.292	234.079	6.213	97,41
1996	267.942	260.955	6.987	97,39
2000	288.653	283.978	4.675	98,38
2009	335.511	330.836	4.675	98,61

Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá/IBGE (2000).

Um marco histórico para a economia de Maringá, na década de 1970, foi a Geada Negra, que modificou permanentemente a paisagem agrícola da região. Esse fato histórico ocorreu em 18 de julho de 1975, assolando os cafeicultores do Paraná, especialmente os da região do Norte Pioneiro, do Norte Novo e do Norte Novíssimo. Ela é recordada atualmente pelos meios de comunicação de mídia como um momento

¹⁰⁵ Moreira e Laverdi (2016), Kohlhepp (2014) e Fujicava (2013) apontam a industrialização e modernização no campo, bem como o crescimento do investimento imobiliário na cidade, facilitando a moradia na urbe, como os principais fatores para o êxodo rural.

decisivo para as economias desses locais (ANTONELLI, 2015; O DIÁRIO, 2012; e PANOBIANCO, 2010). Conforme Oliveira e Arrua (2016), a memória construída em torno desse desastre socioambiental escamoteia conflitos sociais daquela década, como a diminuição das pequenas propriedades agrícolas e da agricultura familiar, o aumento do êxodo rural e o predomínio econômico e agrícola de latifúndios que passaram a desenvolver a monocultura de soja, trigo e milho.

A economia maringaense foi planejada, na década de 1930 e 1940, para possuir uma cultura agrícola voltada para o setor cafeeiro. A cultura cafeeira, implantada nas décadas de 1940 e 1950, proporcionou o surgimento de outras culturas agrícolas temporárias, como arroz, milho e feijão, sendo a principal economia para a ocupação territorial da região. Houve a valorização das terras e terrenos urbanos no Norte do Paraná e a explosão demográfica no Norte Pioneiro e no Norte Novo (LUZ, 1997 e KOHLHEPP, 2014). Em relação ao período cafeeiro das décadas de 1950 e 1960, Luz (1997, p. 122-123) informa:

A riqueza produzida por este produto dinamizou os diversos setores da vida urbana, como o comércio e a prestação de serviços. Não só os setores diretamente ligados à produção, mas toda a comunidade, se beneficiavam com os lucros auferidos na agricultura [...] A prosperidade de manifestava no número cada vez maior de estabelecimentos comerciais e industriais, além das obras públicas que procuravam acompanhar o dinamismo demonstrado pela iniciativa privada em todos os setores.

Diante desse contexto, migrantes de diversas partes do Brasil e imigrantes de várias nacionalidades deslocaram-se para Maringá em busca de oportunidades e condições de vida melhores (LUZ, 1997). Fujicava (2013) alerta que a Companhia de Terras Norte Paraná (CTNP) foi a fomentadora do projeto de colonização, buscando desmatar a floresta nativa para transformá-la em mercadoria, para criar infraestrutura para o desenvolvimento de núcleos urbanos e expandir a estrutura ferroviária do país. Em suas análises, o autor atenta para a contradição no povoamento dessa região, a qual, desde o início da colonização, demonstrou-se violenta para os antigos moradores (poceiros, caboclos e índios)¹⁰⁶ e lucrativa para o capital internacional, para os latifundiários nacionais e para o empresariado investidor no setor imobiliário. (FUJICAVA, 2013).

¹⁰⁶ São consideradas por Fujicava (2013) como antigos moradores as pessoas que habitavam o local antes de 1947, data da criação de Maringá.

Os lotes de terras agrícolas vendidos pela CTNP foram concentrados principalmente entre os anos de 1940 a 1960, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Número de Lotes de Terras Agrícolas Vendidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná entre 1930 e 1970

Décadas	Nº de propriedades Vendidas	Área Total (alqueires)
1930 – 1940	5.247	36.951
1940 – 1950	16.865	313.727
1950 – 1960	9.819	153.959
1960 – 1970	2.958	19.623
TOTAL	34.889	534.260

Fonte: Organizado por Fujicava (2013), a partir de Tomazi (1989).

Durante o período de 1930 a 1970, os lotes de terras agrícolas foram vendidos prioritariamente para lavradores brasileiros, conforme mostra o Quadro 3:

Quadro 3 – Vendas de Lotes de Terras Agrícolas pela CTNP/CMNP para Brasileiros e Estrangeiros

Ano	Brasileiros		Estrangeiros	
	Lavradores	Outras Profissões	Lavradores	Outras Profissões
1930	6	1	84	2
1931	16	0	99	13
1932	41	7	197	14
1933	145	8	241	9
1934	264	12	481	18
1935	254	9	365	18
1936	411	28	479	25
1937	224	9	359	22
1938	179	16	206	13
1939	181	16	174	5
1940	373	14	199	10
1941	1282	30	453	16
1942	581	56	194	14
1943	1747	66	356	19
1944	2410	133	416	8
1945	694	104	130	9
1946	702	250	174	27
1947	536	245	186	19
1948	1854	438	352	34
1949	969	611	242	93
1950	643	549	91	132
1951	598	415	151	75

1952	744	415	90	55
1953	730	293	78	37
1954	899	416	87	40
1955	880	320	59	33
1956	572	238	32	10
1957	655	145	28	19
1958	392	120	23	9
1959	462	115	30	14
1960	409	100	19	12
1961	282	74	9	2
1962	541	64	20	7
1963	252	41	5	5
1964	589	126	9	7
1965	275	50	8	3
1966	231	23	2	1
1967	63	22	3	0
1968	116	33	2	2
1969	45	9	0	1
1970	21	15	0	0
TOTAL	22268	5636	6133	852

Fonte: Organizado por Tomazi (1989), a partir de dados de Cancián (1977).

Sobre as aquisições de terras por imigrantes, Fujicava (2013, p. 94-96) assevera que:

A pequena propriedade, como conquista do solo e aquisição da propriedade privada da terra por famílias de lavradores, se apresenta como emancipação da condição de submissão ao proprietário da terra, em que o controle sobre o trabalho do colono ou parceiro se efetivava de modo truculento. [...]

A aquisição da terra sugere, portanto, uma possibilidade da reprodução familiar pela superação da condição de sujeição pessoal ao proprietário de terras, não obstante a aquisição da terra não deixará de impor uma rotina de trabalho ainda mais severa ao cotidiano familiar.

A rotina intensa referida pelo autor consiste na obrigatoriedade de o lavrador quitar as prestações do lote adquirido, por meio do seu próprio trabalho na propriedade rural e independente das intempéries climáticas. A aquisição dos lotes possui uma dupla relação: a aquisição da propriedade representa a concretização da mobilidade social das famílias de imigrantes no local e, simultaneamente, a subordinação à necessidade de trabalhar na terra para a reprodução familiar. A colonização de Maringá encontra-se

mediada pelo capital internacional/nacional, legitimada pelos órgãos estatais e pela reprodução social do trabalho na forma capitalista (FUJICAVA, 2013).

Na área urbana, entre 1946 a 1960, o total de lotes disponíveis para a venda era de 11.369, sendo comprados prioritariamente por brasileiros (80,40%), seguidos de japoneses (4,30%), de portugueses (2,20%), de espanhóis (1,80%), de italianos (1,70%) e de alemães (1,00%), conforme demonstra o Quadro 4:

Quadro 4 – Venda de Lotes Urbanos de 1946 a 1960

Nacionalidade	Quantidade de Lotes	Distribuição Porcentual da Venda de Lotes
Brasileiros	6162	80,40%
Japoneses	333	4,30%
Portugueses	169	2,20%
Espanhóis	139	1,80%
Italianos	133	1,70%
Alemães	75	1,00%
Outras Nacionalidades	260	3,40%
Sem Declarações	394	5,10%
TOTAL VENDIDOS	7665	100%
TOTAL DE LOTES	11.369	--

Fonte: Organizado por Rizzo (2018), a partir de Luz (1997).

As aquisições de lotes urbanos pelos *isseis/nisseis* demonstram importante dado sobre o povoamento da cidade e o desenvolvimento do Judô, pois, segundo o Recenseamento Japonês (1964), a região de Maringá, em 1958, possuía mais nipo-brasileiros residindo em zona urbana (60,08%) do que na zona rural (39,02%). No período de 1948 a 1953, Luz (1997) afirma haver aumento contínuo das construções em lotes urbanos, mas as geadas de 1953 e 1955 prejudicaram a produção cafeeira e, como consequência, levaram à diminuição na quantidade de edificações civis. A retomada dessas construções acontece somente em 1957. Para Luz (1997), essa relação entre economia cafeeira e investimento imobiliário é a essência econômica prevista para o desenvolvimento da cidade no momento da implantação de Maringá. Portanto, a aquisição desses lotes urbanos permitiu aos japoneses abrigados na Cidade Canção sua participação ativa no desenvolvimento econômico da região, constituindo suas tradições, culturas, costumes e folclores nessa localidade, sendo uma delas o Judô.

No período de 1970 a 1980, a proporção populacional entre campo e cidade acentua-se. Conforme o Quadro 1, a relação populacional entre 1970 e 1980 aponta para

o crescimento de 60,01% no número de habitantes na zona urbana e o decréscimo de 64,51% no número de habitantes da zona rural. Isso demonstra uma mudança na relação de habitantes camponeses e citadinos, em virtude da própria urbanização e da condição de vida exigida na urbe. Na década de 1970, Antonelli (2015), O Diário (2012) e Panobianco (2010) propalam que a Geada Negra, de 1975, foi o verdadeiro ou o principal motivo do fim da cultura cafeeira na cidade. Todavia, Mores (2017), Moreira e Laverdi (2016) e Kohlhepp (2014) demonstram que a cultura cafeeira maringense já estava em decadência e com tendência à diminuição ou encerramento nesse mesmo período. Entre os fatores apresentam-se: as geadas anteriores, que haviam prejudicado as lavouras de café de maneiras mais brandas; as infestações de pragas, como a ferrugem e a broca; o programa federal de Redução da Quantidade de Cafeeiros (1962-1967), proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC); a baixa do preço do café no mercado internacional e a diversificação da produção agrícola, já apontavam a retirada gradativa da cultura cafeeira (MOREIRA, CARVALHO, 2017 e KOHLKEPP, 2014).

A influência e o fator decisivo da Geada Negra para o desenvolvimento da cidade não podem ser dispensados, mas Maringá modernizava as lavouras e, com isso, gradativamente, acelerava a diminuição da população rural. Moreira e Laverdi (2016) consideram que:

Em relação ao café, a predominância de seu cultivo já não interessava mais ao planejamento econômico estatal, de forma que era preciso diversificar as culturas agrícolas do estado para exportação, abastecer a demanda interna e absorver os insumos industriais. Desse modo, era preciso acentuar o desestímulo do cafeicultor, já delineado pela baixa de preços e outros agentes, enquanto encorajava sua inclinação à diversificação.

Luz (1997) afirma que um dos aspectos mais representativos da urbanização é a concentração industrial e a vinculação considerável da população no setor de transformação de matérias-primas. Até a década de 1960, destacavam-se indústrias voltadas aos alimentos, à marcenaria, à madeireira, aos minerais não metálicos e, em menor escala, à metalurgia, ao vestuário, às bebidas, à perfumaria e às gráficas. Tais indústrias atendiam às necessidades básicas dos maringenses. Mas, como a localização de Maringá era distante de grandes centros urbanos, como a cidade não possuía fontes de energia abundantes e como o acesso a matérias-primas essenciais ao desenvolvimento fabril era escasso, o setor industrial destaca-se na implantação da cidade (LUZ, 1997).

A monocultura de soja e trigo, introduzida na região de Maringá pós-Geada Negra, induz o município a ingressar no ciclo econômico da agroindústria e, conseqüentemente, a possibilitar o desenvolvimento do mercado imobiliário, prosperando nas décadas de 1970 e, principalmente, na década de 1980. A estruturação do mercado maringaense é efetivada pela contradição campo-cidade, que demonstra uma integração agrícola ao processo de industrialização, realizando uma transferência dos rendimentos agrícolas para os industriais (MENDES, 1992 e FUJICAVA, 2013). O terceiro setor apresentava-se potencialmente próspero, desde a fundação da Cidade Canção, em virtude do planejamento urbano, da localização do município no Estado e pelo fato de ser um polo agrícola (LUZ, 1997)¹⁰⁷. Assim, com a entrada em um novo ciclo econômico, a partir de meados da década de 1970; com o aumento da população urbana e com o crescimento do setor imobiliário, após o trágico 18 de julho de 1975, efetivou-se o desenvolvimento do setor de comércios e prestação de serviços em Maringá.

O período de mudanças na economia maringaense, na década de 1970, coincide com as transferências do Judô, instalado nas associações culturais (sem fins lucrativos) para o setor comercial privado (que atende a interesses particulares). Entende-se, a partir das memórias dos entrevistados, que esse processo de comercialização do Judô não foi planejado pelos judocas pioneiros. Umeda (2018) relata que, após se organizarem informalmente em um grupo pequeno de judocas remanescentes da SOCEMA, apareceram membros da colônia interessados nos treinos, fator que impulsionou a comercialização da modalidade:

Com o tempo, os pais dos filhos da colônia japonesa [perguntavam]: “será que meu filho não pode treinar com vocês também?” e começaram a vir novos alunos, que são as crianças menores, pedindo para deixar treinar também. Aí começou surgir essa atual AMCF. A partir do momento que começou a população – a clientela vamos dizer – a nos procurar, tivemos que praticamente melhorar sanitário, mais comodidade, secretaria, melhorar. Depois que estruturou, começamos a receber as crianças que queriam praticar conosco. (Adendo entre colchetes nosso)

Entretanto, não foi uma casualidade o fato dos novos *dojôs* estabelecerem-se em uma entidade privada (o SESC) e em um estabelecimento comercial particular (a GMCF,

¹⁰⁷ Luz (1997, p. 138) caracteriza o surgimento e a implantação de Maringá da seguinte maneira: “[...] o planejamento e o tipo de ocupação do espaço do núcleo urbano refletiram a filosofia colonizadora, voltada para a obtenção de lucros e para a implementação de uma cidade de modo empresarial, na qual se fazia notar a divisão de classes da sociedade capitalista”.

do *sensei* Castro). Bracht (2005) afirma que, a partir da década de 1970, a mercadorização das práticas corporais provoca intensas mudanças no *status* das instituições esportivas, proporcionando o consumo de novos produtos ligados aos esportes. A forma organizacional baseada no associacionismo, com participantes de caráter voluntário, é modificada para um sistema gerencial/empresarial que, nesse estudo, destaca-se pela comercialização do *dojo*. Essa mudança revive tensões antigas do Judô maringaense, embora permeadas pelo novo fenômeno. Ploc (2017) memora esse acontecimento da seguinte maneira:

Eu estava “molecão” [em 1976 e 1977], e o Roberto Nagahama tinha uma equipe forte. E foi ganhando e fomos crescendo também. Foi aí que começou a rivalidade... Ele sempre teve um Judô muito forte e ganhava tudo. E foi ganhando e [nós] fomos crescendo também. Aí começaram as academias e aí cada um quanto mais aluno, mais se ganhava. (Adendo entre colchetes nosso)

As tensões da hibridização cultural no Judô maringaense ressurgem em um momento de transformação histórica e revivem diferenças entre as matrizes judoísticas presentes na cidade. As tensões voltam-se para a necessidade de profissionalizar os novos *senseis*, que buscam nos cursos superiores a capacitação necessária para um melhor desempenho e para angariar mais alunos. O Judô em Maringá, que antes estava concentrado principalmente no associativismo (clubes e associações), inclina-se para a perspectiva comercial (ou mercadológica). Os novos *senseis* assumem *dojôs* nas novas condições sócio-históricas e propõem essa luta com características do associativismo, como um meio de lazer e filosofia de vida, assumindo também características de mercadorização.

Castilho (2018), diferentemente dos demais entrevistados, busca na carreira acadêmica consolidar-se profissionalmente como pesquisador. Assim, aproxima-se da perspectiva de fomentar um modelo de treinamento de Judô pautado em conhecimentos científicos. Esclarece-se que a tese da necessidade de um modelo de treinamento científico para o Judô é proposta de Alexandre Drigo, em seu doutoramento, no ano de 2007. Drigo (2007, p. 227) defende que:

O judô está fundamentado em um modelo de *escolas de ofício*, pois se encontra centrado em um *paradigma pré-moderno*, e apoiado pelos elementos característicos do mesmo – os quais a figura do mestre, o respeito incondicional à hierarquia, o caráter essencialmente prático de seus conhecimentos, entre outros – impossibilitam a quebra deste

paradigma e uma possível evolução, ou transição do desporto em direção ao *paradigma moderno*, ou científico (DRIGO, 2007, p. 227). (Itálico do autor)

Castilho narra sobre uma inquietação relacionada ao seu *sensei*, que emprega uma metodologia de treinamento fundamentada no empirismo. Segundo as ponderações de Drigo (2007) e o depoimento do entrevistado, percebe-se que ele representa a tentativa de ruptura do modelo artesanal (ou de ofício) de treino para um modelo profissional (ou científico) em Maringá. A construção da carreira profissional de Wellington Castilho volta-se para o ingresso na faculdade de Educação Física na disciplina de Judô. Em seu Currículo Lattes são encontradas publicações dedicadas a essa luta, como a sua dissertação de mestrado em Educação Física intitulada: “Influência da Teoria Gestalt da Aprendizagem no Ensino de Judô”, de 1985. O *sensei* publicou quatro artigos ou resumos em anais de eventos e revistas científicas, no período de 1997 a 2001, sobre essa modalidade. O *sensei* orientou uma monografia de especialização e uma iniciação científica, em 2002, e um trabalho de conclusão de curso, em 2003. Foi banca de trabalhos de conclusão de curso de três graduandos, nos anos de 2002 e 2003, que tratavam do Judô em seus estudos. Após ingresso em cargo público, esse *sensei* direcionou-se para outras áreas do conhecimento humano e abordou diversas temáticas distintas da luta de Kano *sama*.

Maduro (2011), ao buscar compreender a influência e o papel do treinador de Judô no planejamento dos treinos e competições em *senseis* do Rio Grande do Sul, afirma que as mudanças na estruturação de treinamentos e em competições no Judô são lentas em virtude do caráter hierárquico e do respeito em relação aos antigos mestres e aos seus métodos de treinos¹⁰⁸. Drigo et al. (2011, p. 61) objetivaram entender, por meio de documentos oficiais, a constituição do Judô no Brasil e a formação e capacitação do técnico da modalidade e concluíram que:

No Brasil, em relação à estrutura acadêmica da Educação Física, ainda há uma lacuna de legitimidade e interpretação das necessidades da prática no que diz respeito à formação da competência do técnico ou do mestre de judô, tornando-se uma questão mal resolvida que até o momento não foi abordada de forma clara, nem no âmbito das federações e confederações, ou resolvida pelo campo acadêmico, não havendo comunicação entre estas instâncias. Desta forma, a perspectiva de

¹⁰⁸ Outro fator apontado por Maduro (2011), respectivo à lentidão dessas mudanças na modalidade, é o acúmulo de funções cumpridas pelos *senseis* em seus *dojôs*, que não lhes permitem transpor o modelo artesanal para o científico.

trabalho com judô fica, por ora, restrita apenas à prática do artesão, à experiência e ao bom senso.

Tavares Júnior (2014, p. 33), fundamentado em Cunha (2000), sintetiza o processo de formação artesanal de *senseis* de Judô como algo em que:

[...] o aprendiz vai sendo inserido, aos poucos, nas tarefas, dominando gradativamente o ofício, começando por tarefas e atividades menos complexas, até ser designado para aquelas que requerem maiores habilidades. De maneira não sistemática, desenvolve-se, observando o mestre ou executando pequenos trabalhos que lhe são atribuídos de acordo com a necessidade da oficina ou escola de ofício, copiando aquilo que observou. Usa para isso a oficina e instrumentos do próprio mestre, chegando, em alguns casos, a residir em sua própria casa. No judô, historicamente as técnicas e formas corretas de realização de golpes, contragolpes, esquivas e combinações são transmitidas por demonstração/reprodução (CAVAZANI et al., 2013) e os judocas chegam a residir na casa de seus *senseis* (TROMBINI, 2011). (Itálico do autor)

A forma como os primeiros *senseis* de Judô formados em Maringá narram sua iniciação na docência dessa luta demonstra os seus interesses e as possibilidades para se efetivarem como professores na respectiva modalidade. Ploc, Umeda, Babata e Nagahama caracterizam as suas trajetórias, assemelhando-se ao modelo de escola de ofício; já Castilho aproxima-se do modelo científico, de acordo com a proposta de Drigo (2007). Após a implementação do Judô em Clubes Recreativos ou Culturais e a sua transferência para estruturas comerciais, marcando a sua consolidação em formatos de academias e em instituições privadas, tem-se a profissionalização da função de *sensei* dessa modalidade em Maringá.

Saito (2005, 2006), ao buscar compreender como os *senseis* de Judô acreditam transmitir os valores e as tradições judoístas para os seus alunos, constata haver dissonância entre o discurso propalado pelos *senseis* e os valores preconizados por Kano *sama*, em Judô. Ele alerta que os fatores induzem à diminuição gradativa da transmissão das tradições originais do Judô e que são o aumento da comercialização do Judô e o direcionamento dos treinamentos voltados para as competições.

Com a estruturação da modalidade no setor comerciário maringaense, a atividade docente do *sensei* profissionaliza-se, seja na condição de proprietário do estabelecimento ou na condição de contratado por uma entidade privada. A passagem da atividade docente dos *senseis*, exercida de maneira voluntária e sem fins lucrativos (disseminando e

cultuando a luta para população) para uma atividade profissional e rentável (prestando um serviço aos cidadãos na cidade) caracteriza uma nova possibilidade profissional no município e um novo reordenamento no funcionamento dos *dojôs*. O Judô comercial cumpriu uma dupla função em Maringá: abrigou a luta quando esta perdeu espaço nas associações e clubes e proporcionou a profissionalização de judocas, tanto nas academias quando na área acadêmica universitária.

Assim, o processo de consolidação do Judô de Maringá encontra-se tensionado nos âmbitos da profissionalização da função do *sensei* e na estruturação dos *dojôs* em estabelecimentos comerciais. A forma como essa profissionalização ocorre pode ser compreendida por meio da proposta de Drigo (2007), que explica o desenvolvimento do Judô **brasileiro** pela predominância metodológica da escola de ofícios (ou artesanal), com a transposição para o modelo científico. A proposta relatada por Umeda (2018) e fundamentada no presente estudo, compreende o Judô **maringaense** pela tensão entre Judô “colonial” (organizado amadoramente em Clubes e Associações) e Judô “comercial” (estruturado profissionalmente em Academias e Entidades Privadas). O modelo colonial foi o utilizado na implementação da luta na cidade para atender às demandas e aos interesses dos *isseis*, *nisseis*, *senseis* e *gaijins*, radicados em território maringaense¹⁰⁹. O modelo comercial foi a maneira de os judocas pioneiros consolidarem a modalidade no município, possibilitando sua atuação na condição de *senseis*; foi também a forma encontrada pelos *senseis* de se efetivarem como profissionais da luta e de perpetuarem essa cultura para a população.

¹⁰⁹ Não se defende e nem se refuta, nesta pesquisa, a perspectiva de que o Judô maringaense foi implantado, fundamentado no modelo artesanal de Drigo (2007), pois Hisayoshi Maeda teve formação judoística no Kodokan, conforme depoimentos dos entrevistados, e poderia dominar conhecimentos científicos desenvolvidos pela Associação Científica de Estudos do Judô do Kodokan. Segundo Kodokan (2018): “Kano Jigoro *Shihan* estabeleceu a Associação para os Estudos Médicos do Judô em 1932 com o propósito de avançar os estudos científicos sobre o Judô. O nome do grupo mudou para Associação para Estudos Científicos em Judô em 1948 abrangendo novas áreas de estudos para além das ciências médicas como haviam sido propostas inicialmente. As novas áreas relacionadas ao Judô eram: a história, a força física, as técnicas, os métodos de treinamento e a psicologia. Nos últimos anos, a associação está realizando encontros bienais (aberto ao público) e emitindo boletins em dois em dois anos”.

CONCLUSÕES

As narrativas de *senseis* de Judô, no contexto maringense, construídas por meio dessa pesquisa, oportunizaram a imersão em um universo simbólico e concreto da modalidade no município a partir da década de 1960. As memórias desses professores foram tomadas como objeto de estudo, o que possibilitou a (re)constituição de fatos e fenômenos históricos da luta na cidade e o entrelaçamento das narrativas dos interlocutores entre si. O objetivo foi analisar as narrativas orais de judocas pioneiros de Maringá no sentido de entender como essa memória contribui para a compreensão do processo de implementação e consolidação da modalidade no município, nas décadas de 1960 a 1970.

Um aspecto histórico na propagação das lutas é a forma de transmissão dos saberes de geração em geração, algo que, no passado, era feito de família para família, mantendo-se, assim, as habilidades de dentro dos círculos de confiança dos mestres. Na própria história do Judô, seja por meio da transmissão escrita ou oral, essa característica central do mestre mostra-se sempre presente, mas não necessariamente ocorre em uma estrutura de transmissão de parentesco. A forma de propagação dessa modalidade específica foi fundada no modelo de transmissão de cultura (oriental) para a cultura (ocidental), ao menos no Brasil. Nesse “diálogo cultural”, percebe-se a manutenção da tradição oral, que é zelada como um meio de interação na relação professor-aluno, para o desenvolvimento da modalidade nas localidades em que ela se instalou. (FRANCHINI, DEL VECCHIO, 2012; VIRGÍLIO, 1994).

As narrativas orais expressam tradições de diversas lutas e artes marciais e encontram-se também em diferentes momentos da vida humana, no decorrer da existência da sociedade. Pode-se dizer que a comunicação oral construiu os diversos sistemas de treinamentos corporais e técnicas de luta, sendo, portanto, as “modalidades de combate” um constructo coletivo e histórico. Assim, é por meio da linguagem que ocorre a transmissão de algumas histórias, saberes e informações nas sociedades humanas. Os seres humanos que as propalam o fazem segundo as suas perspectivas e impressões dos fatos e dos fenômenos, as quais podem convergir ou divergir dos sentidos de quem escuta. Mesmo não havendo concordância entre as percepções dos que partilham o momento, isso não implica na impossibilidade de compartilharem um dado significado social ou uma mesma prática sociocorporal. Considera-se, portanto, a

oralidade como uma forma autêntica de transmissão de saberes e conhecimentos e um dos meios pelos quais ocorre a perpetuação e a manutenção de práticas e hábitos a múltiplos indivíduos.

A demonstração prática e a oralidade possuem funções específicas no Judô, sendo uma delas, segundo Cavazani et al. (2013), voltada para o ensino de técnicas de luta e, a outra, para a transmissão dos conhecimentos históricos, filosóficos e éticos da modalidade. Portanto, a metodologia científica que se pauta na narrativa oral constitui-se em um meio de permear no universo simbólico que essa prática corporal nipônica possui. Os relatos orais são corriqueiros nessa modalidade e possibilitam, por meio da fala, entender como era transmitida e vivenciada a filosofia do Judô em tempos memoriais, ou até mesmo versam sobre metodologias antigas de treinamento da luta. Em se tratando de relatos sobre o passado, o limite se encontra restrito às lembranças e recordações que os entrevistados manifestam no presente. Em se tratando de relatos contemporâneos (ou recentes), o limite encontra-se circunscrito na percepção e no envolvimento do relator com o fato ou fenômeno selecionado.

As narrativas orais dos sujeitos participantes da pesquisa associam a implementação do Judô, em Maringá, à década de 1960. Os anos indicados nos relatos de alguns participantes da pesquisa são 1963, por meio do Clube Olímpico de Maringá, e 1967, por meio da Sociedade Cultural Esportiva de Maringá. A SOCEMA buscou nessa luta nipônica constituí-la como um elemento cultural de integração entre os membros *nikkeis* dessa comunidade e os demais cidadãos do município. Assim, a luta de Kano *sama* contribuiu no processo de hibridização cultural na cidade, possibilitando uma nova prática sociocorporal aos maringenses.

Os primeiros professores regentes, nessas turmas, teriam sido: Mario Iwamoto, Hisayohsi Maeda e Antonio Campos de Andrade. Houve, posteriormente, outros *senseis* que contribuíram com esse processo, sendo eles: Takeshi Saguti, Aldenor de Souza Castro, Ito e João Munhoz. Do primeiro grupo de professores pioneiros citados, todos ministravam aulas de Judô em associações e não tinham como principal fonte de renda a regência de aulas da modalidade. Do segundo grupo de professores pioneiros, todos mantiveram essa característica informal ao regerem os treinos, exceto Aldenor de Souza Castro, que inicia como proprietário de uma academia, recordado como um profissional de lutas. Há indícios de que outros professores tenham atuado no município, todavia os entrevistados não forneceram informações suficientes para delinear quais foram esses *senseis*, quais foram os seus *kohais* e por quanto tempo eles atuaram.

As lembranças rememoradas pelos *senseis* forneceram referenciais de fatos e fenômenos históricos presenciados ou reconhecidos por eles. O conjunto de dados prestados pelos narradores (ou oralistas) constrói um referencial simbólico do passado, que carece de ser analisado. Os depoentes, ao versarem sobre o surgimento do Judô em Maringá, indicam que as instalações iniciais foram em clubes sociais e associações culturais. Dada a função dessas instituições na sociedade, elas revelam o desejo que os seres humanos têm de reproduzir uma prática corporal nipônica no município, no caso, o Judô. Essa luta nipônica materializa-se como parte da cultura na cidade pela consecução coletiva de outros judocas.

O interesse em fazer existir essa prática corporal no município é concretizado e, assim, disponibilizado à população, sendo inicialmente oportunizado pelas instituições sociais de *nikkeis* e de *gaijins*. Os *senseis*, que assumiram a empreitada de implantar uma cultura judoísta no município, iniciam essa prática corporal em um contexto histórico movido pela hibridização cultural nipo-brasileiro que ocorreu no território nacional. Esse fenômeno de hibridação foi iniciado no pós-guerra por meio das associações culturais de *isseis* e *nisseis*.

Apesar de já ter sido efetivado o intercâmbio cultural entre os *nikkeis* e os *gaigoku-jin* no contexto da cidade, tal fenômeno não ocorreu isento de conflitos ou acirramentos entre os judocas pioneiros. As diferenças culturais entre os judocas demonstram-se, potencialmente, como causadoras do polêmico ano de surgimento da luta de Kano *sama* na cidade e como uma constante reivindicação de uma “matriz judoística” pioneira. O símbolo desse impasse foi a diferença de ancestralidade entre o *sensei* Maeda e o *sensei* Andrade, haja vista que alguns de seus *kohais* entrevistados acreditam que a ascendência dos professores e dos alunos provocou certa divergência entre os judocas.

Pela tenra idade da maioria dos entrevistados ao iniciarem o Judô, houve influência decisiva de seus pais no ingresso na modalidade Judô. Os primeiros judocas do município foram selecionados para compor o estudo, pois foram eles que construíram o significado dessa modalidade no município, tanto na implementação quanto na fase de consolidação dessa luta. As recordações desses primeiros judocas representaram os resquícios do passado da luta de Kano *sama* em Maringá e constituem fonte de dados. O momento histórico que eles versaram é escasso de registros oficiais e documentos escritos que contribuam com a construção de uma narrativa histórica dessa prática corporal nipônica no município. Os significados das memórias produzidas no presente são múltiplos e permitem análises de diversos aspectos da modalidade.

As viagens para as competições, os torneios, os treinos, as progressões de faixas e os *dojos* são lembrados de maneiras peculiares por cada um dos depoentes. Uns ressaltam a competitividade ou a alegria em viajar a torneios; outros destacam as suas conquistas e a padronização de regras de competição que vivenciaram. Uns judocas memoram a fundamentação empirista na elaboração dos treinamentos; outros se lembram dos métodos de como eram transmitidas as técnicas da luta. Em relação às progressões de faixas, uns recordam que os *senseis* as faziam por meio de rendimento em torneios ou conforme critérios pessoais, segundo os critérios do próprio professor. Isso evidencia uma avaliação subjetivista e personalizada. Todo o processo presenciado por eles e compartilhado em suas narrativas conecta-se às temáticas abordadas por outros estudos, documentos e escritos sobre o Judô, a exemplo de CBJ (2018), Souza (2015), FPRJ (2011), Souza (2010), Carvalho (2007), Virgílio (1994), entre outros.

Na temática “competições”, os *senseis* ressaltaram a modernização que o Judô sofreu desde a década de 1960, intensificada na década de 1970. Essa mudança foi constatada como um processo de padronização de procedimentos, de métodos, de regras e de técnicas no Judô. A padronização no Judô foi (e ainda é) um fenômeno internacional e influencia a identidade universal da luta de Kano *sama*, que é construída por judocas do mundo todo. Os treinos, compreendidos na pesquisa como um dos principais momentos para a formação do judoca, foram recordados sobretudo a partir de uma estrutura voltada para a concepção tradicionalista do Judô japonês. Entretanto, a esportivização modificou os treinamentos, deixando-os mais intensos, racionais e secularizados. Em outras palavras, valorizou o rendimento competitivo dos atletas e a profissionalização dos *senseis*.

O processo de padronização sofrido no Judô é a síntese de interesses em esportivizar a modalidade, conduzidos essencialmente pela FIJ, com os interesses de cultivar a estética e a filosofia nipônica contida na luta, conduzidos essencialmente pelo Kodokan. O “pivô do diálogo” entre essas instituições com finalidades distintas é a busca do uso da energia de judocas, com a máxima eficiência. Enquanto a Federação objetiva a valorização do caráter individual do atleta, o Kodokan almeja a prosperidade e os benefícios mútuos. Destaca-se que esse é um fenômeno próprio e carece de análises específicas para compreender o seu papel ou a sua influência na luta, nos judocas e nas instituições.

Para a consolidação do Judô em Maringá, os primeiros praticantes tiveram que se apropriar dos signos culturais contidos na luta, superar dificuldades, vivenciar

competições, exercitar-se em treinos e buscar os conhecimentos preconizados na luta de Kano *sama*. Esse processo os conduziu ao reconhecimento da importância dessa prática corporal no contexto da cidade e à necessidade contínua de se aperfeiçoarem. Com isso, eles pleitearam a condição de *yudansha* e, junto com essa condecoração, tiveram a possibilidade de ministrar aulas de Judô de maneira autônoma. As lembranças da graduação de *shodan* são abordadas por eles como um momento importante em suas vidas, e o processo que vivenciaram é descrito com detalhes. Sentem-se emocionados ao recordar esse momento da vida no Judô.

O exame para promoção à faixa-preta foi memorado em etapas. Primeiro era avaliada a eficiência competitiva do judoca, o qual deveria demonstrar superioridade combativa entre os que aspiravam essa graduação. Posteriormente, o judoca era submetido à avaliação dos conhecimentos técnicos e teóricos dos *katas*. O período em que os novos professores iniciaram as suas atuações como *sensei* ocorre na década de 1970. O primeiro professor de Judô formado em Maringá é o maringaense Osvaldo Yoshio Umeda, que recebeu a tutoria das turmas dos alunos remanescentes da SOCEMA de Takeshi Saguti no início de 1972. Meneguelli Ploc, que iniciou o Judô no SESC, assume os alunos das turmas de Antonio Campos de Andrade no ano de 1976. Roberto Nagahama inicia sua docência de maneira espontânea, no ano de 1977, ministrando treino para alguns amigos.

Wellington Castilho e Walter Babata iniciam a regência de suas aulas de Judô somente na década de 1980. Castilho inicia-se como *sensei* em 1982, ao tomar posse no concurso da Universidade Estadual de Maringá, ministrando a disciplina de Judô para graduandos de Educação Física. Babata começa a regência de aulas em 1985, na Academia Hobby Sport, quando estava prestes a terminar o curso de Engenharia Civil. Destaca-se que Takeshi Saguti foi o único *sensei* pioneiro entrevistado; os demais estão falecidos e, conseqüentemente, não há como obter suas contribuições orais para a retomada do passado do Judô maringaense. A esse grupo de professores pioneiros no Judô de Maringá, atribuíram a denominação de “*senseis dos senseis*” ou de “*senseis pioneiros*”. Ao grupo de alunos e professores, atribuíram a denominação de judocas pioneiros.

A efetivação da nova geração de *senseis* formados na cidade coincide com as mudanças socioeconômicas ocorridas no município. Na década de 1970, houve um aumento populacional na área urbana e a diminuição na rural. Tal fenômeno de êxodo rural é oriundo de um conjunto de fatores, como a catástrofe socioambiental no ano de 1975, a industrialização do campo e o favorecimento do desenvolvimento do terceiro

setor em Maringá. Com o encerramento das atividades de Judô no interior de clubes sociais e associações culturais, a alternativa encontrada para a continuidade da tradição judoísta na cidade foi a condução dos jovens *senseis* para espaços em entidades privadas. A partir desse processo de comercialização, inicia-se um novo ciclo de desenvolvimento, que populariza a luta para os cidadãos maringaenses.

A implementação do Judô em Maringá (que ocorre na década de 1960 até o início da década de 1970) é memorada pelos judocas pioneiros como a manifestação de interesse de grupos de *nikkeis* e *gaijins*, sendo as associações culturais e os clubes sociais os primeiros abrigos dos *dojôs* maringaense. As memórias dos *senseis* permitiram compreender essa luta como um elemento de hibridização cultural envolvendo distintos grupos sociais e como um processo de esportivização que ocultou algumas tensões dos praticantes dos distintos grupos culturais.

As análises realizadas nesta pesquisa levam à constatação de que a implementação do Judô em Maringá é oriunda da necessidade de integrar os membros da comunidade nipo-brasileira aos outros cidadãos maringaenses, sendo o seu desenvolvimento decorrente do fenômeno de hibridização cultural, apontado como um meio de explicar o acolhimento dos *nikkeis* por essa luta nipônica e o interesse dos *gaijins* pela modalidade. Daí decorre a tese defendida neste estudo de que o Judô, em Maringá, emerge como um elemento de integração cultural entre os *nikkeis* (nipo-brasileiros) e *gaijins* (não nipônicos) e desenvolve-se com o empenho de judocas pioneiros em racionalizar essa prática corporal no contexto da cidade.

Percebe-se, assim, a influência do fenômeno de esportivização no processo de padronização das técnicas, das regras e dos ensinamentos judoísticos. A consolidação dessa prática corporal ocorre mediante a apropriação dos signos socioculturais (contidos na modalidade) pelos judocas *kohais*, levando-os à decisão de assumirem para si a responsabilidade de cultivar o Judô na cidade maringaense na condição de *senseis*. O contexto no qual esses alunos tornam-se professores foi um momento histórico no município, sobretudo pela transferência dos centros de treinamentos dos clubes e das associações para estabelecimentos comerciais e privados. Assim, exige-se desses novos *senseis* a profissionalização da função professor de Judô.

O hábito de transmissão oral de conhecimentos do Judô constitui-se como um elemento a ser abordado pela metodologia da História Oral para diversos fins e, portanto, constatáveis, questionáveis e repensáveis (reinterpretáveis) sob múltiplos olhares. A função do estudo foi registrar depoimentos como autênticos e analisar a implementação

e a consolidação da modalidade no município, apontando os fenômenos que produzem significados no presente e dando visibilidade às memórias de personagens históricos dessa luta em Maringá. Os entrevistados, por terem vivenciado o processo de criação do Judô no município, carregam as lembranças de fenômenos e fatos sociais do passado. Os registros de seus depoimentos são a base objetiva cognoscível do conteúdo analisado.

Julgar os entrevistados pelos conteúdos manifestados não constitui parte das considerações finais e nem das análises dessa pesquisa. A finalidade é apresentar leituras possíveis da interpretação do passado com a ponderação de judocas “militantes”, que versam sobre seu envolvimento com a modalidade em Maringá. A pretensão foi compreendê-los como seres sociais envolvidos no processo de surgimento e efetivação da luta no município. Os seus compartilhamentos de recordações são elementos demonstradores de como a história ficou retida em suas memórias e, por meio das análises, possibilitou-se uma narrativa historicizada de suas lembranças.

As análises de dados do presente estudo permitem refletir que o uso da História Oral como uma abordagem científica forja e fomenta diversas potencialidades de investigação sócio-históricas pertinentes a acadêmicos de Educação Física. Os graduandos, ao promoverem suas práticas corporais de maneira mediada por múltiplos saberes (científicos, filosóficos, pedagógicos e artísticos), têm na metodologia da História Oral uma possível ferramenta científica para sua intervenção profissional. Sugere-se também uma contínua criação de registros orais do Judô, organizados por meio de associações ou individualmente, para promover novas pesquisas que usam de documentos orais como fonte de dados.

Se antes o conhecimento oriundo da oralidade era restrito aos praticantes da modalidade, atualmente é possível criar narrativas escritas e compartilhadas das lutas a partir de fontes orais. Essas narrativas, quando mediadas pelo conhecimento científico-filosófico proposto pela História Oral, proporcionam uma visão panorâmica dos principais fatos e fenômenos presentes na história da modalidade. Ao historiador oral compete comparar esses dados com a produção do conhecimento das temáticas abordadas e propor encaminhamentos, sínteses e/ou explicações sobre o passado. Essas novas narrativas escritas (tais como essa tese) permitem um vislumbre unitário da modalidade em seu contexto e de acordo com recorte temporal selecionado. Potencialmente, essa metodologia pode manifestar, pelas memórias dos entrevistados, fenômenos das práticas corporais não muito explorados pela comunidade acadêmica, tais como o processo de

padronização constatado no Judô e fatos históricos não percebidos ou ignorados por historiadores.

Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de se repensar a formação do aluno em cursos superiores de Educação Física, de maneira a qualificar a formação acadêmica do sujeito, no campo das lutas, lastreada em instrumentos científico-pedagógicos. A instrumentalização de acadêmicos da área pode atrair *senseis* de Judô, Karatê, Taekwondô, Kung-Fu, Capoeira, entre outras lutas, para cursos de Educação Física na busca de aperfeiçoar sua atuação profissional. Recomenda-se, também, que associações, ligas, federações e entidades de Judô constituam um departamento científico, similar à Associação para Estudos Científicos no Judô existente no Instituto Kodokan. Dessa forma, os judocas e os pesquisadores produziriam conhecimentos respectivos aos seus *dojôs*, lutas e temáticas singulares. Desse modo, crê-se que problemáticas relacionadas ao aperfeiçoamento técnico do Judô possam ser minimizadas, facilitando o firmamento de acordos e convênios entre entidades judoísticas e universidades/pós-graduações. Ainda, os conhecimentos produzidos por esses departamentos e instituições poderiam contribuir na desmistificação da relação entre as práticas sociocorporais e a promoção da educação, da saúde, da qualidade de vida e da corporeidade.

Por fim, as análises das narrativas compartilhadas exteriorizam sua contribuição para a compreensão da história do Judô em Maringá, autorizando novas reflexões, enfoques temáticos e olhares sobre a prática corporal de Kano *sama*. Destaca-se que, no período da investigação, a situação da produção do conhecimento em Judô, no Brasil, com o enfoque da metodologia da História Oral, apresentou-se escasso, assemelhando-se a um deserto árido e com pouca vegetação. Quando se realizou a pesquisa por meio da abordagem de historiadores orais verificou-se uma vasta quantidade de dados, assemelhando-se a uma selva densa e pouco explorada.

Outra reflexão oriunda desse estudo e compartilhada nessa seção, cujo desdobramento e adensamento ficarão para futuras pesquisas, é a percepção de que o Judô, enquanto um método de Educação Física japonês, é uma prática importante no estudo da história da Educação Física brasileira. Embora o Judô¹ seja apontado por Azevedo (1960) como uma modalidade pertinente à elaboração de uma Educação Física brasileira, essa luta não consta nos “laudos oficiais da história” da área, mesmo sendo praticada por *isseis*, *nisseis* e *sanseis* radicados no país. Nesse sentido, assim como as

¹ Na época da publicação da primeira edição dessa obra, 1920, a nomenclatura usada para referir-se ao Judô era de Jiu-Jitsu ou Ju-Jutso.

ginásticas europeias foram determinantes no passado, o método de Educação Física japonês parece sinalizar um papel relevante à história da Educação Física brasileira, ainda a ser melhor explorado por outras pesquisas. Espera-se que essa tese seja uma trilha aberta nesse cenário e permita o florescer de novas investigações.

FONTES DE PESQUISA

NAGAHAMA, Roberto. **Entrevista Oral promovida por Marco Antonio Lima Rizzo.** Local Associação Maringaense de Cultura Física, Maringá (PR). Duração 116 minutos e 46 segundos. Realizada em 28 set. 2017.

PLOC, Jorge Luiz Meneguelli. **Entrevista Oral promovida por Marco Antonio Lima Rizzo.** Local Parque do Japão, Maringá (PR). Duração 121 minutos e 22 segundos. Realizada em 10 out. 2017.

BABATA, Walter Kazunori. **Entrevista Oral promovida por Marco Antonio Lima Rizzo.** Local Estúdio de Pilates, Maringá (PR). Duração 85 minutos. Realizada em 26 dez. 2017.

UMEDA, Osvaldo Yoshio. **Entrevista Oral promovida por Marco Antonio Lima Rizzo.** Local Residência Pessoal, Maringá (PR). Duração 149 minutos. Realizada em 16 de fev. 2018.

CASTILHO, Wellington Coelho de. **Entrevista Oral promovida por Marco Antonio Lima Rizzo.** Local Propriedade Pessoal, Maringá (PR). Duração 174 minutos. Realizada em 30 abr. 2018.

SAGUTI, Takeshi. **Entrevista Oral promovida por Marco Antonio Lima Rizzo.** Local Residência Pessoal, Maringá (PR). Duração 78 minutos. Realizada em 01 maio 2018.

REFERÊNCIAS

ACEMA, Associação Cultura e Esportiva de Maringá. **Sobre**. [online] Publicado em 12 de Junho 2018. Disponível em: <https://www.acema.com.br/sobre> Acesso 28 de jun. 2018.

AER-PE, Associação Esportiva Reflexo de Pernambuco. **A Chegada do Judô ao Brasil**. [online] Publicado em 27 de Outubro 2001. Disponível em: <http://reflexojudo.no.comunidades.net/a-chegada-do-judo-ao-brasil/> Acesso 13 set. 2016.

ALBERTI, Verena. O que Documenta a Fonte Oral? Possibilidades para além da construção do passado. **II Seminário de História Oral da UFMG**. Mesa Redonda: Ouvir e Narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral. Belo Horizonte, MG: 1996.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005a.

ALBERTI, Verena. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 11f.

ALBERTI, Verena. História, Verdade e Ética. Anais do **XXVIII Simpósio Nacional de História “Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios”**. Mesa Redonda: Diálogos Contemporâneos. Florianópolis, SC: 2015.

ALMEIDA, Eneida de. Metrôpole e Memória: a origem das práticas de conservação. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, SP: n.2, jul-dez, 2009.

ALMEIDA, Helio Franklin Rodrigues de. ALMEIDA, Dulcenira Coutinho Magalhães de. GOMES, Antonio Carlos. Uma Ótica Evolutiva do Treinamento Desportivo Através da História. **Revista Treinamento Desportivo**. n.5, v.1, p.41-52. 2000.

ANTONELLI, Diego. O Dia Antes do Fim: Manhã gelada de 18 de julho de 1975 alterou em definitivo a economia, a geografia e a cultura do estado do Paraná. [online] Londrina, PR. **Gazeta do Povo**. Especial Geada Negra 40 Anos. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-dia-antes-do-fim-0cq6bwgyf403z8w3q8e5k6ow5/> Acesso 01 de out. 2018.

AZEVEDO, Fernando de. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** 3ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

BARROS, Fábio. **Nague-no-kata: marco histórico.** [online] Documento da Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro (FJERJ). Publicado em 12 de Abril 2010. Disponível em: http://www.judorio.org/PDF/nague_no_kata_resumido.pdf Acesso 22 de ago. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 2.889/2008. **Propõe a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Artes Marciais.** Do Deputado Marcelo Itagiba, 2008. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1628147&filename=Tramitacao-PL+2889/2008 Acesso 24 de set. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 6.933/2010. **Dispõe sobre a regulação da profissão de instrutor de artes marciais.** Da Deputada Luciana Genro, 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=741982&filename=PL+6933/2010 Acesso 24 de set. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 3.280/2012. **Regula o exercício da profissão de professor de Judô.** Do deputado Rogério Peninha Mendonça, 2012. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=966302&filename=PL+3280/2012 Acesso 24 de set. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 1.127/2011. **Dispõe sobre a regulação da profissão de instrutor de artes marciais.** Do deputado Chico Alencar, 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=861611&filename=PL+1127/2011 Acesso 24 de set. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 7.813/2010. **Regula o exercício da atividade do profissional em lutas e artes marciais.** Do deputado Walter Feldman, 2010. Disponível em https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=808898&file_name=Tramitacao-PL+7813/2010 Acesso 24 de set. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 7.890/2010. **Dispõe sobre o ensino e a prática de artes marciais e de lutas.** Do deputado Roberto Santiago, 2010. Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=816949&file_name=PL+7890/2010 Acesso 24 de set. 2018.

BRASIL, República Federativa do. Deliberação nº 10/79 – Baixa instruções a entidades Desportivas do país, para a prática de desporto pelas mulheres. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília, p.92, seção 1, de 31 de Dezembro de 1979.

BORGES, Vavy. **O que é História.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade:** lembranças dos velhos. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOVO, Marcos Clair. AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. A Cidade Verde, Imagens e Discursos: o caso de Maringá (PR) Brasil. [online] **Revista Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise.** Curitiba, PR: v. 26, n.3 p. 100-127, set/dez, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30152/19461> Acesso 15 de jul. 2018.

BRACHT, Valter. **Educação Física & Ciência:** cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BRACHT, Valter. **Sociologia Esporte:** uma introdução. 3 ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2005.

BRUM, Adriana. **“Mulheres que Lutam”**: as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2016.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, Texto e História**: para ler a História Oral. São Paulo, SP: Editora Loyola, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, SP: Edusp, 2003.

CARVALHO, Máuri de. **Judô: Ética e Educação**: em busca dos princípios perdidos. Vitória, ES: EDUFES, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

CAVALCANTE, Thamirys Ferreira. **As Relações Nipo-Brasileiras**: perspectivas da cooperação em interesses complementares. 113f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). João Pessoa, 2015.

CAVAZANI, Reinaldo. CESANA, Juliana. SILVA, Luiz H. CRESSONI, Franz. TAVARES JÚNIOR, Antonio. ARANHA, Ágata. DRIGO, Alexandre. O Técnico de Judô: um estudo comparativo após 10 anos da regulamentação da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**. São Paulo, SP: v.3, n.21, p.105-117, jul/set 2013.

CBJ, Confederação Brasileira de Judô. **CBJ Realiza Workshop Nacional de Arbitragem no Rio de Janeiro: dezesseis árbitros participam do evento**. [online] Publicado em 10 de março 2013. Disponível em: <http://www.cbj.com.br/noticias/2977&idioma=english/cbj-realiza-workshop-nacional-de-arbitragem-no-rio-de-janeiro.html/> Acesso 22 ago. 2018.

CBJ, Confederação Brasileira de Judô. **História do Judô**. [online] Publicado em 12 de Dezembro 2014. Disponível em: www.cbj.com.br/historia_do_judo/ Acesso 03 jun. 2017.

CBJ, Confederação Brasileira de Judô. **Yoshihiro Okano ministra palestra em Fortaleza sobre a história do Judô**. [online] Publicado em 13 de Janeiro 2015. Endereço Eletrônico: <http://www.cbj.com.br/noticias/4502/yoshihiro-okano-ministra-palestra-em-fortaleza-sobre-a-historia-do-judo.html> Acesso 22 de ago. 2018.

CBJ, Confederação Brasileira de Judô. **Regulamento para Exame e Outorga de Faixas e Graus**. 34f. [online] Documento Oficial publicado em 24 de Março, 2018. Disponível em: http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/documentos_oficiais/102127260318regulamento-outorga-de-faixa_2018.pdf Acesso 22 de ago. 2018.

CLEMENTE, Elvo. Apresentação: os estudos na antiguidade. *In*: BAKOS, Margaret Marchiori; CASTRO, Ieda Bandeira; e PIRES, Leticia de Andrade. **Origens do Ensino**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000.

COM, Clube Olímpico de Maringá. **Estatuto Social**. [online] Publicado em 12 de Agosto 2014. Disponível em: <https://www.clubeolimpicomaringa.com.br/images/b38e7e0d08b687578a472292ef3a30b8.pdf> Acesso em 25 de dez. 2018.

COB, Comitê Olímpico Brasileiro. **Esportes: Judô**. [online] Publicado em 13 de Julho 2015. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/Esportes/judo> Acesso 22 de ago. 2018.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição Oral e História Oral: revendo questões. *In*: AMADO, Janaína; e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadoras). **Usos & Abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV. 2006.

DACOSTA, Lamartine. Cenário de tendências gerais dos esportes e atividades físicas no Brasil. *In*: **Atlas do Esporte no Brasil**. [online] Rio de Janeiro, RJ: CONFED, 2006. Disponível em: <http://atlasportebrasil.org.br/textos/173.pdf> Acesso 15 de out. 2017.

DECRÉE, Carl. Shonen Judo-no-kata [“Forms of Judo for Juveniles”]: an experimental japanese teaching approach to Judo skill acquisition in children considered from a historic-pedagogical perspective – part I. **Journal of Combat Sports and Martial Arts**. v.4, n.1, p.01-13, jan-jun, 2013.

DEL VECCHIO, Fabrício Boscolo; FRANCHINI, Emerson; SOUZA, Carlos Eduardo Bispo de; TEIXEIRA, Sabrina. Análise do tempo de luta dos finalistas do Campeonato Mundial de Judô de 2003. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CIENCIAS DEL DEPORTE. **Anais...** Valência (ESP): 2004.

DELIBERADOR, Ângelo Peruca. **Judô: metodologia da participação**. Londrina, PR: Lido, 1996.

DIÁRIO, O Diário do Norte do Paraná. **História de Maringá**. [online] Editora Central LTDA: 2010. Disponível em: <http://www.odiario.com/historiademaringa/> Acesso 12 set. 2017.

DIÁRIO, O Diário do Norte do Paraná. **Geadas de 1975, Um Divisor de Águas na História de Maringá**. [online] Publicado em 29 de Abril 2012. Disponível em: <https://maringa.odiario.com/maringa/2012/04/geada-de-1975-um-divisor-de-aguas-na-historia-de-maringa/565423/> Acesso 01 de out.2018.

DIAS, Helton Magalhães. ZANETTI, Marcelo Callegari. FIGUEIRA JÚNIOR, Aylton José. MARIN, Douglas Popp. MONTENEGRO, Carla Giuliano de Sá Pinto. CARNEIRO, Yago de Moura. POLITO, Luis Felipe Tubagi. Evolução Histórica de Periodização Esportiva. **Revista Corpoconsciência**. v.20, n. 01, p. 67-79, jan./abr. 2016.

DRIGO, Alexandre. **Reflexões Sobre a História do Judô no Brasil: a contribuição dos senseis Uadi Mabarrac e Luis Tambucci**. 33p. Monografia (Graduação em Educação Física). Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Rio Claro-SP, 1998. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12917602/reflexoes-sobre-a-historia-do-judo-no-brasil-associacao-de-judo-> Acesso 25 ago. 2017.

DRIGO, Alexandre. **O Judô**: perspectiva com a regulamentação da profissão de educação física. Dissertação (Mestrado em Pedagogia da Motricidade Humana). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2002.

DRIGO, Alexandre. **O Judô; do modelo artesanal ao modelo científico**: um estudo sobre as lutas, formação profissional e a construção do *habitus*. 312f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

DRIGO, Alexandre. O Habitus e a Prática de Artes Marciais: indícios sobre a construção do espaço social das lutas orientais no Brasil. IV COLÓQUIO DE PESQUISA QUALITATIVA EM MOTRICIDADE HUMANA E III SIMPÓSIO SOBRE O ENSINO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA. [online] **Anais...** São Carlos: UFSCAR, 2009. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/2009/blau2009.pdf> Acesso em 25 ago. 2017.

DRIGO, Alexandre. SOUZA NETO, Samuel. CESANA, Juliana. GOMES TOJAL, João B. A. Artes Marciais, Formação Profissional e Escolas de Ofício: Análise documental do Judô brasileiro. **Revista Motricidade**. v. 7, n. 4, p. 49-62, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. [online] **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, RJ: v.3, n.5, p.314-332, dez 2002. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf Acesso em 14 set. 2017.

FIJ, Federação Internacional de Judô. **Documents**. [online] Documento intitulado Refereeing Rules 2013 - 2016. Publicado em 23 de Agosto 2013. Disponível em: <https://www.ijf.org/ijf/documents/3> Acesso 10 de out. 2016.

FIJ, Federação Internacional de Judô. **History**. [online] Publicado em 02 de Agosto 2016. Disponível em: <https://www.ijf.org/history> Acesso 30 de nov. 2018.

FCJ, Federação Catarinense de Judô. **História do Judô**. [online] Publicado em 09 de Junho 2017. Disponível em: <http://judosc.org.br/historia-do-judo/> Acesso 13 set. 2017.

FOLHA, Folha Norte do Paraná. **Levando o Caixão**. Publicado na terça-feira, 30 de Outubro de 1979.

FPJ, Federação Paulista de Judô. **Noções da História**. [online] Publicado em 01 de Fevereiro 2001. Disponível em: <http://www.fpj.com.br/noco-es-da-historia/> Acesso 21 abr. 2016.

FPRJ, Federação Paranaense de Judô. **Evento, Normas e Formulários**: Regulamento para Exame e Outorga de Faixas e Graus. [online] Documento publicado em 01 de Agosto 2011. Disponível em: [http://www.paranajudo.org.br/wp-content/uploads/Novo regulamento 2011 - para Kyu e Dan.pdf](http://www.paranajudo.org.br/wp-content/uploads/Novo_regulamento_2011_-_para_Kyu_e_Dan.pdf) Acesso 31 de ago. 2018.

FPRJ, Federação Paranaense de Judô. **História da F.PR.J.** [online] Publicado em 30 de Janeiro 2013. Disponível em: <http://www.paranajudo.org.br/sobre-nos/a-historia-da-federacao/> Acesso 22 ago. 2018.

FPRJ, Federação Paranaense de Judô. **Onde Treinar**. [online] 2016. Disponível em: <http://www.paranajudo.org.br/home/onde-treinar/> Acesso 21 abr. 2016.

FPRJ, Federação Paranaense de Judô. **Destaques e Notícias**: coordenador da F.Pr.J. participa de seminário de arbitragem no Japão. [online] Publicado em 25 de Janeiro 2016b. Disponível em: <http://www.paranajudo.org.br/coordenador-da-f-pr-j-participa-de-seminario-de-arbitragem-no-japao/> Acesso 22 ago. 2018.

FPRJ, Federação Paranaense de Judô. **Evento, Normas e Formulários**: regulamento de exame de Faixa Marrom. [online] Documento publicado em 18 de Novembro 2017 e editado o documento em 29 de Maio 2018. Disponível em: <http://www.paranajudo.org.br/wp-content/uploads/Regulamento-de-Exame-para-Faixa-Marrom.pdf> Acesso 31 de ago. 2018.

FRANCHINI, Emerson; DACOSTA, Lamartine Pereira. Fundamentos do Judô Aplicados à Educação Olímpica e ao Desenvolvimento do *Fair Play*. In: TURINI, Marcio

e DACOSTA, Lamartine (Org.). **Coletânea de Textos em Estudos Olímpicos**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

FRANCHINI, Emerson; DEL VECCHIO, Fabrício. Tradição e Modernidade no Judô: histórico e implicações. *In*: RUBIO, Kátia; REPPOLD FILHO, Alberto; TODT, Nelson; MESQUITA, Roberto (Orgs). **Ética e Compromisso Social nos Estudos Olímpicos**. Porto Alegre: Edpucrs, 2007.

FRANCHINI, Emerson. DEL VECCHIO, Fabrício. Estudos em Modalidades Esportivas de Combate: estado da arte. [online] **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, p.67-81, dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/viewFile/16844/18557> Acesso em 25 ago. 2017.

FRANCHINI, Emerson. DEL VECCHIO, Fabrício. **Ensino de Lutas**: reflexões e propostas de programas. São Paulo, SP: Editora Scortecci, 2012.

FRANCHINI, Emerson. O Ensino e a Aprendizagem do Judô. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, v.2, p.31-41, jan-jun. 1998.

FUJICAVA, Renato. **Geografia do Extermínio e Povoamento do Norte do Paraná**: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP: 2013.

FUJITA, Luiz. Qual o Esporte Mais Praticado no Brasil. [online] **Editora Abril**. Publicado em 03 de Setembro 2009. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-o-esporte-mais-praticado-no-brasil/> Acesso 15 de out. 2017.

HECK, Paulo Ricardo de Castro. **Análise da Aplicação e Padronização dos Princípios Pedagógicos do Projeto Bugre Lucena nas Aulas de Judô em 2015**. 55f. Monografia (Graduação em Educação Física). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

HEGEL, Georg. **Razão na História**: uma introdução geral à filosofia da história. Introdução de Robert S. Hartman. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

HEROLD JÚNIOR, Carlos. LEONEL, Zélia. **A Educação Física e a Criação dos Sistemas Nacionais de Ensino: da prática social à prática escolar.** Maringá, PR: EDUEM, 2010.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

HÜBNER, Willian. Departamento de TI da CBJ Realizará Curso em Dezembro. [online] **Um Caminho Suave.** Publicado em 30 de Setembro 2011. Disponível em: <http://hubjudo.blogspot.com/2011/> Acesso 22 de ago. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Amostras – Características da População.** Maringá (PR), 2010. [online] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/pesquisa/23/25888?detalhes=true> Acesso 13 de mar. 2018.

INOKUMA, Isao. Fighting Spirit. p.228-236 (p.01-09 do PDF). *In:* INOKUMA, Isao e SATO, Nobuyuki. **Best Judo.** Tokyo (JPN): Editora Kodansha, 1979. [online] Publicado no JudoInfo Online Dojo em 01 de Fevereiro 2001. Disponível em: <https://judoinfo.com/lewis/> Acesso 31 de Agosto 2018.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. *In:* ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria, e FERREIRA, Maneta de Moraes. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso 30 mai. 2016.

KANO, Jigoro. The Contribution of Judo to Education. Publicado Originalmente em: **Journal of Health and Physical Education**, 1932. [online] Publicado no Instituto Kododan de Judô em 01 de Fevereiro 2001. Disponível em: <http://kodokanjudoinsitute.org/en/doctrine/word/kyouikutekikachi/> Acesso 31 de Agosto 2018.

KANO, Jigoro. **Mind Over Muscle: Writings From the Founder of Judo.** Tokyo, JPN: Editora Kodansha Internacional, 2006.

KANO, Jigoro. **Judô Kodokan.** 1ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2008.

KANO, Jigoro. **Energia Mental e Física: escritos do fundador do Judô.** 1ed. São Paulo, SP: Pensamento, 2008b.

KAYSER, William. Maringaense Eduardo Bettoni é Convocado para o Mundial de Judô no Rio. [online] **Gazeta do Povo.** Publicado em 21 de Agosto 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/maringaense-eduardo-bettoni-e-convocado-para-o-mundial-de-judo-no-rio-btm1xa6i3kcka0bc4l0nw16j2>. Acesso 15 de jul. 2018.

KIYOSHI, Kobayashi. **Illustrated Judo: Kyu and Dan.** Tokyo, JPN, Editora Obun-Intereurope: 1975.

KODOKAN, Instituto de Judô. **Names of Judo Techniques.** [online] Publicado em 01 de Fevereiro 2001. Disponível em: <http://kodokanjudoinstitut.org/en/waza/list/#a1-8> Acesso 22 de ago. 2018.

KODOKAN, Instituto de Judô. **The Propose of Judo.** [online] Publicado em 01 de fevereiro 2001b. Disponível em: <http://kodokanjudoinstitut.org/en/doctrine/purpose/> Acesso 22 de ago. 2018.

KODOKAN, Instituto de Judô. **Techniques: Kata.** [online] Publicado em 26 de fevereiro 2015. Disponível em: <http://kodokanjudoinstitut.org/en/waza/forms/> Acesso 22 de ago. 2018.

KODOKAN, Instituto de Judô. **Activities.** [online] Publicado em 02 de março 2015b. Disponível em: <http://kodokanjudoinstitut.org/en/activity/> Acesso 22 de ago. 2018.

KODOKAN, Instituto de Judô. **Association for the Scientific Studies on Judo, Kodokan.** [online] Publicado em 09 de junho 2018. Disponível em: <http://kodokanjudoinstitute.org/en/activity/research/studygroup/> Acesso 22 de ago. 2018.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização Agrária no Norte do Paraná:** processos geoeconômicos e sociografia de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá, PR: Eduem, 2014.

KOTSAN, Adriano. Atleta de Maringá representa o Paraná no Mundial Universitário. [online] **Gazeta do Povo.** Publicado em 12 de Dezembro 2006. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/atleta-de-maringa-representa-o-parana-no-mundial-universitario-aatctd9f53gpgvx2p1rxd9emm> Acesso 15 de jul. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova.** 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEAL, João Laércio Lopes. (Des) Conhecida História de Maringá: Novas possibilidades temáticas. [online] **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá. Ano XI, n.121. v.11. p.40-44. Jun. 2011. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13651> Acesso 10 de mai. 2016.

LOWRY, Dave. **In the Dojo:** A Guide to the Rituals and Etiquette of the Japanese Martial Arts. Boston, EUA & Londres, ING: Weatherhill, 2006.

LUCENA, Ricardo Figueiredo. **O Esporte na Cidade:** aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LUIZ JÚNIOR, Clóvis Corrêa. INTERDONATO, Giovanna Carla. MIARKA, Bianca. GORGATTI, Márcia Greguol. Um Olhar Tradicional Sobre a Contemporânea Filosofia do Judô. I ENCONSTRO DA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS

SOCIOCULTURALES DEL DEPORTE: ESPORTE NA AMÉRICA LATINA: ATUALIDADE E PERSPECTIVAS. *Anais...* Curitiba, PR: 2008.

LUZ, France. **O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira**: Maringá. Editado pela Prefeitura de Maringá, 1997.

MADURO, Luiz Alcides Ramires. **A Formação e a sua Influência no Papel do Treinador de Judô no Planejamento dos Treinos e nas Competições**. 267f. Tese (Doutorado em Ciência do Desporto). Universidade do Porto (UPorto). Porto (POR), 2011.

MAKINO, Rogério. **As Relações Nipo-Brasileiras (1895-1973)**: O lugar da imigração japonesa. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2010.

MARINGÁ, Câmara Municipal de. Lei Municipal 5945, 04 de dez. 2002. **Oficializa o Cognome Cidade Canção, Popularmente Atribuído ao Município de Maringá**. Maringá, PR, 2002.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Judocas Maringaenses na Seletiva Nacional do Panamericano**. [online] Publicado em 10 de março 2006. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site////////index.php?sessao=91123af66a5591&id=249> Acesso 15 de jul. 2018.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Maringá sedia Desafio Internacional de Judô**. [online] Publicado em 24 de abril 2006b. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=6e0b636154556e&id=542> Acesso 15 de jul. 2018.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Prefeito conclui equipe administrativa**. [online] Publicado em 14 de fevereiro 2007. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=018c9395b45501&id=3184> Acesso 15 de jul. 2018.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Judocas Maringaenses Garantem Vaga nas Olimpíadas Escolares.** [online] Publicado em 17 de julho 2009. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=171719e4945517&id=8625> Acesso 15 de jul. 2018.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Atletas Maringaenses Medalhistas nos Jogos Abertos Visitam Secretaria de Esportes.** [online] Publicado em 25 de maio 2010. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=be857e0fd755be&id=10646> Acesso 15 de jul. 2018.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Caderno de Diagnóstico Habitacional: Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Maringá.** [online] Publicado em 20 de Outubro 2010b. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf> Acesso 01 out. 2018.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Histórico do Município.** Publicado em 12 de Fevereiro 2013. [online] Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/2> Acesso 12 de set. 2017.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Maringá Sedia Festa dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil.** [online] Publicado em 11 de julho de 2018. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site///index.php?sessao=407c2a55545540&id=33321> Acesso 31 de agosto de 2018.

MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. **A Memória das Lutas ou o Lugar do “Dô”:** as artes marciais e a construção de um caminho oriental para a cultura corporal de São Paulo. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2009.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo, SP: Editora Loyola, 1996.

MELO, Vitor Andrade de. Reflexão Sobre a História da Educação Física no Brasil: uma abordagem historiográfica. [online] **Revista Movimento**. Ano III, n.4, v.1, p.41-48, 1996. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2206>. Acesso 09 set. 2017.

MELO, Vitor Andrade de. Alberto Latorre de Faria: 90 anos de vida. *In*: OLIVEIRA, Vitor Marinho de. (org). **História Oral Aplicada à Educação Física Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1998.

MELO, Vitor Andrade de. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil: Panorama e perspectiva**. São Paulo, SP: Editora Ibrasa, 1999.

MENDES, César Miranda. **O Edifício no Jardim, um Plano Destruído: a verticalização de Maringá**. 347f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1992.

MESQUITA, Chuno. **Judô... Da Reflexão à Competição: o caminho suave**. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2014.

MONTEIRO, Everton. Padronização de treino e número de atletas difere Saquarema de treinamentos no exterior. [online] **Boletim Ossotogari**. Publicado em 25 de Janeiro 2015 e publicado originalmente pela Assessoria de Imprensa da CBJ. Disponível em: <http://www.boletimosotogari.com/2015/01/padronizacao-de-treino-e-numero-de.html> Acesso 22 de ago. 2018.

MOREIRA, Juliane Roberta Santos. CARVALHO, Alessandra Izabel de. Transformações na Paisagem Agrícola do Norte do Paraná: perspectivas sobre o processo de retração da cafeicultura (1960-1975). III ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA SOCIEDAD LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE HISTORIA AMBIENTAL (SOLCHA). [online] **Anais...** Anápolis, GO: 2017.

MOREIRA, Juliane Roberta Santos. LAVERDI, Robson. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-guada de 1975 (Norte do Paraná). **Revista Ateliê de História**. v. 4, n.1 p. 93-109, 2016.

MORES, Lucas. Desastres Agrícolas na Cafeicultura do Norte do Paraná: notas sobre a guada de 1975. VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E XII SEMANA DE HISTÓRIA: CENTENÁRIOS. [online] **Anais...** Maringá, PR: 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4146.pdf> Acesso 30 de set. 2018.

MOURÃO, Ludmila; SOUZA, Gabriela C. de. Narrativas Sobre o Sul-americano de Judô de 1979: a legalização do Judô feminino no Brasil. In: GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. A. (Orgs.). **Garimpendo Memórias – Esporte, Educação Física, Lazer e Dança**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 103-118.

MUSSALAM, René. **Norte Pioneiro do Paraná**: formação e crescimento através dos censos. 162f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 1974.

NAGATA, Eduardo Yshinori. YOKOYAMA, Grasiela Hideko. CUSTÓDIO, Renata. HIRATA, Tamotsu. Análise do Equilíbrio no Judô Através do Golpe Osotogari: comparação das técnicas de cinemetria e plataforma de forças. **Revista Brasileira de Biomecânica (Impresso)**. v. 11, n.21, p. 1-20, 2010.

NAGATA, Eduardo Yshinori. **Análise Biomecânica Instrumental da Técnica de Judô Morote-seoi-nage Através de uma Metodologia de Treinamento**. 81f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica). Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). Guaretinguetá, 2010.

NASCIMENTO, Paulo Rogério Barbosa da. Organização e Trato Pedagógico do Conteúdo de Lutas na Educação Física Escolar. [online] **Revista Motrivivência**. Ano XX, n. 31, p. 36-49 dez, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/2175-8042.2008n31p36/12950>. Acesso 09 set. 2017.

NUNES, Alexandre Velly. **A Influência da Imigração Japonesa no Desenvolvimento do Judô Brasileiro**: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

OGAWA, Celso Takeshi; OKANO, Yoshihiro; SUZUKI, Liogi. **Consulta Oral Confirmando o Conceito Exato de Kata no Judô**. Celso Ogawa é 6º Dan e Coordenador de Rendimento na FPRJ. Yoshihiro Okano é 9º Dan, membro da Comissão de Grau na CBJ e Coordenador do *Katas* na FPRJ. Liogi Suzuki é 9º Dan e Coordenador Estadual de *Nague-Waza* na FPRJ. Conversas telefônicas realizadas entre os dias 22 e 24 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Caroline da Silva. ARRUDA, Gilmar. Memórias e Histórias de um Desastre Sócio-Ambiental: a geada de 1975 no estado do Paraná. XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: 100 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO HISTORIOGRAFIA, ACERVOS E FONTES. [online] **Anais...** Curitiba, PR: 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468117636_ARQUIVO_TEXTOANPUHCAROLINE-HISTORIAAMBIENTALEDASASTRES.pdf Acesso 30 de set.2018.

PANOBIANCO, Daniel. Entenda o que Foi a Geada Negra que Dizimou Todas as Plantações de Café do Paraná. [online] **Revista Cafeicultura**. Edição Especial: 35 Anos de Geada de 1975. Publicado em 17 de julho 2010. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=34022> Acesso 01 de out. 2018.

PEREIRA, José. **Modernização**. [online] Publicado pela CBJ em 17 de Agosto 2015. Disponível em: <http://www.cbj.com.br/blogs/60/moderniza%C3%A7%C3%A3o.html> Acesso 15 de jun. 2018.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. GOLLNER, Silvana Vilodre. Léa Linhares e o Judô no Rio Grande do Sul na Década de 1960. **Revista Motrivivência**. v.29, n.50, p.123-139, mai. 2017.

PREVIDELLI, Izolde. Censo Nikkei Maringá. [online] **Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/43-da-populacao-de-maringa-tem-ascendencia-niponica-brhijrmeb09zq03di6m90ppvy>. Acesso 13 de mar. 2018.

RECENSIAMENTO JAPONÊS, Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa. **The Japanese Immigrants in Brazil**. 766p. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964.

RIZZO, Marco Antonio Lima. **A Participação do Judô nas Aulas de Educação Física Escolar**. 102f. Monografia (Graduação em Educação Física). Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2006.

RIZZO, Marco Antonio Lima Rizzo. **Apostila Visual de Judô**. 66f. Material Didático produzido para cumprimento de créditos de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

RIZZO, Marco Antonio Lima. **As Apropriações e Objetivações do Conteúdo Judô nas Aulas de Educação Física Escolar**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2011.

RIZZO, Marco Antonio Lima Rizzo, GASPARIN, João Luiz. Compreendendo a Apropriação dos Aspectos Históricos e Filosóficos do Judô na Escola: o aprendizado por meio do jogo. SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. [online] **Anais...** Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/4/086.pdf. Maringá, UEM: 2011.

RIZZO, Marco Antonio Lima. Homens, Natureza e Práticas Corporais: um todo indissociável. XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. [CD-ROM] **Anais...** Londrina, UEL: 2014.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto. DARIDO, Suraya Cristina. O Ensino das Lutas nas Aulas de Educação Física: análise da prática pedagógica à luz de especialistas. **Revista da Educação Física/UEM**. v.26, n.4, p.505-518 4.trim, 2015.

SAITO, Natanael Kenji. TAVARES, Otávio. Narrativas da Tradição no Judô Moderno. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. [online] **Anais...** Porto Alegre (RS), 2005.

SAITO, Natanael Kenji. TAVARES, Otávio. Tradição e Valores no Ensino do Judô Contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. v.20, n.5, p.447-66, set. 2006.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. 2.ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2014.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo, SP: Martins Fontes. 1995.

SHIHIDA, Fumiaki. A Judo that Incorporates Kendo: Jigoro Kano's ideas and their theoretical development. [online] **Revista Archives of Budo: philosophy**. v.8, n.4, 2012. Disponível em: files.4medicine.pl/download.php?cfs_id=1274 Acesso 08 mai. 2018

SILVA, Daiene; SANTOS, Saray Giovana. Princípios Filosóficos do Judô Aplicado à Prática e ao Cotidiano. [online] **Revista Lecturas: Educación Física y Deportes**. v.10 n.86, 2005. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd86/judo.htm> Acesso 22 de ago. 2018.

SILVA, Gisele Passeri da. Histórico da Mulher no Judô: preconceitos, estereótipos e discriminações. **Revista da Educação Física, Esporte e Lazer: Motrivivência**. v.1, n.5, p. 195-207. 1994.

SILVA, Virgílio Mira dos Santos. **Análise e Caracterização da Luta de Judô**: estudo exploratório e comparativo das acções táticas defensivas em três competições distintas (Campeonato de Portugal, Campeonato da Europa e Jogos Olímpicos de 2008 – Categoria -60Kg). 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade do Porto (UPorto). Porto, 2009.

SILVEIRA, Alexandre Miyaki. **O Lúdico no Ensino do Judô no Paraná:** descontinuidades didático-pedagógicas e permanências da educação disciplinar pelos dispositivos de saber-poder. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá-PR, 2017.

SILVEIRA, Alexandre Miyaki. VIOLIN, Douglas Yuji Takeda. PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Perfil dos Professores de Judô do Estado do Paraná – Brasil. [online] **Caderno de Educação Física e Esporte**. v.16, n.1, p.21-30. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/18755/pdf> Acesso 07 de ago. 2018.

SO, Marcos Roberto. BETTI, Mauro. Saber ou Fazer? O Ensino de Lutas na Educação Física Escolar. EVENTOS DA SOCIEDADE DE PESQUISA QUALITATIVA EM MOTRICIDADE HUMANA E IV COLÓQUIO DE PESQUISA QUALITATIVA EM MOTRICIDADE HUMANA. [online] **Anais...** Aracaju, SE, 2017. Disponível em: http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/2009/so_betti.pdf?id=196 Acesso 09 set. 2017.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física:** raízes européias e Brasil. 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOUZA, Gilmar Barbosa. **Princípios e Valorização do Judô na Vida Cotidiana de Mestres da Região de Mogi das Cruzes**. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

SOUZA, Gabriela Conceição de. VOTRE, Sebastião Josué. PINHEIRO, Maria Cláudia. DEVIDE, Fabiano Pries. Rosiclea Campos no Judô Feminino Brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 23, v.2, p.409-429, maio-agosto, 2015.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil:** aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2011.

SUZUKI, Liogi. **A História do Judô no Paraná**. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Ribeirão Preto, 1994. Disponível em <http://www.paranajudo.org.br/wp-content/uploads/A-Hist%C3%B3ria-do-Jud%C3%B4-no-Paran%C3%A1-Liogi-Suzuki.pdf> Acesso 20 de dez. 2017.

TAVARES JÚNIOR, Antonio Carlos. **A Formação Profissional e a Aplicação dos Modelos de Periodização do Treinamento Desportivo, por Treinadores de Judô de Atletas de Elite**. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade). Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). Rio Claro, 2014.

THOMSON, Alistair. Aos Cinquenta Anos: uma perspectiva internacional da história oral. *In*: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria, e FERREIRA, Maneta de Moraes. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. Disponível: <http://books.scielo.org>. Acesso em 30 mai. 2016.

TOKEN, Corporation. Relation. [online] **Judo Channel**. Publicado em 30 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.judo-ch.jp/english/relation/> Acesso em 08 de set. 2018.

TOKEN, Corporation. Judo Reference Material: glossary of Judo Terminology. Verbetes: Uchikomi (repetition training). [online] **Judo Channel**. Publicado em 03 de Março 2010. Disponível em: <http://www.judo-ch.jp/english/dictionary/terms/utikomi/> Acesso 08 de set. 2018.

TOMAZI, Nelson Dácio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias**. 338f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 1997.

UCHIDA, Rioti; MOTTA, Rodrigo. **Uruwashì: o Espírito do Judô**. Volume 1. São Paulo, SP: Editora Generale, 2014.

UEDA, Takeshi. VACCARI, Enir. **Ren-Sei-Kan: meio século de Judô**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zit, 2004.

UEMURA, Haruki. Foreword Year Beginning Impressions Kodokan President Haruki Uemura. *In*: KODOKAN, Instituto de Judô. **Year Beginning Impressions 2015**.

[online] Publicado em 24 de janeiro 2015. Disponível em: <http://kodokanjudoinsitute.org/en/2015/> Acesso 08 de set. 2018.

UEM, Universidade Estadual de Maringá. **Currículo de Educação Física Licenciatura e Bacharelado**. 2017. Disponível em: <http://sites.uem.br/pen/deg/apoio-aos-colegiados-aco/documentos/cursos-1/cursos/educacao-fisica-integral-noturno>. Acesso 26 de out. 2017.

UNICESUMAR, Centro de Ensino Superior de Maringá. **Currículo de Educação Física Licenciatura e Bacharelado**. 2017. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/presencial/cursos-graduacao/educacao-fisica/#>. Acesso 26 de out. 2017.

UNIFAMMA, União das Faculdades Metropolitanas de Maringá. **Currículo de Educação Física Bacharelado**. 2017. Disponível em: <http://www.unifamma.edu.br/curso/graduacao/educacao-fisica/>. Acesso 26 de out. 2017.

UNINGÁ, Centro Universitário Ingá. **Currículo de Educação Física Bacharelado**. 2017. Disponível em: http://uninga.br/academico/files/pdf/matriz_curricular/afa5202f16362dbef33158bf6d4fcf9930b3c926.pdf. Acesso 26 de out. 2017.

UNINGÁ, Centro Universitário Ingá. **Currículo de Educação Física Licenciatura**. 2017. Disponível em: http://uninga.br/academico/files/pdf/matriz_curricular/162d287275375d8cf4d2c495a9bf9fd0a74b82b0.pdf. Acesso 26 de out. 2017.

VIGOTSKII, Lev Semenovich. LURIA, Alexander Romanovich. LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução Maria da Pena Villalobos. 11ed. São Paulo, SP: Editora Ícone, 2010.

VILLAMÓN, Miguel; BROWN, Davi; ESPARTERO, Julián; GUTIERREZ, Carlos. Reflexive Modernization and the Disembending of Judo from 1946 to the 2000 Sydney Olympics. [online] **International Review for the Sociology**

of Sport, v.39, n.2, p.139-156, 2004. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8c5c/c36680d2e455a809f82582f9649e64529fd1.pdf>
Acesso 15 de ago. 2018.

VIRGÍLIO, Stanlei. **A Arte do Judô**. 2ed. Porto Alegre, RS: Editora Rígel, 1994.

VIRGÍLIO, Stanlei. **Personagens e Histórias do Judô Brasileiro**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2002.

VYGOTSKY, Liev Semenovitch. **Obras Escogidas**: história del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Tomo III. Madrid: Editora Visor. 1995.

YAMANOUCHI, Macoto. KALINKE, Marco Aurélio. **Memórias de Um Judoca**: por Macoto Yamanouchi. Curitiba, PR: Editora Moura SA, 2016.

ZOTOVICI, Sandra Aparecida. LOPES, Beatriz Ruffo. RANGEL, Renato. STAREPRAVO, Fernando Augusto. LARA, Larissa Michelle. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: possibilidades de intersetorialidade. [online] **Revista Licere**, v.16, n.3, p.01-31, 2013. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/viewFile/389/284> Acesso 09 jan. 2019.

APÊNDICES

1 Texto Inicial para a Entrevista

TEXTO DE APRESENTAÇÃO

Na entrevista em questão não há respostas certas ou erradas; ela visa registrar as lembranças que você possui do Judô em Maringá do **período de 1950 até o final da década de 1970**. Mesmo que você não se lembre de algo ou esqueça detalhes, não precisa ficar constrangido ou preocupado, pois o importante é documentar a **sua percepção** do passado e o sentido que **você** atribui as suas recordações.

A intenção é criar um **canal de comunicação** que permita compreender a história do Judô maringaense com base nas suas lembranças, histórias e percepções. Não é pretensão do estudo contrapor os relatos dos participantes, mas sim documentar narrativas de judocas que participaram do desenvolvimento da modalidade na cidade dentro do recorte temporal proposto. Essa **conversa** sobre o passado busca usar um hábito corriqueiro do Judô, que é transmitir conhecimentos e tradições por meio de fala e oralidade. Por isso, esse **diálogo** será encaminhado norteado pelos princípios morais preconizados pelo Judô.

Cada narrativa oral é uma peça **única** e as questões tratadas possuem um caráter **livre** e abrangente, ou seja, não há um roteiro rígido ou padronizado a ser seguido, pois é somente você, **da sua maneira**, que pode mostrar os caminhos trilhados do seu passado no Judô.

Esclareço novamente que o depoimento pode ser modificado ou descartado do estudo somente por você; destaco que se for esse o seu desejo não acarretará nenhum ônus ou prejuízo a sua pessoa.

2 Roteiro de Perguntas Auxiliares às Entrevistas

- 1) O *Sensei* possui alguma dúvida ou quer algum esclarecimento sobre o estudo?
- 2) Uma das coisas que os Judocas de hoje em dia possuem são dúvidas de como tudo começou... Como foi esse começo e o seu envolvimento com a implementação dessa luta em Maringá? (ANO DE SURGIMENTO, LOCAL, PESSOAS ENVOLVIDAS.)
- 3) Qual era o significado atribuído por você ao Judô nesse começo?
- 4) Como aconteciam os treinos, os eventos, graduações, etc.?
- 5) Os judocas de Maringá treinavam todos juntos nas décadas de 1950, 1960 e 1970? Se não, desde quando? Se sim, por qual(is) motivo (s)?
- 6) Houve mais de um lugar para treinar Judô em Maringá quando você começou a treinar?
- 7) Quais as lembranças mais marcantes desse período?
- 8) E quem foi o seu primeiro *Sensei* ou quais os primeiros *Senseis* de Maringá?
- 9) Quem você lembra que estava nos primeiros treinos quando você iniciou?
- 10) Quais as histórias que você julga que foram mais marcantes do Judô até o final da década de 1970?
- 11) Quem foram os principais judocas de Maringá nas décadas de 1950, 1960 e 1970?
- 12) Após quanto tempo instaurado o Judô na cidade é possível dizer que ele se consolidou no município?
- 13) Qual foi o maior aprendizado que o Judô lhe proporcionou? (encaminhamento para o final)
- 14) O que você acredita que deixou de legado para o Judô maringaense? (últimas perguntas)
- 15) Qual o legado do Judô para Maringá? (últimas perguntas)
- 16) Gostaria de deixar uma mensagem para os judocas do presente?
- 17) O que você falaria para quem está iniciando o Judô em Maringá atualmente?

3 Roteiro Semiestruturado da Entrevista

- 1) Como foram os primeiros treinos?
- 2) Quantos alunos participavam deles, no início?
- 3) Em quais locais ocorreram as atividades judoísticas?
- 4) Quem eram os *senseis*?
- 5) O que sabiam sobre o(s) seu(s) próprios *senseis*?
- 6) Os *senseis* viviam dos recursos oriundos das aulas de judô ministradas? Ou as aulas eram um ganho extra?
- 7) Era cobrada mensalidade ou havia outro tipo de cobrança?
- 8) O treinamento era para um grupo exclusivo ou aberto? (se exclusivo: qual era?)
- 9) Qual era a graduação do *sensei*?
- 10) Sabem onde o *sensei* dele foi graduado (Japão, São Paulo-Brasil, Curitiba, Londrina e etc.)?
- 11) Sabem a origem de nascimento dele e/ou de sua família (japonesa, coreana, italiana e etc.)?
- 12) Eram vários centros de treinamentos ou era treino unificado?
- 13) Havia campeonatos locais, regionais ou estaduais no início?
- 14) Como era a progressão de graduação dos *kohais* (alunos)?
- 15) Houve obstáculos ou obstruídores (família, amigos, sociedade civil e etc.) no início da modalidade na cidade?
- 16) Houve apoio e incentivo (família, amigos, sociedade civil e etc.) no início da modalidade na cidade?
- 17) O que o motivava a ir aos treinos, na época?
- 18) Os treinos ocorriam quantas vezes na semana/mês?
- 19) Quantas horas eram dedicadas aos treinamentos?

ANEXOS

1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **VOZES DOS SENSEIS NA MEMÓRIA DO JUDÔ EM MARINGÁ NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970**, que faz parte do curso de Pós-Graduação Associado em Educação Física, nível Doutorado, e é orientada pela prof. Dr. Larissa Michele Lara da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O objetivo da pesquisa é compreender o significado sócio-histórico da criação do Judô na cidade de Maringá. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: conceder uma entrevista relatando a sua trajetória de vida e a sua relação com a modalidade, informando memórias, acontecimentos, pessoas importantes, locais, impressões de fatos e/ou qualquer outro dado histórico que seja pertinente registrar.

Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: algumas das temáticas abordadas podem gerar o sentimento de saudosismo, tais como lembranças de entes ou amigos falecidos e/ou recordações de dias fatídicos. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Destaca-se que a qualquer pergunta ou temática abordada durante a entrevista o sujeito pode resguardar-se e não responder. Informamos ainda que os dados registrados serão utilizados somente para os fins desta pesquisa, e serão tratados com a mais absoluta ética e transparência, de modo a preservar a sua integridade. A destinação final do registro gravado ficará em posse do pesquisador apenas para fins de armazenamento, somente sendo



liberado para uso de outras pessoas ou entidades com a autorização expressa do sujeito participante da entrevista. Caso o mesmo vier a falecer, a autorização deverá ser concedida por algum familiar ou responsável legal destinado pelo sujeito. Se o entrevistado desejar, será enviada uma cópia de sua entrevista assim que a pesquisa for encerrada, o qual terá total liberdade de uso da forma que lhe convier, mediante a firma de um novo termo de compromisso.

Os benefícios esperados são: o registro memorial do sujeito de acordo com os critérios da pesquisa; contribuição no registro da história do Judô em Maringá; e a preservação do patrimônio cultural maringaense. Ao término do estudo será entregue uma cópia em brochura capa dura da tese para o entrevistado.

Caso tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, entre em contato nos endereços abaixo ou procure o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você) de tal forma que garanta o acesso ao documento completo.

Eu, _____
declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Prof. Larissa Michele Lara.

_____ Data:...../...../.....
Assinatura ou impressão datiloscópica



Eu, Marco Antonio Lima Rizzo, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:/...../.....
Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Marco Antonio Lima Rizzo

Endereço: Rua José do Patrocínio, 91. Ap. 202

Telefone e Email: (44) 99947-8737 ou marcorizzo85@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-PR. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

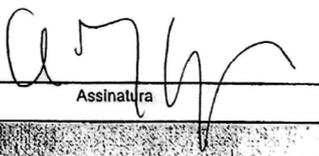
Endereço da Universidade Estadual de Maringá: Av. Colombo, 5790 - Zona 07, Maringá (PR), 87020-900. Departamento de Educação Física, Bloco M-06.

2 Folha de Rosto para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: VOZES DE SENSEIS NA MEMÓRIA DO JUDÔ EM MARINGÁ NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 4			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 4. Ciências da Saúde, Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Larissa Michelle Lara			
6. CPF: 946.131.259-87		7. Endereço (Rua, n.º): FLUMINENSE VILA MARUMBY MARINGÁ PARANÁ 87005200	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (44) 3305-9020	10. Outro Telefone:
		11. Email: lmlara@uem.br	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>16</u> / <u>11</u> / <u>2016</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Estadual de Maringá		13. CNPJ: 79.151.312/0001-56	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (44) 3261-4444		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>CLAUDIO KRATCHYKIAN</u>		CPF: <u>511 778 309-15</u>	
Cargo/Função: <u>chefe do DEF/UEM</u>			
Data: <u>21</u> / <u>11</u> / <u>2016</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			